

## DÍALOGOS SOBRE O COMÉRCIO DE CEREAIS

Galiani, Ferdinando, 1728-1787

Diálogos sobre o comércio de cereais (1770) /

Ferdinando Galiani; tradução de Fani Goldfarb

Figueira. – Curitiba: Segesta Editora, 2003.

226 p. ; 21 cm. – (Raízes do pensamento econômico; v. 5)

Tradução de: Dialogues sur le commerce des blés (1770).

1. Comércio – História. 2. Cereais – Comércio – História. I. Figueira, Fani Goldfarb. II. Título.

CDD 20<sup>a</sup> ed.

380.9

332.4

FERDINANDO GALIANI

DIÁLOGOS SOBRE O COMÉRCIO DE CEREAIS  
(1770)

Tradução de  
FANI GOLDFARB FIGUEIRA

Título original: *Dialogues sur le commerce des blés* (1770)

© FANI GOLDFARB FIGUEIRA, 2003

Tradução com base nas seguintes edições:

I. Em: *Scrittori classici italiani di economia politica*. Coleção Custodi. Parte Moderna. Tomos V e VI. Reprodução anastática da edição de 1803–1816. Notas e bibliografia em apêndice de Oscar Nuccio. Roma: Edições Bizzarri, 1966, p.1-320; 1-192.

II. Em: *Illuministi italiani*. Tomo VI. *Opere di Ferdinando Galiani*. Notas de Furio Diaz e Luciano Guerci. Milão / Nápoles: Riccardo Ricciardi Editore, 1975, p. 357-612.

Capa: DANIELA VICENTINI. Sobre Benedetto Antelami (Escola), *O mês de junho*, detalhe.

Editoração eletrônica: MARCIO RENATO DOS SANTOS

Finalização: RODRIGO MICHEL FERREIRA

Revisão: SILVANA SEFFRIN

Al. Princesa Isabel, 256 / ap. 24

Curitiba / PR

80410 110

Tel.: (41) 233 8783

E-mail: [segesta@uol.com.br](mailto:segesta@uol.com.br)

Site: [www.segestaeditora.com.br](http://www.segestaeditora.com.br)

## SUMÁRIO

DECLARAÇÃO DO AUTOR.....	11
APRESENTAÇÃO.....	13
PRIMEIRO DIÁLOGO.....	21
SEGUNDO DIÁLOGO.....	35
TERCEIRO DIÁLOGO.....	53
QUARTO DIÁLOGO.....	67
QUINTO DIÁLOGO.....	83
SEXTO DIÁLOGO.....	105
SÉTIMO DIÁLOGO.....	131
OITAVO DIÁLOGO.....	171



*In vitium ducit culpaē fuga, si caret arte.*  
(Para fugir de um erro incorre-se em outro, se faltar arte.)

HORÁCIO





## DECLARAÇÃO DO AUTOR

É desnecessário advertir que estes diálogos não são inventados. Isto se verá pela familiaridade do tom em que são travados, pela liberdade dos gracejos, pela veracidade do estilo e por uma certa negligência que contribuirá, talvez, para tornar a leitura mais agradável às pessoas de gosto mais simples.

Nota do Tradutor: Tendo em vista esta Declaração do Autor, em que ele explicita seu desejo de que os *Diálogos* reflitam familiaridade e até uma certa intimidade entre os amigos que conversam, optei, na tradução, por renunciar ao tratamento na 2.<sup>a</sup> pessoa do plural que está no original. O “vós” daria ao texto uma formalidade que Galiani repudiava. Preferi, por isso, utilizar o tratamento na 3.<sup>a</sup> pessoa do singular. (FGF)



## APRESENTAÇÃO

A publicação dos *Diálogos sobre o comércio de cereais*, de Ferdinando Galiani, constitui para nós da Editora Segesta motivo de júbilo. Este é o quinto título do projeto de publicação dos clássicos de economia que intitulamos Raízes do Pensamento Econômico. A este se seguirá, em breve, o *Pequeno tratado da primeira invenção das moedas* (1376), de Nicole Oresme.

Galiani, de quem já publicamos *Da moeda*, poderia dispensar maiores apresentações além das já anteriormente feitas, não fosse o inusitado de os *Diálogos* terem sido escritos em francês, muito embora seu autor seja italiano. Nascido em 1728, o abade Galiani foi nomeado, em 1759, Secretário da Embaixada napolitana em Paris, onde permaneceu dez profícuos anos.

A opção pela redação em língua estrangeira revela uma intenção de engajamento político inequívoco junto aos iluministas, em geral, e aos enciclopedistas, em particular. Pessoal e intelectualmente, Galiani participa intensamente do debate que varre, então, a Europa e, sobretudo, a França.

A França, Paris principalmente, era, na época, o cadinho onde fermentavam as mais instigantes e revolucionárias idéias a respeito das questões humanas. A subversão da antiga ordem social estava na ordem do dia. Galiani, italiano por nascimento, não escreve este livro em francês apenas porque está na França. Mas o faz porque era em francês e, claro, também em inglês, que estas questões eram debatidas. Estes eram os idiomas da produção, assim como o latim havia sido o da religião. Galiani torna suas estas questões. Apaixona-se por elas e as vivencia intensamente numa amizade, que se tornou íntima, com grandes pensadores da época. Diderot, d'Alembert, Grimm, Voltaire, Madame d'Épinay, para nos circunscrevermos apenas aos nomes que nos são mais conhecidos. Diderot, o responsável pela *Enciclopédia*, seu amigo pessoal, publica, em sua defesa, *Apologia de Galiani*.

Ao ler os *Diálogos*, o leitor terá prazer em descobrir quão rico e quão antidogmático é Galiani. É destemido também, pois é preciso ser corajoso para, na terra em que impera a bandeira do *laissez-faire*, afirmar e reafirmar que nem mesmo tal lema é assim tão absolutamente verdadeiro. A exportação de cereais deve ser livre? E a importação deles, deve – ou não – sofrer embargos? O leitor verá que Galiani não responde a estas e tantas outras questões com uma neutralidade suspeitosa. Ao contrário. Ele exige que os

problemas sociais sejam profundamente estudados antes que se lhes proponha uma solução, pois governar os homens é uma tarefa difícil para a qual não bastam as boas intenções. É preciso conhecer profundamente a matéria sobre a qual se pretende discutir e intervir. De bem-intencionados o inferno está cheio e meias verdades não fazem senão criar dogmas.

Galiani recorre a uma forma pouco usual na Economia Política, o diálogo. Forma esta que lhe permite analisar as questões sob os mais variados ângulos sem, entretanto, obrigar-se a assumir o tom imperativo das verdades definitivas. O recurso ao diálogo permite-lhe atalhar o discurso e, ao mesmo tempo, fazer ressaltar as incongruências de certas formulações que, de tanto serem repetidas, conquistaram o status da indubitabilidade.

Para Galiani um caminho pode ser a solução para um determinado problema, mas este mesmo caminho, no entanto, se aplicado a um outro problema, pode vir a agravá-lo. A seu ver, não há, pois, soluções mágicas, nem soluções eternas. Não há soluções boas e más, nem soluções “melhores” do que outras. Cada problema social exige análise e só a análise pode determinar o encaminhamento da solução daquele problema. Assim, o livre comércio não é bom, nem mal, e, tal como o monopólio, não é nem condenável, nem desejável.

Bem vista, aliás, a questão, os *Diálogos* são muito mais uma discussão com os amigos – Diderot e os enciclopedistas – do que uma refutação aos fisiocratas, etc. Galiani quer demonstrar que não se contesta um dogma argumentando com outro dogma. Um erro não se corrige com outro erro. O acerto não é o outro lado da moeda do erro. Cada situação, diz Galiani, precisa ser avaliada em seus vários elementos. Traçar as soluções para os problemas é muito mais difícil do que tão somente rebater as soluções encontradas por outros.

Galiani, cuja vida pessoal foi reconhecidamente apaixonada, talvez até excessivamente em se tratando de um abade, exigia, no entanto, que a discussão das complexas questões humanas fosse travada sem paixão, inimiga – dizia ele – do equilíbrio necessário à análise de todos os aspectos de um fenômeno. A paixão, o interesse excessivo, nos cega. Parodiando o ditado corriqueiro, Galiani diria que, tal como a vingança, que se deve comer fria, o bem da humanidade requer que seus propositores mantenham a calma e jamais percam o equilíbrio; “eles deveriam possuir o desejo ardente do bem que tem o homem virtuoso, junto com a calma e, por assim dizer, com a indiferença que têm os maus”. Deus nos livre de um homem apaixonado pelo bem da humanidade, se ele estiver movido pela paixão, porém equivocado, pois ele nos arrastaria também para o erro.

Talvez aí resida uma forte razão para a escolha da forma do diálogo, forma esta que permite a Galiani preservar o tom informal e nada acadêmico, embora nem por isso menos profundo, de uma franca discussão entre amigos. Entre amigos pode-se, sem ofender, dizer, no momento mesmo em que a questão é formulada, que aquilo é uma loucura, ou que tal outra idéia é um absurdo. E o leitor verá, com prazer, que Galiani só discute com amigos, isto é, com aqueles que se preocupam com as difíceis questões da produção e organização da vida humana.

Ao amigo, que logo na primeira página dos *Diálogos* atribui o estado de penúria e miséria que grassava na Itália a um “flagelo do céu”, Galiani demonstra que, ao contrário, esta penúria é decorrente de um erro humano.

Inquirido, então, sobre a natureza dos erros humanos, Galiani responde que os homens não cometem senão – e sempre – um único erro, que consiste em “continuar agindo segundo os mesmos princípios que anteriormente lhes serviam de guias, sem se dar conta de que as circunstâncias mudaram”. Os homens não erram porque querem errar, nem porque são maus ou loucos, mas porque continuam a reger-se por princípios que caducaram. “Por exemplo: um velho tem uma indigestão. Sabe qual é o seu erro? É comer tanto quanto um jovem; comer como comia aos vinte e cinco anos. Evidentemente ele segue a experiência da sua juventude, mas a sua idade não é mais a mesma: ele envelheceu, mas não se dá conta. Apliquemos este exemplo a todos os casos da vida, a todas as ações morais dos homens, aos governantes, aos impérios, e nos depararemos, sempre, com o mesmo erro.”

Dito isto, Galiani põe, nas palavras de seu interlocutor, a conclusão que é sua: “A causa de todos os nossos erros é a razão mal discutida, a experiência mal aplicada e o exemplo tirado de coisas desiguais.”

O leitor verá, no decorrer da leitura, que Galiani leva esta assertiva até o final. Tomará as verdades mais assentes e as questões aparentemente mais indiscutíveis e as submeterá a uma análise profunda até demonstrar o quanto é imprescindível analisar cada questão particular em sua totalidade e, sobretudo, repudiando qualquer determinação prévia à análise que, por ser prévia, é dogmática e, por isso, induz ao erro.

Assim, se na Itália é equivocada uma política de controle dos cereais que permita vender o pão a baixo preço, isto não significa, necessariamente, que na França o correto seria adotar-se uma política de liberdade total. Por isso, ao amigo que se rejubila diante da crítica que Galiani move à Itália e ergue as

bandeiras da “total liberdade”, “nenhum entrave”, “nada de armazéns, nem de proibições”, Galiani alerta: “Por favor, reflita um pouco. Você se dá conta da imensa diferença que há entre a monarquia francesa e os Estados papais? Clima, solo, canais, rios, agricultura, comércio, dinheiro, navegação, extensão, possessões, produções, administração, tudo, enfim, é diferente.”

Esta exigência continua a valer mesmo quando se trata de analisar a obra de estadistas do porte de Sully ou Colbert. Até porque, diz Galiani, “...em matéria de economia política uma única mudança faz uma diferença enorme. Um canal que for aberto, um porto construído, uma província conquistada, uma região perdida, o estabelecimento de uma manufatura, bastam para obrigar a mudar todo o sistema de um grande império, no que se refere ao comércio de cereais.” Portanto, ele prossegue: “Imitemos o grande Colbert e não o sigamos. Imitar e seguir são coisas muito diferentes, embora muita gente as confunda. Façamos o que uma boa cabeça – como a do grande Colbert – faria hoje.”

Galiani passa, então, a rever criticamente princípios estabelecidos, a começar pelo que afirma que “a agricultura é a base da riqueza de um país”. A seguir revê, também, a tese de que não importa que o fabricante tenha adquirido o pão a um alto preço, pois que isto significa que os agricultores ganharam mais na venda do seu trigo e, tendo ficado mais ricos, farão mais encomendas aos primeiros. Desta revisão Galiani conclui que “um destes princípios é vicioso e o outro, falso, ou, pelo menos, superficialmente formulado”. A seu ver, para fazer florescer as manufaturas, mais vale contar com mil artesãos ricos do que dois mil arrendatários sempre preocupados em economizar e a não desperdiçar com o que crêem ser um luxo, como ocorre com os ingleses.

Para tratar destas questões, diz ele, é preciso fazer uma sutil anatomia do homem, porquanto “é preciso tê-los estudado bem para poder governá-los”. Um equívoco pode, inclusive, tornar-se até dramático se, por exemplo, o Estado decidir taxar o preço de um gênero alimentício tão indispensável quanto o pão. Para ele “não existe nada mais injusto, mais atroz e mais louco do que taxar o preço de um gênero alimentício que ainda não se comprou”, pois “quem pode calcular e saber que quebra, que prejuízo pode-se ter sofrido?”

Por conseguinte, o que vale para o pequeníssimo Estado que é Genebra – taxaço do preço do pão e uma economia inteiramente fundada na manufatura – torna-se condenável quando se trata de um Estado mediano,

como a Holanda. Impossível, no caso desta, sustentar sua população apenas com uma manufatura, mas a dedicação ao comércio marítimo, inclusive o de cereais, pode conduzir ao enriquecimento da nação. Ao que acrescenta seu interlocutor:

“Compreendo muito bem esta diferença. Num país que não tenha mar nem comércio marítimo, como Genebra, quem quiser realizar o comércio de cereais terá que comprá-los no exterior para os revender a seus concidadãos. Assim, se os vender muito caro, ele os prejudicará e sua riqueza será o sumo – por assim dizer – daquilo que ele espremeu dos seus concidadãos. Mas quando os cereais são comercializados, como na Holanda, que os compra na Polônia para revendê-los em Portugal, o país não passa de um entreposto. Inclusive, freqüentemente, os navios carregados de cereais nem chegam a seus portos. Portanto, se o holandês monopolizar a venda ou a compra, tal monopólio pode prejudicar a Polônia ou Portugal, mas ele e seu país serão beneficiados.”

A questão que se coloca, então, é explicar por que, num país como a Holanda ou a República de Gênova, o alto preço do pão – todos os anos – não eleva, também, os preços dos produtos manufaturados, prejudicando, assim, sua concorrência no mercado? À primeira parte da questão Galiani responde facilmente, comentando que, em se tratando de povos comerciantes marítimos, eles podem ir comprar seus cereais onde quer que os encontrem mais barato, ora na Polônia, ora na Picardia. Esta mesma solução, contudo, não pode valer para a França, um país vinte vezes maior do que a Holanda e diferente em tudo desta. Por isso é que Galiani lamenta a sorte de nações inteiras que, equivocadas pelo zelo de alguns indivíduos bem-intencionados que, pretendendo ajudar, acabaram enganando-se a si próprios, imaginaram “que por meio de uma liberdade total se poderá obter, na França, como na Holanda, o trigo sempre pelo mesmo preço”. Explicar, no entanto, a segunda parte da questão, isto é, por que o alto preço do pão em países comerciais e manufatureiros, como a Holanda, não afeta as suas manufaturas, na concorrência, é bastante mais complexo. Por isso Galiani chama a atenção para as diferenças históricas que caracterizam os povos das regiões agrícolas férteis – para quem o luxo e as desigualdades sociais constituem quase uma necessidade – e os povos de regiões estéreis, cuja sobrevivência custa tanto trabalho que a poupança transforma-se, quase, em sua segunda natureza. Nas palavras de Galiani, “estes povos pagam caro pelo necessário, mas abrem mão do supérfluo, enquanto, para outros povos, o supérfluo constitui uma espécie de necessidade”.

Apologista da história, ao focar a lei de liberdade de exportação de 1764, promulgada na França e em torno da qual todos faziam reverências, Galiani afirma que esta lei, tal como todas as demais, pode – e deve – ser discutida. Se as leis anteriores puderam ser discutidas e refutadas, por que não discutir também as atuais?

No processo de discussão da política de cereais, que no entender de Galiani deve “variar segundo as distintas constituições dos países”, ele surpreende os seus interlocutores ao definir um povo agrícola como “uma nação de jogadores”. Pretende, deste modo, refutar a idéia idílica, muito difundida, acerca da agricultura, como o explicita um dos personagens do *Diálogo*: “Acreditava que um país agrícola fosse um país feliz, em que a preguiça, o ócio e o luxo não existissem. Um país em que a frugalidade estabeleceria a igualdade de condições; em que os costumes fossem mais simples, a virtude mais sólida e a terra, mãe terna e agradecida, retribuindo ao trabalho e às aspirações dos cultivadores, faria crescer a riqueza.”

Para combater esta idealização dos povos agrícolas que, como diz Galiani, infestava as publicações da época, é que ele radicaliza e afirma: “Um povo exclusivamente agrícola é o mais desgraçado de todos os povos; entregue à servidão, à superstição e à indigência, ele cultiva muito mal a terra exatamente porque a agricultura constitui sua única ocupação, e ele padece tanto mais os horrores da miséria porque não tem outros bens senão os produtos da terra. É o que ocorre com a Turquia, a Polônia e tantos outros países da Europa que nem preciso nomear.” (E o leitor não precisará ser muito perspicaz para saber que dentre os países que ele não nomeia destaca-se, naturalmente, a França.)

O que Galiani pretendia afirmar quando identificara um povo agrícola com uma “nação de jogadores” é o fato de que a agricultura precisa, necessariamente, estar combinada com alguma forma de manufatura, de modo a poder dividir os riscos. Viver à mercê da natureza, na dependência de um ano bom, mas arriscado a tudo perder num ano mau é, para Galiani, o mesmo que fazem os jogadores, que arriscam todas as fichas num só número. Se der certo, eles ganham; caso contrário, perdem tudo. Por isso é que diz: “Um agricultor assemelha-se, então, ao jogador, obrigado a viver unicamente do produto do jogo, e nós sabemos que é impossível que ele o consiga.”

Depois de demonstrar que os cereais constituem gêneros de primeiríssima necessidade – o que por si só já constitui um problema no que



diz respeito às trocas, fundadas, como diz o seu interlocutor, no intercâmbio do supérfluo pelo necessário –, Galiani dispõe-se a enfrentar a questão, extremamente grave e complexa, da justiça (ou não) da lei de 1764, que, como sabemos, instituiu, na França, a liberdade total de comercialização dos cereais. Aparentemente nada mais justo, nem mais defensável, numa época e num país em que sob a bandeira da liberdade se aglutinam as forças mais progressistas. No entanto, se liberdade, fraternidade e igualdade são palavras de ordem justíssimas, isto não significa que se aceite – sem maiores reflexões – tudo que se apresente com a roupagem da liberdade. Em seu nome, por ignorância, se pode estar incorrendo em equívocos graves. Por isso mesmo é que Galiani propõe-se a enfrentar uma destas “verdades” inquestionáveis e indiscutíveis. Aquela que vê (sempre) com bons olhos o país poder comercializar e exportar, livremente e sem nenhum embargo, produtos que parecem desfrutar de uma auréola que faz deles – quase – o bem em si. Parece que o país que mais exporta cereais é naturalmente o país mais rico.

*Diálogos sobre o comércio de cereais* refuta este senso comum. Este é explicitamente o seu propósito. Se, como diz Galiani, o país exporta mais trigo (ou qualquer outro cereal) é porque “no país não há homens suficientes para consumi-los e o fato é que o homem é a única riqueza”. Formulação acerca da qual Galiani está tão convencido que não teme repetir aquilo mesmo que dissera no *Da moeda*.

O EDITOR



## PRIMEIRO DIÁLOGO

*Entre o Marquês de Roquemaure e o Cavalheiro Zanobi.*

*Em 16 de novembro de 1768, na casa de Madame \*\*\*; antes do jantar.*

MARQUÊS – Estou muito contente em vê-lo de volta, meu querido Cavalheiro. Que longa ausência! Onde você esteve nestes quatro anos em que não nos vimos?

CAVALHEIRO – Viajei. Passei os anos de 64 e 65 na minha pátria e de lá fiz um giro pela Alemanha, Holanda, Inglaterra e, depois de mais ou menos um ano, eis-me novamente parisiense.

MARQUÊS – Por muito tempo?

CAVALHEIRO – Eu gostaria muito.

MARQUÊS – Por que você não foi nos ver na nossa casa de campo? Nós o teríamos recebido de braços abertos.

CAVALHEIRO – Tenho certeza que sim. Na verdade estive muito tentado a fazê-lo, mas estava cansado de viajar e saturado de longas distâncias.

MARQUÊS – É verdade, é longe; mas agora você não terá mais este problema. Eu e a família já retornamos e espero que neste inverno você não vá esquecer de nós.

CAVALHEIRO – Eu é que sairia perdendo.

MARQUÊS – Divertiu-se muito na Itália?

CAVALHEIRO – Não.

MARQUÊS – Fora de Paris não há salvação. Seu país já não tinha muito encanto para você?

CAVALHEIRO – Não é isto... mas escolhi um mau momento para rever minha pátria. Eu estava em Roma por ocasião da fome. As notícias da Toscana e,

sobretudo, as de Nápoles faziam aumentar ainda mais o horror desta situação. Nápoles sofreu bem mais do que uma escassez. Uma miséria das mais cruéis obrigou milhares de infelizes a comer capim e a morrer de fome. A epidemia acabou o que a fome havia começado.

MARQUÊS – Este espetáculo deve ter sido pavoroso e você não deve tê-lo assistido tranqüilamente. Mas como você é um homem capaz de extrair, mesmo dos grandes males, reflexões sempre úteis à humanidade, confesso, francamente, que não lamento muito o fato de que você estivesse em Roma nestas circunstâncias. Você tem uma maneira muito própria de ver as coisas; encara os acontecimentos de um modo inteiramente diferente do dos outros homens e não duvido que você tenha feito muitas reflexões sobre as causas deste terrível flagelo do céu. A que você o atribui?

CAVALHEIRO – Às faltas humanas.

MARQUÊS – E o que se tem feito para repará-las?

CAVALHEIRO – Novos erros que não serviram senão para agravá-las.

MARQUÊS – Suas respostas estão bem lacônicas.

CAVALHEIRO – Elas contêm, no entanto, a história completa de todas as situações de penúria que ocorreram desde Adão até os nossos dias. E Deus queira que não seja também a história de misérias que ainda estão por vir.

MARQUÊS – Mas que erros são estes que os homens cometeram?

CAVALHEIRO – E você acha que existe algum outro erro que se possa cometer? Os homens só cometem um erro e ele é sempre o mesmo.

MARQUÊS – Isto para mim é novo. Confesso que tenho muita vontade de ouvi-lo discorrer sobre esta matéria e sobre este erro geral de todos os homens, de todos os tempos.

CAVALHEIRO – Não é difícil saber que erro é este. A experiência e a razão são os nossos guias, não é verdade?

MARQUÊS – Sem dúvida.

CAVALHEIRO – Ninguém pretende gratuitamente cometer um erro. Todo mundo pretende agir segundo a razão e a experiência. Mas quando se segue uma idéia, que embora em si seja razoável, fundada numa experiência ou num fato verdadeiro, mas que definitivamente não se aplica ao caso em questão, a gente pensa estar fazendo o bem e, no entanto, está cometendo um equívoco.

MARQUÊS – Mas não há homens que agem irracionalmente e contra toda e qualquer experiência?

CAVALHEIRO – Ah!, mas estes não andam soltos em Paris, não. Estes são internados. Mas o comum dos homens, aqueles que passeiam pelas ruas e que por isso mesmo nós consideramos racionais, os magistrados, os filósofos, os políticos, enfim, estes em geral não são tão loucos quanto os outros. Nunca agem inteiramente contra a razão, exemplo ou experiência. Eles têm até alguma, embora a usem mal. Sobretudo, eles continuam a agir segundo os mesmos princípios que anteriormente lhes serviam de guias, sem se dar conta de que as circunstâncias mudaram e este é verdadeiramente o erro mais comum. Por exemplo: um velho tem uma indigestão. Sabe qual é o seu erro? É comer tanto quanto um jovem; comer como comia aos vinte e cinco anos. Evidentemente ele segue a experiência da sua juventude, mas a sua idade não é mais a mesma: ele envelheceu, mas não se dá conta. Apliquemos este exemplo a todos os casos da vida, a todas as ações morais dos homens, aos governantes, aos impérios e nos depararemos, sempre, com o mesmo erro.

MARQUÊS – É verdade. Penso em vários exemplos e creio, como você, que muitas questões dolorosas não passam de indigestões que poderiam ser evitadas se se conhecesse melhor a capacidade do estômago. Mas...

CAVALHEIRO – Alguma vez você viu alguém comer madeira, seixo ou lâmina de barbear?

MARQUÊS – Claro que não.

CAVALHEIRO – E por quê? Porque ninguém come essas coisas, embora seja freqüente vermos pessoas passarem mal mesmo comendo champignons ou trufas, enquanto outros, sentados à mesma mesa, comem a mesma coisa sem sentir nada.

MARQUÊS – Já entendi. Quer dizer que, para você, a irracionalidade total é rara entre os homens.

CAVALHEIRO – Tão rara, que nem se deve levá-la em conta.

MARQUÊS – A razão mal discutida, a experiência mal aplicada, o exemplo tirado de coisas desiguais é que são a causa de todos os nossos erros?

CAVALHEIRO – Precisamente.

MARQUÊS – Tudo isto é muito geral. Por favor, apliquemos isto à nossa questão: qual é a causa da fome em Roma?

CAVALHEIRO – O que tive a honra de dizer-lhe, meu caro Marquês: a indigestão do velho.

MARQUÊS – Explique-se.

CAVALHEIRO – Há em Roma amplos e imensos celeiros destinados aos cereais e regulamentos ainda mais amplos e mais imensos do que os celeiros e tudo isto se chama anona<sup>1</sup>.

MARQUÊS – E daí?

CAVALHEIRO – Os celeiros e os regulamentos são quase os mesmos que os dos tempos de César, Augusto e Tito. Estes senhores não estão mais em Roma; em seu lugar estão os Clementes, os Inocêncios e os Bonifácios, que não guardam – que eu saiba – qualquer semelhança com estes Imperadores, além da eterna aversão a usar peruca.

MARQUÊS – Você é um pândego. Não há nenhuma outra semelhança?

CAVALHEIRO – Na verdade, não. Apesar disto os celeiros e os regulamentos continuam os mesmos. Os de Augusto talvez fossem bons; eu não me

<sup>1</sup> Segundo Antonio Houaiss, provisão de mantimentos para 1 ano, víveres. O termo pode também designar o órgão público encarregado do abastecimento de uma região. (N. do T.)

aprofundei na questão, mas acredito que sim. Roma possuía, então, a Sicília, a África e o Egito. Um imenso povo era o soberano: sua cólera era temível e a abundância e a opulência deviam ser a justa recompensa e o fruto do seu valor. Era preciso, portanto, que os países conquistados pagassem, todos, o tributo de seu trigo para alimentar este povo rei. Atualmente Roma não tem mais a Sicília, nem a África, nem o Egito. A própria excomunhão (a única legião fulminante que resta hoje a este velho Império) não é mais respeitada em parte alguma, mas, no entanto, conservam o velho sistema. Eles têm celeiros e a primeira preocupação do governo é que o pão seja barato, como se fosse preciso temer os gritos do circo e do anfiteatro de um pequeno povo, muito devoto e submisso que, hoje em dia, só se reúne para fazer procissão e para receber indulgência das mãos de sua Santidade.

MARQUÊS – Permita-me interrompê-lo. Confesso que não me detive muito nesta questão, mas nos últimos três anos se falou tanto dela na França, surgiram a respeito tantas brochuras, jornais e revistas estiveram tão cheios desta matéria que, bem ou mal, todo mundo tomou conhecimento dela e eu, como os demais, o que sei foi por ouvir dizer. Parece-me, assim, ter ouvido argumentarem que o baixo preço do trigo beneficia os fabricantes porque torna mais barata a mão-de-obra.

CAVALHEIRO – E que manufaturas existem em Roma? Eu só conheço uma: a que fabrica bulas e dispensas e que começa, inclusive, a ficar desacreditada.

MARQUÊS – Ah! Desta eu lembro bem! Quando quis casar com minha prima foi que vi como a sua mão-de-obra é bem paga e, seguramente, não será o alto preço do trigo que, estabelecendo alhures a concorrência, levará à falência a fábrica de dispensas que existe em Roma.

CAVALHEIRO – Também acho. Conviria com você que o baixo preço do pão é sempre útil, desde que se possa obtê-lo. Ele beneficia a população, atrai o estrangeiro e facilita o comércio. Mas sabe por que meios obtêm-no em Roma? Sem os recursos que antes tiravam do Egito e da África, o trigo agora é taxado até nas cercanias de Roma. Oprimem os cultivadores; monopolizam todo o trigo e o fato é que oprimem o povo de Roma para dar abundância ao povo de Roma. Esta é a pura verdade, com a diferença, no entanto, de que como a cidade está cheia de prelados, de cardeais, de estrangeiros, de viajantes,

de peregrinos e vagabundos, é o cidadão romano, o verdadeiro burguês<sup>2</sup>, o verdadeiro possuidor de bens de raiz, que é oprimido para alimentar o visitante, o peregrino, o pecador convertido que vem a Roma passar uma semana, ver São Pedro, o Papa, as moças, os espetáculos, o Panteão, o Coliseu e vai embora.

MARQUÊS – Ah!, Cavalheiro. Suas palavras valem ouro. Sempre fui desta opinião: total liberdade; nenhum entrave; nada de armazéns, nem de proibições. Lutamos muito tempo para convencer o povo destas grandes verdades e você talvez não acredite que foi preciso lutar ainda mais para persuadir o governo. Finalmente a verdade apareceu; triunfamos.

CAVALHEIRO – Isto eu ignorava. Deixei Roma na primavera de 65 e não ouvi dizer que o cardeal Torregiani tivesse mudado de sistema nesta questão tão importante.

MARQUÊS – Mas não é de Roma que estou falando.

CAVALHEIRO – E de onde, então?

MARQUÊS – Daqui da França.

CAVALHEIRO – Mas o que há de comum entre Roma e Paris?

MARQUÊS – O que você acabou de dizer. Nós aqui sentimos os inconvenientes do sistema de Roma e optamos pelo caminho oposto.

CAVALHEIRO – Ah! Não! Isto é muito engraçado. Acabei de advertir-lhe, não tem três minutos, que o único erro em que incorrem os homens é o de pautar-se segundo regras ou exemplos que não se aplicam às circunstâncias em que se encontram e você vem me confessar que toda a França está exposta a cometer este equívoco, e que você faz o mesmo? Por favor, Marquês, reflita um pouco. Você se dá conta da imensa diferença que há entre a monarquia francesa e os Estados papais? Clima, solo, canais, rios, agricultura, comércio, dinheiro, navegação, extensão, possessões, produções, administração, tudo,

<sup>2</sup> *Bourgeois* no original. (N. do T.)



enfim, é diferente, mas você conclui com este raciocínio: “Se se faz mal a Roma ao se fazer tal coisa, portanto, far-se-á bem à França fazendo-se aqui o contrário.” Não é precisamente isto que se chama desarraoar? Acabei de dizer-lhe que era prejudicial que Roma seguisse um sistema estabelecido nos tempos de Augusto. Sistema este que pode ter sido bom, então, mas não pode ser bom, hoje, porque a Roma moderna não é mais a da época de Augusto. Ora, suponhamos por um instante que a monarquia francesa, na atual situação, se assemelhasse ao antigo Império Romano, que tivesse um governo quase democrático e que contasse entre as suas províncias com a Sicília, a África, a Sardenha e o Egito. Você veria claramente que, pelo fato mesmo de que se age equivocadamente, hoje, em Roma, seria bom que adotássemos, aqui, todos os regulamentos de Roma, isto porque, tendo em vista as diferenças que existem entre as duas monarquias, sentiríamos aqui tanto os bons efeitos destes regulamentos quanto os Estados da Igreja sentiram os malefícios desta política. Nada me parece mais evidente. E aí, você não diz nada?

MARQUÊS – É que não consigo me refazer da surpresa. Como é possível que um raciocínio tão simples, tão claro, tão palpável, não tivesse sido formulado por ninguém desde que se começou a tratar desta questão? Pois é bom que você saiba que se acumulavam argumentos sobre argumentos para persuadir-nos das vantagens da livre exportação e os recalcitrantes não conseguiam opor-lhes outras objeções senão as notícias que chegavam sobre a fome na Itália. Eles diziam: vejam o efeito da liberdade do comércio de cereais. Apareceu, nesta época, uma pequena brochura, feita por pessoas competentes, demonstrando que o que existia na Itália era nada menos que uma total liberdade e isto foi o bastante para convencer todo mundo. Fomos persuadidos e adotamos o sistema da livre exportação. Fez-se até um edito.

CAVALHEIRO – Não se espante. Nada é mais comum do que ver, ao fim de uma disputa, os dois adversários dizendo, cada qual, maiores disparates que o outro. Talvez seja bom, e pelo menos mais vantajoso, para obter a vitória sobre aquele que primeiro começou a dizer disparates, rebater com outro disparate que o confunda e atordoe, do que tentar levá-lo pela verdadeira razão cujo fio se perdeu e cujo caminho se perdeu de vista. Quem começou a citar a Itália como exemplo foi o primeiro a contrariar a razão. A verdade é que ele obteve a resposta que merecia. De resto, o exemplo de Roma, de Nápoles e da Sicília não provava nada, nem a favor nem contra a França;

nada é tão claro. O exemplo deve ser *de simili*. A experiência tem que ser feita com coisas em tudo semelhantes, sem o que não se demonstra nada.

MARQUÊS – Você acredita então, ao que parece, que o exemplo da Inglaterra e o estímulo que ela deu à exportação é a razão pela qual ela está tão bem?...

CAVALHEIRO – Durante alguns anos.

MARQUÊS – Não me interrompa. O que eu queria perguntar-lhe é se você dá tanta importância ao exemplo da Inglaterra quanto lhe dão aqui, pois a Inglaterra é o grande cavalo de batalha dos exportadores.

CAVALHEIRO – Não lhe dou nenhuma importância e sempre pela mesma razão, ou seja, a França e a Inglaterra não se assemelham em nada, de modo que o que se faz lá não prova nada aqui. É possível, inclusive, que a Inglaterra tenha agido mal encorajando tanto as exportações e que, no entanto, isto fosse vantajoso para a França.

MARQUÊS – Pelo que vejo, para grande surpresa minha, você é a única pessoa inteligente que conheço que não é partidário da liberdade de exportação.

CAVALHEIRO – Eu não sou partidário de nada. Eu sou favorável apenas àquilo que não constitui uma sem-razão. A exportação do bom senso é a única que me aborrece.

MARQUÊS – Mas se você crê que os pressupostos de que partimos são falsos, para ser conseqüente você terá que acreditar que se fez uma tolice.

CAVALHEIRO – De maneira nenhuma. De um falso raciocínio pode-se tirar uma conseqüência verdadeira. Eu digo, por exemplo, que o Marquês é francês, que está longe da idade frívola e é amável. Este raciocínio não serve para nada e no entanto eu disse três grandes verdades.

MARQUÊS – Você é tão galante quanto é bom em lógica. Convenhamos, no entanto, que quando se parte de um pressuposto falso só por pura sorte é que se chega à verdade.

CAVALHEIRO – É verdade. Mas este acaso não é tão grande quanto imaginamos. Exportar ou não exportar, dá no mesmo. Foi correto liberar a exportação? Eu poderia apostar tanto numa coisa quanto na outra.

MARQUÊS – Claro, se nem um centavo estiver em jogo. Mas quando em um empreendimento público se deixou de examinar a questão sob a ótica de seus verdadeiros princípios; quando a decisão foi tomada a partir de exemplos baseados em situações muito desiguais, então, como esta é uma lei que vai desencadear novas políticas, é uma coisa mais complicada, sob a qual seria preciso ter refletido melhor para poder ter condições de prevenir todas as conseqüências da operação e, assim, contornar os inconvenientes que inevitavelmente sempre resultam das novidades. Você há de convir que esta coisa foi mal e porcamente encaminhada.

CAVALHEIRO – Eu concordo com isto.

MARQUÊS – Você acha, então, que teria sido melhor ater-se ao sistema do grande Colbert? Era um homem e tanto este Colbert, não?

CAVALHEIRO – Reconheço o mérito deste grande ministro. Mas se alguém se propuser a adotar o seu plano, apenas por ser dele, corre o risco de agir tão mal quanto se imitasse a Inglaterra ou quanto se quisesse fazer o contrário do que se faz em Roma.

MARQUÊS – Por quê?

CAVALHEIRO – Porque a França de hoje não se assemelha mais à dos tempos de Colbert e Sully do que à Inglaterra ou à Itália da atualidade.

MARQUÊS – Reconheço que um mesmo século pode comportar diferenças, mas não acho que elas sejam assim tão consideráveis que...

CAVALHEIRO – Não se iluda, senhor Marquês. Em matéria de economia política uma única mudança faz uma diferença enorme. Um canal que for aberto, um porto construído, uma província conquistada, uma região perdida, o estabelecimento de uma manufatura, bastam para obrigar a mudar todo o sistema de um grande império, no que se refere ao comércio de cereais. Nem pretendo ir tão longe. O que digo é que em dois reinos, igualmente férteis, igualmente povoados, iguais em tudo, enfim, se a província fértil em cereais estiver distintamente situada, só isto já é suficiente para obrigar os governos a seguir dois sistemas opostos. Se um deles pode permitir a exportação, o outro deve proibi-la ou, pelo menos, controlá-la.

MARQUÊS – Explique-me isto mais claramente, por favor.

CAVALHEIRO – Com prazer. Nas grandes monarquias, nem todas as províncias são igualmente férteis em cereais; há uma ou duas que o são mais particularmente e que abastecem aquelas que produzem outros gêneros: vinhas, oliveiras, amoreiras, pastagens, madeiras, etc. Ora, se a província fértil em cereais está situada no meio do território da monarquia, deve-se encorajar a exportação, mas se ela for fronteira, a exportação terá que ser proibida ou, pelo menos, controlada.

MARQUÊS – Mas por quê?

CAVALHEIRO – Eu explico. Você verá a razão e, ao mesmo tempo, a aplicação desta teoria. Na Espanha, a província que produz cereais, o reservatório, o celeiro de todas as demais, é a Velha Castela. Esta província situa-se quase no meio do reino, que é quase redondo. Ora, não há o menor risco em permitir a exportação dos cereais de Castela; qualquer que seja a direção que se tome rumo ao mar, os cereais terão que atravessar as províncias da Espanha antes de chegar aos portos, como se fossem os raios de um círculo que conduzem sempre à circunferência. Portanto, se qualquer destas províncias estiver precisando de cereais, estes se deterão onde quer que encontrem a necessidade, a procura, o alto preço. Ninguém é tão tolo para atravessar, sem se deter, toda uma província que precisa de cereais e que paga por eles um bom preço, para ir vendê-los mais distante. Ninguém se dispõe a duplicar as despesas do transporte para correr os riscos de um comércio marítimo com o exterior. Assim, ainda que haja liberdade de exportação na Espanha, você pode estar certo de que os cereais só sairão de Castela, pelo mar, quando toda a Espanha desfrutar de uma colheita geralmente boa ou quando ela estiver suficientemente abastecida. Observe, porém, que eu só estou falando dos cereais de Castela. Mas se a França, infelizmente, tivesse as suas províncias cerealistas situadas nas suas regiões fronteiriças, como Flandres, a Picardia, a Normandia, etc., aí, sim, você correria um grande risco com a liberdade de exportação porque se, no mesmo ano, a Flandres Austríaca ou a Inglaterra, por um lado, e o Delfinado, a Provença, o Languedoc, por outro, se encontrassem em estado de penúria, os seus cereais iriam, indubitavelmente, alimentar um outro povo talvez, até, inimigo da sua soberania, enquanto os súditos do reino morreriam de fome. É a mesma coisa que ocorreria se você tivesse uma propriedade, no alto de uma colina, na forma de um pão de açúcar e se você tivesse a

felicidade de possuir uma fonte de água exatamente no cume, bem no meio do seu terreno. Você poderia deixar esta água correr livremente porque ela irrigaria perfeitamente o seu campo. Mesmo que você a visse correr para fora dos seus limites, poderia ficar tranqüilo, pois o que escoar é apenas um excedente, água supérflua, da qual o seu território não tem nenhuma necessidade. Mas, se, ao contrário, a fonte de água estiver situada na base da colina, no limite de seu terreno, é melhor ter cuidado porque ela escoará sempre segundo a sua inclinação e nunca irrigará a sua terra. Será preciso fechá-la num açude, fazer eclusas e colocar bombas para corrigir, para forçar a natureza e manter esta água no nível adequado. Do mesmo modo, se você deixar livre os cereais da Picardia, eles irão para Flandres, Holanda e Dinamarca e para onde quer que eles possam chegar por água, evitando cumprir qualquer trecho por terra, dado que não existe comparação entre os custos do transporte marítimo e os do transporte terrestre. Assim você abastecerá metade da Europa com os seus cereais, pelo tempo que eles quiserem, e não destinará um sesteiro<sup>3</sup> às províncias do interior do seu reino.

MARQUÊS – Não é sem razão que lhe admiramos. Sua explicação é claríssima e me permite entender perfeitamente a questão. Mas se se abrisse um canal?

CAVALHEIRO – Era aí que eu queria que você chegasse. Você se dá conta de que basta a abertura de um canal para alterar toda a política de uma província ou, até, de todo um reino no que se refere aos cereais? O grande Colbert estabelecia regulamentos, projetava canais, portos, etc. Talvez ele estivesse esperando a conclusão destes trabalhos para alterar seus regulamentos. Imitemos o grande Colbert e não o sigamos. Imitar e seguir são coisas muito diferentes embora muita gente as confunda. Façamos o que uma boa cabeça – como a do grande Colbert – faria hoje.

MARQUÊS – Na verdade, meu caro Cavalheiro, você me mantém numa aflição permanente. Ora o vejo repudiar a exportação, ora você me parece reconciliado com ela e eu não consigo saber, ao certo, qual é a sua opinião. Temo que suas idéias não sejam iguais às minhas e que você não consiga me provar que eu é que estou errado.

<sup>3</sup> Antiga medida de secos, equivalente a 3 ou 4 alqueires.

CAVALHEIRO – Somente a sua polidez é que pode considerar constituir uma humilhação não ter opinião semelhante à minha. Eu é que teria razão para estar alarmado. Mas para nos livrar destes temores recíprocos, diga-me: você tem idéias próprias sobre esta questão?

MARQUÊS – Para dizer a verdade, não há nada, neste particular, que eu possa, conscientemente, chamar de minhas próprias idéias. Nunca refleti sobre a questão. Contentei-me em ler tudo que aparecia sobre o assunto e li muito, a torto e a direito; pareceu-me, às vezes, estar persuadido; outras vezes eu não compreendia bem o que os autores queriam dizer e achava que a culpa era minha. Não é que eu não me apercebesse, de quando em quando, de uma espécie de charlatanice que me parecia suspeita. Sobretudo, numa certa obra, em que o autor afetava um estilo popular e vulgar para provar que dominava o assunto mas recorria a um jargão de padeiro. O autor parecia envergonhado de escrever em letras que não fossem itálicas não apenas as palavras sacramentais, mas inclusive os termos mais usuais: *pão branco, pão de rala, pão caseiro, preços caros, arraia-miúda, boa colheita, liberdade, moagem, panificação, abastecimento, compras*, etc. Tudo em letras itálicas, como se estas palavras viessem das Índias e, pela primeira vez, estivessem sendo importadas pela França. Esta mixórdia ridícula me desagradava muito e eu não conseguia terminar o livro. Percebi que o autor queria impor-se a mim por sua profunda erudição em panificação. Enquanto eu bem sabia que ele nunca havia comprado uma libra de pão em toda sua vida. Minhas idéias estão neste ponto.

CAVALHEIRO – Pois bem, minha situação é muito melhor do que a sua porque eu não li absolutamente nada. Eu apenas refleti. Ignoro se outros escreveram reflexões semelhantes às minhas, mas sou levado a crer que todas as cabeças organizadas como a minha ou o fizeram ou o farão. Assim, eu lhe direi o que penso, mas sem discutir, de jeito nenhum, as suas idéias, até porque você não tem nenhuma. Minha exposição será como a leitura de um livro, de mais um livro, que, ao que tudo indica, não é melhor do que todos os outros.

MARQUÊS – Seja como for, comece.

CAVALHEIRO – Será bastante longo.

MARQUÊS – Só é longo quando é aborrecido e você prometeu que não me aborreceria.

CAVALHEIRO – Você parece bem animado, não é? Depois do jantar eu até acharia mais razoável, mas agora...

MARQUÊS – Mas nós ainda temos tempo, comece, por favor.

*Um criado entra e anuncia que o jantar está servido.*

CAVALHEIRO – Está aí uma boa notícia para me tirar do aperto. Vamos comer nosso pão antes de decidir se devemos concordar com a sua exportação.

MARQUÊS – Na minha fraca opinião deveríamos proibi-la, pelo menos daquele que está na mesa.

CAVALHEIRO – Na minha também.

MARQUÊS – Passe, por favor.

CAVALHEIRO – Se o senhor manda, eu obedeço.

*Saem para jantar.*





## SEGUNDO DIÁLOGO

*Os interlocutores precedentes.*

*Após o jantar.*

MARQUÊS – Agora estamos em condições de concordar com a exportação de todo o pão do mundo; pelo menos até a hora da ceia. Assim, vamos poder deliberar à vontade.

CAVALHEIRO – Como é possível que o banquete de que acabamos de participar não tenha sido capaz de expulsar da nossa cabeça esta discussão sobre a fome? Vamos aproveitar o presente e afastemos todas as idéias sombrias. Você sabe que a tristeza é sempre penosa e que você está pretendendo chegar a ela pelo caminho mais curto?

MARQUÊS – Ah! Não é bem assim. Você me deixou cismado – o que não me ocorre com muita freqüência. Por isso, eu gostaria, se para você estiver bem assim, de continuar a discussão.

CAVALHEIRO – Se é isto que você quer, para mim está bem.

MARQUÊS – Refleti sobre o que você disse. Ficou claro que para você os exemplos não têm nenhuma importância, a não ser que eles se refiram a dois casos absolutamente semelhantes. Mas onde encontrar duas nações idênticas? Por esta mesma razão, você não leva em consideração as proposições políticas dos maiores estadistas. Os séculos, tal como os governantes, nunca se parecem uns com os outros. Os costumes, as leis, as descobertas físicas, o intercâmbio comercial, alianças políticas, tudo mudou, tudo muda e tudo mudará. Eu nem sequer ousei perguntar-lhe o que você pensa sobre as ordenações, nem sobre os inúmeros regulamentos que existem só para regulamentar os cereais, temendo exatamente que você me desse sempre a mesma resposta.

CAVALHEIRO – Pode estar certo de que eu daria sempre a mesma resposta. Que se as ordenações e os regulamentos foram estabelecidos, sem nenhum exame e sem nenhum motivo, mas apenas porque foram postos em prática em algum lugar, ou em algum tempo, só por pura casualidade eles poderiam ter algum valor. De resto, eu conviria que a maior parte dos antigos regulamentos, quando foram estabelecidos pela primeira vez, estavam repletos de sabedoria e razão, exatamente porque estavam em consonância com a época e as circunstâncias.

MARQUÊS – Ah! Me dá muito prazer ouvi-lo falar assim. Na verdade, todos estes autores modernos tratam os nossos ancestrais com muita dureza. A crer neles, dir-se-ia que andavam de quatro. Repetem, a cada linha, que eles ignoravam os verdadeiros interesses da nação, a balança comercial e os princípios da boa administração. Não respeitavam a probidade, nem a liberdade. Em suma, eles nos são apresentados como uma horda de tiranos cegos que espancavam com uma barra de ferro um bando de escravos estúpidos. Os mais gentis e os mais reservados dentre esses escritores contentam-se em nos dizer que nossos ancestrais eram um pouco idiotas. Toda esta conversa fiada sempre me aborreceu muito, sobretudo porque me parece incontestável que nós descendemos de nossos ancestrais.

CAVALHEIRO – Fique tranqüilo, Marquês. Estas leis eram boas e você desce daqueles que as fizeram. Os que as criticam talvez descendam daqueles que as criticaram no momento em que foram feitas. A história, o quadro único que nos resta dos costumes passados, garante-nos a sabedoria e a utilidade de um grande número de leis que hoje já não servem porque não são mais adequadas à realidade. Admiraremos, pois, a sabedoria dos nossos pais e procuremos imitá-los fazendo aquilo que convém ao nosso século.

MARQUÊS – Mas quem será o nosso guia?

CAVALHEIRO – A nossa razão. Nós não a temos? O que não podemos é pedir emprestado a razão dos nossos pais ou a dos nossos vizinhos; usemos a nossa. O bom senso é o único poder soberano que nunca fica vago. Para ele tem sempre lugar. Estabelecamos princípios tirados da própria natureza das coisas. O que é o homem? Qual a relação entre o homem e seu alimento? Apliquemos depois estes princípios à época, aos lugares e às circunstâncias. De que reino se trata? Qual a sua localização? Quais os seus costumes; o que pensa; que vantagens pode obter e que riscos deve evitar? A partir daí podemos decidir. Se a razão for verdadeira, de que servem o exemplo e a autoridade? Euclides nunca precisou recorrer à autoridade dos autores clássicos para demonstrar que é reto o ângulo do semicírculo. Por acaso ele disse que em alguma cidade da Grécia se agia assim? Claro que não; ele apenas demonstrou e pronto.

MARQUÊS – Saiba, meu caro cavalheiro, que isto me vem a calhar. Tenho a memória fraca e não brilho pelas citações. Se você fosse adepto de apoiar suas opiniões nas das autoridades, eu teria desempenhado aqui o papel de mudo ou,

quando muito, o de um confidente. Mas se a nossa discussão vai fundar-se apenas nas nossas reflexões, eu já li tantas destas brochuras que, mesmo que só tenha retido um quarto do que li, isto já é o bastante para que eu possa fazer bela figura ao seu lado.

CAVALHEIRO – Tanto melhor. Quer dizer que nestes livros que você leu há muitas coisas que eu ignoro?

MARQUÊS – Se há muitas? Eles regurgitam e são todas idéias afins.

CAVALHEIRO – E estabelecem princípios?

MARQUÊS – Princípios? Deixe-me ver... Creio que sim. Ah!, sim. Claro que estabelecem. Em primeiro lugar, eles estabelecem como princípio fundamental (creio, inclusive, que constitui o eixo do seu pensamento) que a agricultura é a base da riqueza de um país.

CAVALHEIRO – A agricultura é a base das riquezas de um país? Eles se expressam exatamente nestes termos?

MARQUÊS – Creio que sim... ou de maneira muito semelhante... Você sabe que a minha memória não é muito boa.

CAVALHEIRO – Se eles dizem precisamente como você acabou de dizer, partem de um falso princípio.

MARQUÊS – O quê? A agricultura... o solo... a propriedade da terra... o produto líquido... a classe produtiva... Ah! Você está brincando: isto é um axioma.

CAVALHEIRO – Falso.

MARQUÊS – Mas como?

CAVALHEIRO – E em Genebra?

MARQUÊS – Como assim? O que você quer dizer?

CAVALHEIRO – Que Genebra não tem território. Assim como há outros Estados soberanos que também não têm. Portanto, a agricultura não é a riqueza destes países.

MARQUÊS – Ah! Sei. Eu tenho razão de dizer que você está brincando. Onde, diabos, você foi buscar Genebra? Quem se lembra dela quando a questão é Paris?

CAVALHEIRO – Eu lembro. E por que não? Os habitantes de Genebra não são seres humanos? Não constituem uma sociedade política que requer leis e administração? Eles também não precisariam saber como deve ser conduzida a importante política dos cereais? De acordo com seu princípio, veja bem onde você vai parar.

MARQUÊS – Sei lá; eles se arranjarão em Genebra como quiserem. Você pensa que eu sou algum síndico? Espere aí; é melhor eu dar a mão à palmatória. Talvez eu tenha expressado mal o que dizem os nossos escritores. Claro que há cidades, países, Estados soberanos que não têm terra e, por conseguinte, não têm agricultura. Mas estes autores escreveram na França, foram impressos em Paris e queriam falar deste país e de nenhum outro.

CAVALHEIRO – Você então admite que eles não falaram dos pequenos Estados soberanos, como Genebra, Frankfurt, Lucca, etc., nem dos insignificantes, como a Holanda, Gênova, etc., dentre os quais há alguns que têm um território tão pequeno – ou este é de tão má qualidade – que certamente a agricultura não constitui a fonte das suas grandes riquezas, e, finalmente, que eles não disseram nada sobre as grandes monarquias, tais como a Rússia, a Turquia, a Espanha, etc.?

MARQUÊS – Até aí eu concordo. Mas o que deveriam fazer? Eles só queriam o bem da França.

CAVALHEIRO – E para obtê-lo, deveríamos ter-lhes dito, como Hamilton: “Belier, meu amigo, você não poderia começar pelo começo?”, observar os casos mais simples, as combinações menos complexas, os pequenos governos, agindo como um pintor que sempre faz um pequeno esboço antes de traçar um grande quadro? Euclides começa pela linha, pelo ângulo, pelos triângulos, para chegar ao quadrado, ao círculo, ao pentágono, etc.

MARQUÊS – Não foi isto que fizeram, mas se isso para você é tão importante, eu concordaria que eles agiram errado, porque eles escreveram tanto que fazer isto não lhes teria custado muito. Mas uma coisa você não pode negar, ou seja, que a agricultura é, inegavelmente, a base da riqueza da França.

CAVALHEIRO – Ei! Eu não ando tão rápido quando penso! Não sei ainda como é a França; qual a sua força principal, se a indústria ou a agricultura. Claro que sei que num grande país há de tudo, porquanto nem as províncias que o compõem são idênticas, dado que há algumas em que há indústrias, outras em que o predominante é a agricultura e outras, ainda, que são uma mescla das duas coisas. Mas se for verdade que a agricultura constitui a base da riqueza da França, não será menos verdade que estes autores raciocinaram mal.

MARQUÊS – Por quê?

CAVALHEIRO – Porque não se pode, nunca, tomar por axioma uma proposição cuja proposição contrária é, às vezes, verdadeira. Porque este princípio, enunciado em termos gerais, é falso e porque, para aplicá-lo ao caso particular da França, seria preciso demonstrar, antes, que ele lhe era adequado, o que não fizeram.

MARQUÊS – Como você é complicado. Vamos ver o que você diz agora de mais um dos seus princípios fundamentais de que acabo de lembrar-me. Segundo eles, o preço alto do trigo não prejudica em nada nem às manufaturas, nem aos artesãos, porque se é verdade que, de um lado, eles pagam o pão mais caro, é verdade também que os agricultores e os arrendatários, tendo vendido a preço melhor o seu trigo e tendo ficado, por conseguinte, mais ricos, lhes darão mais trabalho e lhes farão mais encomendas. Tiram, deste princípio, como você pode inferir, inúmeras conseqüências que me parecem muito justas.

CAVALHEIRO – Posso dizer-lhe francamente o que penso deste outro princípio?

MARQUÊS – Por favor.

CAVALHEIRO – Pois bem; ele é um tantinho falso e... sobretudo, muito vicioso.

MARQUÊS – Como vicioso?

CAVALHEIRO – Ele dá voltas sobre si mesmo e faz um círculo que nós chamamos de vicioso, porque não nos permite avançar nada.

MARQUÊS – Como assim?

CAVALHEIRO – É que se o arrendatário rico dá mais serviço ao artesão, o artesão rico consumirá mais produtos da terra. Portanto, não é necessário que

se comece por enriquecer ao arrendatário para fazer florescer as manufaturas. Você poderia dizer – com a mesma veracidade – que se se enriquecesse o operário ele faria a agricultura florescer. Por isso é que este princípio é vicioso e é também, como lhe disse, um pouquinho falso. O arrendatário ou o camponês não consomem nem à medida nem à proporção que enriquecem. Sua vida dura, laboriosa, frugal, morando em aldeias, distantes das comparações (fonte inevitável de vaidade e de luxo), afastados, portanto, do espetáculo da opulência, reduzem-no, quase sempre, ao estado natural do homem que tem poucas necessidades e poucos desejos. O camponês acumula, tem prazer em economizar, entesoura e esconde embaixo da terra. O artesão, ao contrário, vive nas cidades. Tudo que ganha ele gasta, dissipa. Inclusive, é muito comum ver que quanto mais ele se destaca em sua especialidade, mais ele adquire os vícios comuns aos habitantes das cidades; em suma, tudo que o artesão, seja grande ou pequeno, ganha durante a semana, ele gasta no domingo, uns no bordel, outros em coisas de luxo para a casa. Ora, se ele bebe ou come, no domingo, todo o ganho da semana, você há de convir que ele o restitui à agricultura com mão pródiga e liberal. Sabe em que reside o erro destes seus escritores, erro do qual eles nunca se deram conta e que gerou todos os demais? É que eles acreditam que o homem consome sempre a mesma quantidade de alimentos. Isto é tão falso, que existe uma diferença de mais ou menos  $\frac{1}{3}$  do que o homem pode consumir – a mais ou a menos – sem prejudicar sua saúde. O total do consumo não é, portanto, uma quantidade fixa e constante, assim como não é proporcional apenas à quantidade de habitantes. Ele constitui uma razão composta pelo número de habitantes e a sua opulência. Eles podem comer mais ou menos, sem que se perceba de imediato uma diferença significativa. Mas é imensa a diferença entre um povo pobre – que se alimenta mal e que sofre – e um povo rico e feliz: quanto mais este último se alimenta, mais ele trabalha. A população aumenta devido à maior fecundidade das mulheres; haverá menos doentes e os doentes mais bem cuidados escaparão mais facilmente à morte. A população terá uma perspectiva de vida mais longa. Enfim, repito, o mesmo efeito causará imensas diferenças.

MARQUÊS – Você faz uma sutil anatomia do homem.

CAVALHEIRO – É que é preciso fazê-la se é de homens que queremos tratar. É preciso tê-los estudado bem para propor-se a governá-los. Digo que mil artesãos ricos darão um impulso ao consumo, imprimirão mais movimento

ao dinheiro, aos gêneros alimentícios e às manufaturas do que dois mil arrendatários com padrão de riqueza semelhante. É por isso que a nação inglesa (diga-se de passagem), embora laboriosa, industriosa, paciente, não conseguiu, até agora, fazer suas manufaturas prosperarem tanto quanto ela gostaria, e esta é a razão pela qual elas sempre sairão perdendo na concorrência, não apenas com as manufaturas francesas, mas, inclusive, com as alemãs. Por mais que os ingleses façam leis, seus costumes resistem e os costumes são sempre mais fortes do que as leis. Entre eles, se um arrendatário vê um enfeite, um bordado, acha logo que é coisa do diabo, reclama do luxo, do escândalo, do *french-dog*, e, claro, as manufaturas não se desenvolvem. O camponês se manterá no limite da conveniência, mesmo esbanjando frugalidade, mas ele pára aí.

MARQUÊS – Sua lógica me fere cruelmente, cavalheiro. Ela é espinhosa como a espinheira. A gente não sabe por onde pegar, sem se espetar. Ah! Viva os meus escritores, que têm muito menos arestas. Eles estabelecem grandes princípios, que ninguém pode contestar, dos quais tiram todas as conseqüências, francamente, claramente, a torto e a direito, sem obstáculos e tudo isto num tempo bem menor do que nós gastamos para começar a estabelecer os nossos.

CAVALHEIRO – O que você quer que eu faça? Sou assim. Permita-me, porém, fazer-lhe uma última pergunta sem aborrecer-lhe. A partir de que ponto de vista os seus escritores encararam a legislação dos cereais?

MARQUÊS – O que você quer dizer? Como sob que ponto de vista? Sob o da agricultura... E há duas maneiras?

CAVALHEIRO – Claro. Os cereais podem ser considerados como produtos do solo e, desta perspectiva, pertencem ao comércio e à legislação econômica. Podem – e devem – também ser encarados como matéria de primeira necessidade e a primeira necessidade na ordem civil das sociedades e, deste ponto de vista, competem à política e à razão de Estado. Diga-me, quando você abastece uma região fronteira ou quando você põe em marcha um exército, quando você equipa um navio, você não pensa tanto (ou até mais) no trigo, no pão e no biscoito do que na pólvora e no canhão? O que digo é tão verdadeiro que em todos os tratados de paz você verá que os víveres são considerados contrabando de guerra e que as potências neutras estão proibidas de fornecê-los ao inimigo, com a mesma severidade que lhes é proibido fornecer-lhes armas e munições de guerra. Ora, o que é verdadeiro num pequeno Estado soberano,

formado de uma única cidade, pode ser aplicado também aos Estados de extensão média e, assim, de grau em grau, o princípio aplicar-se-á, igualmente, às grandes monarquias, tendo-se em conta, entretanto, as diferenças que decorrem da extensão territorial, da localização, do seu poderio e dos produtos da terra. E isto deve ser calculado, discutido e aprofundado.

MARQUÊS – Desta vez enrubesci, por mim e pelos meus autores. Por eles, porque, na verdade, nem sequer suspeitaram; por mim, que durante tanto tempo estive na guerra. Eu sei muito bem que a coisa mais importante durante as operações militares é encontrar víveres. Lembro-me de uma vez, foi em 43... Ah! Foi excelente! Nós tínhamos que fazer uma marcha...

CAVALHEIRO – Façamos uma parada na sua marcha e voltemos aos nossos quartéis. Segundo você afirma, as questões políticas e as razões de Estado, diante das quais qualquer outra consideração torna-se secundária, nem sequer foram levadas em consideração pelos seus escritores, e a palavra *viveres* nem sequer foi pronunciada.

MARQUÊS – É a pura verdade. Eu concordo e me rendo, mas devo acrescentar agora uma reflexão bem triste. Até agora, tendo em vista minhas leituras muito ricas em silogismos, eu me considerava em condições de enfrentá-lo; no entanto, você acaba de me demonstrar que, dos meus dois princípios fundamentais, um era vicioso e o outro, falso, ou, pelo menos, superficialmente formulado, e que meus autores nem sequer consideraram a matéria do ponto de vista mais delicado e mais importante. Estou bem arranjado! Pode falar que estou escutando. Já vi que com você vou desempenhar sempre o papel de mero confidente.

CAVALHEIRO – Nem sempre, nem sempre. Na casa de Madame...

MARQUÊS – Deixemos isto; pode falar que estou ouvindo.

CAVALHEIRO – Por onde começo?

MARQUÊS – Por onde você quiser.

CAVALHEIRO – Bem, se posso escolher, começo por Genebra.



MARQUÊS – O quê? Outra vez esta pobre Genebra no meu caminho? Você não poderia pegar um atalho e levar-me direto para a França, aonde estou impaciente para chegar?

CAVALHEIRO – Isto, sinceramente, eu não posso.

MARQUÊS – Está bem, vamos para Genebra. Mas ficaremos muito tempo lá?

CAVALHEIRO – Apenas o tempo para trocarmos os cavalos.

MARQUÊS – Mas por favor, diga-me, de onde vem este seu amor por Genebra? Por que vamos parar lá?

CAVALHEIRO – Porque é preciso entender as diferentes determinações políticas, em relação aos cereais, que são adotadas nos pequenos Estados soberanos, nos médios e nos grandes. Nos pequenos, o trigo é de exclusiva alçada da política, enquanto nos grandes ele pode não passar de uma questão comercial. Os pequenos Estados soberanos são susceptíveis a determinações administrativas que, em função de sua própria dimensão, tornam-se impraticáveis nos grandes, do mesmo modo que se pode fazer uma máquina com quatro rodas, mas não uma com mil. Minhas palavras só confirmam que os nossos ancestrais, a respeito dos quais falávamos há pouco, eram sábios. Eles administravam pequenos Estados soberanos, tais como a Bretanha, a Provença, o Delfinado ou, inclusive, cidades isoladas como Metz, Estrasburgo, Lyon, etc., enquanto nós, atualmente, nos ocupamos de todo o império francês, que reúne num só corpo todos estes membros esparsos. Nossos ancestrais encaravam os cereais à luz apenas da política e da razão de Estado, enquanto nós, hoje, só os consideramos da perspectiva do comércio. Assim, não é de surpreender que, submetidos a óticas tão distintas, não fossem submetidos a legislações também muito diferentes.

MARQUÊS – Foi brilhante. Fiquemos em Genebra.

CAVALHEIRO – Eu sabia que você iria gostar de Genebra. Eu dizia que uma cidade sem território não poderia prejudicar os agricultores que ela não tem, e que ela não tem nada a fazer com os nossos discursos sobre importação e exportação. Tendo em vista que ela compra fora todo o cereal de que necessita, não pode controlar o vendedor, que não é súdito seu. Portanto, se quiser

entregar aos particulares o abastecimento integral de seu mercado, ela terá que concordar com uma liberdade absoluta e irrestrita, pois o monopólio que as famílias mais ricas do país poderiam exercer sobre seus cidadãos – açambarcando a compra e a venda dos cereais – é o único inconveniente que poderia temer, mas a própria liberdade, se ela for absoluta, impediria o monopólio. Regra geral, só quem pode impedir o monopólio é a concorrência, pois qualquer outro meio é tão prejudicial e perigoso quanto o mal. Portanto, liberdade absoluta a quem quer que – cidadão ou estrangeiro – queira comercializar com os cereais, na cidade. É verdade, entretanto, que haverá outros inconvenientes neste pequeno Estado soberano, mas estes não poderão ser evitados por este meio.

MARQUÊS – Quais?

CAVALHEIRO – Um pequeno Estado soberano, em geral, está encravado em algum outro Estado, freqüentemente em uma grande potência que o circunda por todos os lados. Ora, a razão de Estado exige que não apenas ele tenha seu próprio mercado bem abastecido, mas que tenha provisões e cereais armazenados em quantidade suficiente para resistir a um cerco de alguns meses. Sem isto, o poder vizinho pode surpreendê-lo a qualquer momento com uma guerra imprevista e, sem muito esforço, inclusive sem ocupação, um bloqueio poderá reduzi-lo pela fome. Mas se ele tiver bons armazéns, como tem bons bastiões e cidadãos prontos a morrer pela pátria, ele pode resistir ao cerco, convocar seus aliados e o equilíbrio político da Europa disporá de tempo para acudi-lo. Mas se ele deixar o abastecimento da cidade a cargo dos particulares, os armazéns nunca estarão bem providos e neles não haverá alimento suficiente para todo o povo. É preciso considerar que os particulares sempre comerciam com o menor dispêndio possível. É a pronta circulação e o imediato retorno dos seus investimentos que representa o seu lucro. Todo comerciante é parcimonioso em seus investimentos; um dispêndio maior do que o necessário parece-lhe um dinheiro perdido que ele lamentará e este é o segredo dos comerciantes de fósforos. Assim, eu aposto que num pequeno Estado soberano em que um particular fosse o único encarregado do abastecimento, em caso de alarme súbito, por mais que se procurasse, não se conseguiria provisões para mais de quinze dias.

MARQUÊS – E qual o remédio para isto?

CAVALHEIRO – É preciso, neste tipo de Estado soberano, que o abastecimento seja da alçada do governo e que os cereais sejam estocados em armazéns públicos.

MARQUÊS – Ai! Por favor! Nem me fale de *armazéns públicos*, de *anonas*, de *magistrados* e de *abundância*. Discordo totalmente deles e sobre esta questão eu estou convencido. Este é um monopólio indigno, injusto e oneroso ao povo, uma fonte de abusos, de pilhagens, uma perda real para o Estado.

CAVALHEIRO – Mas e se eu lhe apontasse uma outra forma de administração em que o abastecimento caminhasse da melhor maneira possível e sem abusos, o celeiro mais bem regido do mundo, você se reconciliaria com eles?

MARQUÊS – Bem, se você puder me indicar um único que seja.

CAVALHEIRO – E, no entanto, você o tem sob os olhos.

MARQUÊS – Onde? Qual?

CAVALHEIRO – O alforje do irmão mendicante dos capuchinhos.

MARQUÊS – Ah! Você está sempre brincando. Que diabo! Nós agora estamos falando de coisas sérias; trata-se de governar os homens e você vem com esta história de capuchinhos.

CAVALHEIRO – É porque eu os considero homens. Peço-lhe que reflita um instante sobre o abastecimento do refeitório dos capuchinhos. Veja quão difícil isto parece inicialmente. Sua coleta é totalmente precária, baseada em esmolas que variam ao infinito, dependendo do lugar, da estação e do ano. Apesar disto, apesar da pobreza extrema dos capuchinhos, provavelmente nunca ocorreu que um deles tivesse ficado sem o seu pão para o jantar. E eles jamais pretenderam mudar o seu sistema; jamais pretenderam dar a cada um deles a liberdade absoluta de prover-se, mas, mesmo assim, tudo corre às maravilhas. Vamos ver agora quais são as causas naturais deste grande milagre de São Francisco. 1.º) O pequeno número que compõe a sua comunidade. No máximo, tem-se que administrar cem ou duzentas pessoas. Numa comunidade pequena é difícil introduzir grandes abusos, pois se fica muito às claras e não dá para roubar muito. 2.º) (E este é o mais importante.) Ao anoitecer, quando os religiosos já retornaram, trancam-se as portas e ninguém mais entra. Assim, o

irmão cozinheiro sabe, antecipadamente, o número certo dos que irão comer e pode ter certeza de que não haverá nem mais nem menos. Deste modo, tudo é regulado. Bastaria que mais quatro pessoas aparecessem para, de imediato, desorganizar toda a economia. Apliquemos estas assertivas teóricas às grandes cidades e veremos o quanto são esclarecedoras. Primeiramente, se uma cidade tem uma pequena população, o armazém público poderá, durante um longo tempo, ser bem administrado, sem abusos. Mas, antes de mais nada, é preciso saber se uma cidade pode fechar suas portas ou não. Se for um pequeno Estado isolado, poderá fazê-lo sem cometer injustiça; fecha as suas portas em momentos de escassez, expulsando todos os estrangeiros a quem, dado que não são seus súditos, ele não deve nada. No entanto, se uma cidade faz parte de um reino, com que direito ela pode expulsar súditos de um mesmo soberano, sem cometer uma iniquidade? Como planejar antecipadamente o abastecimento se você não sabe o número dos que deverão alimentar-se? E se você ignora isto e não toma precauções para limitá-lo, os abusos, os roubos, as pilhagens e as desordens tornam-se inevitáveis. Um imenso depósito poderá desaparecer num piscar de olhos, sem que ninguém seja pego em flagrante delito. Portanto, meu caro Marquês, você pode, em certas circunstâncias, reconciliar-se com os celeiros, toda vez que se tratar de uma cidade comparável a um convento de monges.

MARQUÊS – Esta é uma das boas obras de caridade que os capuchinhos nunca tinham feito. Eu estava indignado com os celeiros, a tal ponto que não podia nem ouvir a palavra, e eles conseguiram que eu me reconciasse com a idéia. Não sei se estou enganado, mas me dou conta, agora, de uma infinidade de coisas na história e inclusive no nosso século de que nunca tinha percebido a verdadeira razão. Vejo...

CAVALHEIRO – Você vê que todas as cidades da Itália, como Gênova, Lucca, Placência, Parma, Verona, Pádua, Milão, etc., eram tanto pequenos Estados isolados quanto conventos e, por conseguinte, seu sistema de abastecimento e de anonas era bom politicamente, cômodo, na prática, e útil aos cidadãos.

MARQUÊS – Só porque você é italiano, pensa que toda vez que me ponho a refletir eu volto meus olhos para a Itália. De jeito nenhum. Eu reflito sobre o nosso velho tempo e vejo que, na França, todas as nossas cidades, nos momentos de agitação e guerras civis, eram, também, praças-fortes. Por toda parte, o governador e o prefeito, com os seus almotacés, eram responsáveis pela população. O que importava é que um povo propenso à deserção esti-

vesse sempre contente. Daí é que veio a distinção, que ainda existe, entre cidadão e estrangeiro. Pouco importava ao governador de Amiens que Abbeville se revoltasse por causa da escassez, já que ele só era responsável pelo seu governo. Ele providenciava as provisões de acordo com o número dos seus habitantes e fechava a porta tão logo visse muita gente. Era assim que o rei era servido e era assim que as coisas andavam. A mim, se me conferissem o governo de uma praça-forte, eu providenciaria para que jamais faltasse pão. Faria minhas provisões e, a cada dia, eu as distribuiria de porta em porta a todos os chefes de família. Trataria de saber exatamente quantos eram, de modo que jamais me roubariam um alqueire de farinha. Mandaria fuzilar o primeiro que imaginasse levar, portas afora, um pão de quatro libras. Não é um bicho de sete cabeças quando se sabe tomar as providências necessárias.

CAVALHEIRO – E você trataria o habitante de uma cidade vizinha como estrangeiro e até como inimigo. Se o consumo for fixo e você souber a quanto monta, nada é mais fácil do que saber como os cereais foram empregados. Portanto, eu tinha razão quando lhe disse que um pequeno Estado soberano pode ter um celeiro público e pode entregar aos cuidados do governo a totalidade do seu abastecimento. Este pequeno Estado terá, assim, um armazém que lhe permitirá resistir a um longo cerco. Mas este sistema tem ainda outras vantagens.

MARQUÊS – Eu ainda não percebi quais. Mas você vê que eu sou justo; prestei atenção enquanto você disse coisas razoáveis. Mas agora você há de convir comigo que um armazém público faz cessar, imediatamente, todo o comércio de cereais que os particulares poderiam realizar. Seu pequeno Estado soberano fica sem poder contar com este ramo de comércio e isto é um inconveniente.

CAVALHEIRO – E esta é precisamente a segunda vantagem. Não se assuste e me escute. Qual é o espaço, a riqueza e a força de uma cidade que não tem nem solo, nem agricultura? As manufaturas. A manufatura é uma espécie de produção na qual algo é acrescentado à matéria-prima. Num país como este de que estamos tratando, o objetivo do governo deve ser sempre aumentar e encorajar a manufatura. Ora, o comércio de cereais não é manufatura; ele nada acrescenta à matéria-prima. Portanto, é preciso levar o cidadão a não se dedicar a ele. Se obtém lucro é porque vende os cereais aos cidadãos mais caro do que os comprou no exterior. Este é um verdadeiro tributo e é melhor

um imposto em benefício do Estado do que dos particulares. Se houver ganho, o melhor é que ele caiba ao Estado e, se houver perda, é infinitamente melhor que o Estado arque com ela, pois que lhe é mais fácil suportar o embate. Quando a perda cabe ao Estado, ela se divide por todos os cidadãos igualmente e torna-se menos sensível a cada um deles. O Estado tem mais crédito e pode repará-la mais facilmente.

MARQUÊS – Mas o governo sempre fará investimentos maiores do que os particulares. Concordo, claro, que se poderiam evitar as grandes malversações de recursos, mas dificilmente se evitariam as pequenas. Um particular economiza muito mais, especula com muito mais cuidado do que um magistrado que apenas desempenha os deveres do seu cargo.

CAVALHEIRO – Isto é verdade. Mas quando o abastecimento interessa à política, deixa de ser objeto de comércio. O armazém para os cereais, sem dúvida, implicará em custos, mas esta será uma despesa tão necessária quanto aquela necessária à manutenção dos exércitos e todas aquelas relativas à segurança do Estado. As vantagens a que me referia, no entanto, compensam esta perda. Finalmente, a terceira vantagem sobre a qual vou me referir é compensada com a usura. Afirmei que um pequeno Estado sem território não podia subsistir senão por suas manufaturas. Você já considerou qual é a diferença fundamental entre os produtos da terra e os manufaturados?

MARQUÊS – Não me lembro se li sobre isto. Mas pensar, nunca pensei seriamente...

CAVALHEIRO – Pois vou lhe dizer: é que não há bom ou mau ano de colheita na manufatura. Os relógios de Genebra não temem as geadas, o granizo, nem as secas. Pense, agora, no que resulta desta diferença. Se, num determinado ano, o seu vendedor de vinho em Champagne lhe avisa que houve geadas nas vinhas e que, por isso, será preciso pagar pelo vinho o dobro do que ele custa normalmente, você refletirá e se disporá a fazê-lo. Mas, o que é que você diria se um relojoeiro lhe pedisse oito luíses por um relógio feito em 1760, argumentando que neste ano o trigo esteve caro, e que por um relógio semelhante, mas feito no ano de 1761, um ano de muita abundância, ele só cobra seis luíses. O que é que você lhe diria?

MARQUÊS – Já entendi perfeitamente o que você quer dizer; claro que um argumento destes seria absolutamente ridículo.

CAVALHEIRO – Você vê a diferença. Bom ou mau ano, para a manufatura é indiferente. Ela tem que produzir a mesma quantidade de relógios, pois, se num ano, ela diminuir a quantidade de trabalho, o que ocorrerá com as mãos que nela estão regularmente empregadas? Como viveriam estes infelizes trabalhadores? Por outro lado, os relógios devem ser vendidos sempre ao mesmo preço. Você não pode aumentá-lo num ano para diminuí-lo no ano seguinte, o que seria absurdo e ridículo. Também não pode elevar o preço para mantê-lo sempre alto porque isto o levaria a perder na concorrência com as manufaturas dos outros países. Uma nação não compra relógios de Genebra preferencialmente aos da Inglaterra, a não ser porque lá eles estão mais baratos. Se os preços variassem ou fossem considerados mais caros este ramo do comércio poderia estar perdido. O preço da mão-de-obra deve, por conseguinte, ser calculado sobre o da venda do produto. Se se vendem sempre ao mesmo preço, a jornada do trabalhador será inevitavelmente paga sempre com a mesma quantidade de dinheiro. O empresário da manufatura não pode, portanto, aumentar o preço diário da mão-de-obra que ele emprega. Os trabalhadores não podem nem encomprar seus dias de trabalho, nem multiplicar seus braços. Eles trabalham já todo o ano, durante todo o dia, e tanto quanto eles têm força. Entretanto, o preço do pão aumenta e seus salários não podem aumentar. Se os trabalhadores forçaressen os empresários, cometerão uma injustiça e os arruinarão, pois eles serão obrigados a vender, depois, com prejuízo. Assim sendo, ou o trabalhador ou o empresário entrará em desespero, pois diante desta situação é inevitável que falte pão a um ou que o outro tenha que pagar ao trabalhador um preço maior do que aquele pelo qual venderá o produto. Nestas condições, a única solução é fazer com que o pão seja vendido sempre pelo mesmo preço.

MARQUÊS – Então é preciso taxá-lo.

CAVALHEIRO – Deus nos livre. Não existe nada mais injusto, mais atroz e mais louco do que taxar o preço de um gênero alimentício que ainda não se comprou. Não se tem este direito. Sabe quanto isto custa aos particulares?

MARQUÊS – Pode-se fazer o cálculo e ficar sabendo.

CAVALHEIRO – Não se pode e não se deve. Quem é que pode calcular e saber que quebra, que prejuízo posso ter sofrido? Eu posso ter pago caro. Cabe a mim, se banquei o tolo, tentar sair desta da melhor maneira possível, mas ninguém tem o direito de interferir. Regra geral, o preço do pão só deve ser

fixado quando é o próprio governo que o compra e é o armazém público que o fornece ao povo. Neste caso, não se trata mais de uma especulação dos particulares, nem de uma questão comercial. O poder soberano vende o pão com algum lucro nos anos de abundância e com algum prejuízo nos anos de penúria, sustentando, porém, sempre o mesmo preço. Sem as incertezas decorrentes das vicissitudes das estações, o trabalhador tem, então, condições de saber de quanto precisa para viver e, com base nas suas necessidades, pode estabelecer o preço da sua jornada. O empresário que calcula, ao certo, o custo de um produto pode, sem se enganar, estabelecer o preço de venda. Desta forma, tudo vai bem e todos os anos são iguais. O Estado tem crédito suficiente para sustentar a perda durante bastante tempo, enquanto aguarda os anos de fertilidade que irão repará-la. Mas, sobretudo, a grande vantagem deste sistema é que se o armazém público vende com lucro, o governo pode deixar os habitantes dos países vizinhos virem comprar tanto pão quanto quiserem, pois isto significa mais lucro para o armazém. Mas, se, ao contrário, o armazém vende com prejuízo, o governo pode fechar suas portas, que são ao mesmo tempo as da cidade e as do reino, e vender só para os seus súditos. O resto do mundo fará o que quiser e puder, sem que se tenha cometido qualquer injustiça.

MARQUÊS – Sua argumentação resolve uma questão que sempre me intrigou. Não conseguia compreender por que, em épocas de fome, os jovens artesãos eram os primeiros a esbravejar e a se revoltar. Sempre achei que eles eram os mais rebeldes, mas sempre me perguntei de onde advinha este espírito sedicioso e turbulento. Cidadãos urbanos, amolecidos pela vida sedentária, polidos pela vida em sociedade, como podiam eles ser mais ferozes, mais bravos, inclusive, do que os próprios lavradores? Porque o fato é incontestável: em tempos difíceis, os primeiros a se amotinar são sempre os jovens tecelões, os tapeceiros, etc. Nunca se ouviu falar, nestas ocasiões, de uma revolta dos vinhateiros.

CAVALHEIRO – Eles não são os mais rebeldes; são os mais famintos. Em anos de má colheita, não são os camponeses, os agricultores, os que ficam em situação mais lamentável. Eles possuem os poucos bens que o céu lhes deu e se o céu lhes deu muito pouco, pelo menos eles podem vender mais caro. A situação pior é a do jornaleiro, que fica imprensado – como se diz – entre a cruz e a espada; ele não pode nem avançar nem recuar. O pão é caro e não podem lhe pagar mais pelo seu serviço. O desespero faz dele um revoltado.

MARQUÊS – Mas, Cavalheiro, eu vejo aqui um problema. Para você, o armazém público é condição para que as coisas corram bem para as manufaturas, su-



pondo que a cidade seja um Estado soberano isolado. Mas, e se ele fizesse parte de um reino, você ainda conservaria o celeiro?

CAVALHEIRO – Claro que não e já lhe disse a razão. Quando não se pode, sem ser injusto, fechar as portas, não há lugar para anonas públicas. Por isso é que eu aprovo os celeiros em Genebra e, ao mesmo tempo, fiz-lhe severas críticas por defender sua existência em Roma. Roma é a capital de um país de vasta extensão e incapaz de ser inteiramente abastecida por um sistema de armazenagem. Ademais, na sua qualidade de metrópole do catolicismo, ela não poderia, sem causar escândalo, expulsar aqueles que vêm a ela para tratar de negócios ou por questões de fé. Os celeiros não têm nenhuma utilidade se o número de consumidores não puder ser reduzido a uma quantidade fixa e determinada.

MARQUÊS – Porque não seria possível manter o preço do pão sempre o mesmo se não se quiser taxá-lo.

CAVALHEIRO – Com certeza. O armazém público é o único que pode vender a um preço estabelecido por lei, pois é uma grande injustiça obrigar a isto os padeiros – que arcam com todos os riscos da desigualdade das diferenças nos preços de compra. No entanto, se, para tranquilizar os padeiros, você fixar o preço de venda dos cereais a ser praticado pelos agricultores, não seria preciso mais nada para destruir completamente a agricultura.

MARQUÊS – Mas, então, qual é o remédio?

CAVALHEIRO – Não creio que exista algum que seja realmente bom e provavelmente esta é a razão pela qual as manufaturas sempre se desenvolvem melhor nas pequenas repúblicas do que nos grandes reinos.

MARQUÊS – Neste caso, não temos mais porque nos preocupar tanto com o exame dos celeiros em Genebra, já que eles não podem ser aplicados às nossas grandes cidades manufatureiras. Creio que faríamos bem saindo desta cidade.

CAVALHEIRO – Eu não me oponho, mas já que ainda estamos na cidade dos relojoeiros, aproveitemos a ocasião e vejamos que horas são.

MARQUÊS – Em Paris (pois meu relógio marca as horas de lá) são exatamente cinco e meia.

CAVALHEIRO – Hora do espetáculo.

MARQUÊS – O quê? Você vai me deixar bem no meio da discussão?

CAVALHEIRO – Uma peça nova é como um dever sagrado.

MARQUÊS – Mas você continuará depois?

CAVALHEIRO – Quando você quiser.

MARQUÊS – Vamos combinar. Daqui a uma semana, nesta mesma casa. Está bem para você?

CAVALHEIRO – Se estiver bem para você, para mim está ótimo.

MARQUÊS – Mas venha cedo, antes que todo mundo tenha chegado.

CAVALHEIRO – Eu não faltarei.

## TERCEIRO DIÁLOGO

*Os interlocutores precedentes.*

*Em 24 de novembro de 1768, na casa de Madame \*\*\*, antes do jantar.*

MARQUÊS – Você é um homem de palavra. A dona da casa ainda nem entrou, de modo que teremos tempo de retomar a nossa discussão. Espero que saíamos de Genebra, onde, sem piedade, você me deixou durante oito dias.

CAVALHEIRO – Com todo o prazer.

MARQUÊS – Vamos, então, para Paris?

CAVALHEIRO – Nós passaremos pela Holanda.

MARQUÊS – Como assim?

CAVALHEIRO – É o nosso caminho mais curto.

MARQUÊS – Quando é que você vai parar de zombar de mim? Acha que eu sou tão ignorante em geografia quanto em economia política?

CAVALHEIRO – Deus me livre! Mas depois de termos observado o que convém a um Estado soberano extremamente pequeno, com apenas uma ou duas cidades, não deveríamos passar imediatamente para os grandes impérios. Vamos por etapas. Vejamos o que Estados de pequena extensão devem fazer. O que muda num pequeno e num médio? Isto nos permitirá ver claramente o que convém às grandes nações. Assim, a rota do raciocínio passa pela Holanda, ainda que este não seja o caminho geográfico.

MARQUÊS – Vamos, então, para a Holanda, se é o que você quer. Na verdade, você tem um poder mágico sobre as minhas vontades.

CAVALHEIRO – Há duas espécies de Estados soberanos pequenos. Alguns têm um território tão pobre, tão estéril, que não chegam sequer a contar para nada, sobretudo no que se refere à nossa questão, pois não produzem absolutamente nenhum cereal. São as Províncias Unidas, a República de Gênova, e outras. São, como Genebra, Estados – por assim dizer – sem território. Outros, ao contrário, ainda que de pequena extensão, são muito férteis, como a

Sicília, a Sardenha, o Milanês, Flandres, etc. Pois, ainda que estes territórios façam parte de outros Estados, eu os estou considerando, para efeito desta discussão, não como províncias, mas como se fossem, eles próprios, Estados. São países independentes, que seguem suas próprias leis e que constituem uma unidade. Só considero como província aqueles países que obedecem a outros e que não constituem um Estado independente. Vamos, primeiro, ver o que é mais conveniente para a Holanda, Gênova, etc. e, depois, veremos o que mais convém a países como a Sicília, a Sardenha, etc.

MARQUÊS – Cavalheiro, tendo em vista que estes países, ainda que maiores e mais poderosos que Genebra, estão quase na mesma situação, isto é, não ter cereais que sejam produto do seu solo, direi, muito sinceramente, que eles fariam melhor se adotassem o sistema que nós acabamos considerando como o mais conveniente para Genebra. Claro que digo isto sem pensar muito e movido apenas pelo desejo de concluir esta questão para chegar logo onde você bem sabe que estou impaciente para estar com você.

CAVALHEIRO – E é precisamente para que você não diga e não pense tal coisa que precisamos nos deter aqui um pouco mais. Arme-se de paciência. Quero fazer-lhe ver o quanto uma pequena diferença pode provocar grandes alterações. Nada do que convém a Genebra é bom para a Holanda ou Gênova.

MARQUÊS – Será possível?

CAVALHEIRO – Já vimos – se você está lembrado – que a razão de Estado, a primeira de todas as razões na ordem política, obriga aos Estados muito pequenos a absterem-se do comércio de cereais, que seria, para eles, uma verdadeira munição de guerra. Esta razão desaparece num Estado mais poderoso, pois, ainda que ele não seja capaz de sustentar com sucesso uma longa guerra, sua força é suficiente, pelo menos, para não temer ser surpreendido por um ataque repentino. Não se faz um cerco a uma província como se faz a uma cidade. É necessário pôr em movimento um grande exército para poder atacá-la e esta movimentação o denuncia, dando tempo de precaver-se. Em segundo lugar, nós havíamos dito que a força dos pequenos Estados reside nas manufaturas; ora, um país maior precisa, para subsistir, de algo mais do que de manufaturas.

MARQUÊS – Por quê?

CAVALHEIRO – Porque tais manufaturas, por mais numerosas e variadas que sejam, nunca empregarão muita gente. Uma cidade com trinta mil pessoas pode manter-se só com relojoaria ou tipografia. Mas isto é impossível para uma cidade com três milhões de habitantes, pois não é possível tornar uma metade relojoeiros e a outra metade, tipógrafos. Onde encontrar consumo para tantos maus relógios e livros ainda piores? Para alimentar três milhões de habitantes é preciso, além das manufaturas, contar com a navegação, chamada, em geral, de comércio marítimo ou simplesmente comércio. Esta, sim, a grande manufatura dos grandes países. Eu lhe disse que o comércio de cereais não poderia constituir uma manufatura para Genebra, mas poderá sê-lo num país que tenha uma marinha florescente. O transporte de um país para outro muito distante é uma espécie de manufatura: ele acrescenta o frete à matéria-prima e este frete emprega e permite muita gente subsistir. Não se deve, portanto, privar a Holanda de uma parcela considerável do comércio. Comércio este que se torna ainda mais valioso porque, ao comprar cereais para revendê-los em outro lugar, o comerciante holandês não prejudica a sua nação, pois quer ele consiga comprá-los muito barato ou os venda muito caro, o ônus recairá ora sobre a agricultura, ora sobre os consumidores dos outros países, mas nunca em prejuízo de seu próprio país. Azar de quem se deixou enganar! O país tornar-se-á cada vez mais rico e mais florescente devido à incompetência dos outros.

MARQUÊS – Compreendo muito bem esta diferença. Num país que não tenha mar nem comércio marítimo, como Genebra, quem quiser realizar o comércio de cereais terá que comprá-los no exterior para os revender a seus concidadãos. Assim, se os vender muito caro, ele os prejudicará e sua riqueza será o sumo – por assim dizer – daquilo que ele espremeu dos seus concidadãos. Mas quando os cereais são comercializados, como na Holanda, que os compra na Polônia para revendê-los em Portugal, o país não passa de um entreposto. Inclusive, freqüentemente, os navios carregados de cereais nem chegam a seus portos. Portanto, se o holandês monopolizar a venda ou a compra, tal monopólio pode prejudicar a Polônia ou Portugal, mas ele e seu país serão beneficiados. Isto eu entendo bem, mas voltemos aos nossos armazéns públicos.

CAVALHEIRO – Você os prefere num país de dois ou de três milhões de habitantes?

MARQUÊS – Ah!, por favor, Cavalheiro, você pode convocar todos os capuchinhos do mundo que eles jamais me convencerão de que estes celeiros são algo mais do que uma grande pilhéria.

CAVALHEIRO – Não vou convocá-los, porque sou da mesma opinião. Abastecer e alimentar, com regra e economia, dois, ou mesmo um milhão de habitantes, está acima das forças humanas porque está acima da capacidade humana descobrir as fraudes e está ainda mais acima das forças humanas resistir à tentação de um grande ganho, como aquele que se pode obter com a empreita de um vultoso negócio público.

MARQUÊS – Isto é verdade. Mas, se você não pretende taxar o pão, como fará para manter sempre o mesmo preço?

CAVALHEIRO – Claro que não mantereí o mesmo preço e você bem sabe por que. Manter o mesmo preço significa o mesmo que vender às vezes com prejuízo. Seria abominável e absurdo vender o pão sempre por um preço muito alto, de modo a não ter nenhuma perda, mesmo em anos de penúria. Ora, desde que haja risco de perda, é preciso poder fechar as portas para não ser arruinado pelos estrangeiros que vêm, durante a escassez, comprar cereais aqui. Países como a Holanda ou a República de Gênova não conseguirão se assegurar de que os cereais não serão contrabandeados para o exterior nos anos em que tiver sido proibida a exportação. Se você impedir os estrangeiros de virem comprar cereais, seus próprios súditos se encarregarão de subtraí-los, sob os mais variados pretextos. Ora será o abastecimento de um navio, ora fingirão ir de uma cidade a outra no interior do país, mas tão logo saiam do porto irão vender os cereais no exterior. Seus estoques se esvaziarão e você terá falhado nos seus objetivos, porque depois de ter feito seus súditos comerem, nos anos de abundância, um pão mais caro do que teriam pago se o comércio fosse livre, você não terá com que alimentá-los nos anos de carência, enquanto que os estrangeiros, que não tiveram que enfrentar esta perda, nos anos de abundância, partilharão das vantagens nos tempos de penúria e o farão às custas dos seus súditos.

MARQUÊS – Esta é a verdadeira história das anonas municipais sobre que escrevem os escritores judiciosos e que freqüentemente vi com meus próprios olhos. Agrada-me ouvi-lo fazer esta crítica.

CAVALHEIRO – É verdade, meu caro Marquês. A anona, em qualquer cidade ou em qualquer país que não possa fechar as fronteiras no momento que quiser, com facilidade e segurança, é detestável. Na época de abundância é um sacrifício e, na escassez, um imposto que só serve para matar de fome. O governo fia-se na capacidade de abastecimento de seus armazéns, e se eles falham, põem tudo a perder. Não adianta recorrer aos particulares porque, como o comércio

de cereais é proibido, sob acusação de contrabando, eles não o fazem e, por isso, sobretudo em tempos difíceis, não sabem onde ir buscá-los, nem por onde começar. Eles não têm representantes em outros países, nem armazéns, nem meios de transporte, seja por mar ou por terra. Todo comércio, até mesmo o de fósforos, é uma ciência. O neófito engana-se e é freqüentemente enganado. Toda ciência prática requer uma certa habilidade que só se adquire com exercício e tempo. Você pensa que vai poder contar com seus vizinhos? Mas se eles lhe subtraíram uma parte dos cereais é porque não tinham muito, de modo que ou não lhe darão nada ou lhe venderão os mesmos cereais que lhe tiraram, só que deteriorados pelo transporte, encarecidos pela duplicação do frete e por tudo o que a sua avidez tiver calculado como lucro. Você estará, então, obrigado a recorrer aos países mais distantes, recurso este insatisfatório, pois chegará tarde e pagará uma enormidade.

MARQUÊS – Você acaba de descrever a história da miséria na Itália.

CAVALHEIRO – Exatamente; e de tudo que aconteceu em Roma e em Nápoles, com Gênova e Livorno e, depois, com os cereais da Inglaterra, da Holanda e da Bretanha. Nápoles, cidade de 350 mil habitantes, tinha 500 mil no inverno de 1764, além dos das cercanias, aproximadamente uns 600 mil habitantes, que vinham todos os dias à cidade para comprar seu pão. Imagine se provisões calculadas para abastecer 350 mil consumidores poderiam atender a um milhão e cem mil bocas. A lei do preço fixo foi, então, infringida: diminuía-se o peso; aumentava-se o preço do pão, mas nem por isso diminuíram em nada os horrores da fome. O resultado de todo este espetáculo horrível, para mim, pode ser expresso nesta verdade bem simples: os homens – se você não puder impedi-los – vão em busca do pão onde quer que ele esteja. De modo que se não restasse um único pão de quatro libras numa cidade, nós assistiríamos a uma procissão bem curiosa, o inverso das outras. O pão iria à frente, como a caça, e todos os habitantes, dois a dois, seguiriam atrás, a perder-se de vista, acompanhando este pão de quatro libras, durante todo o percurso, sem cantar, mas clamando sempre que o queriam.

MARQUÊS – Pelas suas brincadeiras e por tudo que você disse contra as anonas municipais, percebo muito bem, Cavalheiro, uma pequena malícia que você tentou encobrir o quanto pode. Ao tentar me envolver, falando tão mal dos armazéns, você pretende fazer-me perder de vista uma dificuldade muito embaraçosa que me vem à mente.

CAVALHEIRO – Esteja certo de que não uso de malícia com você. Pode falar sobre esta questão embaraçosa, que eu estou preparado para isto. Ou você mesmo a esclarecerá, depois, ou ficaremos, ambos, com ela. Nos consolaremos sabendo que não é a primeira vez que isto ocorre a duas pessoas honestas.

MARQUÊS – A questão embaraçosa em que estou pensando é a seguinte. Lembra-se que você me disse, quando estávamos em Genebra, que para o bem das manufaturas era preciso manter sempre o mesmo preço do pão? Agora que você está falando da Holanda, um país de manufaturas, você acha que o preço do pão não deve ser fixo. E aí, em que se transformarão as manufaturas?

CAVALHEIRO – Se eu quisesse ser bem mordaz, poderia responder-lhe que as manufaturas se tornarão aquilo que elas puderem. Eu lhe diria, também, que dado que os interesses do comércio marítimo são mais importantes para os soberanos do que os das manufaturas, é o interesse delas que deve ser sacrificado aos do primeiro. Eu poderia dizer-lhe que quando um país, por sua formação, pode obter uma vantagem, ele não a deve desprezar, mas se não puder, terá que abrir mão dela. Se Genebra pode – sem inconvenientes e com vantagem – ter armazéns públicos, ela faz bem em tê-los. Se a Holanda não pode, é melhor nem cogitar. Todavia, todas estas respostas seriam de má-fé.

MARQUÊS – Sim, porque você ainda não resolveu o problema. Do que você acabou de dizer, deduziríamos, então, que as manufaturas na Holanda deveriam desaparecer e, no entanto, elas são muito florescentes. É este fenômeno que você tem que explicar, malgrado a variação do preço do pão que, no caso da Holanda, você admitiu que houvesse.

CAVALHEIRO – Quer dizer, então, que devo ser mesmo sério com você? Pois bem, sejamos, mas sem ir às últimas conseqüências. A verdade é que, pela própria natureza da coisa, o preço do pão, num país não agrícola e essencialmente comercial, como a Holanda ou Gênova, quase não varia. Portanto, já que o fenômeno não existe, a dificuldade desaparece.

MARQUÊS – Mas você está tergiversando sobre a questão ao invés de resolvê-la. O que você tem que fazer é a gentileza de me explicar como o pão, nestes países, tem, quase sempre, o mesmo preço?

CAVALHEIRO – Isto é fácil... é porque ele é quase sempre caro; estes povos estão acostumados e não reclamam contra a carestia porque nunca conheceram



as delícias dos bons preços. Se você não me acredita, pode informar-se e verá que não estou inventando.

MARQUÊS – Não, isto é verdade; eu mesmo verifiquei isto nas minhas viagens. Não encontrei em nenhuma cidade da Itália albergues tão caros quanto em Gênova, e todos os viajantes me disseram a mesma coisa dos da Holanda. Mas agora me irritei e vou até o fim. Se você não me responder, ao invés de uma dificuldade, vou lhe armar duas, por conta de outras tantas. Você terá que me explicar: 1.º) Por que o pão custa quase a mesma coisa nos anos bons e nos maus? 2.º) Por que o alto preço do pão não prejudica as manufaturas? A mão-de-obra deveria custar caro e, portanto, as mercadorias produzidas deveriam vender-se, também, a preços elevados e muito elevados para não perder na concorrência com outras.

CAVALHEIRO – Mas quantas dificuldades! Isto retardará nosso retorno à França.

MARQUÊS – Não tem importância; você está querendo escapar, mas eu não sairei da Holanda enquanto você não tiver resolvido a questão ou confessado que eu o meti em apuros.

CAVALHEIRO – Confessar? Ah!, isto não. *Chi confessa è impiccato*, diz o provérbio italiano, quem confessa acaba enforcado. Espero poder resolver suas dificuldades. Você quer saber por que estes povos pagam pelo pão quase sempre o mesmo preço, quer sejam anos de boas colheitas, quer não?

MARQUÊS – Sim.

CAVALHEIRO – Mas se para eles não existem anos bons nem anos maus, como é que você quer que eles reajam a seus efeitos? Você esqueceu que tais países não produzem trigo e que as manufaturas e o comércio marítimo constituem o fundo e a base de toda a sua riqueza? Esqueceu que eu lhe disse, em Genebra, que as secas, o granizo ou a chuva jamais atingem seus relógios, suas rendas, seus novos livros, suas quinquilharias, suas faianças, e seus tecidos, etc.? A navegação enfrenta algumas tempestades no inverno e algumas calmarias no verão, mas isto é normal. Nenhuma praga inesperada destrói, numa noite, o produto de todo um ano de navegação. Portanto, se o lucro, a indústria, a riqueza dos holandeses têm um ritmo constante e livre das vicissitudes das estações, eles não padecem os efeitos das más colheitas.

MARQUÊS – Vamos devagar. Seus argumentos me embaraçam mais do que me persuadem. Eu vejo... quer dizer, entrevejo... Você não está me enganando?... Mas claro que sim... Ainda que os holandeses não tenham seu próprio trigo, se este encarece nos países onde eles o compram, certamente que eles pagarão mais caro.

CAVALHEIRO – Claro, se eles fossem obrigados a comprar sempre no mesmo lugar, mas evitam comprá-lo nas regiões em que está muito caro.

MARQUÊS – E onde vão buscar os cereais?

CAVALHEIRO – Longe. Consulte os registros das alfândegas da Holanda. Você verá que num ano eles compraram muito trigo da Picardia e da Inglaterra; num outro, os cereais vêm da Polônia; em outro, as compras são feitas na Espanha; às vezes, no Levante. Por último, foi a Rússia ou o Marrocos quem o forneceu. Como último recurso eles têm ainda os cereais das colônias inglesas da América. É impossível que numa extensão tão vasta e com climas tão diversos todos tenham, no mesmo ano, más colheitas. Pelo menos, acho que isto nunca ocorreu. Pode-se dizer a mesma coisa de Gênova; ela compra ora na Provença, ora na Catalunha, na Sicília ou na Sardenha, na Apúlia ou, por fim, no Levante. É claro que em algum lugar ela paga barato. Por isso é que eu lhe falei, em Genebra, dos temores e das precauções contra as más colheitas. Um pequeno Estado, que não conte com a navegação, só pode comprar cereais nas províncias vizinhas. Assim, se eles estiverem caros na Borgonha e no Franco-Condado, Genebra sofrerá tanto quanto se estas fossem cidades das suas províncias. Mas uma nação que tem uma marinha florescente e um amplo mar diante de si busca e encontra bons preços até no fim do mundo.

MARQUÊS – Eu continuo mais embaraçado do que persuadido. Deixe-me refletir um pouco sobre o que você disse. Pois bem! Os holandeses podem encontrar cereais quase sempre pelo mesmo preço – pois vejo que você não está levando em consideração as pequenas diferenças que uma longa navegação ou outras causas podem ocasionar. Já percebi que estas variações não chegam a causar grandes alterações, tal como não as provocam, em geral, nos nossos mercados. Mas, se a Holanda tem esta sorte, por que a França também não poderia tê-la?

CAVALHEIRO – Nós ainda não falamos da França.

MARQUÊS – Vamos falar, então? Que mal há nisto?

CAVALHEIRO – E o que é que você gostaria de fazer?

MARQUÊS – Que sei eu? Boas leis, um bom sistema, comércio, navegação, liberdade, poder comprar cereais onde quer que estejam mais baratos, em suma, ter condições semelhantes às da Holanda.

CAVALHEIRO – Senhor Marquês, este projeto não é da sua autoria e ele não é novo. Já foi formulado anteriormente por alguém muito competente.

MARQUÊS – Que bom; tanto melhor... Quem é essa pessoa e o que é que ela propunha?

CAVALHEIRO – Bem,... ela propunha, na sua *Comédia dos importunos*, colocar toda a França voltada para o mar.<sup>4</sup>

MARQUÊS – Quando você vai parar com estas brincadeiras?

CAVALHEIRO – Quando não tiver mais motivos. Como é que você acha que aquilo que convém a um ou dois milhões de habitantes pode convir também a um número de habitantes vinte vezes maior? Você acha que é possível reduzir vinte milhões de pessoas à condição de manufatureiros ou navegantes? Onde encontrar consumo para tanta mercadoria e ocupação para uma marinha tão grande? A natureza pôs limites em tudo e eles não podem ser violados a este ponto. Você não criará portos marítimos nas montanhas de Auvergne. Como comparar a França com a Holanda, um país cercado pelo mar, cortado de tal modo por um número tão grande de rios e canais que praticamente não é possível ter um transporte de mais de duas léguas por terra? Quantas províncias há na França que só podem ser agrícolas? Sua riqueza está na terra e sua sorte no céu. Províncias inteiras expostas a ver seus habitantes irem dormir ricos e acordar pobres. Milhões de sesteiros de trigo talvez tenham desaparecido numa só noite. Na Holanda, a infelicidade de perder tudo pode atingir um particular ou a algumas famílias, em virtude de um naufrágio, mas jamais uma província inteira será arruinada pela perda de um ou dois navios. Mas,

<sup>4</sup> Molière, *Comédie des fâcheux* (1661).

nas províncias sujeitas às vicissitudes da sorte, é possível assistir ao repentino agravamento das desigualdades sociais. Daí as diferentes formas de governo: monarquia aqui, democracia lá. Onde as condições são menos desiguais não há pessoas tão pobres que se deixem oprimir, nem tão ricas que possam mandar. Daí o costume de luxar aqui e o de economizar lá; o temperamento belicoso num lugar e pacífico no outro; daí... mas eu iria muito longe e não quero me afastar do assunto. Você vê, meu caro Marquês, que a França não pode ser a Holanda e nem pode imitá-la.

MARQUÊS – E eu vejo... Sabe o que vejo? Que você está rindo consigo mesmo por me fazer parecer um tolo.

CAVALHEIRO – Pois está vendo mal. Não estou rindo; estou lamentando e não apenas por você, mas lamento por nações inteiras, equivocadas pelo zelo de alguns indivíduos bem-intencionados que, pretendendo ajudar, acabaram enganando-se a si próprios. Provavelmente é com base no que eles escreveram que você imagina que por meio de uma liberdade total se poderá obter, na França, como na Holanda, o trigo sempre pelo mesmo preço. Ora, este projeto não é, no fundo, senão querer uma França voltada para o mar.

MARQUÊS – Cavalheiro, você é implacável com os meus bons escritores. Mas eu não quero arcar com este peso na consciência. Pode bem ser que o que eu disse seja fruto da minha imaginação. Talvez eu os tenha lido mal, ou entendido mal. Talvez eles tenham dito outra coisa.

CAVALHEIRO – Muito edificante esta sua delicadeza de sentimentos, mas ela não muda em nada minha opinião. Está bem: a prosperidade da Holanda, em meio a uma total liberdade de comércio de cereais, é a causa do erro. Só esqueceram um pequeno detalhe. Não levaram em conta que os países que não são agrícolas não têm seus próprios cereais, de modo que esta constitui a sua maior e principal despesa. O comércio marítimo e as manufaturas lhes fornecem os meios para comprar os cereais e estes meios são, todos os anos, iguais. Estes seus escritores tomaram a despesa pela receita e confundiram renda com despesa. O trigo constitui a riqueza e a renda dos habitantes dos países férteis e agrícolas. Para os holandeses, ao contrário, ele é objeto do maior dispêndio que eles têm que fazer com o necessário. Como seus rendimentos não estão expostos às vicissitudes das estações do ano, eles não precisam fazer grandes previsões para manter uma subsistência regular e constante.

Mas quando a renda é incerta, desigual e variável, é preciso ser muito previdente para poder evitar a indigência. Você quer ver como isto é verdadeiro? Tais países, que não temem a fome, temem infinitamente mais a guerra; porque a guerra, ao perturbar a navegação e interromper as vendas das suas manufaturas, provoca uma variação nas receitas, levando-os a padecer os horrores da miséria. Por sua vez, os países agrícolas não têm tanto temor da guerra, enquanto ela não lhes devasta os campos, porque eles podem, mesmo em meio à guerra, ter um ano produtivo, que fará aumentar as suas riquezas.

MARQUÊS – Você acha mesmo que os meus escritores confundiram despesa com receita e receita com despesa?

CAVALHEIRO – Sem dúvida.

MARQUÊS – Em bom francês, isto significa confundir o cu com as calças. E o diabo é que eles nem se deram conta disso. Mas, apesar de tudo, Cavalheiro, ainda não me considero, nem a eles, derrotados, pois se eu montasse no nosso grande cavalo de batalha, lhe daria de tal modo com as esporas que duvido que você escapasse.

CAVALHEIRO – Eu não diria que você se parece com o paladino Astolfo, de Ariosto, cuja valentia vinha de Hipógrifo, o cavalo que ele montava. Mas eu lhe perguntaria, afinal que terrível cavalo é este?

MARQUÊS – A Inglaterra. Ah, se eu argumentasse com o exemplo da Inglaterra...

CAVALHEIRO – Em outros tempos não lhe renderia muita honra combater a cavalo um homem a pé. Eu não estou montado em nada, senão na minha razão. Portanto, não aceitarei o desafio, pois o combate seria muito desigual. Só lhe peço, encarecidamente, uma coisa: não falar da Inglaterra. Que ela nunca seja objeto das nossas discussões.

MARQUÊS – Ah! Vejo que você está com medo.

CAVALHEIRO – Tenho medo é de não chegar à França, como você queria. Tenho medo, também, de embaralhar as suas idéias ainda mais do que já o fizeram os seus escritores – se é que isto é possível.

MARQUÊS – Se é assim, deixo a Inglaterra no mesmo instante, mas não percebo a razão do seu temor.

CAVALHEIRO – Digne-se a fazer uma pequena reflexão e você verá se tenho ou não tenho razão. Em matéria de política, a Inglaterra é a máquina mais complicada que existe na Europa e, talvez, que já tenha existido no mundo. É, ao mesmo tempo, um país agrícola, manufatureiro, belicoso e comerciante. A despeito de sua extensão, foi colocado, pela natureza, todo voltado para o mar, tal como, brincando, nós dizíamos que seria preciso fazer com a França. Seu governo é uma combinação, a mais artisticamente composta que já existiu. Hábitos, costumes, caráter, solo, clima, produção, relações políticas, força, fraqueza, atividade, enfim, tudo isto é peculiar a este país, diferente do resto do mundo e, freqüentemente, único em seu gênero. Como estudar uma questão começando pelo mais difícil? Para aprender o mecanismo dos relógios, você começaria por aqueles que são de repetição e que indicam os segundos, os dias, os meses, a lua, etc.? Você jamais conseguiria ter clareza e terminaria sabendo menos do que antes. Quisera Deus que seus escritores nunca tivessem nem conhecido nem se referido à Inglaterra. Eles se teriam poupado de alguns maus pensamentos. De resto, não tenho medo de falar deste país onde passei um bom tempo e pensei tê-lo estudado e conhecido bem. No entanto, prefiro deixar para tratar dele só no final. Sem me contradizer em nenhum dos pontos que tratamos, vou lhe demonstrar que as mesmas verdades que observamos nas máquinas mais simples encontram-se também nas mais complexas e produzem os mesmos efeitos, ainda que eles sejam menos perceptíveis, devido à diferença dos mecanismos. Se eu não o aborreço, espero conseguir persuadi-lo.

MARQUÊS – Enquanto eu estiver entendendo, não me aborreço, mas o problema é exatamente este.

CAVALHEIRO – Se eu não conseguir me fazer entender, a culpa não será nem minha nem sua, mas destes escritores que embaralharam as suas idéias ao querer falar de um país em que nunca estiveram nem nunca estudaram. Mas, mais uma vez, me dispense de tratar, agora, desta nação tão singular que tira tesouros de Bengala para jogá-los nas corridas de cavalo de Newmarket; que aumenta o crédito e toma empréstimos a juros mais baixos, à medida que lhe faltam os meios para pagar suas dívidas; de um país cujo solo só é fértil em trigo, mas do qual comem muito pouco; que não produz vinho, mas o bebem com paixão; uma nação que não cobra imposto sobre o pão e que sobrecarrega todas as bebidas com uma acisa fantástica e que, apesar disto, jamais estimulou sua população a comer mais pão e a beber menos;

finalmente, de uma nação tão singularmente constituída que adestra suas tropas, enquanto efetua o comércio de cereais.

MARQUÊS – Como assim?

CAVALHEIRO – A Inglaterra não tem fortalezas; suas muralhas são os seus navios e seus marinheiros são as suas tropas. Quanto mais marinheiros têm, maior o número de defensores da pátria. Deste modo, os objetivos políticos se aliam aos interesses do comércio marítimo de cereais.

MARQUÊS – Mas na França ocorre a mesma coisa.

CAVALHEIRO – Calma; você está indo muito rápido. Voltemos ao nosso assunto e deixemos a Inglaterra aos ingleses. Não entremos ainda na França e prossigamos com a nossa discussão sobre a Holanda.

MARQUÊS – Mas não temos mais o que dizer sobre este assunto.

CAVALHEIRO – O quê? Você esqueceu a segunda questão que me havia proposto?

MARQUÊS – Nem se preocupe com isso; eu me dou por satisfeito.

CAVALHEIRO – Como, satisfeito?

MARQUÊS – É verdade; suas respostas começam a me dar medo. Sei, antecipadamente, que o que estou dizendo é uma tolice.

CAVALHEIRO – Pois está enganado. A segunda questão que você colocou é muito melhor do que a primeira e, com efeito, ela é bem instigante.

MARQUÊS – Você está falando sério?

CAVALHEIRO – Juro.

MARQUÊS – Está bem; acredito no que diz e vou esperar para ver como você resolve a questão.

CAVALHEIRO – Não é nada fácil. Trata-se de explicar como, nos países não agrícolas e industriais, embora os preços dos víveres sejam sempre altos, as

manufaturas florescem. É preciso também explicar como é possível que os mercadores consigam, inclusive, vender seus produtos muito barato.

MARQUÊS – Esta é a minha questão?

CAVALHEIRO – Com certeza.

MARQUÊS – Meu Deus, ela é boa! Fico feliz por tê-la formulado. E aí, como é que você responde?

CAVALHEIRO – Dando de ombros. O fato é verdadeiro e constante. Vemos, por exemplo, que o preço dos víveres seguramente é mais alto na Holanda do que na França e vemos, também, que os livros impressos na Holanda custam três vezes mais barato do que os daqui.

MARQUÊS – E o que você diz disto?

CAVALHEIRO – Eis que Madame chega e temos que ir cumprimentá-la... Ela veio bem a propósito.

MARQUÊS – Vamos; mas a questão permanece e espero que você conclua a resposta após o jantar.

CAVALHEIRO – Veremos. Talvez o jantar dê, aos dois, novas forças.



## QUARTO DIÁLOGO

*Os interlocutores precedentes.*

*Após o jantar.*

CAVALHEIRO – Bela invenção do nosso século é esta: comer bem depois de uma boa discussão de economia filosófica.

MARQUÊS – Você estropia os nomes. É filosofia econômica.

CAVALHEIRO – Ah! Que diferença faz se Pascal está na frente ou atrás? Estas duas grandes palavras não significam muita coisa. Pode juntá-las ou combiná-las como quiser que, juntas ou separadas, o resultado é sempre o mesmo. O fato é que nós jantamos bem.

MARQUÊS – Eu não, porque só fiz cismar.

CAVALHEIRO – Mau método; contrário aos preceitos da escola de Salerno.

MARQUÊS – Diz isto porque para você estava tudo bem. Mas você inferniza a cabeça dos seus ouvintes. Foi você que me impediu de jantar; eu já não sei nem onde estou. Você acumula paradoxo sobre paradoxo e eu nem sei como isto ocorre. Na sua boca tudo se torna tão claro e você tem sempre razão. Primeiro, nada parece comum quando você o diz; depois, ao rever a questão, é que a gente percebe que nada é tão novo assim e que todo mundo tinha se enganado. Por exemplo, como, diabos, você conseguiu fazer com que homens tão competentes tenham confundido despesa com receita e receita com despesa? Ninguém pode se enganar com isto. Seria um erro por demais grosseiro. Eu já não entendo mais nada.

CAVALHEIRO – Foi nisto que você ficou pensando durante o jantar?

MARQUÊS – Exatamente.

CAVALHEIRO – E por que você não disse nada? Em duas palavras eu teria acabado com seu sofrimento. Acaso você esqueceu que para os seus autores o princípio fundamental das suas teorias é o de que a agricultura constitui a fonte da riqueza de todos os países? Este princípio, que eles consideram geral, na verdade é particular, pois só diz respeito aos países puramente agrícolas. Este princípio, falso, os induziu ao erro. Viram que um país tinha trigo e daí con-

cluíram: eis a riqueza, eis a receita, e era a despesa. Pensavam estar na França. Viram a liberdade absoluta e concluíram que nada melhor do que a liberdade absoluta para fazer florescer a agricultura, como se a liberdade de comprar mercadorias estrangeiras fosse a mesma coisa que vender as suas. Finalmente, viram bons e maus anos na França e acreditaram que o mesmo acontecia em toda parte, sem se dar conta de que para um país comercial os anos em que os transtornos nas estações acarretam más colheitas são ainda melhores do que os anos normais. Nos anos de más colheitas há mais movimento, mais transporte, mais construções, mais atividade, mais lucro no deslocamento de um lugar para outro. Portanto, se num determinado ano algum país da Europa chora sua miséria, pode contar que o banqueiro holandês se rejubila.

MARQUÊS – Estes holandeses são uma gente bem feliz!

CAVALHEIRO – Seriam, se não fossem tristes em meio à sua opulência.

MARQUÊS – E o que é que os entristece?

CAVALHEIRO – O trabalho que lhes custa obtê-la. Esta opulência é fruto de uma austeridade eterna, de uma laboriosidade sempre diligente; eles estão sempre ocupados, sempre vigilantes, sempre tensos. A longo prazo nada cansa tanto quanto a obrigação de estar sempre com as cordas retesadas. Você cansará muito mais um cavalo e o deixará ensopado em um quarto de hora de adestramento do que conduzindo-o a rédeas soltas, daqui até Pontoise.

MARQUÊS – Ah! Lá vem você fazer apologia de sua paixão favorita, a cara preguiça. O *sacrosanto far niente*.

CAVALHEIRO – Fique tranqüilo. Longe de mim querer pregar aos convertidos.

MARQUÊS – Ah! Bandido! De fato, você não está muito longe da verdade. Não sou tão preguiçoso como você, mas confesso que preferiria a felicidade na indigência do que chorar na riqueza. Mas, cada qual com seu gosto.

CAVALHEIRO – Dizem que cada qual tem o gosto que a constituição física de seu corpo e a constituição moral de seu caráter lhe permitem. O gosto torna-se hábito e o hábito, natureza. O homem parece invejar a condição que não tem; mas quando a alcança fica desesperado e não consegue acomodar-se.

MARQUÊS – Portanto, tudo está equilibrado e conforme neste mundo. Mas isto cabe à moral, Cavalheiro. E quanto à minha questão, quando é que você irá respondê-la?

CAVALHEIRO – Acabei de fazê-lo.

MARQUÊS – Quando?

CAVALHEIRO – Agora mesmo.

MARQUÊS – Nem me dei conta.

CAVALHEIRO – Acabo de lhe falar do triste hábito de austeridade e moderação que sempre reinará entre os povos a quem a natureza deixou, em partilha, um solo estéril e ingrato. Creio que este hábito de economia é que constitui a causa principal que leva suas manufaturas a prosperar, apesar da carestia dos víveres. Estes povos pagam caro pelo necessário, mas abrem mão do supérfluo, enquanto, para outros povos, o supérfluo constitui uma espécie de necessidade. Seu necessário custa caro, mas eles nunca cometem excessos. Este equilíbrio dá sustentação ao seu comércio e impulsiona suas indústrias. Enfim, estes povos pagam impostos, mas a sobrecarga de impostos, isto é, o luxo,... lhes é desconhecido.

MARQUÊS – Eis aí um terrível *isto é*: “A sobrecarga de impostos, *isto é*, o luxo.”

CAVALHEIRO – É verdade; estas duas palavras são sinônimas. Todo o luxo vem da sobrecarga de impostos, seja no momento em que é taxado, seja quando cobrado e qualquer que seja a sobrecarga de impostos, ela advém do luxo que se pretende manter. Estes povos o desconhecem. Sua forma de governo é a mais econômica e a menos dispendiosa; seus hábitos conduzem à igualdade e, por conseguinte, à modéstia. Exatamente ao contrário de outros povos, cujos hábitos obrigam ao fausto e a este esplendor que anuncia a desigualdade. Você verá que estas coisas estão sempre associadas e se dão as mãos. País não agrícola, hábitos e governo republicano, indústria de manufaturas ou de navegações, paz, silêncio, parcimônia, tristeza e vazio na história. Nos países agrícolas, ao contrário, você encontrará sempre a desigualdade de condições, glória, honra, cargos, governo monárquico, muito alarde, grande agitação e uma história muito divertida de se ler. Você encontrará isto nas famílias particulares e também nas nações; e se você me fizer perder a paciência eu lhe direi que isto se vê até nas plantas e nos animais.

MARQUÊS – Isto seria bem curioso.

CAVALHEIRO – Chamo a sua atenção para o fato de que as plantas e árvores que guardam suas folhas no inverno, têm, sempre, folhas pequenas, modestas,

de um verde desbotado, e que aquelas que têm folhas grandes, pomposas e brilhantes, sempre as perdem nas más estações.

MARQUÊS – Isto é bem interessante! Plantas monárquicas e plantas republicanas. Tournefort jamais falou disto.<sup>5</sup>

CAVALHEIRO – Nem por isso eu o considero menos. Mas o que você quer de mim? Se você me obriga a falar depois do jantar, sou obrigado a levar em conta a poesia e, inclusive, a poesia oriental. Não foi à toa que eu bebi marrasquino.

MARQUÊS – Bendito marrasquino. Eu amo a poesia e amo deixar vagar minha imaginação sobre todos os seres e ver esta multiplicidade de ligações, esta imensa variedade de relações. Adoro ver quando as leis físicas se encontram com as leis morais. Você acredita, então, que o hábito de poupar seja suficiente para resolver esta nossa questão?

CAVALHEIRO – Ele é a causa principal, mas é preciso acrescentar-lhe outras. Uma marinha florescente facilita o transporte do produto das manufaturas, reduz o preço do frete a quase nada, estende o consumo por quase toda a superfície do globo. Este grande consumo permite ao mercador ganhar menos sobre cada mercadoria. O grande comércio favorece o pequeno. Ele o leva na garupa, digamos assim, e um carregamento de madeira de construção permite, às vezes, vender mais barato os relógios, as caixas, as quinquilharias. Isto pode lhe parecer obscuro, mas é muito importante e eu voltarei a esta questão. A todas estas vantagens que têm as nações comerciais, devemos acrescentar, também, os lucros do câmbio; quase sempre ele lhes é vantajoso e este lucro é algumas vezes tão considerável que se equipara àquele que o empresário de uma manufatura deve obter da sua mão-de-obra. De modo que o comerciante parece vender sem lucro enquanto que só o câmbio já lhe dá um lucro considerável.

MARQUÊS – Por favor, Cavalheiro, eu imploro, não me fale de câmbio.

CAVALHEIRO – Por quê?

<sup>5</sup> Tournefort (1656-1708) é um botânico francês.

MARQUÊS – Porque é um hieróglifo para mim. Jamais o compreendi e nem quero compreender. Deixemos o câmbio sossegado e falemos de outra coisa. Prefiro tornar-me um sábio padeiro e permanecer um banqueiro bem ignorante. Este é um mistério que me desperta muitas suspeitas.

CAVALHEIRO – Que suspeitas?

MARQUÊS – Sempre observei que o segredo dos mercadores é o mais bem guardado de todos, o que me parecia natural, porque ele rende um lucro maior àqueles que o guardam. Assim sendo, o segredo do câmbio bem poderia ser como os segredos de Estado, cuja força principal consiste em persuadir o povo de que ele existe. Quanto a mim, sou muito franco e digo o que penso: não gosto nada deste tipo de atividade.

CAVALHEIRO – Existe um fundo de verdade nas suas suspeitas. Ganhar com o câmbio não é mais do que um golpe de prestidigitação; tudo se resume a prever e prevenir com agilidade. O mais esperto pode, sozinho, tirar partido da escassez de dinheiro num país e de seu excedente, em outro. É preciso saber, prever e...

MARQUÊS – Cavalheiro, por favor, não me fale disto.

CAVALHEIRO – Está bem. Mas veja bem como sou honesto e não quero me aproveitar de você. Retiro a questão do câmbio e, a partir de agora, só falarei *ao par*. Mas não pense que isto não me custa muito.

MARQUÊS – Sei disto e lhe sou muito grato. Para demonstrar meu agradecimento, abro mão de formular uma dificuldade que me ocorreu.

CAVALHEIRO – Seu comportamento é digno de você, que não gosta de ficar devendo nada a ninguém. No entanto, para que eu conheça toda a extensão daquilo a que fico obrigado, diga-me, em duas palavras, que dificuldade é esta e estaremos quites.

MARQUÊS – Não é nada! Apenas uma bagatela...

CAVALHEIRO – Mas, pelo menos...

MARQUÊS – Bem, se você insiste, a questão é esta. Conquanto nas nações industriosas e que não são agrícolas os víveres custem, em geral, mais caro do que custam nas nações férteis e agrícolas, você atribui a prosperidade das suas manufaturas ao espírito econômico e frugal, distante de toda espécie de luxo que reina nelas.

CAVALHEIRO – Eu realmente disse isto.

MARQUÊS – De fato, eu percebo a grande diferença que existe no luxo que reina entre os grandes senhores e inclusive entre os muito abastados, num e noutro país. Mas entre a arraia-miúda, os artesãos, os pequenos comerciantes, os fabricantes, sinceramente, não percebo muito luxo. Pelo contrário, se os observarmos mais de perto, veremos que, entre nós, esta classe está mais sujeita a ganhar a vida a muito custo, ou, como dizem, comer o pão que o diabo amassou. Por isso é que não consigo ver como o luxo pode fazer esta diferença a que você se referiu.

CAVALHEIRO – Você já esqueceu todos os sinônimos do luxo?

MARQUÊS – É verdade; só agora é que me lembrei. Estou envergonhado por fazê-lo retomar uma questão sem importância.

CAVALHEIRO – Nem por isso lhe estou menos obrigado. Eu lhe falei de um sinônimo de luxo tão estranho e ao qual você está tão pouco acostumado que não me surpreende que o tenha esquecido.

MARQUÊS – O sorriso irônico que você está deixando escapar diminui um pouco a sua generosidade. Mesmo assim, estou à vontade para dizer-lhe que estes pântanos da Holanda não me agradam em nada. Quanto mais permanecemos aqui, mais as coisas caminham mal. Você não quer me levar embora, não?

CAVALHEIRO – Como você quiser.

MARQUÊS – Que ótimo! Finalmente iremos para a França.

CAVALHEIRO – Direto?

MARQUÊS – E por que não?

CAVALHEIRO – Teríamos que embarcar e eu tenho medo do mar; vamos por terra.

MARQUÊS – Contanto que a gente parta.

CAVALHEIRO – Passaremos por Flandres. Será bom nos determos um pouco lá.

MARQUÊS – Mas que furor é este que o leva a me arrastar país por país sem jamais me deixar chegar a Paris? Quer que eu lhe diga a verdade? Desconfio que em sua atitude haja um pouco de pusilanimidade. Você teme a França e evita ter que falar sobre ela.

CAVALHEIRO – Temer o quê?

MARQUÊS – Que sei eu? O que vejo é que você me arrasta de república em república para poder falar com liberdade...

CAVALHEIRO – Como você está enganado. Eu só estarei tranqüilo para usufruir da liberdade quando estivermos na França. As repúblicas concedem o que chamam de liberdade aos estrangeiros por razões de interesse: elas querem se povoar. Mas, no fundo, têm o espírito mesquinho, reprimido, desconfiado e intratável e se tornam repressoras diante de qualquer contestação. As grandes nações, em troca, têm uma tranqüilidade natural, fundada na grandeza da sua potência e na majestade da sua altivez. Isto não é nem um pouco tranqüilizador.

MARQUÊS – Por que, então, permanecer em Flandres?

CAVALHEIRO – Porque tenho negócios aqui. Devemos, agora, ver um país agrícola, fértil, que produz trigo para si e para os outros. De modo que, se para você estiver bem, nem consideraremos Flandres, e submeteremos a nosso exame um país como a Sardenha ou a Sicília, isto é, um país puramente agrícola. Flandres tem manufaturas demais e isto perturbaria nossa análise.

MARQUÊS – Isto seria muito bom. Eu concordo, mas começo a me impacientar. Estou ativo e quero ir logo aos fatos.

CAVALHEIRO – Você me atribui uma malícia que não tenho e talvez nem suspeite daquela que, talvez, de fato, eu tenha. Parece com o jovem que encomenda um relógio e todos os dias vai controlar sua encomenda. Ora encontra o relojoeiro ocupado em endireitar uma roda, ora a polir uma mola, e se impacienta, sem se dar conta de que ele está fazendo o relógio. Uma vez feitas as peças, não restará senão montá-lo para que a obra esteja concluída.

MARQUÊS – Diabo! Será você tão astuto assim, que me falou da França sem que eu me apercebesse?

CAVALHEIRO – Eu não sei de nada. Cabe a você perceber o que é do seu interesse. Eu apenas sigo o meu caminho.

MARQUÊS – Sem nem me advertir?

CAVALHEIRO – Sem lhe advertir.

MARQUÊS – Isto é muita maldade. Como espera que eu me recorde de tudo que você disse?

CAVALHEIRO – Fique tranqüilo. Quando montarmos as peças, eu o ajudarei a lembrar-se.

MARQUÊS – É gentil da sua parte; em troca, prometo deixar de ser impaciente. Fale-me de Flandres, da Sicília, fale-me até da Lapônia, se quiser. Eu o escutarei com muito boa vontade, tanto mais que vejo que ao tratar de países agrícolas você se aproxima cada vez mais da França, onde, espero, você abor- dará aquilo que aguardo tão impacientemente.

CAVALHEIRO – Mas do que é que se trata?

MARQUÊS – Da exportação. Até agora você tratou de cidades sem território e de países não agrícolas, onde não pode haver exportação propriamente dita. O escoamento de cereais não vai além da transferência de um entreposto a outro; é um excedente que se despacha. E para dizer a verdade – pois que é preciso dizer-lhe sempre tudo –, temo que você não falará expressamente da exportação.

CAVALHEIRO – Você sempre suspeita que estou sendo malicioso, mas lhe asseguro que não. O que foi que fiz exatamente?

MARQUÊS – Evitou falar da grande lei de exportação que criamos em 1764 e que é, hoje, a Helena da nossa Tróia, o pomo da nossa discórdia. É sobre isto que eu gostaria de ouvi-lo.

CAVALHEIRO – Só sobre isto?

MARQUÊS – Sim, isto me alegraria muito. Em duas palavras, você considera boa ou má esta lei?



CAVALHEIRO – O que você está dizendo? Antes de mais nada, eu não fiz senão lhe dar minha opinião.

MARQUÊS – Ah! Você me tiraria um grande peso e depois nós conversaremos à vontade sobre o que você quiser.

CAVALHEIRO – Pode contar com a minha boa vontade. Mas a propósito, Marquês, o que foi feito daquele traje soberbo, bordado com lantejoulas, que você tinha?

MARQUÊS – Já vi tudo; certamente você não pretende me aborrecer, de modo que é melhor nos entendermos. Se você tem dificuldades para explicar a lei de exportação ou acha que a minha pergunta a este respeito é muito incômoda, deixemos isto de lado e falemos de qualquer outra coisa.

CAVALHEIRO – Que dificuldades? E por que eu as teria?

MARQUÊS – Talvez por deferência, por consideração... Você conta com altos funcionários entre seus amigos... Mas entre nós você não tem o que temer; entre nós você pode dizer o que quiser. Aqui você está em segurança.

CAVALHEIRO – Aqui e em toda parte. Jamais alguém conseguirá me persuadir de que não se pode dizer que uma lei é má num país em que se pretende fazê-las boas. Se não houvesse esta intenção eu não diria nada sobre nenhuma delas, pois consideraria todas como boas, dado que estão promulgadas. Mas sob um bom governo, amparado em magistrados que pretendem o bem, que o procuram e adotam, creio que todo homem pode e, inclusive, deve dizer o que pensa. Os seus escritores não disseram que as antigas leis eram más? E, no entanto, não haviam elas emanado de uma potência soberana? Pode tirar da cabeça qualquer idéia de hesitação, pois eu lhe direi tudo que penso. Mas e o seu traje, o que foi feito dele? Ele era soberbo; talvez um pouco juvenil para você, mas de muito bom gosto.

MARQUÊS – Mas o que há? Você está mesmo querendo me aborrecer? Meu traje? Está guardado.

CAVALHEIRO – Pensei que você o tivesse vendido ou dado para alguém.

MARQUÊS – Eu não vendo a minha roupa. E também não dei esta; só a usei umas quatro vezes.

CAVALHEIRO – Mas este traje não lhe serve para nada; a corte está de luto.

MARQUÊS – Que despropósito! O luto vai terminar e eu conto poder usá-lo nas minhas primeiras visitas.

CAVALHEIRO – Portanto, você não considera supérfluo nada do que ainda pretende usar.

MARQUÊS – Claro que não.

CAVALHEIRO – Mas veja como você calcula mal as coisas; justo você que pretende aprender economia política; você deveria ter vendido o traje logo no início do luto, usado o dinheiro e, depois, compraria um outro.

MARQUÊS – Ah! Eu não faço este tipo de comércio; quando a gente quer vender, não se obtém nada, absolutamente nada.

CAVALHEIRO – Quer dizer que os comerciantes de roupa usada são uns usurários?

MARQUÊS – Cem vezes mais judeus do que os judeus. Eles formam uma liga entre si e não há como escapar. O primeiro estabelece um preço; depois, você pode chamar outros cem e cada um deles oferecerá um preço menor. Pelo menos, foi o que o meu pessoal me disse.

CAVALHEIRO – É, eu sei. Mas você nunca reforma o seu guarda-roupa?

MARQUÊS – Cavalheiro, por favor, brincadeiras à parte. Você decidiu escrever a crônica do meu guarda-roupa?

CAVALHEIRO – Mais ou menos.

MARQUÊS – Escreva, então, que às vezes eu dou meus trajes aos meus camareiros.

CAVALHEIRO – Trajes novos?

MARQUÊS – Não sou tão magnânimo assim. Eu dou para eles aqueles que não pretendo mais usar.

CAVALHEIRO – Por serem muito usados?

MARQUÊS – Porque... Porque... Porque me são inúteis. Eles que façam o que quiserem com a roupa e, de fato, sabem tirar partido delas.

CAVALHEIRO – Mas, e se os insetos atacarem a roupa antes delas estarem gastas?

MARQUÊS – Eu a dou para os criados, mas neste caso o faço de muita má vontade.

CAVALHEIRO – Por quê?

MARQUÊS – Esta é uma questão que diz respeito aos meus princípios. Parece-me estar recompensando-os pela sua malandragem e preguiça, já que é por causa deles que os insetos atacaram a roupa. Se tivessem tido o devido cuidado, isto não teria acontecido, pois meu guarda-roupa é de boa qualidade, está voltado para o lado norte e não tem nem estufa nem chaminé próximas dele. De modo que eu os repreendo, e repreendo muito. Chego até a ameaçar despedi-los, o que, entretanto, nunca fiz.

CAVALHEIRO – Mas, por fim, você lhes dá o traje?

MARQUÊS – Ah! Claro. O que você queria que eu fizesse? E agora, está satisfeito?

CAVALHEIRO – Você tem muita roupa?

MARQUÊS – Tenho; tenho bem mais do que preciso. Gosto de trocar de roupa com frequência. Você me dirá que este é um hábito juvenil, mas eu lhe confesso que tenho muita pena de envelhecer.

CAVALHEIRO – Não é só você. Então voltaremos a ver este traje bordado.

MARQUÊS – Vai continuar muito tempo com este maldito interrogatório, que já está me irritando?

CAVALHEIRO – Não, acabei. Já sei tudo o que queria saber.

MARQUÊS – Deus seja louvado! Então é a minha vez de interrogar?

CAVALHEIRO – Sim.

MARQUÊS – Este edito de 1764, sobre a livre exportação, você o considera bom ou mau?

CAVALHEIRO – Eu sou inteiramente da sua opinião.

MARQUÊS – Lá vem outra tortura. Como você é da minha opinião se eu nem tenho opinião? Se nunca refleti sobre isto?

CAVALHEIRO – Perdoe-me, mas você acaba de me dar a sua opinião.

MARQUÊS – Eu?

CAVALHEIRO – Você disse que não considerava supérfluo aquilo que ainda poderia ser usado; que considerava supérfluo apenas aquilo que não poderia mais lhe ser necessário segundo o curso regular das probabilidades humanas. Você disse ser muito mau negócio vender alguma coisa momentaneamente inútil e voltar a comprá-la pouco depois; disse que era preciso tomar cuidado com as pessoas que só compram para vender e que só vendem para comprar; que havia um acordo entre eles para comprar sempre pelo mais baixo preço e vender sempre pelo mais alto preço possível; disse que era melhor guardar as suas coisas e que se alguém dissesse que a coisa em questão não deve ser guardada, porque se deteriora, porque os insetos a atacam, você atribuiria esta perda mais à falta de cuidado daqueles que estão encarregados delas do que à natureza, sobretudo porque, tendo tomado todas as precauções necessárias para a construção do edifício destinado à conservação destas coisas, você não quereria recompensar a negligência destes encarregados, encorajando-a; que você preferiria puni-la, ainda que, no final, tivesse que tirar da coisa algum proveito, ao invés de deixá-la consumir-se inteiramente. Você disse, ademais, que prefere usufruir de uma certa abundância, ao invés de viver do estritamente necessário, e que este é um gosto seu que tende à magnificência sem, contudo, atingir a loucura. É uma espécie de hábito que lhe dá prazer e ao qual só renunciaria com sacrifício. Portanto, você disse tudo e não me resta senão subscrever suas sábias decisões. Veja se a lei de 64 está de acordo com suas opiniões ou se ela é diametralmente oposta. Examine e julgue.

MARQUÊS – Traidor! Esconder-se no meu guarda-roupa! Isto é uma cilada... uma bela cilada! Chegar bem de mansinho à minha casa, sob o pretexto de ver meus trajes e, depois, sem que eu perceba, proceder de modo a fazer parecer que eu é que estou criticando uma lei da qual nunca tinha ouvido falar! Onde já se viu semelhante perfídia?

CAVALHEIRO – A culpa é sua. Foi você que disse que eu deveria ter pelo edito um medo, um respeito, uma consideração que eu não tinha. Por isso é que procurei cúmplices. Agora, se me acusarem de haver criticado o edito, eu direi que foi você.

MARQUÊS – Eu? Eu não disse nada. Você é que me obrigou a dizer.

CAVALHEIRO – Não importa; nem por isto você será menos culpado.

MARQUÊS – Claro que tudo isto é brincadeira; mas, falando seriamente, Cavalheiro, estou desesperado. Eu acreditava que a lei de 64 era boa, excelente. Todas as brochuras que a precederam e a ela se seguiram haviam me convencido disto. Estava com o coração leve e o espírito tranqüilo. Já não sei mais, em toda esta conversa de roupa usada e neste estado de perplexidade em que você me deixou, o que foi que você disse, nem o que você me obrigou a dizer. Ainda não assimilei a questão, mas percebo, entrevejo, contra a minha vontade, que o edito poderia não ser bom ou, pelo menos, não ser perfeito. Se for assim, estamos perdidos. Na verdade, estou com o coração partido.

CAVALHEIRO – Você se desespera cedo demais. Perdidos por quê?

MARQUÊS – Porque nós jamais teremos outras leis. Você não conhece os franceses. A França é uma nação vivaz, impaciente, capaz das coisas mais difíceis, as mais corajosas, as maiores, as mais fortes, mas é incapaz de ser contrariada. Com os franceses é preciso encontrar, desde o primeiro instante, o ponto certo ou, então, desistir. Para eles, a revolução está feita. Já se falou tanto disto que seria insuportável retomar o debate. Quem você pretende que leia uma brochura sobre uma questão superada?

CAVALHEIRO – E que ainda nem veio à tona.

MARQUÊS – Pode ser; mas já se falou tanto disso. Que tédio, que tédio... A simples idéia de ser obrigado a recomeçar já me assusta. Para mim a questão está encerrada e não quero mais saber disso.

CAVALHEIRO – Parece que eu tinha razão quando disse que você se desesperou muito cedo, não lhe parece, Marquês? Comer pão ou não comer não é uma questão de gosto, um capricho ou um luxo; é uma necessidade de todos os séculos e de todos os tempos. Das duas uma; a lei é boa ou ela é má. Se ela é boa, não se falará mais disto, e esta é a melhor prova de que a lei produz bons

resultados, pois os homens se tornam taciturnos quando estão bem. Se for má, produzirá maus resultados e a disputa recomeçará, cada vez mais acirrada, pois não tenha dúvida de que todos terão interesse em discuti-la. Você acha que comer pão de qualidade e a baixo preço pode ser uma questão que sai de moda? Vou ainda mais longe e afirmo que, a longo prazo, todos os países adotam, no que se refere ao trigo, a legislação que melhor lhes convém. É verdade – como já lhe disse quando falei de Roma – que o homem é acomodado, preguiçoso e conservador; ele se contenta em continuar com seus antigos métodos, sem verificar se a situação se alterou. O bem que o verdadeiro filósofo, o sábio, pode fazer é encurtar o prazo destes acertos. Ele pode poupar a uma nação de muitas tentativas, muitas das experiências que teriam que ser feitas às suas expensas e a um preço bem caro. Ele percebe, calcula o necessário, o útil, o adequado, e o indica. Pode ser que também a natureza, entregue às suas próprias forças, às diferentes tentativas, observando os erros cometidos e os males que deles resultam, chegasse a ensinar tanto quanto os sábios. Mas este conhecimento talvez só chegasse excessivamente tarde. O verdadeiro filósofo político não é substancialmente senão um médico do Estado. Os bons médicos não apenas curam, mas apressam a cura; eles ajudam a natureza.

MARQUÊS – Tudo isto está muito bem e muito bom; você quer me infundir coragem, mas eu estou muito abatido. Você não sabe quão doloroso é para a natureza humana ter que se retratar?

CAVALHEIRO – Estou falando francamente. A lei de 64, tal como é, é uma das mais gloriosas coisas que já foram feitas e merece fazer época em nosso século. É uma destas raras leis que, voltada exclusivamente para o bem público, estabeleceu entre o soberano e o povo um ato de confiança mútua de que não se tem exemplo. Queriam o bem e o queriam com força, com coragem e zelo muito raros. Os pensadores indicaram qual era o caminho e foram considerados muito competentes porque lhes coube mantê-la em segurança e, desde então, foram reconhecidos como gente honesta e que deseja o bem. Fez-se o que eles haviam proposto. Um tão grande desejo do bem público não poderia brotar senão em corações de gente honesta e aqueles que tiveram a coragem de fazer a lei não poderiam também ser senão pessoas de alma firme, sábia e virtuosa. Ora, a minha questão é esta: se eles são sábios e virtuosos, são bons filósofos; e a boa filosofia começa por duvidar e nunca por se obstinar.

MARQUÊS – Quero ver até onde vai a magia do seu discurso na transformação do branco em preto. Como, diabos, você pretende que se renegue uma lei

que é resultado de minucioso exame, fruto de discussões, que está revestida de todas as formalidades e que foi recebida com aplausos por todos os setores respeitáveis da Nação, sem contar as milhares de brochuras que, em sua exaltação, quase nos esmagaram?

CAVALHEIRO – É isto que você teme? Pois bem, eu lhe asseguro que no dia em que alguém que entenda deste assunto demonstrar as falhas da lei, você ouvirá dizer, e os escritores em primeiro lugar, que não se fez tudo aquilo que eles haviam proposto.

MARQUÊS – Isto pode muito bem acontecer. Eles já o dizem. Em suas últimas brochuras, eles clamam que não se fez nada daquilo que eles gostariam.

CAVALHEIRO – Em segundo lugar, aqueles que fizeram a lei dirão que cederam à inoportunidade pública. A pureza das suas intenções é incontestável, de modo que sua honra está garantida. Os respeitáveis setores do Estado que os aplaudiram dirão que apenas renderam homenagem a um sucesso e que, ademais, só trataram dos bons efeitos da livre circulação. E, como há uma enorme diferença entre a livre circulação e a exportação, ainda que tenham sido sempre confundidas, não há o que lhes reprovar e todos ficarão de acordo.

MARQUÊS – Já acabou?

CAVALHEIRO – Sim.

MARQUÊS – Pois bem. Eu ainda não estou convencido e lhe digo que não farão outra lei.

CAVALHEIRO – Pode ser. Mas você sabe por que não farão outra? Não é por nenhuma das suas razões. É porque para mudar uma lei que demonstrou ser ineficaz é preciso dizer e mostrar, ao mesmo tempo, que ela é a boa. Isto é que é preciso fazer.

MARQUÊS – Perfeito, Cavalheiro. Já lhe entendi. Você gostaria de me dizer agora qual a lei que precisa ser feita, mas eu não tenho o menor desejo de ouvi-lo sobre esta matéria.

CAVALHEIRO – Mas será preciso. Até agora eu falei malgrado a minha vontade porque você queria me ouvir. Agora, você terá que me escutar porque eu

quero falar. Minha honra está em jogo. Não tenho o direito de dizer que uma lei é defeituosa se eu não o demonstro. Nem posso condenar uma lei se não indico uma melhor. Quem só sabe denegrir e criticar é um tolo; é o mais miserável dos homens, pois nada no mundo é perfeito e tudo é bom, até que se saiba o que é melhor. Portanto, senhor Marquês, arme-se de coragem e paciência e nos encontraremos às oito.

MARQUÊS – Eu virei sem falta, mas falaremos de outras coisas.

CAVALHEIRO – Vamos ver.



## QUINTO DIÁLOGO

*O senhor Marquês de Roquemaure, o senhor Cavalheiro Zanobi, (a seguir) o senhor Presidente de \*\*\* R. de P. de B.*

*Em 2 de dezembro, antes do jantar.*

CAVALHEIRO – E então, meu caro Marquês, tomou coragem?

MARQUÊS – Eu fiz o que pude, mas, para dizer-lhe a verdade, não consegui. Reli minhas brochuras, conversei, refleti, fiz tudo para provocar minha curiosidade e poder escutá-lo com interesse...

CAVALHEIRO – E aí?

MARQUÊS – Bem... eu continuo no vazio do desespero. O que fiz de melhor para agradá-lo foi conseguir-lhe um novo ouvinte. Encontrei o Presidente de \*\*\* na casa de \*\*\*. Creio que você o conhece. É um magistrado jovem, de grande competência, uma boa cabeça, nada obstinado, sem preconceitos, um bom coração. Gosta de aprender. Fala pouco, mas sabe ouvir. Conteí a ele a nossa conversa, na medida em que conseguia me lembrar, o que suscitou nele um grande desejo de ouvi-lo. Por isso o convidei a vir aqui. Ele não tardará a chegar e eu quero vê-los debater. Quanto a mim, prefiro ficar escutando.

CAVALHEIRO – Como é? Você está querendo me fazer acreditar que eu estou em melhores condições do que você?

MARQUÊS – Isto você já sabe há muito tempo. O Presidente está chegando.

CAVALHEIRO – O senhor Marquês acaba de me dizer qual o motivo que o traz aqui e ele foi tão lisonjeiro comigo que o senhor me permitirá agradecer-lhe.

MARQUÊS *(ao Presidente)* – Eu já lhe contei tudo. Já lhe disse que o senhor ocupará meu lugar e ele verá o que é ter um adversário à sua altura. Na verdade, comigo ele estava em condições muito favoráveis.

PRESIDENTE – Comigo também não será diferente. Minha idade, minha pouca experiência, minhas ocupações, os deveres do meu cargo tornam-me bem inexperiente na grande ciência da administração e o pouco que li sobre esta matéria não serviu até agora senão para me convencer de que as obras que, de fato, instruirão aos homens, ainda estão por ser escritas.

CAVALHEIRO – Como eu não li praticamente nada, não saberia dizer ao certo o que há de bom. Confesso que li a *Teoria do imposto*<sup>6</sup>, que me pareceu uma excelente obra, porque me ensinou muito, e eu sinto que o que vocês dizem, senhores, deve ser verdadeiro, já que este livro não obteve um grande sucesso. Poucos o entenderam e ninguém soube aproveitá-lo.

MARQUÊS – Você está dando importância à *Teoria do imposto*? O livro me pareceu tão obscuro que eu quase não entendi nada.

CAVALHEIRO – Eu não concordo com todas as suas idéias, mas há algumas bem verdadeiras e bem profundas.

MARQUÊS – Sabia que o autor é amigo destes escritores de quem você fala tão mal?

CAVALHEIRO – Pode ser. Creio ter-lhe dito que não li nenhuma destas publicações sobre a questão do comércio de cereais. Eu estava fora quando elas apareceram. E você sabe que em Paris os novos livros são como aves de arribação: é preciso capturá-los na estação porque um mês mais tarde já não estão mais no horizonte. Só falei segundo o que você me contou, mas eu conheço muitos dos seus autores e duvido que se possa encontrar gente mais decente. Se o autor da *Teoria do imposto* os escolheu para amigos, não podia ter feito melhor. Inclusive, é até muito natural, pois as pessoas de bem se atraem.

PRESIDENTE – Você lê muito pouco, Cavalheiro?

CAVALHEIRO – Quase nada.

PRESIDENTE – Mas quando lê, qual a sua leitura preferida?

CAVALHEIRO – O Almanaque Real.

MARQUÊS (*à parte*) – Sempre o mesmo. Nunca vai deixar de brincar.

CAVALHEIRO – É o livro que mais contém fatos e verdades. Todos os livros deste gênero me dão prazer. Em prosa, todos os demais me parecem supérfluos, pois prefiro refletir. Disse em prosa, porque a poesia, dentre todos os gêneros,

<sup>6</sup> Mirabeau, 1760.

é o que me dá mais prazer, e eu não sou difícil de contentar. Não condeno os poetas por rimar e refletir ao mesmo tempo. *Nemo duplici poena puniendus est...* Como você bem sabe, Presidente, ninguém deve ser punido duas vezes pelo mesmo crime.

PRESIDENTE – É um axioma do Direito Romano; hoje em dia não é observado com rigor nem no Palácio, nem no Parnaso. Os poetas da atualidade condenam a si mesmos a pensar.

CAVALHEIRO – Seria bom, mediante uma boa sentença, repreendê-los; eles e o público ganhariam muito.

PRESIDENTE (*ao Cavalheiro*) – Mas me parece que gostando você tanto de meditar, as obras de filosofia ou de um pensador profundo sobre qualquer matéria deveriam lhe dar prazer, ainda que fosse apenas para instigar a sua reflexão.

CAVALHEIRO – Pois me dão um trabalho dobrado. De fatos muito conhecidos, logo se chega a uma verdade; mas se leio um pensador que se equivoca, preciso buscar e encontrar o ponto preciso em que ele se perdeu... o próprio nó do paralogismo. É uma busca bastante dolorosa. Sou ainda mais exigente comigo mesmo, pois, como jamais me convenço de que um homem se engana sem que haja alguma causa que o induza ao erro, fico buscando esta causa (busca instrutiva, porém fatigante). Às vezes, até, tenho a felicidade de encontrá-la e, inclusive, ousa dizê-lo, à força de muito exercício eu me tornei competente nesta busca, pois conheço – por assim dizer – todos os redutos de onde saem estes erros que, aliás, não são em grande número.

PRESIDENTE – Peça-lhe que me indique alguns.

CAVALHEIRO – São sempre os costumes ou as idéias do século em que viveu o autor, o tom dominante dos pensadores da época, algum escritor célebre que tiver marcado seu século, etc. Mas a grande fonte dos erros, aquela na qual quase sempre todos os homens caem, aquela contra a qual ninguém está garantido, é o hábito de generalizar uma idéia particular. As pessoas não se apercebem do erro até porque este é um erro a meias. A idéia é verdadeira em alguns casos ou em algumas circunstâncias particulares: o único problema está em generalizá-la. Montesquieu, o grande Montesquieu, só cometeu equívocos desta ordem: feliz na descoberta das idéias mais sutis, nas relações mais deli-

cadás, estava certo no que via quando observava um objeto particular que ele conhecia bem. Mas, depois, ele generalizava o pensamento.

MARQUÊS – Cavalheiro, qual a sua opinião sobre o *Espírito das leis*?

CAVALHEIRO – Ele me parece o melhor livro que temos em seu gênero.

MARQUÊS – Em seu gênero! Como, no seu gênero?

CAVALHEIRO – Porque alguém poderia dizer que gosta mais de um bom patê de Périgueux do que do livro de Montesquieu e talvez tivesse razão; pelo menos, este seria seu gosto e esta preferência não prejudicaria em nada ao *Espírito das leis*. A comparação, portanto, deve ser feita entre coisas do mesmo gênero e comparáveis entre si.

MARQUÊS – Claro, isto eu entendo; mas, ironias à parte, alguém poderia, sinceramente, não gostar do *Espírito das leis*?

CAVALHEIRO – Sim; com toda a certeza.

MARQUÊS – Isto eu não entendo.

PRESIDENTE – Nem eu tampouco.

CAVALHEIRO – E no entanto é muito fácil compreender. Examine o gênero de estudos de Montesquieu e os de sua classe, que você me permitirá chamar de metafísicos, ainda que este nome seja impróprio, mas é o convencional. Sua obra é um verdadeiro trabalho de marchetaria ou, se você preferir, um mosaico. Consiste em reunir uma infinidade de pequenos pedaços dispersos, que não devem nem ter sido fabricados nem alterados, mas que existem, de fato, tais como a natureza os forneceu. Estas partes, artisticamente coletadas, arrumadas, matizadas, resultam num grande painel e num espetáculo novo, ainda que inteiramente confeccionado com peças que estavam dispersas. O esforço de encontrar os materiais, sua veracidade natural, a grandeza da obra, o conjunto, a simetria, a ordem, o efeito, a exatidão das junções, a beleza das nuances e dos matizes constituem o mérito e o valor deste trabalho. Dentre as obras deste gênero, não há nenhuma mais vasta e em que se tenha reunido mais materiais do que aquela que Montesquieu se propôs a empreender. Ora, é quase impossível que este gênero de trabalho seja aplaudido pelos poetas.

MARQUÊS – Por quê?

CAVALHEIRO – Porque o trabalho do poeta é de um gênero diametralmente oposto. O poeta é um fundidor de estátuas; ele cria; ele inventa; sua obra só tem mérito enquanto é a eclosão de um só jato e é moldada de uma só vez. Nada de pedaços que se colem, que se reúnam, que se juntem. Uma certa desordem na composição, uma certa negligência no polimento, ao invés de prejudicar a obra, embelezam-na. Assim, o poeta não encontra nada que admirar no metafísico, nem o metafísico no poeta. O poeta lhe dirá sempre que ele não teve nenhuma imaginação... e o outro lhe responderá que ele nunca lhe provou nada.

MARQUÊS – Mas o que você diria se houvesse um metafísico que fosse poeta e um poeta que fosse metafísico?

CAVALHEIRO – Que sem dúvida ele se contradiz frequentemente.

MARQUÊS – Como assim, ele se contradiz?

CAVALHEIRO – Sim, e eu não o admiro menos por isto. Estas contradições aparentes não lhe devem incomodar mais do que as fases da lua. Este astro é sempre o mesmo, malgrado os diversos aspectos com que se nos apresenta. Para contentar todo mundo, o metafísico poeta deveria imprimir um almanaque dos dias em que ele é poeta e um dos dias em que ele é metafísico. Mas, sem brincadeiras, eu sempre admirarei aquele em quem a natureza, querendo zombar de nós, exibindo toda a extensão das suas forças, reuniu dois seres muito raros e muito preciosos, para deles fazer um ser extremamente raro.

MARQUÊS – Ah! Agora eu tenho que lhe dar um abraço, independente de todas as aflições que você me causou. Preciso abraçá-lo e você merece.

CAVALHEIRO – Ai! Você me sufoca!

MARQUÊS – Não importa. Você nem sabe o prazer que está me dando. Se você soubesse o que disse.

CAVALHEIRO – O que foi que eu disse?

MARQUÊS – Ah! Se você soubesse! Você saberia que disse muitas coisas. Mas deixemos isto para lá. O Presidente está aqui para ouvi-lo falar de pão.

CAVALHEIRO – Sempre o pão! *Nem só de pão vive o homem.*

MARQUÊS – O Presidente irá me substituir. Já lhe contei a história do meu guarda-roupa, que, aliás, ele considerou imprópria. Cabe a você, agora, explicar-lhe as suas razões.

CAVALHEIRO – Estou à disposição, senhor Presidente; eu e o Marquês éramos companheiros de viagem. Passeávamos pela Europa, examinando, com cuidado, as diferentes políticas adotadas, em cada país, para os cereais. Havíamos chegado a Flandres e tínhamos projetado dar uma volta pela Sicília. Bruscamente, o Marquês aborreceu-se, retornou à França e aí, sem mais nem menos, sem qualquer preâmbulo, se pôs a difamar, em alto e bom som, a lei de 64.

MARQUÊS – Quem? Eu?

CAVALHEIRO – Deixe-me terminar. Ele falou tão mal dela quanto era possível. Tentei adverti-lo; fazer-lhe um sinal: Marquês, cuidado, você vai expor os seus amigos, mas nada o detinha. Por fim, depois de tê-la difamado bastante, ele passou a sustentar, sem saber muito bem por que, que ainda que esta lei fosse imperfeita nunca mais se faria outra. É verdade que sobre esta questão eu consegui fazê-lo repensar um pouco.

MARQUÊS – Ah! Monstro! Arrependo-me de tê-lo abraçado. Não há, em tudo que ele acabou de dizer, uma única verdade. Nenhum de nós falou mal do edito, mas eu percebi que ele o faria, e ele não se limitou a dizer que ele era imperfeito, mas esforçou-se por demonstrá-lo.

PRESIDENTE – Estou vendo que ao invés de estar aqui apenas para ouvir, vou ter que retomar as minhas funções de juiz. São duas proposições bem discordantes. Como descobrir a verdade?

MARQUÊS (*indicando o Cavalheiro*) – Torture-o.

PRESIDENTE – A tortura não está mais na moda; e as boas cabeças a odeiam. Além do mais, como saber a qual dos dois eu deveria aplicá-la?

CAVALHEIRO – Aos dois, é mais seguro.

PRESIDENTE – Pois bem, seguirei seu conselho. Considerem as minhas questões como tortura. A sua, Marquês, consistirá em nos ouvir, sem nos interromper.

Mas não posso ocultar-lhes que a lei da livre exportação, de 64, sempre me pareceu tão sábia quanto útil. Os benefícios que adviriam para a agricultura, o comércio e as próprias manufaturas sempre me pareceram tão grandes quanto evidentes. O Marquês me contou como você lhe fez entrever, por uma espécie de apólogo, na verdade muito engenhoso, que você tinha uma outra opinião. Será possível que o antigo sistema, o método já há tanto tempo adotado na política dos cereais, lhe parecesse...

CAVALHEIRO – Perdoe-me se lhe interrompo. Desculpe-me se não o deixo terminar, mas esta indelicadeza talvez seja menor do que não lhe responder. Devo advertir-lhe que já há alguns dias o Marquês deseja, obstinadamente, fazer-me falar sobre a política dos cereais. Comecei por fazê-lo observar o quanto deve variar o espírito desta legislação segundo as distintas constituições dos países. Nós havíamos conversado sobre os países industriais, cujo solo não é fértil, e deveríamos falar, agora, dos países agrícolas e férteis. Considerações sobre a natureza, as características e as diferentes relações deste gênero de país são imprescindíveis e, portanto, devo deter-me nelas antes de responder à sua questão. O Marquês, sempre impaciente, interrompeu a exposição e é necessário preprendê-lo. Talvez eu venha a dizer-lhe coisas muito comuns. Se eu tivesse lido os livros que foram publicados a respeito, saberia se outros já falaram das coisas que eu creio importante dizer-lhe e, assim, você se pouparia de uma repetição inútil. Mas isto eu ignoro. Você fará a gentileza de me advertir, de modo que passarei bem rápido por aquilo que você já sabe.

PRESIDENTE – Pode contar que nós o ouviremos com prazer, mesmo quando você disser algo que outros já o fizeram. A França, ainda que atualmente esteja cheia de manufaturas de toda espécie, é, por sua natureza, um país agrícola.

CAVALHEIRO – Isto é verdade.

PRESIDENTE – De modo que esta análise me parece da maior importância. Pode começar.

CAVALHEIRO – Diga-me, senhor Presidente, você alguma vez já considerou, de perto, o que é um povo agrícola?

PRESIDENTE – Não pensei muito no assunto.

CAVALHEIRO – Pois bem; mas não se surpreenda muito com o que vou dizer-lhes: um povo agrícola é uma nação de jogadores.

PRESIDENTE – Uma nação de jogadores? Estas poucas palavras despertam uma tal quantidade de idéias na minha cabeça que eu não saberia dizer-lhe se sim ou se não. Preciso refletir.

MARQUÊS – Ah!, senhor Presidente, não confie no que ele diz; esta é a sua costumeira malícia. Ele aparece com idéias inteiramente novas, muito estranhas, incomuns, com as quais ele surpreende e ataca a pessoa. Ele tem, por assim dizer, lanternas ocultas sob seu casaco e, subitamente, ele as descobre e joga luz nos nossos olhos, ofuscando-nos. Enquanto você cuida de se recuperar, ele vai em frente e avança, proposição após proposição, teorema após teorema, e antes que você se dê conta já está enrolado, sem que tenha sequer percebido.

CAVALHEIRO – Marquês, o combinado é que você não interviria.

MARQUÊS – É verdade, mas jamais foi proibido a alguém que está sendo julgado revelar um segredo útil a seu julgamento.

CAVALHEIRO – Desta feita você tem razão, mas como você está muito desconfiado de mim, eliminarei qualquer suspeita de que ataco de surpresa e lhe deixarei todo o tempo necessário para que você considere se a minha comparação é, ou não é, justa. Você conheceu jogadores, na sua vida?

MARQUÊS – Boa pergunta!... E na minha juventude?... E no exército?... Se eu lhe dissesse que eu próprio já fui jogador, mas tão azarado, tão azarado que me emendei e hoje já não jogo mais.

CAVALHEIRO – Pois então você convirá comigo que o caráter de um grande jogador é o resultado da vida que ele leva. Como existe uma diferença enorme entre a sua renda real e aquilo que o jogo pode render-lhe numa única noite, sua vida é um misto de esperança e incerteza. Ele não saberia dizer nem calcular qual é a sua renda e ainda que ele saiba muito bem que o jogo tem vicissitudes, prefere não crer em nada. Ele está sempre na expectativa de que o ganho do dia seguinte será igual, ou até mesmo superior, ao de hoje ou ao da véspera. Prevê um mês, um ano inteiro, de felicidade, e qualifica esta esperança como pressentimento. Vê montes de ouro diante de si e esta certeza caracteriza todo o seu comportamento; gosta do luxo e do fausto e tem as virtudes próprias a esta condição: ele é generoso, honrado e corajoso. Ocorre um revés? Ele faz empréstimos a altos juros; penhora suas jóias; paga como pode, sem se preocupar em definir os meios com que o fará. Ele não economiza em



nada, exceto no necessário. Sua casa deixa transparecer, de um lado, riqueza, e, de outro, falta de dinheiro e de ordem. Se tem sorte, cuida de satisfazer seus caprichos e a última das suas preocupações é a de resgatar seus bens porque ele conta que uma outra noite lhe fornecerá os meios para fazê-lo. Está sempre alegre, mas jamais contente. É visivelmente preguiçoso, isto é, tem sempre grandes projetos, que não conclui nunca, seja por falta de tempo, seja por falta de meios, ou, talvez, porque jamais esteja sentado tranqüilo.

MARQUÊS – Confesso que este retrato é bem verdadeiro.

CAVALHEIRO – Ainda não está concluído. Um jogador quer parecer uma pessoa forte e em certos aspectos ele, de fato, o é, mas, o que quer que ele faça, uma força irresistível o leva a crer no que nós chamamos de azar. Neste aspecto ele chega, às vezes, até a ser ridículo.

PRESIDENTE – É verdade. Mas você conseguiu descobrir a razão?

CAVALHEIRO – É fácil encontrá-la. A ciência, as forças, os meios de que dispõe o espírito humano não bastam para nos pôr ao abrigo da sorte. Um jogador está exposto ao acaso; ele não vê nem as leis, nem o caminho. De modo que quando se esgota aquilo que ele é capaz de entender, e os dados estão lançados, é preciso, ainda, aguardar, com o coração palpitando, a incerteza da sorte dos acontecimentos. Neste estado de hesitação, sua alma está muito envolvida e seu pensamento não tem mais nada a fazer. Ele não conseguiria pensar em outra coisa e não tem mais nada o que pensar sobre aquilo que o preocupa. Sua alma vaga, então, no vazio, onde encontra combinações fortuitas que ele fixa, considera, e nas quais crê descobrir uma ligação constante. Como aquilo de que ele se ocupa lhe é muito importante, ele não quer se descuidar de nada. Mesmo não acreditando muito, para não arrepende-se ele obedece a tudo. Imaginar relações entre coisas que não têm nenhuma relação é a definição da credulidade e do azar. É o gênero e a espécie.

MARQUÊS – Por Deus! Isto está muito bom e muito certo. Você acreditaria, Cavalheiro, que eu mesmo, durante muito tempo, tive a mania de crer que se a minha tabaqueira estivesse sobre a mesa eu perderia o jogo? Sabia que isto era uma loucura, mas por nada do mundo eu a tirava do bolso.

CAVALHEIRO – Vamos ver agora qual é o fim de um jogador?

MARQUÊS – Ah! Eu sei; na miséria, quase sempre.

CAVALHEIRO – Nem sempre. Aqueles que em meio à paixão pelo jogo mantêm suficiente sangue-frio e previdência para lembrar que nada é menos caprichoso do que o azar, nem menos fortuito do que a sorte, que vai e vem constantemente, estes não regulam suas despesas pelo que ganham numa noite. Eles economizam, investem seus lucros, aumentam suas rendas e destinam uma soma, que fica reservada, para os reveses do jogo. Evitam, sobretudo, tomar empréstimos ou vender para pagar e, à medida que transformaram em boas rendas o ganho de um momento feliz, passam a jogar menos. Estes, às vezes, conquistam uma fortuna brilhante e sólida.

MARQUÊS – São bem poucos.

CAVALHEIRO – É verdade. A maior parte dos jogadores segue um caminho inverso; no princípio são felizes ou, pelo menos, equilibrados, e nada parece anunciar a catástrofe que os espera. Mas, como gastam como loucos quando ganham, quando perdem fazem empréstimos ainda mais loucos. A longo prazo se arruinam. Crêem que tiveram azar e que perderam mais vezes do que ganharam; mas o vício e a desigualdade que eles atribuem à marcha irregular da sorte e suas combinações devem-se, inteiramente, à maneira como empregaram o seu dinheiro. Reduzidos à miséria, incapazes de dedicar-se a um ofício, tendo vivido como nobres e com necessidades muito amplas para se sujeitarem, agora, a um ganho módico e seguro, vão enterrar os restos de uma vida insípida no esquecimento de alguma província, deixando seus filhos sujeitos à servidão e à miséria.

MARQUÊS – Já vi filhos de um jogador servir na casa do intendente de seu falecido pai; mas, Cavalheiro, a que propósito você descreveu tão bem os jogadores?

CAVALHEIRO – A propósito da nossa discussão. Você acha que este quadro que tracei assemelha-se ao de uma nação puramente agrícola?

MARQUÊS – De jeito nenhum.

CAVALHEIRO – É o senhor, Presidente?

PRESIDENTE – Nunca vi, pessoalmente, um país exclusivamente agrícola, mas, para dizer-lhe a verdade, de acordo com os princípios sobre a importância da agricultura estabelecidos por inúmeros escritores, eu imaginava um quadro

bem diferente do seu. Acreditava que um país agrícola fosse um país feliz, em que a preguiça, o ócio e o luxo não existissem. Um país em que a frugalidade estabeleceria a igualdade de condições; em que os costumes fossem mais simples, a virtude, mais sólida, e a terra, mãe terna e agradecida, retribuindo ao trabalho e às aspirações dos cultivadores, faria crescer a sua riqueza real, beneficiando a população, satisfazendo as suas necessidades, rejeitaria os caprichos e conduziria, enfim, à paz, à alegria, à saúde e à abundância.

CAVALHEIRO – Sua descrição me agrada, pois ela me rejuvenesce. A poesia é a paixão da juventude. Mas ouça, agora, o velho que vai desfazer esta bela e doce ilusão e que apagará o colorido vivo e alegre do romance para traçar a triste, e quase sempre dolorosa, verdade. Você nunca viu um país agrícola; seus escritores, muito menos, e o que descrevem não guarda mais semelhança com a verdade do que a que existiria entre os nossos pastores e Hílas e Filênis, os ataviados pastores da mitologia grega. Mas eu vi estes países. Ou melhor, não apenas vi, mas, infelizmente, nasci num deles e não tenho agora, na velhice, outro consolo senão confiar na virtude dos soberanos que aos céus coube dar à Itália, e esperar que eles, finalmente, transformem-na, de um país agrícola, a que se reduziu, no país manufatureiro que sempre foi. Primeiro, você há de convir comigo que o agricultor é um jogador; um grande jogador. Ele pega um saco de moedas, que equívalem ao valor das sementes e do trabalho, e as lança na terra, deixando-as à mercê dos elementos e das estações, que representam o banqueiro. O homem é sempre o mesmo; suas virtudes, seus vícios, suas paixões correspondem a seu físico. É impossível, nestas condições, que o agricultor não se assemelhe a um jogador.

PRESIDENTE – Isto não me parece, assim, tão evidente.

CAVALHEIRO – Atenção porque este jogo é demorado. Só se tem uma chance por ano. Comparado ao jogo do faraó<sup>7</sup>, a partida só terminará daqui a 26 anos, e você bem sabe que uma ou duas rodadas não decidem a sorte de uma noite. Isto é tão verdadeiro que em 30 ou 40 anos não se percebem os efeitos a que me referi, mas se examinarmos a situação depois de transcorridos três séculos, aí sim é que veremos o que aconteceu. Quer que eu lhe faça o histórico deste quadro? Pois bem. Os primórdios de um povo agrícola são

<sup>7</sup> Jogo de cartas, muito difundido no século XVIII.

muito felizes. Recém-estabelecidos num território inculto e, por conseguinte, muito fértil, ele prospera. A população cresce e a ajuda mútua que se funda na amizade cordial que existe entre os colonizadores permite que se multipliquem os recursos. Hábitos simples e austeros, dedicação ao trabalho e combatividade guerreira permitem preservar a liberdade, qualquer que seja a forma que assumo seu governo. Esta é a primeira época do jogador. No entanto, o caráter viril e belicoso destes povos engendra as guerras, sejam elas internas ou não. A guerra é o luxo das nações. O Estado começa, então, a declinar; devastada a juventude vigorosa pelas guerras, a cultura degenera e aparece a fome. É preciso, então, buscar recursos nas vizinhanças. Tem início, então, o comércio, mas um comércio que dá prejuízo; o dinheiro sai, a nação se enfraquece e nasce a dívida nacional. Não existe nenhuma manufatura (já que o país não se dedicou a elas) para sustentar a compra da subsistência nestes anos de carência. É preciso, portanto, comprar a crédito e pagar os juros deste crédito, de tal modo que a ordem e a harmonia que, antes, existiam neste corpo social começam a se alterar. Os direitos essenciais da nação ficam comprometidos, são usurpados e alienados e aparecem as desigualdades sociais. Esta é a segunda época do jogador endividado. Ele ainda tem esperanças de que uma boa colheita possa reverter este quadro, mas uma má colheita volta a submergi-lo em novas dificuldades. A esta altura, já que o comércio abriu as portas aos estrangeiros industriais, estes vêm, por meio de novos objetos, tentar a natural cupidez humana. Ele faz aflorar novas necessidades, novos desejos e mais corrompe os costumes dos agricultores do que os suaviza. O gosto pelas festas, pela magnificência, germina, então, pela primeira vez, no coração dos poderosos. Eles querem desfrutar do luxo antes mesmo de terem estabelecido, no país, as artes, de modo que, para poder obtê-lo, oprimem os mais fracos. Incapazes de avaliar o preço dos artigos de manufaturas que desconhecem, como tudo lhes parece maravilhoso, pagam, pelos produtos estrangeiros, preços exorbitantes. Os estrangeiros, claro, se aproveitam; enganam os grandes nas vendas e fraudam os pequenos nos empréstimos a juros. O dinheiro se contrai e desaparece; a cultura sofre, os impostos aumentam e a renda nacional diminui. O Estado está à beira da falência; por fim, o mal atingiu seu ponto culminante. O povo, que conhece bem os efeitos mas avalia mal as causas, atribui sua miséria ao abuso de poder pelos grandes e apela para o despotismo. Esta é a última fase. Tendo chegado a este ponto, o povo agrícola ainda preserva as virtudes de seu primitivo caráter; ele é bom, é generoso, hospitaleiro, intrépido, franco e sensível, mas está entorpecido pelas dificuldades e ocioso por inércia

ou por falta de recursos. O dinheiro sem movimento está aprisionado ou em mãos-mortas, ou nas mãos dos grandes senhores ou nas do reduzido número de comerciantes, que são odiados e desprezados, mas se consolam emprestando dinheiro a altos juros. Quase sempre estes comerciantes são estrangeiros; freqüentemente, inclusive, de outra religião, judeus, armênios, gregos, heréticos, etc. Formam uma sociedade e uma nação à parte, odiados pelo povo e perseguidos por parte dos senhores. São sanguessugas de quem só se tira o sangue cortando-os em pedaços. É por intermédio destes sanguessugas, de sua crueldade, que os governos crêem poder restabelecer, entre povos virtuosos e bons, a circulação do dinheiro. As manufaturas, a indústria e toda espécie de ganho pequeno e certo, desconhecido pelos povos agrícolas, é por eles considerado coisa ignóbil. O agricultor considera-se nobre, ama a guerra, a caça, a galanteria, o fausto exterior, a sobriedade doméstica, mas lhe repugna o asseio, a ordem e o coletivo. Sem dinheiro, ele cultiva mal, vende precipitadamente e não obtém, de uma boa colheita, o lucro que poderia auferir. Encontramos, entre estes povos, grandes e vastas construções iniciadas mas inacabadas e, por toda parte, sinais de miséria. Tudo está descuidado, desalinhado e sem ordem; preferem as construções luxuosas àquelas que são apenas úteis. O governo acaba por adquirir a feição da natureza do país. As contínuas perdas e o endividamento do Estado produziram primeiramente o enfraquecimento do dinheiro. Para poder pagar em natura foi preciso arrendar todo o domínio, e não entendo por domínio apenas as terras e os castelos, mas o direito inalienável de governar os homens, de comandá-los na guerra, julgá-los na paz e de cobrar-lhes impostos. Eis a origem dos feudos, dos direitos dominiais, dos dízimos eclesiásticos e senhoriais; eis a origem da anarquia – que também pode ser chamada de governo feudal – ou do despotismo. O despotismo encontra seu habitat no mundo agrícola, pois o agricultor está preso à sua terra; ele não pode carregá-la consigo e, se vai embora, como não conhece nenhum ofício, não tem como sobreviver e, por conseguinte, tem que permanecer e suportar. O trabalhador manufatureiro não permite que o oprimam; ele vai embora e leva consigo suas mãos, que são a sua terra e o seu tesouro. Finalmente, a superstição se desenvolve no seio de um povo que vive na permanente incerteza do resultado da colheita, que está acima de qualquer esforço humano. O medo e a esperança constituem o terreno natural desta planta que fenece tão logo se vê ao abrigo das incertezas e calamidades. Nunca se viu na história uma época em que houvesse diminuição da superstição que não fosse, ao mesmo tempo, uma época de desenvolvimento dos ofícios. E se excetuarmos

o povo romano – que constitui em tudo uma exceção a todas as regras – não teremos o exemplo de nenhum país que tenha gozado de liberdade sem que as manufaturas tivessem, ao mesmo tempo, nele florescido.

PRESIDENTE – Mas isto pode advir de várias causas.

CAVALHEIRO – Cuidado para não confundir os efeitos com as causas, que é o erro de todos os homens. Para evitá-lo acredite que tudo que você encontrar sempre unido está ligado por uma cadeia necessária em que um é causa e efeito do outro ao mesmo tempo. Finalmente, para concluir o esboço, um povo exclusivamente agrícola é o mais desgraçado de todos os povos; entregue à servidão, à superstição e à indigência, ele cultiva muito mal a terra exatamente porque a agricultura constitui sua única ocupação, e ele padece tanto mais os horrores da miséria porque não tem outros bens senão os produtos da terra. É o que ocorre com a Turquia, a Polônia e tantos outros países da Europa que nem preciso nomear. O mesmo ocorreu e continuaria ocorrendo com a França se o grande gênio que foi Colbert não a houvesse conduzido de um ócio indigente do estado agrícola e de uma feroz anarquia da nobreza à tranqüilidade da submissão, à calma da abastança e ao luxo da indústria. Foi ele que tornou os franceses menos afeitos aos volteios, menos propensos a terçar lanças, mas mais capazes de navegar no Oceano e mais destros nas artes e nas ciências.

PRESIDENTE – Admito que os exemplos e os fatos estão a seu favor, mas permita-me dizer-lhe que eu não sei se concordaria em atribuir todos estes maus efeitos à renúncia das artes e das manufaturas por um povo agrícola. É verdade que a agricultura está exposta aos azares das estações e, nisto, ela difere essencialmente das manufaturas, em que as relações e os produtos podem ser considerados como certos e regulados. Mas parece-me que, dado que é necessário ter em conta as vicissitudes das estações, podemos nos premunir e nos assegurar do produto constante daqueles que nós chamamos de anos comuns, tendo, por conseguinte, um fundo destinado à reprodução, pondo-nos, assim, ao abrigo do acaso.

CAVALHEIRO – E isto lhe parece simples e fácil de fazer?

PRESIDENTE – Parece-me que sim.

CAVALHEIRO – Mas não é, não. Nada parece mais simples do que dizer que o homem deve ser sábio, providente, ter aprendido com o seu exemplo ou com

o dos outros e, no entanto, nada é mais raro e mais difícil de ser encontrado. Este é o caso dos jogadores sábios, e o Marquês, que se reconhece como tal, diz que eles são poucos. Admite que, se existissem, fariam fortuna, mas exatamente isto é que prova o quanto eles são raros, pois, se fossem muitos, não poderiam fazer tão grande fortuna. Não foi isto que você disse, Marquês?

MARQUÊS – Eu não sei com que propósito você está me interpelando. Além do mais, fui proibido de falar.

CAVALHEIRO – Porque você poderia ter revelado segredos ao juiz e poderia testemunhar a favor das partes.

MARQUÊS – E se eu quiser me manter calado?

CAVALHEIRO – Como você preferir; fica a cargo da sua consciência.

MARQUÊS – Bem, já que você invocou a consciência, vou falar. Presidente, não gostaria de dizer-lhe; eu procurei adverti-lo, mas não adiantou nada e, agora, ele pegou você. O Cavalheiro tem razão; realmente tem razão. No começo da sua exposição eu compartilhava da sua opinião, mas depois, ele falou tanto, que me fez refletir e, agora, acho que ele tem razão. Tenho um arrendatário nas minhas terras da Picardia cuja mulher e filhas têm uma manufatura de tecidos. Este arrendatário sempre me paga corretamente; para ele não há anos bons ou maus porque a venda dos tecidos o ajuda a pagar o arrendamento; ele sempre tem algum dinheiro e, assim, como não está pressionado para vender, tudo lhe corre bem. Mas tenho um outro arrendatário, em Beauce, que não tem nenhuma manufatura e, na verdade, não sei mais o que fazer para que ele me pague. Este arrendatário, no fundo um bom homem, leal e franco, é a criatura mais indolente, molenga e imprevidente que existe. Todos os anos ele me escreve, em fevereiro, dizendo que está com as melhores esperanças para a próxima colheita; e, todos os anos, em junho, ele me comunica que a colheita abortou. Toda sua previdência resume-se a mandar círios para uma Notre-Dame das proximidades. Ele não faz outra coisa senão esperar e, invariavelmente, se frustra. Não adianta dar-lhe mais prazos, reduzir-lhe as dívidas, fazer-lhe novos adiantamentos, pois não sei o que ele faz, mas atrasa sempre. Mil espécies de contratos, de compromissos ruins para ele, levam-no a perder todo o lucro de uma boa colheita. Ele vende a produção ainda na planta, recebe adiantamentos pelos seus cereais, toma empréstimos a altos

juros e quando já está a ponto de arruinar-se, ele dá um lance num outro arrendamento para fazer concorrência a seu vizinho. O Cavalheiro tem razão; a guerra é o seu luxo. Quanto menores são os meios de que dispõe, mais vastas são as suas idéias. Ele termina por recorrer à justiça, e o resto você pode adivinhar. Portanto, meu caro Presidente, abaixe as armas. Não devemos nos fiar muito na sabedoria de um grande número de homens. Um particular, um indivíduo isolado, ainda pode tê-la. Em suma, creio que se o produto regular e constante de uma manufatura ou de algumas rendas sólidas não é capaz de sustentar a agricultura, é inevitável que ela sucumba. Um agricultor assemelha-se, então, ao jogador, obrigado a viver unicamente do produto do jogo, e nós sabemos que é impossível que ele o consiga.

CAVALHEIRO – Deus lhe pague, caro Marquês, sua virtude é muito edificante. Eu o aborreci algumas vezes, pelo que peço perdão a Deus e à Justiça. Você está me pagando o mal com o bem. Conclua a sua obra e acrescente, a isto que você acabou de dizer, que nunca se viu, nem jamais se verá, uma cidade manufatureira cujas cercanias não estivessem perfeitamente cultivadas, mesmo o solo sendo estéril. Um holandês me dizia que a Holanda é um senhor para quem o mar é o feudo e a terra, um jardim. Ele usa a renda do seu feudo para ter um parque soberbo e um lindíssimo jardim. Veja, em Paris, o senhor D. de B., cujo jardim é um prodígio de cultivo; não é porque o seu jardim é bem cultivado que ele é rico, mas é bem cultivado porque ele é rico.

PRESIDENTE – Eu acreditava que a causa do excelente cultivo nas cercanias das cidades manufatureiras se devesse à própria população das cidades, que faz crescer o consumo.

CAVALHEIRO – Você não é o único a acreditar nisto. Não há quase ninguém que não incorra neste erro e, no entanto, este é um erro.

PRESIDENTE – Como assim?

CAVALHEIRO – Dois exemplos marcantes o ajudarão a convencer-se: Roma e Madri. São duas cidades, com 600 mil habitantes cada uma; duas capitais, duas grandes cortes, habitadas por ricas personalidades. Nestas duas cidades, uma massa prodigiosa de dinheiro circula por toda parte, enquanto os campos que as circundam estão completamente desertos.

PRESIDENTE – Isto é bem intrigante. Mas por que isto?



CAVALHEIRO – Porque não existe nem uma só manufatura nestas cidades; eu disse nenhuma.

PRESIDENTE – Por favor, explique isto melhor.

CAVALHEIRO – Uma manufatura pode ser tocada pela mulher, pelas filhas, pelas irmãs ou pelas primas do arrendatário, de tal modo que o dinheiro que ela rende permanece no interior da família e ajuda a manter o cultivo da sua terra. Este dinheiro pode ser usado para fazer investimentos ou para evitar os prejuízos que advêm das vendas precipitadas, pois se o arrendatário não for obrigado a tomar empréstimos ele pode tocar o negócio. Mas se o dinheiro estiver apenas nas mãos dos consumidores ricos, o arrendatário não terá acesso a ele nem por meio de empréstimos, nem sob outras formas de circulação. Que importa aos ricos senhores de onde tirarão os atavios do luxo da vida, contanto que possam deles desfrutar? Que importa a um grande cardeal ou a um grande de Espanha saber de onde vêm os bons frutos que ele quer ter em sua mesa? O primeiro mandará buscá-los na Toscana, em Malta e Nápoles; o outro, em Valência. Uma despesa maior ou menor não os deterá, de modo que o dinheiro que vai das mãos deles para a dos consumidores dá um salto e vai encorajar um agricultor, mas só Deus sabe onde. Você pode, então, ter como consumidores grandes senhores, gente muito rica, em meio a um povo pobre e num país sem cultivo. Mas, se estes exemplos ainda não foram suficientes para convencê-lo, vejamos outros mais próximos, em Compiègne e em Fontainebleau. Todos os anos a corte leva os consumidores mais ricos da Europa a despenderem uns dez milhões na região. Isto já acontece há séculos e eu conheço poucas regiões tão pobres e tão mal cultivadas. Não há na França nenhuma pequena cidade manufatureira que não seja muito mais florescente do que estas duas residências de reis cabeludíssimos e cristianíssimos, pois elas gozam deste privilégio desde tempos remotos. Vemos, então, que cem mil escudos que uma qualquer fábrica atrair para o país desencadeiam nele um bem maior do que o fariam cinco milhões que nele parecessem ter sido despendidos. Digo parecessem, pois a única coisa que se faria era dar recibo. O lucro iria para bem longe e só Deus sabe onde pararia.

MARQUÊS – Isto está claro.

PRESIDENTE – Mas...

MARQUÊS – Meu caro Presidente, você poderá arrolar objeções ao infinito, mas eu o aconselho a render-se. O Cavalheiro é muito versado nesta questão.

PRESIDENTE – Perdão, eu não queria fazer objeções; apenas queria saber que conseqüências o Cavalheiro pretende tirar daquilo que acaba de nos demonstrar.

CAVALHEIRO – Fazê-los perceber a importância das manufaturas e quão precioso é o tesouro que vocês têm que guardar, dado que o grande Colbert o entregou à França. É só das manufaturas que vocês devem esperar uma circulação rápida e uniforme das riquezas, a extinção da usura e dos contratos onerosos contra os tomadores de empréstimos, a igualdade do produto total do Estado em meio a todas as vicissitudes, e, por conseguinte, a igualdade do produto dos impostos, de onde deriva a força do Estado. Uma força que não é regular e duradoura, que decorre de abalos e repentes, não serve para nada. Não passa de um sopro, um furacão que destrói o moinho, mas não é capaz de fazê-lo girar. É da indústria e das manufaturas que vocês devem esperar o remédio para os grandes males da humanidade: a superstição e a escravidão. E estas mesmas manufaturas, cuja preservação é tão importante, requerem, no entanto, muito cuidado em sua administração, porquanto o manufactureiro pode ir-se embora enquanto o agricultor tem que permanecer.

PRESIDENTE – Isto significa, Cavalheiro, que, a seu ver, toda a grita que se vem fazendo em torno da agricultura já há algum tempo é conseqüência de um debate acalorado a que faltam fundamentos?

CAVALHEIRO – De jeito nenhum. Ignoro em que situação está a França, mas se é verdade que o agricultor estava infeliz e oprimido, fizeram muito bem em gritar.

MARQUÊS – Por quê?

CAVALHEIRO – Porque não se deve oprimir a ninguém.

PRESIDENTE – Mas eles devem ser encorajados?

CAVALHEIRO – Se o que você entende por encorajar é livrá-los da opressão, sem dúvida que sim, pois, volto a repetir, ninguém deve ser oprimido. Mas se o que você está pensando é outra coisa, eu lhe direi que gostaria de estimular as manufaturas e que eu entregaria às que estão florescentes o cuidado de concluir sua obra, isto é, aumentar o cultivo das terras na França, porque é à agricultura que se deve a situação abaixo da crítica em que a França se encontra.

PRESIDENTE – E se fosse estimulada tanto uma quanto a outra?

CAVALHEIRO – Quem estimula tudo, não estimula nada, pois promover significa distinguir. Claro que me refiro ao sentido das palavras, porque no que tange à opressão estamos de acordo que não se deve perseguir ninguém.

PRESIDENTE – Mas as nossas manufaturas, ao que parece, vão muito bem.

CAVALHEIRO – Deus queira! As suas manufaturas são caras e muito mais caras. Os ingleses, inclusive, fabricam uma infinidade de quinquilharias a um preço muito menor do que na França.

PRESIDENTE – E daí?

CAVALHEIRO – Daí, a minha conclusão. Quem disse – ou disser – que o encarecimento dos víveres e o encarecimento da mão-de-obra absolutamente não prejudicam as manufaturas, e, que, ainda que chegassem a prejudicá-las, isto em nada afetaria o Estado, disse uma grande tolice.

PRESIDENTE – Perdoe, Cavalheiro, se levanto ainda uma questão; prometo que será a última. Por que atribuir à falta de manufaturas o mau estado do cultivo dos campos em Roma e em Madri? Não poderiam haver outras causas ou não seria, sobretudo, o vício do governo que...

CAVALHEIRO – Bolonha pertence ao Papa: a mesma mão governa Roma e Bolonha. A corte nunca reside em Bolonha e a dataria também não, mas, em troca, há muitas manufaturas na cidade e seu território é o mais bem cultivado da Itália. Há alguns anos, em Valência e na Catalunha estabeleceram-se fábricas e manufaturas e estas duas províncias já contam com uma produção surpreendente. Ao percorrê-las, tem-se a impressão de estar nos jardins da Armida. Certamente é a mesma mão que governa Compiègne e Fontainebleau e que governa tantas outras cidades florescentes da França. Estes dois locais têm, inclusive, o benefício da diferença, sempre muito perceptível, que a presença ou a ausência do proprietário acarreta, mas esta vantagem não traz nenhum proveito. Tire suas próprias conclusões.

PRESIDENTE – Eu me sinto cada vez mais pressionado pelo peso dos seus argumentos, mas ainda não consigo ver claramente como é possível que um grande número de consumidores ricos não favoreça a agricultura.

CAVALHEIRO – Vejo que fui excessivamente lacônico. No entanto, eu lhe disse tudo, o que você perceberá se refletir um pouco sobre as minhas palavras. As manufaturas enriquecem uma classe do povo que é limítrofe e aliada da dos agricultores. Uma família compõe-se metade de agricultores, metade de fabricantes. Não se gasta o ano todo na colheita ou nos grandes trabalhos do campo. O lucro seguro, ainda que módico, das manufaturas é o único que pode restabelecer o equilíbrio decorrente do desequilíbrio das estações; e as más estações são a única causa da ruína dos agricultores. Se todas fossem boas não haveria nada no mundo que se pudesse comparar ao lucro que a terra daria. De resto, a primeira consideração a ser feita quando se exagera os benefícios que o consumo pode produzir é que se subestima o fato de que se não houver ofícios e indústria num país não haverá, ao final, senão o dinheiro dos consumidores de alimentos. Mas o dinheiro para atender às necessidades do vestuário, do mobiliário e de tudo que não for alimento irá embora e esta soma é infinitamente mais considerável do que a outra. Esta é uma primeira dedução a ser feita. Em segundo lugar, só os alimentos frescos e muito frescos têm que ser obtidos no local, pois tudo que puder ser conservado poderá vir de fora. Assim, só restará em Compiègne e em Fontainebleau, dos dez milhões que a corte pôs em circulação, o valor correspondente aos ovos frescos, ao leite, e a alguma verdura. Tudo o mais terá vindo de fora.

MARQUÊS – É surpreendente, Presidente. Por isso eu lhe peço que se renda. Nós já perdemos muito tempo e esta discussão nos afasta ainda mais do nosso objetivo, de que estamos bem longe.

CAVALHEIRO – Não muito. Eu o vejo e já quase o alcanço.

MARQUÊS – Onde?

CAVALHEIRO – Você não está vendo que Madame está chegando para jogarmos?

MARQUÊS – E este é o seu objetivo?

CAVALHEIRO – Sem dúvida. Pode haver outro?

MARQUÊS – Você me faz perder a paciência... Como você pode falar de coisas tão interessantes com tão pouco interesse?

CAVALHEIRO – Por uma razão bem simples; é que eu creio que se perde tempo tanto falando de coisas interessantes quanto falando de coisas frívolas.

MARQUÊS – Cale-se. O que você está dizendo é abominável... Vamos nos desincumbir do jogo para retomar depois a nossa discussão.

*Depois do jogo, ficou tarde, e a conversa foi transferida para a semana seguinte.*



## SEXTO DIÁLOGO

*Os mesmos interlocutores.*

*Em 10 de dezembro.*

MARQUÊS (*ao Cavalheiro*) – Enquanto jantávamos, passou-me pela cabeça fazer-lhe uma pergunta, mas temo que ela se constitua numa digressão e que nos desvie muito do nosso objetivo.

CAVALHEIRO – Neste caso, faça a pergunta. Eu adoro estas loucas digressões.

MARQUÊS – Isto eu sei muito bem; mas e o Presidente me daria permissão?

PRESIDENTE – Eu estou aqui para ouvir e aprender; tudo me dará prazer.

MARQUÊS (*ao Cavalheiro*) – O que eu gostaria de perguntar-lhe é qual dos dois você considera mais, Sully ou Colbert?

CAVALHEIRO – Você leu os seus panegíricos?

MARQUÊS – Li, mas não consegui saber o que você pensa deles.

CAVALHEIRO – Você quer que eu mesmo lhe diga, é isso?

MARQUÊS – Se você puder.

CAVALHEIRO – Sully era um homem virtuoso; Colbert, um homem capaz. O que Sully fez vinha principalmente do coração, enquanto a obra de Colbert é a de um gênio. Sully curou a França, Colbert a enriqueceu. A virtude de Sully constituiu um dique contra as pilhagens do Tesouro Real, a tirania dos poderosos, as sublevações das diferentes facções, as desordens e a impunidade. Colbert abriu as portas à indústria. Cada um deles serviu a seu século e a seu soberano. Um convinha a um príncipe recém-entronado e a quem todos queriam pilhar e extorquir descaradamente, e que encontrou tudo por fazer. O outro convinha a um soberano diante de quem todos se prostravam e que fazia, por assim dizer, florescer o chão sob seus pés. Uma virtude firme, impenetrável, austera, constituía a qualidade essencial a um ministro de um grande rei, que não tinha outra fraqueza senão sua bondade. Um temperamento criativo, esclarecido, era essencial ao ministro de um outro grande rei cuja

fraqueza era a sua própria majestade. Deste modo, eu admiro o coração de Sully e a cabeça de Colbert.

MARQUÊS – O paralelo que você traça é bem diferente daquele que vem sendo feito, no entanto eu estou satisfeito. Mesmo assim você não se esquivará à minha questão. O que quero saber é se, agora, você acha mais importantes as qualidades do coração ou as da cabeça?

CAVALHEIRO – Tenho que lhe responder também a isto?

MARQUÊS – Sem dúvida.

CAVALHEIRO – Você é bem insistente. Você leu a *Gazeta da França*?

MARQUÊS – Que diabo de homem! Ele escapa como uma enguia... Sim, sim, eu li.

CAVALHEIRO – Não deu atenção à experiência com os caracóis?

MARQUÊS – Sim; e daí?

CAVALHEIRO – Descobriram que há seres que podem viver sem cabeça, mas nenhum pode viver sem coração, ou, pelo menos, esta descoberta ainda não foi feita.

MARQUÊS – Viva a *Gazeta*! Vivam os caracóis! Isto me alegra muito.

PRESIDENTE – O ensinamento mais útil que talvez se possa tirar desta experiência é que um corpo político, mesmo sem contar com homens de gênio, pode, ainda que não prospere, subsistir. No entanto, sem virtude, tudo está perdido.

MARQUÊS – Quer dizer que você acha que Sully é mais importante?

CAVALHEIRO – Eu não sei de nada. Faço questão mesmo é de caracóis fritos com molho verde, um pouco picante.

MARQUÊS – Que pena que você não consiga ficar sério nem um minuto.

CAVALHEIRO – Isto lhe agradaria mais?



MARQUÊS – Não, eu não disse isto. Mas você deixa o Presidente escandalizado. Você trata de questões importantíssimas, seríssimas, mas você fala delas com muita superficialidade.

CAVALHEIRO – Mas é exatamente assim que se deve fazer, sobretudo em Paris. Insistir nas pequenas coisas para lhes conferir um destaque e uma importância que não têm, e falar bem superficialmente das questões graves para que elas não se tornem insuportavelmente pesadas. Mas vamos voltar ao nosso assunto.

PRESIDENTE – Eu estou cada vez mais impaciente para ouvi-lo dizer se você prefere a nossa antiga legislação dos cereais ou a lei de 64.

CAVALHEIRO – Antes de responder, eu gostaria de lhes dar uma idéia bem precisa dos países agrícolas, coisa que, desconfio, Colbert – de quem acabamos de falar – conseguiu fazer com que todos os franceses esquecessem. Procurei demonstrar-lhes a importância das manufaturas e as suas relações com a agricultura. Lembro-me, também, de já haver dito ao Marquês que para resolver esta questão bastaria estudar o país e os homens de que se quer tratar, conhecer qual a relação dos cereais com estes homens e neste país, para, então, decidir. Nós já tratamos da França, na situação atual. Agora, precisamos considerar o que é o trigo, qual a sua natureza, suas qualidades, qual a sua posição frente às necessidades dos homens, do comércio e da indústria. Depois disto, tudo ficará mais claro.

PRESIDENTE – Eu lhe ouvirei com atenção.

CAVALHEIRO – Em primeiro lugar, você sabe que quando falo em trigo estou me referindo, também, ao arroz, ao trigo, ao centeio, etc., e a tudo que serve de alimento tanto aos ricos quanto aos pobres. Só para facilitar é que eu uso apenas o termo *trigo*.

PRESIDENTE – Nem precisava explicar isto, porque a lei de exportação inclui todas estas espécies de grãos e sementes sob o nome de trigo. Portanto, pode começar sua análise.

CAVALHEIRO – Como você sabe, o comércio é a troca do supérfluo pelo necessário.

PRESIDENTE – Com certeza.

CAVALHEIRO – Confesso que preciso de muita coragem para chamar o trigo de supérfluo e para encontrar algo necessário capaz de se contrapor a ele. O trigo é, depois dos elementos, a maior, a mais premente e a mais constante das necessidades do homem. Como, em função da sua abundância, os elementos não são passíveis de ser comercializados, o trigo torna-se, por conseguinte, a primeira necessidade humana. E é ele que estamos chamando de supérfluo e querendo transformar em objeto de comércio.

PRESIDENTE – De acordo com estes princípios, o trigo nunca deveria ser comercializado?

CAVALHEIRO – Eu não nego que o trigo não possa ser um supérfluo para o seu cultivador e que ele não devesse vendê-lo para, assim, conseguir obter todas as demais coisas necessárias à vida. Mas uma Nação é composta de uma infinidade de classes exclusivamente consumidoras. Quantos, segundo você, seriam os lavradores e cultivadores de trigo, na França?

PRESIDENTE – Não sei.

CAVALHEIRO – Aposto que não são mais do que um milhão e meio de homens e mulheres. O produto dos braços deste pequeno número de pessoas deverá fornecer o pão a 18 milhões de indivíduos. Depois disto, parece-me bem temerário considerar que ainda existe um supérfluo a ser vendido aos estrangeiros.

PRESIDENTE – Por quê? Você acredita que não há?

CAVALHEIRO – Eu ainda não disse isso. Suponho que possa haver e que, se houver, deva ser comercializado. A única coisa que quero é fazê-lo perceber a importância de, nesta questão, ir com muito cuidado e muito equilíbrio, se não quisermos nos privar, estouvadamente, de um necessário, acreditando que se está vendendo um supérfluo. Para não nos equivocarmos, é bom deixar claro o que é supérfluo. O Marquês me disse que ele considerava como supérfluos não os trajes que não estivesse usando no momento, dado que nenhuma pessoa usa todo o seu guarda-roupa ao mesmo tempo, mas apenas aqueles trajes que ele absolutamente não usaria.

MARQUÊS – Lá vem a história do meu guarda-roupa outra vez.

CAVALHEIRO – E voltará muitas vezes, pois eu vou falar de acordo com o que você mesmo disse.

MARQUÊS – Pronto; agora estou bem arranjado; você me tomará por oráculo e me obrigará a dizer tudo que lhe convier.

CAVALHEIRO – É preciso ver que não se trata aqui nem do supérfluo de uma família, nem do de uma província, mas do supérfluo de todo o império francês. Todos os súditos de um Senhor, todas as crianças de um bom pai têm igualmente assegurado o direito à sua alimentação. Este é o primeiro dever de um pai de família. Depois disto, se sobrar trigo, o estrangeiro – que não é da família – pode ser alimentado. Mas isto ainda não é tudo. Num lar bem organizado, não basta que haja pão suficiente para o jantar; é preciso que tenha também para a ceia, pois por nada no mundo ele pode faltar. Por conseguinte, o excedente de trigo num país, que decorra de um ano extraordinário, não pode chegar a constituir um ramo do comércio, pois que é preciso haver um excedente em anos normais para que se possa afirmar que o trigo está entre os artigos e os ramos do comércio do referido país com o exterior. Ora, se por acaso não se tiver levado em consideração se a França, em anos normais, tem mais cereais do que precisa para seu uso, ter-se-á cometido uma grande imprudência ao exigir, com alarde, uma lei geral, permanente, que vigorasse todos os anos e que estimulasse a exportação no mais alto grau. O que você diria se eu lhe provasse que os que propuseram a lei e determinaram as exportações reconheceram que jamais souberam se na França havia ou não um excedente a ser vendido?

MARQUÊS – Que eles nos expuseram a um grande risco e que nós deveríamos nos dar por muito felizes por tudo não ter passado de um susto.

CAVALHEIRO – Vamos ver se nós corremos este risco. Por ora, digo-lhe que toda esta questão de exportação é bem simples e fácil de resolver.

MARQUÊS – Ah! Se é fácil, por favor me ajude a tomar posição.

CAVALHEIRO – Com prazer. Mas me responda: o que é melhor, vender seu trigo ou jogá-lo num rio?

MARQUÊS – Vendê-lo.

CAVALHEIRO – Bravo! E, pelo mesmo preço, o que será melhor: vendê-lo a um irmão ou a um inimigo?

MARQUÊS – A um irmão.

CAVALHEIRO – Bravíssimo! Melhor resposta não poderia haver! Sua avaliação é profunda.

MARQUÊS – O que foi?... Você acha que não fiz progressos?

CAVALHEIRO – Surpreendentes! Você pensa que estamos brincando, não é, Presidente? No entanto, o Marquês acaba de resolver uma questão tão importante, tão espinhosa e tão difícil, que há séculos, não apenas na França, mas provavelmente em qualquer outro país do mundo, ninguém conseguiu resolvê-la. Até 1764, na França, acreditava-se que era melhor se desfazer do trigo do que vendê-lo e, há quatro anos, ainda acham que é melhor vendê-lo a um inimigo do que a um irmão.

PRESIDENTE – Nada se compara à amizade que lhe devoto e a consideração que tenho por suas opiniões, mas eu gostaria de vê-lo demonstrar o que acaba de nos afirmar.

CAVALHEIRO – Pretendo poder fazê-lo; mas eu lhes havia prometido primeiro demonstrar que ninguém sabe se a França tem – ou não – excedente de trigo. Você sabe como se procede para conhecer a capacidade e o excedente de qualquer coisa?

MARQUÊS – Esta é uma questão que está ao meu alcance?

CAVALHEIRO – Não; é muito difícil para você. Vamos ver. Suponhamos que você tem uma jarra de porcelana e deseja conhecer sua capacidade para saber quanto de água cabe nela. Há dois métodos para descobrir isto. O primeiro consiste em enviar a jarra a um grande matemático para que ele faça esta medida. O matemático olha a jarra; vira-a para todos os lados, examina-a bem e descobre que ela é uma curva, cuja rotação sobre seu eixo engendra esta espécie de conóide invertido que as pessoas chamam, vulgarmente, de jarra. Ele submete esta curva a exame e encontra uma maldita hipérbole de terceiro grau, tão difícil de equacionar que ninguém no mundo poderia resolver. O matemático, então, recorre ao cálculo integral e ao fim de seis meses, num dilúvio de  $x$  e de  $y$ , de *mais* e de *menos*, por aproximação, ele quadra a curva e o sólido engendrado e lhe envia, num pedaço de papel, a equação final toda pontilhada de  $x$  e de  $y$  e que você poderia apresentar à Academia. Mas eu não o aconselho a confiar nele,

pois se a pena lhe escapou das mãos e ele escreveu um *mais* ao invés de um *menos*, você não conseguiria encher a sua jarra e ainda entornaria todo o seu ponche. Este é o primeiro método. Depois deste há um outro, menos exato, mas mais simples. Consiste em chamar um campônio qualquer e lhe dizer: meu amigo, veja quanta água cabe nesta jarra. Primeiro, este homem põe a jarra num lugar plano; depois, ele pega um balde d'água e o despeja na jarra. Se ele vir que não encheu, pega mais um e mais outro até que a jarra esteja cheia e que a água comece a entornar pelas bordas. Então, ele diz: “Meu Senhor, sua jarra mede três pintas menos um oitavo”, e você pode confiar nele.

MARQUÊS – Cavaleiro, isto não era muito difícil para mim; eu teria dito o mesmo.

CAVALHEIRO – Peço-lhe mil desculpas; eu não suspeitava. Mas prossigamos. E aí, senhor Presidente, alguma vez encheram a França com cereais para ver se escorria um pouco pelas bordas? Seus escritores o asseguram?

PRESIDENTE – Agora entendo o que você queria dizer e vejo que eles disseram coisas contrárias a si mesmos. Eles demonstraram – e isto era verdade – que a circulação interna de cereais, na França, era tão obstaculizada que enquanto uma província se afogava em excedentes, a outra, freqüentemente, passava fome; que as autorizações particulares, os direitos, as peagens, os impostos, sob suas mais distintas denominações, estancavam a circulação e o abastecimento equilibrado e geral que a natureza, por si mesma, teria operado, se não estivesse tolhida, oprimida, impotente. Todo mundo conhece estas verdades; todos sentiram os excessos e os abusos de certos regulamentos que eram chamados de ordem, ainda que diametralmente contrários aos objetivos de uma boa e sábia política. E nós devemos nos mostrar gratos às intenções patrióticas destes escritores que ergueram a voz contra este vício da administração.

CAVALHEIRO – Aplaudo, de público, o patriotismo deles, mas ao mesmo tempo não posso deixar de registrar uma declaração que fizeram. Se desde tempos imemoriais a França nunca teve uma livre circulação interna de trigo, como é que eles sabem – e como ousam assegurar – que se pode exportar? Se a jarra não está no nível e se a água entorna porque está inclinada, você se equivocaria se, ao ver a água entornando, quisesse, por este fato, avaliar a capacidade da jarra. Comece por colocá-la num lugar plano, encha-a bem e depois fale e pregue quanto quiser. Mas nestas questões um equívoco é fatal.

PRESIDENTE – É difícil pensar que fosse possível equivocarse, pois que a elevação das talhas, das vintenas, o produto das diferentes aduanas, as peagens, etc., os relatórios dos intendentos, as observações, os cálculos mais exatos das pessoas mais competentes e dos observadores mais sensatos, enfim, o baixo preço dos cereais, tão baixo que tornava a sua cultura mais dispendiosa do que lucrativa, todos estes fatores reunidos indicavam não apenas a utilidade, mas a necessidade da exportação.

CAVALHEIRO – Este é precisamente o primeiro método de mensuração: ater-se aos cálculos dos grandes homens. Mediante este método, depois das perquirições as mais exatas que você nos indicou, depois de ter compulsado todos os registros das anonas municipais, os livros dos comerciantes de cereais, o produto dos dízimos eclesiásticos e senhoriais, de tudo, enfim, você pode se enganar, no máximo, pela metade.

MARQUÊS – Bagatelas. Você dá tanta importância a isto quanto aos cálculos políticos! E para que, diabos, servem eles?

CAVALHEIRO – Para ler depois do jantar, na viagem ou no campo, para exercitar o pensamento, para ocupá-lo e distraí-lo e, sobretudo, para impedir que se fale mal do próximo. Os ociosos e as mulheres, depois de uma leitura tão instrutiva, esquecem-se de fazer intrigas sobre seus vizinhos.

MARQUÊS – Bela coisa! Se não falarem mal do próximo, falarão mal do governo e isto é bem pior.

CAVALHEIRO – Estes escritores não estão acostumados a considerar o governo como seu próximo.

MARQUÊS – Pois estão errados... e muito errados. Considero tão condenável falar mal do próximo quanto caluniar o governo. Creio que todo homem honesto deveria pensar como eu.

CAVALHEIRO – Não se esqueça de me incluir entre os homens honestos que têm a sua mesma opinião. Mas permita que eu continue. Veja, Presidente, é muito duvidoso que a França tenha excedente de trigo, dado que a experiência de enchê-la, antes, de trigo, nunca foi feita. Mas é ainda mais duvidoso que ela tenha excedente de cereais, considerando anos normais por dez anos consecutivos. Para sabê-lo, seria preciso poder guardar os cereais dos anos muito férteis e

consumi-los nos anos fracos. Ora, diga-me francamente, isto foi feito? Estimulou-se ou permitiu-se o armazenamento? Avaliaram por quanto tempo se pode guardar grandes quantidades de cereais? A que custos? Em que se poderia economizar? Buscaram os meios para impedir que o agricultor não fosse obrigado a vender o seu trigo para poder pagar os custos do cultivo do ano seguinte?

PRESIDENTE – Sou obrigado a admitir que nesta questão você tem absoluta razão. Não houve nenhum progresso no que se refere à conservação dos cereais. A descoberta de uma estufa para o trigo, que nos chegou da Itália, o uso de ventiladores e de outros meios úteis foram em vão anunciados ao público por homens célebres, pois ninguém jamais os utilizou. Nós não temos nenhum armazém bem construído e o armazenamento é proibido, ou, pelo menos, tão tolhido por regulamentos e tão odiado pelo povo, que o considera um monopólio, que todos o repudiam. Mas, se você estiver certo, os promotores do edito não agiram inteiramente errado. Em primeiro lugar, eles não esmoreceram ao recomendar a abolição de todos os entraves que se antepunham ao comércio, interno ou exterior, de cereais. Em segundo lugar, eles demonstraram que quanto mais liberdade houvesse, mais o cultivo crescería e mais terras, até então incultas, seriam arroteadas e, por conseguinte, haveria um excedente maior a ser exportado. Por fim, eles disseram que para contornar os inconvenientes de uma exportação talvez excessiva bastaria conceder igual liberdade à importação. Neste caso, não creio que seja absolutamente indispensável saber se existe excedente, e qual a sua dimensão, pois a livre importação corrigirá imediatamente os problemas de uma exportação excessiva.

CAVALHEIRO – Impossível expor com mais clareza e vigor as razões dos instigadores do edito.

MARQUÊS – E você vai refutar estes argumentos?

CAVALHEIRO – Você está sempre apressado. Eu não sei ainda o que farei; gosto muito de discutir, mas este não é o momento. Contentar-me-ei em responder em bem poucas palavras. Quanto ao primeiro ponto, existe uma grande diferença entre recomendar e fazer. Não basta recomendar para retirar todos os entraves à liberdade interna, mas é o que seria preciso fazer.

PRESIDENTE – Todos, agora, fazem a mesma acusação. Todos afirmam que se recomendou mas que não se fez. É verdade que os propugnadores da liberdade

de exportação se contentaram com havê-lo dito e expressamente exigido, atribuindo a culpa do fracasso aos seus executores, pois que só eles teriam poder nas mãos para realizar seus desejos.

CAVALHEIRO – Se eles passaram a ser condenados, eu não tenho mais nada a dizer... Resta saber se os promotores do edito têm razão quando culpam os executores. Você acredita nisto?

PRESIDENTE – Eu estaria bem tentado a crer que eles têm razão.

CAVALHEIRO – Quanto a mim, espero poder demonstrar-lhe que eles estão errados ao acusar os outros e não a si mesmos; que o vício e o equívoco estão no seu próprio plano e que, seguindo-o ou não, é impossível estabelecer a livre circulação e o abastecimento da França, em todas as suas partes.

PRESIDENTE – Ficarei bem surpreso se você conseguir provar isto.

CAVALHEIRO – Felizmente você não ficará zangado, porque você pertence à classe dos executores.

PRESIDENTE – Isto é verdade.

CAVALHEIRO – No que diz respeito ao segundo ponto da sua exposição, não posso dizer nada, pois sou estrangeiro e não conheço a França senão por tê-la percorrido nas suas estradas principais. Vocês têm muitas terras incultas? Não cheguei a ver nenhuma com meus próprios olhos.

PRESIDENTE – Sejamos sinceros. Há muito menos do que os escritores disseram, mas existem. É verdade que todas as leis que foram feitas pouco depois, para estimular o arroteamento, não levaram a quase nada. Nos locais em que se achava que as terras estavam incultas e abandonadas, elas eram, na verdade, terras comunais e preciosas para os habitantes das aldeias próximas. Em outros lugares descobriu-se que as terras eram de pastagens e que o seu cultivo prejudicaria muito a criação de gado. Frequentemente se viu que terras que estavam incultas eram áridas. Em geral, pode-se dizer que não há, na França, nenhuma terra de boa qualidade que tenha ficado inculta, mas há terras não tão boas a que a técnica poderia trazer melhorias, até porque, há de se convir, mesmo que houvesse muito poucas, elas não devem ser menosprezadas.

CAVALHEIRO – Sem dúvida, não se deve mesmo deixar perder nem uma polegada de terra. Toda terra inculta constitui uma mancha para a administração



e da qual ela deve envergonhar-se. Mas não é disto que quero tratar agora. Afirmo, apenas, que de acordo com o que você acaba de admitir, se estas terras excedentes fossem postas em cultivo, não resultaria daí um grande produto.

PRESIDENTE – Certamente, não.

CAVALHEIRO – Supondo que a vigésima parte da França estivesse ainda inculta, e que a metade destas terras fossem terras cultivadas com cereais, o que significa supor bastante, o resultado é que você não obteria um acréscimo de mais de quarenta por cento de cereal, desde que toda a França fosse cultivada.

PRESIDENTE – Mas este é um resultado bem significativo.

CAVALHEIRO – Sem dúvida... e eu o estou levando em conta.

MARQUÊS – Você esqueceu das charnecas de Bordeaux.

CAVALHEIRO – Não esqueci; mas não têm nada a ver com a nossa conversa.

MARQUÊS – Por quê?

CAVALHEIRO – Porque um problema de organização particular não se resolve com leis gerais. Um doente que tivesse uma ferida numa das pernas não se curaria tratando-se apenas com medicações de uso interno, que corrigem os humores, purificam o sangue, permitem fluir a bÍlis, atenuam a linfa, umedecem e suavizam, etc. É preciso aplicar, também, um remédio de uso tÓpico na parte afetada, se se pretende a cura. Ignoro a causa do abandono das charnecas, mas sei que com uma lei geral de importação e exportação vocês conseguiriam melhorar o estado de saúde da França, mas não trariam a cura para um mal local. É preciso dispensar uma atenção particular a esta questão e buscar-lhe as causas. Se o problema deve-se à falta de população, será preciso fundar uma colônia; se for porque o ar é pestilento, será preciso drenar as águas; se o terreno é que é ruim, será preciso saber que plantas e árvores podem ser cultivadas nele e, então, plantá-las. Por isso é que eu não computaria a cultura das charnecas entre os benefícios do edito.

MARQUÊS – Entendo.

CAVALHEIRO – Mas agora é minha vez e sou eu que faço as perguntas. Você terá que me responder se considera boa ou má a terceira das razões do edito, que

o Presidente acabou de nos expor. Eles dizem que não há nada a temer se junto com a exportação houver a liberação, também, da importação. Eu não passo de um aprendiz neste assunto, enquanto você o estudou e aprofundou. Portanto, responda-me.

MARQUÊS – Está certo, mas eu precisaria de algo que me ajudasse a lembrar o que pensei.

CAVALHEIRO (*ao Presidente*) – Ouça com atenção o nosso Marquês. Ele vai nos dizer que é muito mau negócio vender algo que se tem para, em seguida, ser obrigado a tornar a comprá-lo. Ele acha que isto não serve para nada. Eu lhe propus, com a melhor das intenções, que vendesse todos os seus trajes de cor enquanto perdura o luto na corte e, depois, ele tornaria a comprá-los; mas ele achou que de tanto inquirir os seus criados tinha se tornado um grande conhecedor do negócio de roupas usadas. Desprezou solenemente a minha sugestão e me deixou confuso.

MARQUÊS – É verdade que disse isto e não vou negá-lo, mas eu estava falando dos meus trajes. Há uma grande diferença entre trajes novos e usados, mas você acha que existe alguma diferença entre trigo novo e trigo usado?

CAVALHEIRO – Claro, meu caro Marquês. O trigo usado é aquele que se quer vender e o novo, aquele que se quer comprar. Esta é uma lei eterna e invariável, inerente à própria natureza do mercado. Existe sempre uma sensível diferença entre querer vender e querer comprar. Quando você pronuncia as palavras *quero vender*, você faz baixar o preço de qualquer coisa, inclusive de um lingote de ouro, mas se disser *quero comprar*, o preço logo sobe. E a razão é clara: o preço não é senão a relação entre duas vontades; elas estão em equilíbrio. O primeiro a falar assopra um dos braços da balança, fazendo-a pender.

MARQUÊS – Presidente! Começo a suspeitar que ele tem razão. Um pouco mais ou um pouco menos, sempre se sofre alguma perda quando a gente se desfaz de algo para tornar a comprá-lo logo em seguida, pois o desejo de vender obriga a abaixar o preço e a necessidade de comprar obriga que a pessoa se submeta ao preço que lhe exigem, o qual será tanto mais alto quanto mais os outros se aperceberem que se precisa, de fato, comprar.

PRESIDENTE – Em geral, a mim também isto parece verdadeiro, mas o que me surpreende é que ninguém que escreveu sobre o tema tenha se dado conta de

algo tão simples e tão claro. Por isso é que supus que o comércio de cereais pudesse constituir uma exceção à regra geral.

CAVALHEIRO – Logo veremos isto. No momento quero apenas estabelecer princípios que nos orientem. É duvidoso – como creio ter-lhe demonstrado – que haja atualmente excedente de cereais na França. É ainda mais duvidoso que ele exista num ano normal. Estou convencido de que as terras que poderiam ser arroteadas não fariam aumentar significativamente a sua quantidade, em relação à produção e ao consumo total da França. Assim, para concluir, nós não podemos assegurar se este aumento do cultivo a ser feito fará crescer o excedente de que já se dispõe, se ele produzirá um excedente até então inexistente ou se ele apenas cobrirá o déficit atual. Enquanto não soubermos se existe excedente em anos normais, também não saberemos se a França pode manter um comércio ativo, permanente e considerável de cereais. Ainda não lhe apresentei a prova definitiva, mas já lhe deixei entrever que só se deve exportar quando há verdadeiramente excedente, porque ir, gratuitamente, levar ao estrangeiro um cereal de que se pode ter necessidade – já não digo em casos muito extraordinários, mas em casos de más colheitas que ocorrem invariavelmente a cada três ou quatro anos – é muito mau negócio.

MARQUÊS – Malgrado todo o seu esforço para nos criar dúvidas e nos infundir medo, eu juraria que você está convencido de que nós temos excedente de trigo e que estamos em condições de comercializá-lo.

CAVALHEIRO – Por que você acha isto?

MARQUÊS – Pelo seu jeito, pela sua maneira de refletir, um pouco ao gosto de Sócrates, que parecia estar sempre afirmando o contrário do que iria concluir. Como quer que seja, é um pressentimento e um desejo do meu coração. Mas falemos francamente, você acredita que tenhamos cereais para vender a nossos vizinhos?

CAVALHEIRO – Depois de eu ter-lhe demonstrado a temeridade daqueles que o asseguraram sem ter nenhuma prova concreta, você quer que eu faça o mesmo afirmando o inverso? Eu não sei, ninguém sabe, e não se poderá saber com certeza antes que a mais completa circulação interna esteja há vários anos perfeitamente estabelecida.

PRESIDENTE (*ao Cavalheiro*) – Não creio que o Marquês tenha pretendido fazer-lhe uma pergunta capciosa para, depois, poder prevalecer-se dela. Ele pediu, apenas, que você nos dissesse, mais ou menos, salvo erro de cálculo, o que pensa, ou, pelo menos, o que você imagina a respeito disto.

CAVALHEIRO – Já que estamos de acordo que não estou assegurando nada, não corro nenhum risco em dizer-lhes que, observando o país e segundo uma certa maneira de mensurar e calcular a que recorro e sobre cuja teoria vocês não me farão perguntas, porque eu não lhes direi nada, eu creio...

MARQUÊS – Que há?

CAVALHEIRO – Eu creio...

MARQUÊS – Que não há?

CAVALHEIRO – Que impaciência! Eu creio poder lhes felicitar e, de coração, alegrar-me com vocês porque a França, no seu estado atual, não conta com nenhum excedente de cereal que ela possa comercializar.

MARQUÊS – E você acha que isto é alguma vantagem? Você nos parabeniza? Cavalheiro, não se deve brincar o tempo todo. Isto não tem graça nenhuma!

CAVALHEIRO – Mas eu não estou zombando de ninguém, não estou brincando. O que disse é sincero.

PRESIDENTE – Isto se vê pelo seu ar de seriedade. Mas lhe asseguro que a minha surpresa não é menor do que a do Marquês. Como é que você nos felicita porque nós carecemos de um artigo de comércio tão importante, cuja posse significaria – segundo os escritores – a felicidade e a riqueza da França? Se este excedente de cereais não existe, todas as esperanças deles se desfazem; e você acha que isto é motivo de júbilo?

CAVALHEIRO – Sem dúvida, e nada é mais claro. O que quer dizer ter trigo excedente e vendê-lo ao exterior? Significa que no próprio país não há homens suficientes para consumi-lo; significa que o país não está tão povoado quanto poderia estar, etc. Eu não disse nada além disso. Sem dúvida você leu o *Ami des hommes*<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Mirabeau.

e sabe que o trigo é uma coisa boa porque serve ao homem; sabe que o dinheiro é bom, porque representa o pão; mas, o fato é que o homem é a única riqueza e eu felicitei a França por ter a única verdadeira riqueza que é a sua população, senão no grau mais alto a que poderia ter, mas, pelo menos, num grau bem próximo. Se você o desejar, posso acrescentar a este cumprimento o reconhecimento de que esta população conta com os homens mais amáveis e as mais belas mulheres do mundo.

MARQUÊS – Exatamente este cumprimento, pelo qual lhe fico grato, é que me leva a ter suspeitas. Seu argumento é brilhante demais para não conter nenhuma artimanha. Não apenas você teria razão, como teria razão de sobra.

CAVALHEIRO – Claro que tenho razão. Pretendo exatamente conduzi-lo à origem do seu erro para tentar demovê-lo. Vocês não levaram em conta que para se ter trigo é preciso ter duas coisas: o solo em que o trigo será cultivado e os braços dos homens que o cultivarão. Este solo é limitado pelo mar, pelos rios e pelas nações limítrofes e, portanto, não pode ser estendido; ele tem um limite e quando estiver todo cultivado, por maior que seja o aumento do número de braços dedicados a seu cultivo, ele não é susceptível de aumentar significativamente o seu produto. Vocês têm na França milhões de arpentos de terra boa para o cultivo de cereais. Esta quantidade é fixa e invariável. Quando toda esta terra estiver sendo cultivada, ela renderá uma determinada quantidade de cereais, em anos normais, quantidade igualmente fixa e determinada. Não poderão fazê-la crescer porque as leis da natureza que determinam que, na França, os cereais rendam, em anos normais, sete ou oito vezes o que foi semeado, são imutáveis. Portanto, se o país chega a ter uma população capaz de consumir a sua produção de cereais, vocês não terão o que exportar, por mais esforços que façam.

PRESIDENTE – Isto é verdade.

CAVALHEIRO – Esta é a grande diferença entre o comércio de produtos manufaturados e o de gêneros alimentícios. O comércio dos manufaturados cresce proporcionalmente ao número de braços que emprega, enquanto o de gêneros decresce nesta mesma proporção. Como o objetivo de todo bom governo é aumentar a sua população, pode-se dizer que o seu verdadeiro objetivo é aumentar o número das manufaturas, que crescem à medida que aumenta o número de homens, até, por assim dizer, o infinito, e que ele deve se rejubilar quando houver redução na exportação de gêneros. Pode-se, inclu-

sive, lograr a extinção total deste gênero de comércio, desde que a população consuma todo o produto do solo. Neste caso, a agricultura fornecerá ao povo a sua subsistência, mas apenas as manufaturas lhe permitirão obter o dinheiro e a riqueza. Pode-se, inclusive, ultrapassar estes limites e ter uma população tão exagerada que se seja obrigado a ir aos países despovoados para comprar, com o produto das manufaturas, os alimentos e a subsistência necessária ao excedente de população que se tem para alimentar. Neste caso, o governo terá conquistado a perfeição, pois a perfeição, nesta matéria, é obrigar a natureza a realizar um milagre que consiste em ter, sobre um solo limitado, um número maior de homens do que suas forças e seus meios poderiam sustentar.

PRESIDENTE – Você não havia feito esta reflexão quando comparou os países agrícolas com os manufatureiros e no entanto ela me parece fundamental.

CAVALHEIRO – Naquele momento ela ainda não estava madura. O que eu queria é que, envolvido pelas idéias e pelas formulações da moda e, sobretudo, pelo tom atualmente dominante que, como já lhe disse, constitui um dos redutos do equívoco, você mesmo tivesse demonstrado o quanto vocês prezam o belo privilégio de serem despovoados e de terem gêneros de primeira necessidade para vender aos estrangeiros, deplorando os pretensos bons tempos de Sully, tempos esses em que a França havia sido destruída por quarenta anos de guerras civis, as mais cruentas de quantas já houve, tempos aqueles em que às guerras da Itália e de Flandres, as mais sangrentas de todas que a França já enfrentou, se sucederam as guerras em que vocês perderam seu rei, em Pavia, todo o exército, em Ravena e Nápoles, e a flor da nobreza, em Saint Quentin, tempos em que a França ficou ainda mais despovoada devido às imensas emigrações, fruto das lutas religiosas, e exaurida pelas colônias do Novo Mundo, cuja sedução, exercida pelos atrativos dos ganhos fáceis, arrastava toda a Europa. Nesta época, este reino, ainda que muito mal cultivado, usufruía da desastrosa vantagem de ter excedente de cereais, mesmo em colheitas normais. Sim, tínhamos, então, para vergonha do século, um comércio de gêneros alimentícios; comércio que, hoje, não temos mais e vocês não devem se lamentar por isto. Deixem esta glória para a Turquia, o Egito, a Argélia, Marrocos, Polônia e tantos outros países pobres, despovoados e infelizes. Com o tempo, eles nos venderão, inclusive, cereais, se deles tivermos necessidades. Olhem em torno e vocês verão se há, na superfície do globo, algum outro país, além dos que são despovoados, que mantenha um comércio grande e permanente de cereais.

PRESIDENTE – No geral, concordo com você. Esta é uma reflexão que eu nunca havia feito e da qual sinto todo o peso. Mas... e a Inglaterra?

CAVALHEIRO – Nós havíamos combinado, quando comecei a conversar com o Marquês, que não falaríamos da Inglaterra, pelas razões que ele bem conhece.

MARQUÊS – Isto é verdade. Mas o Presidente não fez este voto de abstinência com a Inglaterra e por isso acho que você deveria lhe responder.

PRESIDENTE – Pelo contrário. Estou pronto a imitar o Marquês, se a minha pergunta for suscitar uma digressão.

CAVALHEIRO – É mais ou menos isto. Eu havia lhe prometido que trataria, à parte, da questão da Inglaterra, mas, para não deixá-lo sem resposta, vou dizer-lhe duas palavras.

MARQUÊS (*ao Presidente*) – De um mal pagador deve-se cobrar quando se pode. Só Deus sabe se ele fará esta discussão especial que está nos prometendo, por isso aconselho-o a aproveitar a ocasião.

CAVALHEIRO (*ao Presidente*) – Você fala da Inglaterra, mas quem foi que lhe disse que quando se criou a lei favorável à exportação ela não estava despovoada por cem anos de guerras civis e emigrações? Quem foi que lhe disse que ela não está despovoada até hoje, embora esteja obrigada a alterar sua política de cereais, justo ela que tem nove milhões de habitantes num país cuja extensão é igual à da Itália, a qual tem dezesseis milhões? Quem disse que esta exportação não prejudicou o desenvolvimento das manufaturas e o crescimento da população e que não seja a terrível escassez de víveres que faz refluir para a América uma tão grande quantidade de homens e de manufaturas inglesas, de onde encaram, com olhar ameaçador, sua imprudente metrópole? Mas eu me distanciaria demais do assunto; assim, voltemos a ele. O produto das manufaturas é ilimitado, porque ele cresce proporcionalmente ao número de homens empregados, enquanto a produção de gêneros alimentícios fica limitada e circunscrita pela extensão do território.

PRESIDENTE – Mas num mesmo solo, uma cultura diferente resulta numa produção também distinta. Nós ainda temos terras não cultivadas, embora em pequena quantidade.

CAVALHEIRO – Claro, e eu as estou levando em conta. Calculemos... Se disse que depois do edito de 64 nós exportamos, no máximo, 500 mil sesteiros de cereais por ano e eu acho que esta informação está correta. É exatamente a subsistência de 200 mil homens e nada mais. Suponhamos que uma melhoria no cultivo possa render três vezes mais, o que é supor bastante; é a subsistência de mais 600 mil homens. Restam as terras não cultivadas, cuja quantidade eu ignoro. Considere, porém, que o trigo não constitui o único produto de consumo. A este excedente de homens que poderia haver na França seriam necessárias, também, terras para a pastagem de um número maior de animais que lhes deverão fornecer alimentação, vestuário, iluminação, etc. Necessitarão de terrenos para a madeira que lhes aquecerá, de vinhedos, de pomares, etc., e assim sucessivamente. Reserve para isto as terras não cultivadas. Se você acha que é muito, pegue ainda 500 mil sesteiros do produto destas terras, que representam a subsistência de 200 mil homens, e teremos, ao todo, um milhão. Assim, todo o comércio de cereais que a França realiza atualmente e o que ela poderia realizar, em caso de melhorias no cultivo, poderia chegar a um déficit de apenas 800 mil pessoas ou, considerando-se sua população atual, de, no máximo, um milhão. Destas 800 mil pessoas, metade corresponderia às perdas ocorridas na última guerra e o resto corresponderia ao déficit anterior que havia, precisamente, deixado algumas terras incultas e outras tantas semicultivadas. Esta talvez seja a causa do excedente de cereais de que se lamentava em 63. Uma pequena redução na população, grandes exércitos fora do país, que acabam consumindo uma boa parte dos cereais de outros países, haviam reduzido o consumo no próprio país. Este excedente, acumulado durante seis anos, parecia uma montanha e, no entanto, vimos como ela desapareceu em pouco tempo. De resto, este cálculo é só aproximado e vale o que vale.

MARQUÊS – Não se preocupe; não vamos lhe cobrar nada; já estamos convencidos. Mas, Cavalheiro, o que impede uma nação povoada e bem alimentada por um excelente cultivo de expandir o seu território?

CAVALHEIRO – Vejo que o seu espírito militar está despertando, mas se você pretende ir à guerra, avise-lhe que estou fora. Caso contrário, eu lhe direi que há duas espécies de países agrícolas: os que têm um terreno circunscrito, tal como a Sicília, a Sardenha, a Grã-Bretanha, etc.; e outros, que têm um território bem mais vasto e que poderíamos, inclusive, considerar como indefinido, tal como a Rússia, a Turquia, as colônias da América, etc. Só por esta diferença,



estas duas espécies de países exigem duas legislações diferentes. Um povo que possui uma grande extensão de terras incultas e que está junto a outros países ainda mais desertos pode se dedicar inteiramente à agricultura, fazendo dela a sua produção principal; ele tem uma grande extensão diante de si e não teme que lhe falte terra. São precisos séculos até que toda a terra esteja ocupada e que ele possa, enfim, conquistar os territórios desertos que o cercam e, assim, crescer ainda mais. Esta é a verdadeira razão que fez a República Romana crescer em população e em força durante seis séculos só com a agricultura, sem precisar recorrer às manufaturas: ela tinha toda a Europa ocidental para conquistar e para desbravar. Mas se um país tem limites estreitos, quando ele atinge um certo patamar de população e de cultura, o produto da terra encontra o seu limite; ele é absorvido pelo consumo interno e o país não pode se enriquecer sem recorrer às manufaturas. A França está neste caso. Ela poderia fazer conquistas, mas os países que a circundam já estão tão povoados quanto ela, e talvez até mais. Não há, portanto, terras incultas, de modo que a guerra não serviria senão para destruir os dois países e a agricultura permaneceria no nível em que já está. As margens do Reno não são mais aquelas que viram as vitórias de Germânico sobre Cacique, ou, se você preferir, sobre o Nababo Armínio. A Germânia mudou de face. Não haveria, portanto, nenhum outro meio de crescer senão multiplicar o número de colônias nos vastos territórios da América ou da África. Mas isto não é propriamente crescer, é se desmembrar. O crescimento vantajoso é gradual. É verdade que o desenvolvimento da navegação aproximou os países que a natureza havia separado, *oceanò dissociabili*. Paro por aqui. As colônias, nos países distantes, têm suas vantagens e suas desvantagens. Este é um assunto que merece uma longa discussão, mas é estranho à nossa questão. Você há de concordar comigo que a conquista de algumas províncias limítrofes da França, a menos que a guerra a tenha despovoado, não faria aumentar a quantidade de gêneros alimentícios passíveis de serem exportados, porquanto atualmente a sua população é tão considerável que elas têm apenas os cereais suficientes para seu próprio consumo.

PRESIDENTE – No que se refere a mim, estou inteiramente satisfeito com a questão. No entanto, restou-me uma dúvida acerca do que você disse, ou seja, que as manufaturas crescem, infinitamente, em razão dos braços nelas empregados.

CAVALHEIRO – Não se atenha tanto ao rigor das palavras. Sem dúvida, nesta miserável terra que temos a honra de habitar, nada é infinito, porque ela mesma não ultrapassa as míseras três mil léguas de diâmetro e Júpiter e Saturno

poderiam jogar a péla com o nosso globo. Eu quis, apenas, acentuar a desproporção entre os dois gêneros de comércio. A explosão das manufaturas – se é que ousou me servir desta expressão – vai infinitamente mais longe do que a dos gêneros alimentícios. Todos os manufaturados atravessam a linha do Equador sem nada temer, enquanto praticamente nenhum cereal, nem nenhuma farinha, ousariam enfrentar impunemente o calor. Você sabe que existem muitas pessoas em Paris que mandam bordar e que, inclusive, mandam confeccionar seus trajes na China. Um alfaiate de Cantão tem, portanto, clientes na rua Vivienne; mas duvido que você encontre um padeiro de Cantão no mercado. Arlequim foi o único a propor um comércio de ovos frescos das Índias. Claro que você poderia me responder também que em todas as manufaturas é preciso utilizar uma matéria-prima que é fornecida pelo solo, mas não é indispensável que este solo seja o seu próprio. Não se preocupe com isto. Sempre haverá povos preguiçosos, isto é, mal governados, que lhe quizerão vender lã, algodão, seda, linho, cânhamo bruto, para comprá-los, de volta, depois de trabalhados. Temer que não haja países assim é temer algo bem remoto.

PRESIDENTE – Minhas dúvidas se dissiparam e vejo agora claramente a desvantagem do comércio de produtos agrícolas quando comparado ao dos produtos manufaturados.

MARQUÊS – Cavalheiro, se não me engano, estamos próximos do fim das nossas inquietações e você, dos seus esforços. No que se refere a mim, confesso que depois que você demonstrou que é muito duvidoso que haja excedente de cereais na França e que, se houver, este é um mau sinal, pelo qual não temos porque nos alegrar, e que as manufaturas florescentes devem ser o objetivo de todo bom governo, e não o comércio de cereais, nada mais me importa. Já concluí e acertei a minha cabeça; o resto eu lhe dou de lambuja.

CAVALHEIRO – E o que foi que você concluiu?

MARQUÊS – Que devemos pegar o edito, lançá-lo ao fogo e retornar à situação em que estávamos.

CAVALHEIRO – Como você é rápido; daria um excelente inquisidor.

MARQUÊS – Meu Deus! É apenas uma maneira de falar; nós aqui estamos em família. Sei o respeito que se deve ter por uma lei do soberano. O que quero dizer é que é preciso revê-la, voltar ao bom caminho e parar de sonhar.

CAVALHEIRO – É esta a sua conclusão?

MARQUÊS – Sem dúvida.

CAVALHEIRO – Aposto que não. Quer apostar?

MARQUÊS – Não posso, em sã consciência, fazer isto; como é que você pode saber melhor do que eu o que penso?

CAVALHEIRO – Isto não quer dizer nada; aposto e insisto com você.

MARQUÊS – Mas então, vamos apostar uma ninharia.

CAVALHEIRO – O quê?

MARQUÊS – Uma discricção.

CAVALHEIRO – É muito pouco... Vamos apostar uma indiscrição.

MARQUÊS – Uma indiscrição? Vá lá.

CAVALHEIRO – A aposta está valendo.

MARQUÊS – Está bem.

CAVALHEIRO – Presidente, o senhor é testemunha.

PRESIDENTE – Está certo.

CAVALHEIRO – Pois bem, meu caro Marquês, você terá que me confessar sinceramente se já foi traído alguma vez.

MARQUÊS – Não supus que o jogo iria ser assim tão pesado. A indiscrição é bem grande. Não que eu me recusasse a confessar, se isto tivesse ocorrido, mas o que é que isto tem a ver com a nossa discussão?

CAVALHEIRO – Não fique constrangido... Vamos lá! É preciso que você nos responda à pergunta.

MARQUÊS – Bem, na verdade, acredito que não.

CAVALHEIRO – Você teria tolerado bem se tivesse sido traído?

MARQUÊS – Não, eu teria sofrido. Isto, na realidade, não significa grande coisa, mas...

CAVALHEIRO – Compreendo. Ao casar-se, você teria tido a preocupação de agir de modo que a sua mulher lhe fosse fiel?

MARQUÊS – Todo homem decente pensa assim.

CAVALHEIRO – Esta é uma grande verdade. Por conseguinte, você foi muito ciumento com sua mulher; determinou que a seguissem, a observassem e a espionassem e só muito raramente você a deixava sair?

MARQUÊS – Claro que não! Nunca houve homem menos ciumento do que eu. Eu me contentei em amar minha mulher, em tratá-la bem e sempre a deixei em absoluta liberdade.

CAVALHEIRO – Mas esta conduta era contrária ao seu objetivo; ela o expunha àquilo que você não quer ser.

MARQUÊS – Não. Quando me casei já conhecia bastante o mundo para saber que não há meio melhor de ser enganado do que alardear o seu ciúme.

CAVALHEIRO – Então você achava que a liberdade era melhor do que o cuidado para atingir os seus objetivos?

MARQUÊS – Sem dúvida.

CAVALHEIRO – E você ainda pensa assim?

MARQUÊS – Mais do que nunca.

CAVALHEIRO – Então pague, porque você perdeu a aposta. O objetivo de um bom governo deve ser fazer com que o trigo da França guarde fidelidade aos franceses; que ele pertença a eles; que nada vá para o estrangeiro. Mas, na sua opinião, para alcançar este objetivo, é melhor dar-lhe inteira liberdade do que controlá-lo, constrangê-lo e ter ciúme dele. Esta é a sua verdadeira opinião.

MARQUÊS – Oh! Não! Você me confundiu. Eu teria respondido de maneira completamente diferente.

CAVALHEIRO – Mas não teria sido sincero.

MARQUÊS – Isto também é verdade.

PRESIDENTE (*ao Cavalheiro*) – Muito fina e muito justa a distinção que você faz entre o fim e os meios. Vejo, agora, que muitas vezes as pessoas se confundem. Vejo também que, em geral, os meios que conduzem mais segura e prontamente aos fins parecem distanciar-se deles, enquanto que, ao contrário, aqueles que parecem conduzir ao fim, deles se afastam. A proibição das exportações, que sempre é estabelecida em todos os países, parece-me um equívoco deste gênero. De modo que são louváveis os escritores que se manifestaram contra este velho erro.

CAVALHEIRO – Nunca os li. Mas se eles confundiram os fins com os meios; se, para demonstrar que era necessário poder comercializar livremente os cereais, argumentaram que a exportação dos produtos agrícolas deveria ser o grande objetivo da administração, então pensaram mal e, por conseguinte, mesmo que eles tivessem se dado conta de seu equívoco e chegado à verdade, ainda assim eu não faria nenhum caso deles. Eu me lembro de ter dito ao Marquês que um falso silogismo não se torna melhor, nem mais estimável, se sua consequência for verdadeira. Uma verdade que brota por pura casualidade, como um cogumelo no prado, não serve para nada. Ninguém sabe como usá-la, se não se sabe de onde ela vem, como e de que encadeamento de reflexões ela deriva. Uma verdade fora de seu contexto é tão nociva quanto um erro.

MARQUÊS – Nisto você provavelmente tem razão. Mas reconheça, afinal, que você é favorável à livre exportação.

CAVALHEIRO – Eu? Você é que tem esta opinião, embora eu tenha ganho a aposta que fiz com você.

MARQUÊS – E você?

CAVALHEIRO – Por enquanto, eu ainda não disse nada.

MARQUÊS – Como assim? E a comparação que você fez e com a qual acabou por me convencer, não era boa?

CAVALHEIRO – Ah! Há muitas coisas a dizer sobre isto.

MARQUÊS – Você me teria atemorizado para que eu perdesse a aposta que ganhei?

CAVALHEIRO – Veremos isto. Estou pronto a devolver-lhe seu dinheiro se o jogo não for bom.

MARQUÊS – Na verdade, Cavalheiro, eu preferiria ser tão escarnecido quanto o imortal Sancho Pança do que ficar aqui lhe ouvindo, numa permanente incerteza... Ora é alto, ora baixo; ora você é favorável às exportações, ora não é mais... Você propugna pela liberdade, depois não a deseja mais... Aproxima-se dos escritores, depois se afasta deles. Convenhamos, Presidente, que não há nada no mundo que deixe a gente tão impaciente.

PRESIDENTE – Eu não estou nada impaciente. Muito pelo contrário, admiro como o Cavalheiro avança, pouco a pouco, e passo a passo, no seu raciocínio; como ele encadeia as suas idéias e como ele amarra e unifica os resultados.

MARQUÊS – Pois bem! Isto lhe agrada, mas eu lhe previno que ele ganhará a batalha. Quando a gente vê o general inimigo avançar lentamente, ocupando postos, sustentando-os um com o outro e não deixando entre eles nenhuma abertura, isto é mau sinal... dê-se por vencido.

PRESIDENTE – Ele ganhará, mas eu terei aprendido.

MARQUÊS – Tal como Pedro, o Grande, dizia de Carlos XII. Mas, Cavalheiro, o que faremos com esta maldita exportação?

CAVALHEIRO – Vamos deixá-la dormir uns dias e depois a retomaremos. Agora já é muito tarde.

MARQUÊS – E você nos dirá a sua opinião? Sim ou não?

CAVALHEIRO – Sim; sem falta; e começarei por ela.

MARQUÊS – Escute, Cavalheiro, tive uma boa idéia. Aqui nós corremos o risco de sermos interrompidos. Vamos, então, para a minha casa, depois do

jantar. A casa está aquecida e nós teremos todo o tempo que quisermos. Poderemos conversar até a hora da ceia.

CAVALHEIRO – Ótimo; eu concordo.





## SÉTIMO DIÁLOGO

*Os mesmos interlocutores.*

*Em 12 de dezembro.*

MARQUÊS – Finalmente chegou o dia em que você nos dirá sua opinião sobre o edito.

CAVALHEIRO – Dizem.

MARQUÊS – Como, dizem? Não é verdade?

CAVALHEIRO – Temos que esperar.

MARQUÊS – Ah! Você quer me impacientar e já conseguiu. Eu queria ter comprado o edito de 64, mas me confundi e esqueci.

CAVALHEIRO – Não tem muita importância; nós sabemos o conteúdo.

MARQUÊS – Enquanto aguardamos o Presidente chegar, peço-lhe que me livre de uma incerteza mortal em que você me deixou. É verdade que eu ganhei a aposta?

CAVALHEIRO – O que é que você acha?

MARQUÊS – Sinceramente... acho que eu perdi. A comparação que você fez foi muito surpreendente. A meu ver, num casal, a liberdade respeitosa, a confiança recíproca, o amor, a doçura, a franqueza, produzem um resultado melhor do que o ciúme, os cuidados e o constrangimento. Acredito, inclusive, que num governo, que substancialmente não é senão a administração de um grande lar, a liberdade, sobretudo no que diz respeito ao comércio, deve render melhores resultados do que as proibições.

CAVALHEIRO – Se você pensa assim, então eu posso, com toda certeza, dizer que ganhei a aposta.

MARQUÊS – Pode; mas você acabou me deixando em dúvida sobre qual é a sua verdadeira opinião. Você não estaria blefando?

CAVALHEIRO – Cabe a você dizer.

MARQUÊS – Concordo. Se nós tivéssemos apostado dinheiro, mesmo que fossem cem mil escudos, eu teria começado por lhe pagar. Mas sem pretender nenhuma restituição do dinheiro, por favor, me responda... eu me enganei? Só para minha informação é que eu quero saber.

CAVALHEIRO – Já que você está agindo tão honestamente, eu lhe direi que um apólogo, uma comparação, uma fábula, não constituem uma reflexão, por mais bela, luminosa e adequada que possa parecer. É preciso sempre desconfiar. É preciso encontrar o fundamento da questão na análise da natureza intrínseca das coisas e jamais recorrer a qualquer outra via. A comparação serve, depois, para embelezar o discurso, para convertê-lo em eloquência ou em poesia, mas ela é apenas o verniz do quadro e não a própria pintura. Se nós conseguíssemos manter esta precaução em todas as ciências, nós teríamos muito menos livros e muito menos equívocos. Os médicos, sobretudo, que só usam uma linguagem alegórica, tomada de empréstimo, não diriam mais que as mulheres têm nervos irritados, nervos assustadiços, porque nervos não são nem gatos nem cachorros. Mas a dama que tem spaniels e angorás, e que os adora, acredita que o seu médico disse algo muito importante e que ele descobriu qual o seu mal. Ela fica muito satisfeita e convencida porque ela não quer se curar, quer apenas continuar consultando seu médico.

MARQUÊS – Entendi.

CAVALHEIRO – Você quer ver como uma comparação é duvidosa? Se eu pretendesse convencê-lo do oposto, poderia ter-lhe pego numa outra comparação. Suporia que você tem em casa, numa gaiola, um pássaro de alto preço. Um amigo vem visitar-lhe e pergunta: “Se você gosta tanto deste lindo pássaro, por que o mantém assim, preso?” E sugere: “Abra a gaiola e não tenha medo. Ele tem aqui, com você, abrigo, carinho, água e todo o cuidado; claro que ele nunca irá embora. Sairá um pouquinho, mas logo voltará.” Diante deste discurso, você abriria a gaiola?

MARQUÊS – De jeito nenhum; ele sumiria.

CAVALHEIRO – Esta comparação, no entanto, é quase tão boa quanto a outra. Ela demonstra a inutilidade das proibições, da mesma forma que a outra provava as vantagens da liberdade. A qual delas ater-se? Para tomar partido, seria preciso saber se o trigo se assemelha a uma mulher ou a um pássaro. Você se acha capaz de decidir esta questão?

MARQUÊS – De jeito nenhum. O trigo não se parece nem com uma nem com o outro. Mas, veja, chegou o Presidente.

PRESIDENTE – Senhores, eu me fiz esperar? Vocês já começaram?

CAVALHEIRO – Não. O Marquês me acusou de blefar no caso da aposta que ele perdeu. Eu gosto de jogar honestamente, por isso nem discuti e devolvi-lhe o dinheiro imediatamente. Você acha que ele tinha razão de me cobrar? Você não acha que eu o tinha convencido?

PRESIDENTE – A sua comparação entre o ciúme e a liberdade é preciosa e não poderia ser mais interessante. A surpresa do Marquês foi só brincadeira; no entanto, se refletirmos um pouco mais, veremos que há algo a acrescentar.

MARQUÊS – O quê?

PRESIDENTE – A sabedoria de sua mulher, o respeito que ela lhe tem, tornam-na digna da liberdade que você lhe concedeu e você fez bem em assim proceder. Eu não sei, porém, se é possível supor tais virtudes, tais costumes e tal moderação, em toda uma nação. Os cultivadores indigentes, sempre prontos a acudir ao primeiro apelo de lucro, os mercadores ávidos e astuciosos, poderiam, talvez, abusar da liberdade. Mas eu não sei; apenas sinto que precisamos conversar mais.

CAVALHEIRO – O Presidente parece acreditar que o povo é um animal não domesticado e nisto ele se assemelharia a um canário. Mas vamos evitar tomar decisões a partir de alegorias; quanto a você, Marquês, não tem por que queimar o edito. O Presidente nos interrompeu no momento em que discutíamos sobre a razão intrínseca da nossa questão e é a ela que devemos retornar. Já vimos que é bastante duvidoso que haja um real excedente de cereais na França e eu lhes demonstrei que este excedente – se existir – é resultado de um déficit populacional. Uma população não se recompõe com a rapidez que se imagina e não se fazem crianças numa penada, como fazia o Padre Petau<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> O jesuíta Denys Petau (Petavius, em latim) nasceu em Orléans, em 1583, e morreu em Paris, em 1652. Teólogo e erudito, é autor de obras muito difundidas de cronologia. Voltaire ridicularizou os seus cálculos cronológicos: “Segundo o irmão Petau, jesuíta, a família de Noé produziu um bilhão, duzentos e quarenta e sete mil habitantes em trezentos anos. O bom padre Petau não sabia o que é fazer crianças e criá-las.” (Nota da Edição Ricciardi das *Opere* de Ferdinando Galiani, já citada.)

São necessárias várias gerações para reparar uma perda. Portanto, se fosse verdade que atualmente existe excedente de cereais na França, o que se faria com ele até que nascessem novos consumidores? Jogariam no rio? Vocês disseram que não; que era preciso comercializá-lo. Vejamos, então, quais são as vantagens ou desvantagens desta comercialização e, depois disto bem examinado, decidiremos o que fazer com os cereais.

PRESIDENTE – Você já me fez ver quão menor é a vantagem do comércio de cereais, relativamente ao dos produtos manufaturados. Desde então, não deixo de me surpreender com a superficialidade com que nos fizeram conceber as mais promissoras esperanças com este comércio que, segundo asseguravam os escritores, deveria realizar milagres.

CAVALHEIRO – Você só viu esta diferença por alto. Agora vamos vê-la em detalhes; preste atenção e pode começar a contar. Primeiro: a maior vantagem de um produto destinado ao comércio é ter o preço mais alto no menor volume possível. O ouro e as pedras preciosas ocupam, nesta questão, o primeiro lugar e as razões para tanto são muito claras. Quanto menor for o volume mais se economiza nos custos e nos riscos do transporte, igualmente prejudiciais ao vendedor e ao comprador porque é preciso, sempre, garanti-los antecipadamente. Ora, de todos os produtos passíveis de serem comercializados, os cereais, proporcionalmente ao peso e espaço que ocupam, são sempre os que valem menos. Não apenas todos os produtos manufaturados, mas também todos os demais gêneros alimentícios, tais como o vinho, o azeite, as carnes, os peixes salgados, têm, neste caso, uma enorme vantagem sobre os cereais. Um tonel de vinho vale dez vezes mais do que o mesmo tonel de trigo e pesa menos. Veremos o quanto o transporte absorve do lucro. O frete de um barco ou de uma carroça é o mesmo, quer se vá carregá-lo com cereais, quer com lingotes de ouro. Segundo: este mesmo trigo, tão pesado, tão volumoso, tão incômodo, é, também, para cúmulo do azar, o mais sujeito a se deteriorar. Tudo o prejudica: o calor fá-lo germinar; a umidade o apodrece; milhares de animais o comem, pássaros, insetos, ratos, etc. Temos que combater toda a avidez da natureza para poder salvar nosso trigo. Assim, por esta segunda razão, ele se torna mais incômodo de ser comercializado do que as pedras, o carvão, as aduelas, as madeiras para lenha ou para construção, as únicas coisas pesadas que são mais baratas do que os cereais. Terceiro: se os cereais, pelo menos quando estivessem em repouso, depois da viagem, nos deixassem tranqüilos, isto beneficiaria sua comercialização; mas, não. Eles

inspiram cuidados até nos armazéns, pois se deterioram, apodrecem e é necessário revolvê-los, o que também é uma operação custosa. De modo que quanto mais a gente os guarda mais eles dão prejuízo, seja na quantidade, seja no preço. Nada é mais contrário à comercialização. Esta ciência tão complexa, tão sublime, sobre a qual tanto escreveram aqueles que nunca a exerceram, se reduz a uma definição bem pequena.

MARQUÊS – Se é bem pequena, serve para mim; eu conseguirei retê-la na memória.

CAVALHEIRO – É o seguinte. Vender com calma, comprar sem pressa; a isto se resume toda a ciência. Esta é a grande diferença entre o comprador de roupas usadas e os seus camareiros. O comerciante de roupas compra seus trajes porque os seus camareiros querem vendê-los e eles os revendem a quem desejam comprá-los. Poder guardar, ter onde guardar: eis a lei e os profetas. Nada é mais sublime. O trigo é a coisa que menos se pode guardar, que ocupa mais espaço, que mais custa para guardar e, portanto, é a menos propícia a ser comercializada. Quarto: outro inconveniente. O trigo anuncia seu nascimento bem no meio do verão; antes que ele seja batido e colhido numa granja, já se chegou à metade do outono, de modo que a sua comercialização vai do equinócio do outono até o da primavera. Depois disto, os prenúncios da nova colheita mais ou menos já decidiram a sua sorte, e as encomendas ou os pedidos de venda cessam. Assim, a comercialização dos cereais ocorre exatamente na estação do ano menos favorável, pois o mar se torna tempestuoso, os rios congelam ou transbordam, os caminhos tornam-se impraticáveis devido à neve ou à lama, os dias ficam mais curtos e o tempo mais traiçoeiro.

MARQUÊS – Esta é uma reflexão bem original.

CAVALHEIRO – Para você, talvez, ou para os seus escritores; mas os carreiros, os padeiros, os comerciantes, estes já a conhecem muito bem.

MARQUÊS – E eles nunca foram consultados?

CAVALHEIRO – Isto eu não sei, mas lembre-se que mesmo o maior tolo pode responder, se consultado... mas só um grande pensador sabe interrogar. Os inconvenientes da estação do ano em que se é forçado a comercializar os cereais não existem nem para os produtos manufaturados – que sempre podem

escolher o período mais favorável para viajar – nem para os demais gêneros alimentícios, como o vinho, o azeite, etc., cuja colheita, feita no fim do outono ou no inverno, permite que se possa comercializá-los na primavera ou no verão. Quinto: agora, talvez, o inconveniente mais considerável. Os cereais nascem em toda parte. Nenhum reino da Europa está privado deles. Ora, a base de todo comércio é o *non omnis fert omnia tellus*, isto é, nem todas as terras produzem todas as coisas. De modo que o trigo, propriamente dito, não constitui o tesouro de nenhuma terra. Chamo de tesouro uma produção específica da qual todos os homens têm necessidade e que não existe em todos os países. Os metais, os frutos dos climas quentes, pertencem a este gênero. Seu comércio torna-se regular, seguro e constante. A Provença sempre vende seu azeite para a Normandia porque a Normandia não tem produção própria. De modo que este comércio será sempre ativo de um lado e passivo de outro; todos os anos haverá a encomenda de um lado e o consumo de outro, e isto não se alterará. Segundo tais princípios, vemos que os verdadeiros tesouros da França, no que diz respeito aos produtos da terra, são o vinho e o azeite. Todo o Norte da Europa tem necessidade deles e todo o Norte não os produz. Então, o comércio se estabelece, escava o seu canal, deixa de ser uma especulação e torna-se uma rotina. E os homens – mesmo aqueles de espírito muito limitado – que só sabem viver na rotina, podem dedicar-se a fazer o seu comércio. Suponhamos, por exemplo, o comércio de vinhos da França com Estocolmo. É certo que Estocolmo precisa dos vinhos da França e que o seu solo não os produz. De modo que o mercador de Paris estabelece um representante em Estocolmo e dorme tranquilo. Todos os anos um encomenda e o outro expede a mercadoria. O francês não corre nenhum risco se fizer provisão antecipada ou se se abastecer de uma quantidade maior do que o comum, pois que a venda é segura. Se ele expediu, numa única viagem, uma quantidade muito grande, seu correspondente está liberado para reduzir um pouco as encomendas dos anos seguintes, até que, em pouco tempo, o vinho estará em Estocolmo, sem nenhuma perda. Ele pode aproveitar a época do ano mais favorável e a mais cômoda, quer para comprar, quer para expedir. Ele não precisa temer que o vinho chegue depois da nova safra, já que a Suécia não produz vinho. Agora, compare este gênero de comércio com o de cereais. Em primeiro lugar, o comerciante francês não sabe se precisa, ou não, ter um correspondente para os cereais em Estocolmo. Em certos anos eles lhe encomendarão cereais; em outros, quererão vender-lhe; e muito freqüentemente não os quererão vender nem comprar. Quando eles encomendarem, pode ser que o francês nem tenha uma quantidade suficiente para enviar. Se o comerciante tentar levar

cereais para oferecê-los aos suecos, pode ser que eles cheguem num momento em que estes não são mais necessários. Será um milagre se a necessidade e o excedente conseguirem se encontrar no momento adequado. O comerciante francês evitará, pois, ter um representante que, freqüentemente, lhe é inútil, e se arrependerá por não tê-lo nos momentos em que dele precisar. Se é a Suécia que tem necessidade dos cereais, as encomendas virão sempre regidas nos seguintes termos: compre-os a qualquer preço, mas envie-os o mais rápido possível, e que seja, sobretudo, antes da primavera, pois que depois desta época a remessa será inútil. Esta limitação imposta pela época prejudica tudo. Ela obriga o comerciante francês a apressar-se, mas se se percebe que ele tem pressa, os preços sobem, os transportes e os fretes dobram de preço e absorvem todo o lucro. Se, por azar, ele tem a infelicidade de pegar uma navegação lenta, reparos no barco, rombo no casco da embarcação, ventos contrários que tenham retardado a embarcação e ela só chegue depois de passada a época, pode saber que ele venderá com prejuízo e ficará arruinado. Chamar isto de comércio é abusar das palavras; isto não é um comércio, mas uma pilhagem em que só se precisa saber ser o primeiro, apressar-se e arriscar. Resume-se a isto toda a ciência do comércio de cereais, diametralmente oposta ao espírito do comércio, que exige que não se tenha pressa nem para vender nem para comprar e que é tanto mais vantajosa quanto menos risco se corre. Como há cereais em toda parte e como é possível haver necessidade de cereais também em toda parte, seria preciso contar com correspondentes em todos os lugares, mas, como tê-los? Que imensa despesa em cartas, freqüentemente inúteis! Como se assegurar da probidade de tanta gente? Como estabelecer confiança? Amizade? Nesta situação não se pode recorrer senão aos mais famosos banqueiros, cuja riqueza tenha tornado seus nomes conhecidos em toda a Europa. Eles são os únicos que, já tendo correspondentes ou uma reputação reconhecida em toda parte, ainda que em função de outros objetos de comércio, podem e querem encarregar-se também da compra de cereais. Mas os seus correspondentes freqüentemente são muito inexperientes neste tipo de comércio; os equívocos e, conseqüentemente, os prejuízos, se multiplicam. É preciso, então, assegurar-se de um grande lucro para compensá-los. Por isso é que sempre que se trata de trigo, fala-se de monopólio, o que não ocorre quando se trata de tecidos, couros, açúcar, vinhos, etc. O comerciante de vinho, de quem acabamos de falar, se ele é um comerciante pequeno e de poucos recursos, realizará um pequeno comércio com Estocolmo, mas o fará. Seu pequeno comércio não prejudica um comércio maior, nem recebe dele nenhum golpe. Dois representantes de dois senhores, um francês e outro sueco, estão em

condições de realizá-lo. Inclusive, ele é mais lucrativo quando feito, assim, em pequena escala. A economia e a probidade fazem-no prosperar; ele cresce e permite que os dois comerciantes vivam dele. Mas para dedicar-se à comercialização de cereais é preciso contar com as mãos mais poderosas e os braços mais longos que existem em todo o corpo de comerciantes. Só eles podem ter as mais recentes notícias sobre uma má colheita em tal ou qual reino e, por conseguinte, serem os primeiros a aí chegar e a acudir. Dominam, sozinhos, este comércio, mas não porque dele se apossam, mas porque ele é deixado para eles. Não raro suplicam-lhes, de joelhos, para que intervenham. O pequeno comerciante sabe que vai perder, e o grande negociante corre riscos, mas pode ganhar. Esteja certo de que este comércio jamais é feito pelos pequenos comerciantes e se você vir algum deles metido na coisa, pode crer que são apenas comissários dos grandes, pois eles não são tolos o bastante para correr riscos por conta própria e, de um só golpe, serem lançados na miséria. Se o risco é grande, os lucros são proporcionais a eles e, como a visão dos riscos afasta a multidão, os grandes ficam sozinhos. Está criado o monopólio, mas é a natureza das coisas que o cria e não a malícia dos homens, embora estes gostem de se acreditar mais maliciosos do que são. De bom grado renunciam à idéia de probidade, de que desfrutam, pela vaidade de aparentar uma astúcia que não possuem. Estas são, em linhas gerais, as dificuldades do comércio exterior de cereais. Vejamos as do comércio interno. Sexto: toda a França produz trigo. É verdade que há províncias mais ou menos férteis, mas não há nenhuma que, com uma boa colheita, não tenha o bastante para si, e nenhuma que, numa má colheita, não precise das demais. Esta é a grande diferença que existe entre o trigo e o vinho. Duas ou três províncias produzem os mais célebres, algumas outras, o menos bom, e o resto é consumido na região que o produz. No caso dos vinhos, há graus de qualidade: Pontac, Le Clos de Vougeau, La Romanée são os vinhos cardeais deste sagrado colégio. Por acaso você acha que, no que se refere ao trigo, existe algum cantão da terra que produza constantemente o pão que todos os potentados do mundo devem obrigatoriamente ter em sua mesa? Um trigo pelo qual se pede insistentemente e pelo qual se paga dez, vinte vezes mais do que por qualquer outro trigo? O trigo tem, em quase toda parte, o mesmo gosto; semelhante, nisto, aos elementos naturais, ele é sempre uma necessidade, mas nunca um requinte indispensável ao homem. Ingrato para o comércio, ele não é nem o tesouro nem a riqueza de nenhum país; ele é o seu sustento. Você comercializa vinho desde que você tenha um amigo na Borgonha; azeite, se tiver um amigo na Provença. Este comércio é conhecido, tem uma rota conhecida, todo mundo se entende. Os detalhes



mais minuciosos são indispensáveis para que se consiga economizar alguma coisa e é esta economia que constitui o lucro. Você acha que existe alguma diferença entre se ter um bom ou um mau carroceiro?

MARQUÊS – Eu achava que bons mesmo seriam aqueles que jurassem menos.

CAVALHEIRO – E que pudessem dar melhores garantias de suas mercadorias... e este detalhe, que parece tão insignificante, leva-se, às vezes, uma vida inteira para ensiná-lo, não a um Newton, mas a um carroceiro. E os Newtons, mesmo quando a natureza produz algum, não conduzem carroças. De modo que quando um determinado produto comercial tem uma fonte constante e canais pelos quais escoar, é fácil administrá-lo. Mas se ele não tem uma fonte fixa e conhecida e, portanto, não se sabe onde se poderá obtê-lo, nem para onde enviá-lo, como é possível explorá-lo comercialmente? Onde você estabelecerá seus representantes em cereais? Você tem, na verdade, algumas províncias em que há mais abundância, como Brie, Picardia, Beauce, Soissonais, mas mesmo nestas regiões podem faltar cereais e elas terem que ir buscá-los em regiões, em geral, muito menos férteis. Esta impossibilidade de poder contar com correspondentes seguros, inteligentes e abonados faz com que se abandone esta especulação interna aos carreteiros, aos moleiros e aos padeiros que a fazem em pequeníssima escala, para si mesmos e por sua própria conta. Assim como o comércio externo de compra de cereais é tão vasto, amplo, arriscado e difícil que, por sua própria natureza, engendra o monopólio, o comércio interno, feito de um a um, é, ao contrário, tão pequeno e administrado por mãos ávidas, por homens indigentes e astuciosos, que engendra as falcatruas. Você já está cansado de anotar os inconvenientes do trigo?

PRESIDENTE – Não... estou ouvindo-o com atenção, e nós estamos no artigo sexto.

MARQUÊS – Não tenho já muito mais o que dizer. Começo a me aborrecer tanto com o trigo que acho que vou voltar às bolotas, o ilustre e muito amargo alimento dos nossos antepassados.

CAVALHEIRO – Enquanto aguarda vê-lo reinstalar-se na idade de ouro, o Presidente continuará a anotar. Sétimo... Vejamos o quanto é preciso dedicar-se para tornar ativo este comércio de cereais da França com o exterior, tão desejado e tão preconizado. Trata-se de reunir o excedente de cereais de toda a França,

sem subtrair o necessário. Só a delicadeza desta operação já assusta. Trata-se, por assim dizer, de levantar a epiderme de toda a França, sem tocar na pele que é sensível e faz gritar... Acha que isto é possível? Não será esta a verdadeira causa dos eternos clamores do povo, toda vez que se mexe alguma coisa no comércio de cereais? O povo não é tão irracional e estúpido quanto os escritores, sempre pródigos em louvá-lo, fazem questão de dizer-lhe, a todo instante; mas ele é sensível e quando se toca no seu necessário, ele grita. Não há, também, tantos malfeitores quanto se pensa. Os monopolizadores, os usurários, estes monstros que elevam os preços dos cereais, que o açambarcam, deixando toda uma província padecer de fome, sem piedade, sem misericórdia, por pura ganância, não são assim tão comuns. Mas quando a operação é, em si mesma, delicada, difícil, escabrosa, é quase impossível não praticar o mal. Se remetêssemos às leis da natureza as situações em que nos compramos em cobrir os outros de injúrias, nós nos enganaríamos muito menos em nossos julgamentos. De fato, como fazer para só comprar o supérfluo? O método menos pior seria comprar uma partida de cereais que os grandes arrendatários estocaram em suas propriedades, e é precisamente este método que é proibido. Segundo as normas, tudo deve ser comprado exclusivamente no mercado.

MARQUÊS – Estas leis são absurdas e é preciso revogá-las.

CAVALHEIRO – Calma; estas leis, estes regulamentos, têm a ver com todo o sistema de legislação de cereais dos nossos ancestrais. Eles consideravam o trigo como objeto de administração e nós queremos fazer dele um objeto de comércio. É sabido que aquilo que é bom e útil de um determinado ponto de vista torna-se absurdo e prejudicial sob outro, mas, como a antiga regulamentação ainda está em vigor, falemos da situação atual. É certo que atualmente não se pode comprar trigo senão no mercado e que vai parar na prisão quem faz açambarcamento e quem compra diretamente dos produtores. Neste mercado um ponto fundamental é não deixar transparecer que haverá um outro comprador encarregado de uma boa encomenda. Se isto transparecesse, imediatamente os vendedores aumentariam os preços e já não haveria nenhuma vantagem na compra. Ora, o que ocorre com os mercados que se reúnem sistematicamente todas as semanas ou a cada quinze dias nos burgos ou nas cidades das diferentes províncias? Os produtores, que enviam seus cereais, sabem, antecipadamente e com incrível precisão, a quantidade de cereais que haverá no mercado e quanto será vendido. Uma longa experiência os ensinou. Como a quantidade de consumidores é quase sempre a mesma e como eles

sabem quais são as aldeias que regularmente vêm se abastecer, a quantidade não varia muito. Os vendedores não querem ter o incômodo de carregar de volta, consigo, os cereais, de modo que trazem praticamente só o que vão precisar e o avaliam com tanta precisão que mal lhes sobram três ou quatro sacos dos duzentos que são vendidos num dia de mercado. Suponhamos que tenham trazido para o mercado trezentos sacos de cereais, que, segundo sua estimativa, é a quantidade que será vendida. O comissário chega e põe em ação três ou quatro pessoas, para melhor esconder o seu jogo; ele oferece um pouco mais e compra cem sacos, deixando um terço dos aldeões numa situação bem difícil, pois as suas famílias não têm provisões para mais do que uns dois ou três dias. Eles vieram ao mercado com a intenção de se abastecer para uma quinzena. Aguardar até o próximo dia de mercado é impossível. O que fazer? Eles reclamam; voltam-se contra os juízes municipais, a quem acusam de terem se descuidado dos interesses da sua municipalidade, permitindo que estrangeiros comprassem os cereais antes deles. O magistrado, zangado, constrangido, promete solenemente – e não sem temor – maior vigilância no futuro. Ele informa, autua e comunica a seu intendente o que faltou no mercado esta semana. O intendente convoca a corte, mas todos dizem que, no máximo, faltaram uns cem sacos de cereais, no máximo e... isto não se registra. A grande notícia de que faltou cereal no dia de mercado chega secamente à corte e o ministério dá atenção ao caso. Neste meio tempo, os aldeões que ficaram sem trigo passam fome e correm para outros mercados mais distantes, onde chegam inadvertidamente, compram, e, por sua vez, provocam também o desabastecimento. A notícia de que faltou cereal num mercado corre de boca em boca e, claro, de mercado em mercado, causando uma alta súbita dos preços e forçando os camponeses a irem cada vez mais longe para abastecer-se. As repercussões do fato se espalham nas redondezas, e se ampliam. Por outro lado, os vendedores, ao verem que numa semana faltou trigo no mercado, e que o pouco que eles levaram ao mercado foi imediatamente vendido, trazem uma quantidade maior de cereais do que a costumeira na semana seguinte. Mas a encomenda está concluída; ninguém mais compra além do costumeiro. Novas reclamações... Será preciso levar o cereal de volta ou baixar o preço e vendê-lo com prejuízo. Outros regulamentos do Estado, no entanto, proibem que se leve de volta ou que se estoque o cereal que já foi exposto no mercado, e isto arruina os vendedores. Se estes fatos se repetirem em três ou quatro dias de mercado, começa a carestia, o alarme e a desolação se espalham por toda a província. Da mesma maneira que vemos, quando quatro ou cinco gotas

de chuva caem numa bacia cheia, formarem-se círculos em que as pequenas ondinhas, indo até a borda, voltam e cruzam-se, pondo em movimento toda a superfície da água, vemos que a compra extra de cinco ou seis centenas de sacos de trigo, se ela ocorre inopinadamente em diferentes mercados, basta para perturbar toda uma província durante um tempo considerável.

MARQUÊS – Mas é por uma ninharia.

CAVALHEIRO – Uma ninharia? Você acha que é uma ninharia uma família ficar sem pão por quatro ou cinco dias? Você não está levando em conta a importância do pão para o homem. Esta necessidade, que é geral, permanente e imperiosa, é precisamente o que torna o trigo tão pouco adequado ao comércio. Tenho freqüentemente ouvido as pessoas que se crêem muito espertas dizer que não se deveria dispensar maiores cuidados ao trigo do que o que se dispensa ao couro de que se fazem sapatos. Dizem eles que nunca houve uma regulamentação para os sapatos e que, entretanto, ninguém ficou descalço.

MARQUÊS – Isto é verdade e este argumento sempre me pareceu válido. Mas você não pensa assim, não é?

CAVALHEIRO – Seguramente não.

MARQUÊS – E por quê? Os sapatos não são quase tão necessários quanto o pão?

CAVALHEIRO – Quero lembrar-lhe uma coisa: ainda que a necessidade de um e de outros sejam igualmente grandes, a necessidade de sapatos não é tão premente quanto a de pão, e é aí que reside a causa do equívoco. Admito que você tenha uma grande necessidade de sapatos, mas se você está habituado a jogar fora aqueles que considera usados, poderá continuar a usá-los por mais uns vinte dias se, por acaso, o seu sapateiro estiver com falta de couro e, portanto, não lhe puder fornecer outros, novos. Mas você pode fazer uma libra de pão durar vinte dias na sua casa? Claro que não... O pão é uma coisa que não apenas se usa, mas se consome. Ele se consome na hora e a necessidade dele se renova duas vezes por dia para as pessoas de compleição mais fraca e três ou quatro vezes para os mais robustos. Isto é que excita a cupidez e estorva o comércio honesto e louvável, o único que é bom e útil numa nação. Os homens empregam toda a sua malícia e usam toda a sua astúcia para algo que é tão premente e, certos de obter um imenso lucro, estimulam a conturbação, espalhando boatos

de carestia e de miséria. Não empregam tanta astúcia no comércio de couros, porque eles é que seriam enganados. Qualquer outro ramo de comércio anda por si mesmo porque em todos eles se tem um certo espaço de tempo e este intervalo basta para que se reencontre o equilíbrio. Mas o abastecimento de pão é premente e por isso requer cuidados. O equilíbrio só se restabelecerá muito tarde, quando o povo já tiver morrido de fome.

PRESIDENTE – O que você está dizendo é muito justo, mas eu não consigo compreender como uma coisa tão insignificante quanto a compra de uma centena de sacos de cereais pode ser encarada como um mal tão grande.

CAVALHEIRO – Ah! Meu Senhor, estou vendo que você ainda não sabe o que é um estado de penúria. Se você pensa que é um mal universal, está muito enganado: é apenas a aflição universal do mal de que padecem alguns particulares. Num estado de penúria, os ricos, as pessoas abastadas, não sofrem absolutamente; os vendedores, inclusive, ganham. Mas todos fremem diante do seu mais terrível espetáculo: pessoas morrendo de fome; pessoas errando pelas ruas, espectros, esqueletos horrendos, ao mesmo tempo lívidos e escuros, os olhos brilhantes de lágrimas, os cabelos eriçados cobertos de vermes e que, cambaleantes, se aproximam e, com voz apagada, com sacrifício lhe estendem a mão trêmula para pedir pão. Às vezes, no momento mesmo em que você se dispõe a acudi-la, você a vê cair sob seus pés e expirar. Isto eu já vi e isto se chama fome. Voltemos, porém, à nossa comparação entre os sapatos e o pão. Se viesse a faltar couro seria bem incômodo usar tamancos, mas se usaria... e este espetáculo terminaria sendo mais risível do que tocante. Até já antevejo as belas mulheres calçando tamancos...

MARQUÊS – Elas ficariam até mais picantes... Mas você tem razão; a gente acabaria rindo.

CAVALHEIRO – Eu diria a mesma coisa de qualquer outra carência que provocasse uma tragicomédia. Se faltassem tecidos e tivéssemos que nos vestir com sarja, nos lamentaríamos, mas, creia-me, não dirigiríamos menos galanteios às belas mulheres vestidas como freirinhas.

MARQUÊS – Ah! Na minha juventude esta teria sido uma razão a mais... Uma freira! Você brinca... mas nada é tão apetitoso... Lembro-me que uma vez, num hospital do exército...

CAVALHEIRO – Está certo; você viu charmosas freiras nos hospitais, mas viu também as terríveis doenças causadas pela má alimentação. Portanto, vamos retomar a nossa discussão. O mal real da fome recai sobre um número pequeno de pessoas, mas o sentimento de compaixão invade todos os corações; até mesmo as almas mais empedernidas se comovem. Uma única pessoa que caia de fome na rua entristece e desola toda uma cidade que tiver jantado.

MARQUÊS – Mas não se poderia substituir o pão por algum outro alimento?

CAVALHEIRO – Torradas com patê, não é?

MARQUÊS – Você zomba de tudo... Mas a carne, as verduras, os laticínios não poderiam alimentar o povo, pelo menos durante algum tempo? Os pobres têm um estômago de avestruz; eles digerem tudo.

CAVALHEIRO – Eles digerem tudo, mas com pão. A força deste hábito é tão grande, tão surpreendente, que a gente nem pode conceber. Eu tive a infelicidade de o testemunhar. Sem pão, não se consegue comer nada e, se a fome obriga a comer, não se consegue digerir. Uma febre epidêmica e mortal atinge quem quer que ouse tentar escapar da fome de outro modo que não com pão e esta morte é ainda mais horrorosa do que a primeira; ela se torna contagiosa.

PRESIDENTE – Cavalheiro, quanto mais eu reflito sobre o que você acabou de dizer, mais eu vejo que, na sua opinião, a conturbação, o alarme e a miséria numa província serão causados pelas compras realizadas em mercados, por assim dizer, inopinadamente. Mas se permitissem que os açambarcamentos e as compras por atacado fossem feitas diretamente com os produtores, não ocorreriam estas perturbações e não haveria falta do produto no mercado. Um proprietário que tem mil sesteiros de trigo da sua colheita não envia mais que uns vinte para vender a varejo em cada mercado. Se ele vendesse, no atacado, uns quinhentos sesteiros a um comerciante estrangeiro, isto não lhe impediria de enviar, diariamente, ao mercado, as pequenas quantidades usuais. Ele estaria apenas se desfazendo do excedente.

CAVALHEIRO – É verdade.

PRESIDENTE – A antiga lei que só permite vender no mercado é, portanto, uma lei bastante má?

CAVALHEIRO – Você quer dizer bastante boa. O que corresponde ao objetivo ao qual se destinou é sempre bom. Nossos antepassados fizeram uma lei para impedir que o trigo fosse objeto de comércio. Esta lei cumpriu perfeitamente o seu objetivo; então, é boa, não é? Ela o cumpriu tão bem que enquanto ela estiver garantida e a fizerem executar, esteja certo que é impossível, absolutamente impossível, que haja qualquer tipo de comércio de cereais no atacado... e isto é tão verdadeiro que tudo que foi exportado nestes últimos anos, todo o cereal, sem exceção, foi obtido por contravenção a esta lei e fora dos mercados. Chega a ser engraçado que se tenham feito enormes sacrifícios para encontrar o que chamam de abusos, monopólio, açambarcamento, porquanto ficou demonstrado que é impossível fazer de outro modo qualquer aquisição. Infeliz daquele que pretendesse cumprir as regras.

PRESIDENTE – Nada é mais verdadeiro. Os fatos que ocorreram em várias províncias o demonstram. Os pobres comissários que tentaram comprar nos mercados pequenas quantidades de trigo para remetê-lo para o exterior, ou mesmo para o abastecimento da capital, quase foram apedrejados pela população amotinada.

MARQUÊS – Mas, então, Cavalheiro, é por ironia que você diz que esta lei é boa; é como se você dissesse que um punhal é bom, se a lâmina fosse da Turquia.

CAVALHEIRO – E eu diria mesmo.

MARQUÊS – Sem dúvida; mas a intenção seria má se com este bom punhal tivessem degolado o mundo.

CAVALHEIRO – Não chame de ironia a pretensão de falar com precisão. A lei é sempre boa, quando ela cumpre o seu objetivo.

MARQUÊS – Pode ser tão boa quanto você quiser, mas o objetivo é detestável. Querer destruir e cortar pela raiz todo o comércio de cereais?... Você acha que isto é bom?

CAVALHEIRO – Eu ainda não disse nada. A nossa discussão era sobre as vantagens e desvantagens do comércio de cereais. Procurei demonstrar-lhes que, na atual situação, as compras são impraticáveis e que, em geral, pretender retirar o

excedente deixando o estritamente necessário de um gênero que serve a todos e de que se tem necessidade para tudo é uma empresa extremamente difícil. Conviria com vocês que os nossos antepassados pretenderam eliminar qualquer comércio de cereais. Se eles estavam certos ou errados, é uma outra questão que examinaremos depois, mas façamo-lhes a justiça de reconhecer que eles pensaram a legislação mais eficaz para alcançar este objetivo. Permitam-me, ainda, observar que teria sido bem estranho que eles tivessem sido tão estúpidos quanto se diz ao se posicionarem contra a comercialização de cereais, e, ao mesmo tempo, tivessem visto com tanta lucidez que meios seria necessário empregar para consegui-lo. Mas me resta, ainda, dizer algo sobre a natureza do comércio de cereais.

MARQUÊS – Ainda? Você não vai terminar nunca?

CAVALHEIRO – Até agora estivemos vendo as dificuldades da compra; vejamos, também, as dificuldades do escoamento. É regra, na teoria comercial, que é sempre mais vantajoso e mais lucrativo o produto que menos se vende a varejo e que permite que mais prontamente uma grande soma se transfira das mãos do comprador para as do vendedor. O lucro comercial só se realiza quando da última passagem das mãos do último vendedor ao consumidor. A operação só se completa quando o consumidor compra. O resto é apenas transferência, venda e revenda de um intermediário a outro, e quanto maior o seu número, mais são prejudiciais, pois eles absorvem o lucro do produtor e aumentam as despesas do consumidor. Segundo este princípio, as pedras preciosas são, neste aspecto e em muitos outros, o produto mais lucrativo para o comércio. Numa única manhã, um joalheiro vende um diamante de trinta mil libras e, no mesmo instante, trinta mil libras entram no seu caixa. De modo que uma dezena de joalheiros é suficiente para dar conta do luxo de todo um grande reino. Examinemos, agora, a venda do pão, que, de todos os produtos, é o que mais se consome a varejo. Todo mundo quer comê-lo quando fresco e, por isso, só compram a quantidade necessária para o consumo de uns quatro dias, tanto os pobres quanto os ricos. Deste modo, milhares de homens são obrigados a perder um dia inteiro de trabalho para dividi-lo e para obter, tostão por tostão, o valor equivalente de uma fornada de pão. Quando você encomenda uma roupa, o comerciante de tecidos a venderá, de uma só tacada, por dez luíses de ouro. O comerciante de rendas, numa só manhã, lhe venderá cem luíses de rendas, dinheiro que vai para sua caixa e que será registrado no seu livro como um único item. Mas, nesta



mesma manhã, você terá comprado apenas quinze ou vinte tostões de pão, e não precisaria de mais. Pense um pouco nesta enorme desproporção e você verá que quantidade de homens devem consagrar sua vida inteira a este varejo minucioso. Eles têm que obter a sua subsistência, mas como não são os produtores, não são, também, os seres mais queridos da nação: eles não constituiriam uma fonte de riqueza, porquanto a riqueza só existe na produção. Eles não são mais que um peso necessário e um mal incurável da constituição humana. Neste aspecto, o pão ganha não apenas de todas as manufaturas, mas, inclusive, da maior parte dos demais gêneros. Grandes, pequenos, ricos e pobres, todos compram pão a varejo. É preciso que haja um enorme jantar de núpcias ou alguma outra calamidade semelhante para que alguém se veja obrigado a comprar cem francos de pão num único dia. Se se fizessem provisões de pão, como se faz de vinho, o varejo não seria assim tão grande; mas aposto que neste momento você tem na adega mais de quatro mil francos de vinho, mas não tem mais do que quinze francos de pão na despensa.

MARQUÊS – Se apostasse, eu perderia.

CAVALHEIRO – A venda de pão no varejo não pode se comparar nem com a de carnes frescas, pois até a carne tem uma vantagem a mais. Ela é uma mercadoria que caminha sobre os seus pés para o mercado, de modo que o transporte de um boi vivo não custa quase nada, enquanto que o de quatro quintais de farinha custa muito. Além do mais, todos os que comem carne comem pão também, enquanto que uma imensa maioria de pessoas, sobretudo no campo, consome todos os dias pão, mas não sente o cheiro da carne mais do que umas seis vezes no ano. E isto ainda não é tudo.

MARQUÊS – O quê? Mais um inconveniente do varejo?

CAVALHEIRO – ...É digno de uma grave reflexão. Todo mundo compra pão a crédito. O rico por fausto, e o pobre por indigência. Calcule o tempo que se perde para manter o registro das dívidas, a lentidão com que o investimento é repostado, as perdas e o desperdício. Calcule quantos pobres desaparecem e a fila interminável de credores quando da sucessão de um grande senhor, e pode começar a chorar de pena dos padeiros. Um homem de bem, zeloso e desprovido de qualquer experiência publicou, recentemente, uma brochura que, por casualidade, encontrei sobre uma chaminé.<sup>10</sup> Dei uma vista de olhos e vi que o autor a destinava às pessoas honestas, dizendo que elas deveriam se revoltar.

<sup>10</sup> Trata-se de *Avis aux honnêtes gens qui veulent bienfaire*, do abade Baudeau, de 1768.

MARQUÊS – O quê? Instigar as pessoas honestas à revolta?

CAVALHEIRO – Ele não dizia isto, porque ele não sabia o que dizia, nem o que queria dizer. Mas ele queria nos demonstrar, a partir de um cálculo bem interessante, apoiado na experiência que ele tinha dos fatos, que o pão poderia ser vendido por um terço a menos do preço que pagamos por ele. A consequência direta do seu livro é que se deveria esfolar os padeiros, mas por uma figura de retórica que nós chamamos reticências, esta consequência não chegou a ser formulada. De resto, seu cálculo é muito sedutor... mas ele esqueceu de um pequeno detalhe.

MARQUÊS – Qual?

CAVALHEIRO – Ele simplesmente esqueceu de todos os custos, os prejuízos, os desperdícios ocasionais. Ele calcula muito bem, por exemplo, a despesa regular de manutenção de um burro no moinho; só esquece que este animal está tão sujeito à morte quanto um homem de letras, como diz Salomão: *Similis est interitus hominis et jumentorum* (Como morre o homem, assim morrem, também, os animais). Ele calcula o aluguel ou a construção de um armazém, de um moinho, de um forno; só esquece dos reparos necessários; esquece as fraudes de toda espécie, as bancarrota, os processos, etc.

PRESIDENTE – E como ele pôde esquecer estas coisas?

CAVALHEIRO – Porque, no curto espaço de tempo que dedicou ao pequeno número de casos que analisou, não lhe ocorreu nenhum caso fortuito e, por isso, ele acreditou que o fortuito não existisse.

PRESIDENTE – Mas como ele poderia tê-los levado em consideração?

CAVALHEIRO – Os casos fortuitos são eventuais para um particular e parecem tão difíceis de prever quanto de calcular; mas tome o conjunto, reúna todos os casos fortuitos que ocorrem num ano a toda uma categoria de homens, ou a toda uma nação, e o fortuito torna-se uma quantidade constante, regular, periódica, sempre igual num ano ou, pelo menos, num curto espaço de anos. Estes acasos influem no preço das coisas e fazem parte dele, sem o que todos os comerciantes se arruinariam, não todos no mesmo ano, mas cada um a seu tempo, dependendo da sorte ou do azar que eles tivessem. Os homens chegaram a conseguir estabelecer este cálculo, da mesma forma que conseguem

avaliar o preço de todas as coisas. Chegaram a este resultado por aproximação, com o tempo, por hábito, experiências dolorosas e, sobretudo, por esta força de equilíbrio moral que consiste em ficar num jogo de empurra-empurra e arcando, ora um ora outro, com as perdas, enquanto se tem força e fôlego. É a natureza e o instinto, por assim dizer, que conseguem resolver estes problemas extremamente complicados, contra os quais qualquer calculador sucumbiria. Esta natureza, a longo prazo, é que diz que o fortuito – em seu conjunto – corresponde a aproximadamente um terço dos custos normais do trigo e do pão. E veja como o *monitor dos homens de bem*,<sup>11</sup> sem perceber, chegara exatamente a este mesmo resultado. Para ele, o pão, nestes últimos meses, não custara mais que dois soldos e três liards a libra, e tinha razão. Acrescente a este resultado o excedente decorrente do fortuito e se terá encontrado o preço de mercado. Vendem o pão por quatro soldos.

PRESIDENTE – Você, então, leva em conta o fortuito quando avalia o preço de um determinado gênero?

CAVALHEIRO – Sem dúvida.

PRESIDENTE – Ao que me parece, você está considerando até os vícios humanos, porque você fala em fraudes, roubos, processos.

CAVALHEIRO – Você me humilha, se me fizer concordar com isto.

PRESIDENTE – Como, eu o humilho? Esta não é a minha intenção.

CAVALHEIRO – Entretanto, é o que você fez. É preciso dizer as coisas como elas são. Se o autor da brochura de que estamos tratando e outros escritos semelhantes caíram no mesmo erro, a causa é boa e não nos deve fazer corar. Um entusiasmo vivo e inocente pelos homens penetrou um coração honesto e virtuoso e fez brotar, em sua cabeça, um mundo ideal. Tudo está pintado em cores brilhantes neste quadro do mundo que eles imaginaram. Eles o desejam e crêem ver nele toda a natureza. Os vícios, as paixões injustas, desapareceram porque não se encontram no pequeno círculo de sua sociedade. Para eles, os carreiros, os marceneiros, os padeiros, são uma espécie de herói.

<sup>11</sup> Galiani refere-se ao abade Baudeau.

MARQUÊS – Desta feita, o heroísmo se alojou bem baixo.

CAVALHEIRO – E ele não poderia estar melhor alojado, se ele fosse assim tão comum e tão difundido quanto eles o crêem. Observe a quem o autor dirige a palavra: às pessoas honestas, que desejam o bem... Ele teria vergonha de ver quão pequeno é seu público, se o visse reunido em torno de si. Façamos justiça a estes escritores e à verdade: é o seu coração e não a sua experiência que traçou as idéias de sua imaginação. Você me ofenderia muito, se me atribuísse ter menos bondade no coração e uma alma menos honesta do que eles, e isto porque você me obrigaria a reconhecer que a idéia que faço dos homens é bem diferente daquela que eles fazem.

MARQUÊS – O que você está dizendo? Você nos ofende e ofende a si próprio. Você não lhes fica a dever em sentimentos e você os supera no que se refere ao conhecimento dos homens. Se você quer mesmo que lhe diga (pois eu sou franco), com toda a virtude deles, a bondade da sua alma e a pureza das suas intenções, gente assim me parece muito pernicioso e condenável. Em questão tão delicada, cometer erros de cálculo, enganar-se sobre o conhecimento dos homens e ainda escrever, fazer bravatas, espalhar despropósitos, incutir desejos injustificados... isto pode ter conseqüências e ser muito prejudicial a eles. Mas de onde vem este desejo de falar de coisas sobre as quais não entendem nada? E por que se meter em questões que não são da sua conta? O que querem eles?

CAVALHEIRO – O bem dos homens, esteja certo disso. Nenhum deles fala de administração por cupidez, nem por nenhum vil interesse; a maioria, inclusive, renunciaria generosamente aos cargos que lhes fossem oferecidos. Sua preocupação é pura; seu entusiasmo é inocente; seus erros são involuntários.

PRESIDENTE – Mas me permita que, por meu turno, eu lhe pergunte. Você vê alguma razão para um entusiasmo tão nobre e tão fora de lugar?

CAVALHEIRO – Você não a reconhece na própria bondade do governo? Do mesmo modo que na primavera você vê eclodir nos campos bem cultivados, ao sopro do zéfiro, na tepidez do ar puro e sereno, milhares de flores primaveris que, sem terem sido semeadas ou cuidadas, enfeitam, no entanto, os prados com suas cores brilhantes, do mesmo modo, um governo ameno e tranqüilo, em que o ar, por assim dizer, é fecundo, fertiliza e aquece os espíritos, e os

homens renunciam às disputas espinhosas e coléricas que serviam de pretexto para a perseguição e a intriga e dirigem seu pensamento para a felicidade comum. Cada um fala como sabe e ajuda como pode. O governo indulgente deixa que as coisas sejam ditas e perdoa em nome da intenção. Esta variedade estranha e diversificada de plantas de toda espécie parece que prejudica as espigas, mas nós não temos por que temê-la. Elas murcham logo, passam rápido e delas não resta nada. O espetáculo efêmero das suas flores constitui a pompa e o orgulho da primavera e dos mais belos dias de uma monarquia. Isto basta. Não é preciso contar com nenhum produto de sua colheita. Elas alegraram a vista, perfumaram o ar, anunciaram o verão e passaram. Mas toda esta conversa nos distanciou do nosso assunto e eu tenho, ainda, algumas considerações a fazer sobre o trigo.

MARQUÊS – Ah!, meu Deus! Esqueci onde estávamos. Talvez o Presidente se lembre melhor do que eu.

PRESIDENTE – Iríamos ouvir, agora, a nona reflexão.

CAVALHEIRO – Ela não é a menos importante de todas, mas é a que passa mais despercebida, pois não lhe damos nenhuma atenção. Trata-se da diversidade de maneiras e de mãos pelas quais os cereais devem passar antes de estarem em condições de servir adequadamente à alimentação humana. Isto ficará mais claro se compararmos os cereais a qualquer outro gênero alimentício. O vinho, quando sai do vinhateiro, já está em condições de ser bebido. De modo que quando o vinhateiro de Borgonha o vende, ele já passou por todos os estágios porque deve passar, sempre em sua vinha e sempre sob suas mãos e a de seus trabalhadores, e está, por conseguinte, em condições de ser entregue ao consumidor. Quem o quiser comprar deve dirigir-se diretamente a ele, pois ele é o produtor, o comerciante, o expedidor, o recebedor e o varejista, tudo ao mesmo tempo. Todos os lucros vão parar em suas mãos: mãos caras e preciosas ao Estado, porquanto são as de um produtor de riquezas. Se você pagar mais caro pelo vinho, pode estar certo de que estará contribuindo para o aprimoramento da cultura de vinhas, na mesma proporção do aumento do preço. Se uma má colheita encarece o preço dos vinhos, esta elevação do preço servirá para cobrir a perda do único prejudicado, que é o viticultor. Mas o trigo?! O trigo, tal qual sai dos armazéns do produtor, não está pronto para ser comido. Ele terá que passar pelas mãos de um comerciante ou de um carreteiro. Destas, ele deverá ir para o moinho e expor-se aos riscos e aos custos de

outras remessas. É preciso, então, separar o farelo da farinha. Depois, deverá ir às mãos do padeiro e, deste, àquelas de quem o vende, no varejo, ao consumidor. Que infinidade de mãos intermediárias! Todos devem ganhar e todos podem abusar e se aproveitar de um boato de carestia. Se, quando o pão está caro, esta elevação de preço se destinasse ao lucro de um cultivador, ter-se-ia, pelo menos, o consolo de que esta carestia o teria enriquecido. Mas o aumento do preço dos cereais nunca é proporcional ao preço do pão, porque todas estas infundáveis mãos intermediárias absorvem uma parte.

PRESIDENTE – Você realmente tem razão em considerar esta reflexão como despercebida. Nem os que promovem as exportações, nem nenhum outro, talvez, tenha se detido sobre ela. Os primeiros sempre sustentaram que o livre comércio de cereais, ao elevar o seu valor, transformava-se em lucro do agricultor. Trataram o povo como insensato porque não queria concordar com esta verdade.

CAVALHEIRO – Mas o povo não tem necessidade de reflexões; para ele, basta sentir e experimentar. Veja a *Gazeta do Comércio*; você acha que em algum mercado os cereais dobraram de preço neste ano?

PRESIDENTE – Seguramente, não. Ele aumentou um terço, no máximo e, sobre isto foram perpetrados grandes abusos, porquanto o preço do pão dobrou, sem que o dos cereais tivesse dobrado. Agora estão fazendo pesquisas para tentar encontrar a origem destes abusos.

CAVALHEIRO – O primeiro relojoeiro da esquina poderia responder; ele dirá que, numa máquina de uma roda só, a força da mola corresponde, em termos absolutos, à do peso, e que, por conseguinte, no comércio de vinhos, de azeite, etc., o enriquecimento do cultivador é proporcional ao que o consumidor paga a mais; porém, numa máquina de muitas rodas, o efeito do peso não é mais proporcional à atividade da mola; os retardamentos, os atritos, aumentam mais ainda a variedade que a lei das resistências, em razão recíproca da velocidade, deve produzir... Ele dirá, por conseguinte, que quando o pão vale quatro soldos ao invés de dois, o cultivador não se beneficia da elevação do preço do seu cereal em mais do que um terço ou do que a metade do preço normal, pois o excedente fica pelo caminho e eu não saberia dizer-lhes exatamente onde, porque a razão dos atritos escapa à mecânica mais precisa. Mas eu lhes direi a razão pela qual, de todas as classes de cultivadores, os de cereais são sempre os mais miseráveis. Não procurem as causas na proibição das exportações, nem em outros devaneios quiméricos de especuladores entusiasmados e inexperientes. Procurem-nas na natureza da coisa. Toda produção, do

solo ou da arte, que, por sua natureza ou por força da legislação, tiver que passar por muitas mãos antes de chegar ao consumidor acabará por deixar na indigência o primeiro produtor. Se não me acreditam, perguntem a qualquer lapidário, a qualquer aprendiz e jovem artesão de Paris, e eles lhes dirão o prejuízo que lhes causa a lei dos ofícios; lei instituída expressamente para acrescentar uma mão intermediária, inútil e onerosa entre o produtor e o consumidor.

PRESIDENTE – Você acha que reside aí a principal causa da pobreza dos cultivadores de cereais?

CAVALHEIRO – Tenho certeza. Encontre uma maneira pela qual o produtor de cereal possa ser, ao mesmo tempo, moleiro e padeiro, e que possa vender pão, em lugar do trigo, na porta da sua propriedade, e você verá como ele enriquece. Isto é tão verdadeiro que o povo, por instinto bom de cálculo, procura, o quanto pode, evitar alguns intermediários e, não podendo dispensar a moagem, economiza pelo menos a panificação, assando o pão em casa. E ainda tem lucro.

PRESIDENTE – Engraçado que os escritores modernos, ao contrário, recomendaram tanto que não se fizesse pão em casa e que houvesse, inclusive em aldeias bem pequenas, grandes padarias.

CAVALHEIRO – Deixemos estes escritores em paz de uma vez por todas. Eu lhes havia dito que, para eles, os padeiros e os moleiros constituem uma espécie de heróis obscuros que eles se orgulham de haver descoberto. Deixemo-los com os seus heróis. O povo – que não é herói – sabe o que faz e por que; sabe quanto de velocidade e força se ganha quando se diminui uma roda numa máquina. Acrescentaria, agora, que a cultura do milho tomou impulso nos países meridionais porque, com ele, podem economizar a moagem e a panificação. Apenas o moem e, depois, cozinham-no na água, fazendo uma polenta. Só esta economia, na verdade bem considerável, que devemos a esta planta americana fez diminuir muito a miséria e a fome. De fato, nos países em que o milho é muito usado, o agricultor é consideravelmente mais rico do que em outros lugares. Na Lombardia, sob quatro governos diferentes, o agricultor está bem, mas na Sicília, na Sardenha, na Apúlia e no campo ao redor de Roma ele é pobre e esta diferença seguramente não é culpa do governo, argumento comum de quem não entende de política. De tudo isto, concluo que estavam redondamente enganados aqueles que acreditavam que a elevação

do preço do pão deveria ser estoicamente tolerada em nome do progresso da agricultura porque, para mim, para estimular a agricultura é preciso agir de outra maneira e tomar um caminho bem diferente daquele que se tomou. Com o seu pão caro, eles deixarão o povo faminto, prejudicarão as manufaturas e enriquecerão a classe de homens não produtivos, enquanto o trigo se manterá praticamente com o preço antigo e o lavrador, na sua antiga indigência.

MARQUÊS – E então, o que se deve fazer para estimular a agricultura?

CAVALHEIRO – Ah! Você quer saber muitas coisas ao mesmo tempo. Vamos prosseguir...

MARQUÊS – Você quer continuar, mas eu quero que você espere. Aquela aposta que você me ganhou injustamente ainda está atravessada na minha garganta e eu quero a revanche. Eu quero apostar.

CAVALHEIRO – Sobre o quê?

MARQUÊS – Ouça bem... Eu aposto, e desta vez tudo, que você é contra a exportação; que você concorda comigo que é preciso revogar o edito e voltar à nossa situação anterior, tal como eu dizia quando você me confundiu fazendo uma comparação bem interessante, mas que não tinha nada a ver com a nossa discussão.

CAVALHEIRO – Quer apostar alto?

MARQUÊS – Quanto você quiser. Meu único escrúpulo é que vou apostar já sabendo o resultado: eu li nos seus olhos.

CAVALHEIRO – E o Presidente, vai apostar também?

PRESIDENTE – Bem que eu estaria tentado.

CAVALHEIRO – Com que fundamento?

PRESIDENTE – O que se segue. Você procurou nos convencer de que a França não deveria exportar outros cereais senão aqueles que realmente constituíssem um excedente de anos normais; depois, você nos demonstrou que era muito improvável que este excedente existisse; que, de fato, ninguém o sabia com certeza, nem tinha como saber; e você terminou por concluir que o desejável



era que não houvesse tal excedente porque o objetivo de todo bom governo deve ser o crescimento de uma população que consuma toda a sua produção de gêneros agrícolas e não o aumento da sua exportação para o exterior. Depois de haver estabelecido o objetivo, você nos deixou na incerteza dos meios para logrã-lo, mas nos fez considerar. Primeiro: que o peso e o volume dos cereais elevam os custos dos transportes e diminuem o lucro do seu comércio. Segundo: que a dificuldade de conservação dos cereais durante o transporte faz aumentar ainda mais as perdas e os riscos. Terceiro: que estas mesmas dificuldades ocorrem quando se trata de armazenar os cereais, o que obriga o comerciante, freqüentemente, a arcar com perdas e prejuízos ou a vender precipitadamente, perdendo, portanto, a oportunidade de fazê-lo quando os preços estão altos. Quarto: que o comerciante enfrenta, quase sempre, a estação mais difícil do ano e sem possibilidade de esperar pela boa para poder comercializá-los. Quinto: que os cereais não constituem o tesouro ou a riqueza de nenhum país em particular; que, como existem cereais em todos os países e como eles podem faltar em todos, o seu comércio é irregular, incerto, fortuito, esporádico, não chegando a estabelecer canais regulares de compra e venda e escoamento contínuo e constante, de tal modo que este comércio não tem a calma dos demais, assemelhando-se mais a uma pilhagem do que a um honesto intercâmbio. Sexto: que abandonado pela maioria dos negociantes, quer seja por lhes faltarem os meios, quer por lhes faltar coragem, ele se transformou – por si mesmo – num monopólio, quando feito em larga escala, com o exterior; e que, ao contrário, quando em pequena escala, no mercado interno, ele ferve de astúcias, de fraudes e de pequenas ladroeias. Ele subdivide-se em partes tão mínimas que absorvem todo o lucro honesto e levam à ilegalidade. Sétimo: que as aquisições de cereais, na situação atual, são impraticáveis e que, em geral, é quase impossível realizá-las sem suscitar reclamações e perturbar províncias inteiras, já que não há meios humanos capazes de conciliar o segredo das encomendas extraordinárias que é preciso manter com os vendedores e a necessidade de não deixar faltar ou encarecer o abastecimento regular de um mercado que se quer pegar de surpresa e, por assim dizer, desprevenido. Oitavo: que se a compra é complicada, o escoamento interno é ainda mais incômodo, longo, subdividido ao infinito e sujeito a perdas extremas e a prejuízos... que tantas mãos intermediárias prejudicam a verdadeira utilidade do comércio, que só deve objetivar enriquecer e estimular a classe produtiva... que a quantidade de imprevistos, que crescem proporcionalmente ao número de mãos pelas quais esta comercialização tem que passar, faz os preços subirem em pelo menos um terço do seu valor costumeiro. E, finalmente, que a multiplicidade

de ações que o trigo requer para se converter em pão e que impedem que o cultivador o venda diretamente ao consumidor, não lhe permitindo, portanto, obter senão uma porção mínima desta elevação dos preços, leva-nos a concluir que se o pão é o quesito mais necessário no rol das necessidades humanas ele é também o último na lista dos lucros do comércio. Se ele é o mais caro ao governo, é também o mais ingrato, freqüentemente o mais traiçoeiro e funesto aos comerciantes, aquele que nunca pode faltar e aquele com que as nações têm que contar o menos possível como fonte de enriquecimento ao vendê-lo para as nações vizinhas. A situação atual de todos os países exclusivamente agrícolas que você nos descreveu é a prova mais contundente disto. Diante deste conjunto de reflexões que você acaba de nos apresentar, a maioria das quais, confesso francamente, eram novidades para mim, que outra consequência se pode tirar senão a de que é preciso abandonar completamente o sistema de exportação defendido pelos economistas?

CAVALHEIRO – Mas você apostaria?

PRESIDENTE – Não sou corajoso o bastante para isto.

CAVALHEIRO – Pois você fez bem, pois se tivesse apostado, teria perdido. Marquês, lamento dizer-lhe, mas, na verdade, confesso que sou favorável à liberdade de exportação.

MARQUÊS – Contra, você quer dizer?

CAVALHEIRO – Não; eu sou a favor e não contra.

MARQUÊS – Você está brincando, como sempre. Isto não é possível.

CAVALHEIRO – Mas é como estou lhe dizendo.

MARQUÊS – Mas por que razões?

CAVALHEIRO – Antes de lhes dizer, quero contar-lhes uma pequena história.

MARQUÊS – Você tem algumas bem boas... Vamos ver esta.

CAVALHEIRO – Havia, há alguns anos atrás, em Roma, um jovem abade que eu conhecia bem. Ele pertencia a uma família bastante rica e sua mãe queria

muito fazer dele um prelado. Compraram-lhe uma prelazia e, tão logo ele tomou o hábito, fizeram com que lhe dessem um cargo de magistrado num dos tribunais de Roma, chamado Buon Governo, que é mais ou menos como o Châtelet de Paris. No dia em que tomaria posse no cargo, o acaso fez com que devesse julgar uma causa que, por circunstâncias extraordinárias, se tornaria célebre. (Tratava-se da validade de um testamento). Toda a cidade só falava disto e esperava com impaciência o julgamento deste tribunal, composto apenas por doze prelados. Nos casos graves, cada juiz dá o seu parecer por escrito e o lê... e é muito comum que se deixe transpirar o parecer de cada um dos juízes, pois em Roma não se costuma fazer o mistério que fazem nos outros países. Resta dizer que o homem era um ignorante.

MARQUÊS – Quem? O jovem prelado?

CAVALHEIRO – Sim, o jovem prelado, pois embora já fosse prelado, era ainda um ignorante, mas não queria deixar isto transparecer. Sabia que, na sua estréia, era importante que fosse brilhante, que todos comentassem o seu voto e que precisava aproveitar esta feliz circunstância para adquirir a reputação de perspicaz e competente. Assim, sem pensar muito, pois não era de meias-medidas, encomendou um parecer a um célebre advogado, insistindo que, custasse o que custasse, era preciso que ele fosse para valer. Ele o queria bem guarnecido de citações e com ótimas transcrições em latim. O advogado, um homem muito honesto, deu o melhor de si. Justiniano, Graciano, o *Comentário*, Accorso e Cujas, todos foram chamados a dar a sua contribuição e temos que convir que o parecer que ele lhe entregou por escrito era realmente magnífico. Nele ficava demonstrado – de modo claro como o dia – que se deveria ab-rogar o testamento. No dia do fatal julgamento, logo pela manhã, o advogado veio entregar o parecer a Monsenhor, que o recebeu emocionado, agradeceu-lhe, recompensou-lhe, leu o escrito duas ou três vezes para adquirir fluência, ensaiou um pouco no quarto, dobrou-o, guardou-o no bolso, mandou atrelar o carro e foi para o palácio de cabeça erguida. Sabia que estava de posse de algo que poderia conquistar-lhe a imortalidade. Mas a gente nunca se previne contra tudo e ninguém pode fugir ao seu destino. O azar quis que, neste dia, ele não fosse o primeiro a opinar. Dois prelados falaram antes dele e ambos (vejam que desastre!) defenderam a validade do testamento. Diante deste golpe inesperado, meu homem ficou desesperado. Vinha-lhe à cabeça a idéia de que todos os juízes votariam pela validade e que ele ficaria sozinho com a sua opinião. Que vergonha! Que humilhação! Toda a cidade comentaria

que ele ficou isolado. Estes pensamentos faziam-no enrubescer, deixavam-no pálido e trêmulo. Enfurecia-se e maldizia-se. “Maldito advogado! Pérfido advogado! Ele me enganou, me roubou... e, no entanto, ele foi bem pago. Salafário! Deixar-me, assim, isolado.” Sentia, agora, o inconveniente de não ter sua própria opinião. “Fora um irresponsável! O que me teria custado ter encomendado dois pareceres contrários para poder usar numa situação como esta? Algum dinheiro a mais... e que importância tinha isto? Quando se trata da honra é preciso saber gastá-lo sem economizar.” Mas todo este arrependimento inútil enchia de aflição o seu coração; agora não havia mais tempo para nada e ele tinha que se decidir, pois que se aproximava a hora fatal em que deveria ler o seu parecer. E, no entanto, o que fazer? Que partido tomar? Ele poderia simplesmente dizer em duas ou três palavras que tinha a mesma opinião dos prelados que o antecederam; mas e o seu parecer, este belo parecer, este parecer que lhe custara tão caro, o que faria com ele? Todo mundo diria que ele não havia estudado o caso, que não tinha parecer... e todos estariam mentindo porque ele o tinha no bolso. Por fim, o desespero lhe deu coragem e bravamente ele se decidiu. Tirou o papel do bolso e o leu com voz alta e inteligível, com desenvoltura, com dignidade e sem alterar uma palavra. Apenas, quando chegou às palavras finais da solene conclusão, ao invés de dizer voto pela ab-rogação, ele disse voto pela validade do testamento. O cardeal, que presidia o tribunal, que não duvidava de nada, acreditou tratar-se de um equívoco e, no mesmo instante, disse: “Monsenhor, o senhor enganou-se; queria dizer que era pela anulação.” “Perdoe-me, Excelência”, replica modestamente o meu prelado, “eu voto pela validação.” “Mas, como?”, responde o cardeal, “o senhor acaba de demonstrar o contrário.” “Isto não quer dizer nada, Eminência, eu voto pela validação. Eu tenho a mesma opinião que estes senhores”, repete o meu homem. Todos se olham, surpresos, ninguém ousa acreditar no que está ouvindo. Todos se perguntam por quê? Como? Por que razão? Perseverantemente, ele responde a todos que vota pelo reconhecimento do testamento. Ao ouvir as poucas palavras que ele mal pronuncia entre os dentes sobre não querer ficar isolado em seu parecer, nem querer que se comentasse isto na cidade, seu vizinho adivinhou o enigma e descobriu a incrível convicção que ele havia formado na sua cabeça, ou seja, que em matéria de opiniões, assim como nos trajes, é preciso andar como todo mundo.

MARQUÊS – Ah! Cavalheiro, agora lhe peguei. Sempre suspeitei que você inventasse as suas histórias na hora, mas agora eu tenho certeza. Esta história vem excessivamente a propósito. Na verdade, logo que você disse “Eu sou

favorável à exportação”, eu disse comigo mesmo “Que história é esta? Seguramente o cavalheiro percebeu que seria o único homem inteligente, o único homem de boas maneiras que, neste momento, é contra a exportação e, para não ficar isolado, decidi seguir a corrente, com medo de ser anatematizado.”

CAVALHEIRO – Você, então, não acredita que eu seja mais inteligente do que este prelado? Pois bem! Asseguro-lhe que esta história é verdadeira e eu a contei precisamente para que você não tivesse esta opinião a meu respeito. Eu jamais teria medo de defender sozinho uma opinião contra a natureza inteira. Se, depois de por muito tempo ter desafiado a minha razão, eu estivesse convicto do meu pensamento, não teria nenhum temor de defendê-lo, mesmo correndo o risco de ensurdecer com o clamor que se levantaria contra mim. Mas a razão que me leva a defender a liberdade de exportação não é, de maneira nenhuma, decorrente de um desejo de consenso, nem da vontade de poder estar incluído entre as pessoas de bem que são admitidas pelos seus pares exclusivamente por seu título de exportador. Outras razões me levam a isto.

PRESIDENTE (*ao Cavalheiro*) – O Marquês quis se divertir por alguns instantes, mas não pense que ele não se deu conta, tão bem quanto eu, de que você não pudesse ser favorável à exportação por outras razões, embora você tenha nos apresentado uma série de questões sobre a natureza dos cereais, questões sobre as quais ninguém, até agora, tinha se dignado a refletir e a aprofundar. Razões estas que foram negligenciadas ou muito superficialmente tratadas, inclusive por aqueles que as defendiam, de modo que não me surpreenderia vê-lo opor-se às exportações pelas razões a que eles recorrem para recomendá-las e, em seguida, vê-lo defendê-las por razões opostas.

MARQUÊS (*ao Presidente*) – O Presidente tem a bondade de me atribuir intenções que jamais tive. Afirmo e sustento que o Cavalheiro não se declarou a favor da exportação senão para ser igual a todo mundo ou, então, para nos irritar. Deixe-o falar e você verá que eu tenho razão. Vamos, diga-nos, por que você se decidiu a favor da exportação?

CAVALHEIRO – Primeiro: porque se a quantidade de cereais, na França, é incerta, é possível que exista um verdadeiro excedente, o qual precisa ser exportado ou apodrecerá. Segundo: porque se o verdadeiro objetivo do governo é a população e esta, na França, está abaixo do desejável, este vazio não será preenchido senão em muitas gerações. Enquanto se espera esta época feliz é

preciso tomar a posição mais conveniente ao momento. A legislação tem que levar em conta o momento atual e nunca o futuro, porque sempre há tempo de alterar a lei, quando a mudança ocorre. Terceiro: porque se a verdadeira riqueza de um país deve advir do progresso das manufaturas, é possível conciliar uma exportação moderada e equilibrada com o baixo preço da mão-de-obra. Quarto: porque se o trigo, por seu peso, sua delicadeza, sua perecibilidade, pelo fato de ter de ser negociado no inverno, é, por assim dizer, avesso e estranho ao comércio, o fato é que o comércio de cereais existe e é o produto principal de quase todos os países pobres e agrícolas e que, no que se refere à França, ele poderia ser objeto de um lucro que não se deve negligenciar, ainda que não se deva esperar dele tantas vantagens quantas se apregoou. Quinto: porque se o comércio em larga escala com o exterior se transforma – por si mesmo – em monopólio, e se o comércio interno, em pequena escala, escapa aos comerciantes honestos, se as aquisições são difíceis e provocam gritas, se a venda é longa, penosa, cheia de acasos e de prejuízos, a verdade também é que a arte quase sempre corrige a natureza e que, com tempo e cuidados, ela logra, às vezes, vencê-la e, até, dominá-la completamente. Sexto: porque se o lucro do comércio e do valor do trigo é quase todo absorvido por mãos menos caras ao governo do que as do agricultor, é, entretanto, preferível que estes lucros caiam em mãos intermediárias do que não ir para ninguém, o que aconteceria se o deixassem apodrecer nos armazéns. Sétimo: finalmente, porque a propriedade e a liberdade são direitos sagrados do homem; são os primeiros direitos; estão em nós; constituem nossa essência política, assim como corpo e alma constituem nossa essência física; exceto os laços que nos ligam à sociedade, nada deve perturbá-los. O interesse e o prejuízo de uma qualquer pessoa são atribuição da justiça, mas o interesse e o prejuízo gerais pertencem à esfera da política. Mas, desde que estas duas grandes, poderosas e exigentes divindades estejam apaziguadas e que nada as perturbe mais, nada mais lhes diga respeito, o homem, então, é reintegrado nos seus direitos; ele volta a ser proprietário e livre e eu não conheço nenhuma outra potência legítima sobre a terra que possa despojá-lo. Nem o capricho de um déspota, de um lado, nem as especulações metafísicas, de outro, nem os clamores insensatos da multidão, nem as preocupações infundadas de um governo injusto, por fraqueza, e arbitrário, por timidez, têm direitos legítimos ou desculpas válidas para imiscuir-se nos nossos negócios.

MARQUÊS – Vejam como eu tinha razão... o Cavalheiro está de acordo com todo mundo. É como se eu estivesse ouvindo falar o mundo dos bens pensantes. Ele diz a mesma coisa que eles; fala como eles. Finalmente invocou

os grandes lemas: propriedade e liberdade; esta é a base fundamental; é a ela que se deve chegar.

PRESIDENTE – Perdoe-me, Marquês, mas o Cavalheiro está longe de concordar com os autores que você leu. Você prestou atenção às reservas que ele fez ao direito de propriedade e liberdade? O interesse de uma qualquer pessoa e o interesse geral? Estas restrições não são tão pequenas quanto lhe parecem; elas podem levá-lo muito longe. Quanto às razões que o levam a defender a exportação, não acho que se assemelham às de ninguém mais. Ele diz que a exportação não produzirá os efeitos maravilhosos que se espera, mas efeitos bem menores. Sustenta que o lucro irá para outras mãos que não as dos agricultores; e, por fim, pretende que a arte se encarregue de corrigir tudo que a natureza antepõe à comercialização dos cereais e todo o prejuízo que recairia sobre as manufaturas em decorrência de uma liberdade de exportação ilimitada e irrefletida. Que eu saiba, ninguém falou nada disto. Acreditava-se que bastaria um edito para que o comércio, a exportação e a circulação encontrassem, por si sós e sem quaisquer empecilhos, o seu rumo; acreditava-se, inclusive, que não era preciso nenhuma arte, nenhuma regra, nenhuma precaução; sustentou-se, durante todo o tempo, que a agricultura deveria constituir o fundo da riqueza nacional e que a exportação deveria ser a base da agricultura.

MARQUÊS – Está bem; reconheço que estou errado. Mas a propósito, Cavalheiro, o que aconteceu com o processo do nosso prelado?

CAVALHEIRO – Sua desgraça foi completa. Todos que falaram depois dele foram do parecer do seu parecer, mas não foram do seu parecer. O testamento foi anulado.

MARQUÊS – Ah! Fico bem feliz pela honra do advogado. Agora, se eu quisesse ser bem maldoso, faria, a partir da sua história, uma profecia a seu respeito; mas não vou fazê-la, não. Prefiro ser um bom homem e me calar. Prefiro acreditar que você está sinceramente convencido da vantagem da liberdade desta exportação. No entanto, você há de convir que não posso acreditar que esteja muito entusiasmado com esta exportação, porquanto, a seu ver, a comercialização de produtos manufaturados é preferível à de gêneros alimentícios. Além do que, você sustenta que na comercialização de cereais a maior parte dos lucros não vai para as mãos do agricultor.

CAVALHEIRO – Já lhe disse que sua impaciência é a causa de todas as desventuras que me atingem: você nunca me dá tempo de terminar e logo se põe a fazer suposições sem fundamento. Se, quando nós estávamos na nona observação sobre a natureza do comércio de cereais, você me tivesse permitido continuar, eu lhe teria apresentado outras duas.

MARQUÊS – O quê? Ainda tem mais? Meu Deus! Isto nunca terá fim.

CAVALHEIRO – Claro; há duas observações tão importantes que só elas já bastariam para levá-lo a prezar a exportação. Eu lhes havia dito que, quer se considere o comércio de cereais por mar ou por terra, é preciso atentar para o fato de que a maior parte do lucro que ele rende não se destina ao agricultor, mas se detém nas mãos dos intermediários que realizam esta comercialização. Mas se é verdade que a classe de homens mais cara ao Estado é a classe produtiva, esta regra, que consideramos geral, tem, no entanto, exceções. Tem-se refletido muito pouco sobre estas exceções e é por isso que, de repente, eu chego à mesma conclusão dos panegiristas da exportação. Eles cometeram dois erros de cálculo e não um apenas. Se tivessem cometido apenas um, nós não estaríamos de acordo, mas os dois erros contrapondo-se um ao outro e se autodestruindo, o resultado é nulo. Eles afirmavam que a exportação enriqueceria os agricultores e que, por conseguinte, ela deveria ser estabelecida; este foi o seu primeiro erro. Demonstrando o contrário, eu poderia ter chegado a uma conclusão também contrária. Mas, logo a seguir, eles disseram que sempre, sem exceção, a classe produtiva era a que merecia receber os principais cuidados da administração; seu segundo erro. Em duas palavras, eu lhes farei ver que, ainda que em geral a máxima deles seja verdadeira, existem classes não produtivas que, em certas circunstâncias, podem tornar-se igualmente caras e úteis e, inclusive, que há casos em que, seja por razões de política interna ou de política externa, elas se tornam as que mais requerem cuidados. É neste sentido que eu aprovo o estímulo dado à exportação.

MARQUÊS – Mas se a sua conclusão é semelhante à dos escritores, pouco importa saber o caminho pelo qual vocês se encontraram. Um pode ter vindo pela alameda real e o outro por um caminho bem tosco; contanto que se encontrem, que importa por onde passaram? Admito que lhe cabe a glória por ter visto melhor as coisas e por ter refletido mais profundamente; isto é bom para você, mas, para o bem da coisa, o resultado é o mesmo.



CAVALHEIRO – Perdão, mas não se trata da minha glória; isto não é um jogo; não é um esforço mental do qual eu me ocupe. Já lhe disse, e não me cansarei de repetir: uma verdade fora do seu lugar, a que se chega por acaso, não serve para ninguém; ao contrário, ela é tão prejudicial quanto o erro. Minha exposição vai lhe dar uma prova disto. Começemos pelo comércio por mar. O peso excessivo, o grande espaço que ocupa o trigo, como lhe disse anteriormente, que conseqüências produzirá? Ele fará com que a maior parte do lucro seja absorvida pelo frete. Mas a quem cabem estes fretes? À classe dos marinheiros. Para transportar mil e quinhentos francos em pedras preciosas, tecidos, porcelanas das Índias, basta-lhes uma só embarcação; mas para transportar o mesmo valor, em trigo, não bastam quarenta bons barcos. Portanto, se você quiser ter uma boa marinha, numerosa, florescente, que viaje para toda parte, que ganhe e se ocupe, o trigo vale mais do que qualquer outra mercadoria. A marinharia não é uma classe produtora de riquezas, reconheço, mas você é muito bom francês, muito bom patriota, para me obrigar a ter que recorrer a uma enxurrada de palavras para fazê-lo lembrar-se das circunstâncias em que nos encontramos e quão importante é estimulá-la, até onde os interesses da política externa o recomendarem, e quão necessário é ocupar-se desta questão.

MARQUÊS – Você tinha razão: com duas palavras, fez-me calar a boca.

PRESIDENTE – Pois em mim, o efeito foi o oposto. Não posso deixar de interrompê-lo para fazer-lhe justiça sobre o que você acabou de dizer acerca da diferença que há entre encontrar uma verdade a que se chegou seguindo sempre os princípios exatos de uma boa lógica e aquela a que se chega por casualidade. Você é favorável à exportação; muitos outros também o são; mas você nos fez ver que a lei que obriga que o comércio e o transporte marítimo de cereais sejam feitos exclusivamente em embarcações nacionais é essencial ao sucesso da coisa. Que digo eu, essencial? Segundo você, ela é tudo e o único benefício real que se deve esperar da exportação. Ora, ninguém duvida disto que, na verdade, está no próprio edito; mas é preciso confessar que nós a devemos exclusivamente à sabedoria do governo e de modo algum às idéias luminosas dos escritores. Eles jamais a propuseram, insinuaram ou, sequer, falaram dela. Ainda hoje ela é encarada como uma limitação que se quis acrescentar à liberdade. Ninguém se deu conta da sua importância essencial, contentando-se em agradecer ao governo, como se este fosse apenas um benefício a mais.

MARQUÊS – O que é que você chama de agradecer? Fazem-lhe cara feia, desconfiam dela, estão muito contrariados. Quando a lei que estabelecia a

obrigatoriedade do transporte em navios nacionais apareceu, vi muitos exportadores reclamando em voz baixa, balançando a cabeça, repetindo sem parar que a liberdade já não era total. Será preciso esperar; talvez, com o tempo, que os nossos escritores, os nossos luminares, as nossas lanternas, venham a reparar isto e, aí então, a liberdade será imensa, ilimitada, deliciosa. Se eles não gritaram bem alto, foi por efeito da alegria por tudo que haviam obtido; eles diziam que no momento era preciso ceder; fazer algumas concessões aos antigos preconceitos, mas que, um dia, isto acabaria e que quando todas as embarcações de todas as nações viessem buscar os nossos cereais, nós alcançaríamos, enfim, a felicidade plena.

PRESIDENTE – Será possível que eles tenham chegado a tanto?

CAVALHEIRO – Não duvide, senhor Presidente, eu também sou testemunha. Não apenas não encontrei ninguém que fizesse justiça à sabedoria deste regulamento essencial, como vi o quanto hesitavam, como murmuravam uns “Ah!... ah!... mas sim... é preciso ver... talvez...”, tal era a sua ignorância dos princípios e da matéria acerca da qual tinham tão sabiamente tratado. Cheguei a levar as mãos aos céus e pedir: “*Pater! Ignosce illis, qua nesciunt quid dicunt.*” (Deus! Perdoe-os; eles não sabem o que dizem.) De resto, escreva em grandes letras sobre a porta do comércio de cereais: “O LUCRO CABE A QUEM TRANSPORTA CEREAIS.” Tudo é absorvido pelos riscos e dificuldades da compra, do transporte, da comercialização, e veja o quanto esta asserção é grande, importante e correta. A Polônia, a Turquia, a Barbária, a Sicília, sempre venderam cereais para o exterior, mas como deixaram que o seu transporte fosse feito por embarcações de nações estrangeiras, elas jamais chegaram a possuir uma marinha. O país continuou pobre, miserável e, o que é mais impressionante, embora não me surpreenda, é que o trigo teve sempre um preço muito baixo, o país nunca teve dinheiro, nem circulação, e o agricultor permaneceu na indigência. Mas já que estamos falando disto, eu lhe direi a verdadeira razão das vantagens que a Inglaterra tirou da exportação livre e, inclusive, subsidiada. A Inglaterra é o único país que desde a época do edito de 64 havia permitido a comercialização de cereais, com a restrição, entretanto, que esta se fizesse exclusivamente em navios nacionais. Considero isto uma restrição porque o benefício só era concedido aos barcos ingleses. O efeito não foi o estímulo direto e imediato à agricultura, como acreditam os ignorantes, mas sim o estímulo à marinha. Esta marinha, tornando-se florescente, deu impulso e movimento a tudo. As manufaturas prosperaram e, a partir daí, a agricultura se

expandiu e se desenvolveu. Como a agricultura é a base de tudo, e como tudo a influencia, não há por que se preocupar com ela. Aumente, enriqueça, faça prosperar todas as outras coisas... e fique tranqüilo. Quando o agricultor encontrar muitos consumidores, e consumidores ricos, é impossível que ele não venda bem os seus gêneros. Quer ver com clareza a veracidade do que digo, observe a Holanda, a República de Gênova e outras cidades comerciais: elas não têm sua própria produção de trigo, mas como o transportam de nação em nação, elas têm uma bela marinha, um povo feliz, rico, e, também, toda a cultura de que o seu solo é capaz, levado ao máximo pela arte e pela indústria. De modo que é a mais absoluta verdade que o comércio de trigo da Moréia ou da Sicília faz florescer nas montanhas próximas ao litoral de Gênova as oliveiras, as laranjeiras e as amoreiras. O comércio de cereais da Polônia faz florescer tulipas na Holanda, enquanto que este mesmo cereal não faz brotar nada nas margens do Vístula, nem nas planícies de Esparta e Agrigento. Depois do que acabo de dizer-lhe sobre a Inglaterra, espero que você me dispense da exposição que eu lhe havia prometido.

MARQUÊS – Não digo mais nem uma palavra; mas, se você tivesse dito antes, eu teria deixado de ser inoportuno na mesma hora. Por que você não nos falou sobre isto antes?

CAVALHEIRO – Ah! Como você é injusto... Acha mesmo que eu poderia ter falado isto antes? Por acaso vocês teriam acompanhado meu raciocínio até eu poder dizer-lhes tudo que acredito necessário para que concordem comigo? Eu não lhes teria embrulhado as idéias e estragado tudo?

PRESIDENTE – Você tem absoluta razão.

CAVALHEIRO – Agora que chegou o momento, quero chamar a atenção de vocês para o fato de que, quando a liberdade de exportação foi estabelecida na Inglaterra, esta tinha uma marinha bem inferior à atual. A marinha é tudo para esta nação de insulares. Era preciso tudo sacrificar e tudo subordinar a este objetivo capital. O trigo, como acabei de dizer-lhes, é, por seu volume, o que mais ocupa embarcações e, além do mais, a Inglaterra não tem outro produto do seu solo para exportar, nem vinhos, nem azeites, nem frutas de nenhuma espécie. De modo que proibir a saída de trigo e anular a sua marinha significava, na época, a mesma coisa para ela. A sua situação agora é bem diferente. Sua marinha existe e é imensa; envolve a terra e cobre o mar com

suas naus. Atualmente haveria menos risco caso pretendessem alterar, em parte, a sua política sobre os cereais e, se por acaso decidissem reduzir o subsídio, não creio que ficassem arruinados por isto; pelo contrário, acredito, até, que sairiam ganhando.

MARQUÊS – Isto é problema deles e eu não me meto com os ingleses. Se me referi a eles é porque eles são a cada passo elogiados e gabados pelos escritores que li. De resto, eu os deixo de bom grado para vocês, pois, no fundo, não me ajeito muito com eles, não. É uma brava gente, firme e corajosa; eu os respeito, sem dúvida, mas, para mim, eles são muito tristes e, com o seu *spleen*, eles chegam a ser insuportáveis.

PRESIDENTE – O Marquês lhe entrega os ingleses, mas eu quero conservá-los, ainda, um momento. Não vejo muito claramente por que a comercialização de gêneros alimentícios era necessária para que os ingleses pudessem fundar e estimular sua marinha. Só as manufaturas, com a necessidade de transportar os seus produtos, não teriam conseguido o mesmo resultado?

CAVALHEIRO – Lembro-me de ter respondido isto ao Marquês, mas você ainda não estava conosco, de modo que terei que repetir. O grande comércio traz o pequeno na garupa. Vou explicar isto. Uma grande embarcação é melhor do que uma pequena para resistir às tempestades e fazer uma boa viagem. No entanto, é preciso encher esta grande embarcação se não se quiser desperdiçar a vantagem da capacidade que ela possui. As cargas preciosas, os produtos manufaturados, ocupam muito pouco espaço. Com o que, então, ocupar o resto? Os produtos agrícolas, mercadorias de grande volume e pouco valor, vêm a calhar para completar a carga da embarcação. Esta carga é, por assim dizer, uma espécie de lastro e não é necessário que ela dê um grande lucro; basta que possa cobrir o frete, de modo que o transporte dos produtos manufaturados sai quase por nada. Por exemplo, observe a carga de um navio que vem da América para Cádiz. Você começará por ver uma quantidade prodigiosa de couro bruto. Ao vê-los, acredita-se que dêem um grande lucro e que vale a pena transportar estes couros de um lado a outro do mundo. De maneira nenhuma... Observe o resto do carregamento: e você verá que a embarcação traz duzentas mil piastras para uso no comércio. Estas piastras não ocupam mais do que cinco ou seis caixas na popa. Os couros enchem todo o resto do navio. Por menores que sejam os lucros que os couros rendam, já é um ganho, pois o verdadeiro objetivo dessa viagem eram as piastras. Mas

– você poderia perguntar – por que recorrer a uma embarcação tão grande? É que não se expõem duzentas mil piastras num barco que não tenha, pelo menos, uns cem homens na tripulação, capazes de lutar e resistir a um ataque pirata e que, pelo tamanho da sua tripulação, por sua força e por mil outras razões, possa arrostar os riscos dos elementos naturais e dos homens. O que eu disse sobre as cargas de alto valor vale, também, para os manufaturados. Um relojoeiro inglês, que comercia com peças de aço, não pode carregar um barco com relógios e correias de relógios. Mas ele encontra uma embarcação que vai carregada de trigo para Lisboa. O capitão é seu amigo e faz deslizar para a popa uma caixa com estes produtos. Esta caixa valerá, talvez, mais do que toda a carga de trigo, mas ela ocupa muito pouco espaço; assim, seu transporte não custa quase nada, embora feito com segurança, pois a embarcação é forte e bem equipada. Mas isto ainda não é tudo... estes manufaturados podem entrar como contrabando, pois, estando o barco carregado de trigo, na declaração que o capitão faz, ele freqüentemente omite e oculta o quanto pode estes pacotinhos. Se a carga principal não existisse, seria preciso declará-los nas alfândegas, pois, se não, por que viria o barco se ele não declara nada? Para passear? A facilidade de difundir o contrabando deve atualmente ser sobremaneira levada em conta nas considerações sobre as finanças e sobre o comércio entre as nações, pois todas as nações estão de acordo que, na atualidade, é preciso estimular as suas manufaturas e desestimular as manufaturas estrangeiras e quase todas o fazem da mesma maneira, através de altos impostos ou pela absoluta proibição contra tudo o que é estrangeiro, porque, como dizem os seus escritores, todo mundo começa, hoje, a ficar esclarecido.

PRESIDENTE – Você diz isto com uma certa ironia, o que me leva a crer que esta não é a sua opinião. Você não acha que esta teoria seja boa? Não considera bons estes impostos e estas proibições?

CAVALHEIRO – Talvez seja muito demorado explicar-lhe porque é que estou sorrindo, e, na verdade, não teria nada a ver com aquilo que estamos discutindo; digo-lhe, em duas palavras, que o meio, em geral, de estimular o desenvolvimento destas manufaturas não é proibindo todas as manufaturas estrangeiras, como pregam todos estes pensadores. Para mim, estas proibições só servem para deixar a nação num estado de rusticidade e de rudeza que lhe impede de apreciar as suas manufaturas e também as estrangeiras. Mas ainda que esta seja a minha opinião, e já tenhamos conversado sobre isto em outra ocasião,

você mesmo já deve ter observado que o escoamento de um gênero tão volumoso quanto o trigo emprega e põe em atividade a marinha de um país e que uma marinha ativa acaba por estimular o transporte, a circulação, a procura e a moda de todas as demais manufaturas. Em meio a tantos inconvenientes e tantas desvantagens com o comércio de cereais, esta é a grande vantagem que ele acarreta. Há ainda uma outra, não tão considerável, mas que, como existe, não quero deixar de apontar.

PRESIDENTE – Qual é?

CAVALHEIRO – Se o transporte de cereais, por mar, ocupa (como já dissemos) a classe, muito importante para o Estado, dos marinheiros, o transporte por terra e toda a mão-de-obra que ele exige para sua conservação e seu consumo ocupam uma outra classe de homens que é importante não esquecer, tanto mais que a todo momento tendemos a negligenciá-la.

PRESIDENTE – Não sei de que classe você está falando.

CAVALHEIRO – Refiro-me a esta classe de homens, a última, e de tal modo a última que está no limiar entre o homem e a besta de carga. Refiro-me a esta classe de homens, rebotalho das cidades e dos campos, que substituiu a cabeça pelas costas e que não tem outro talento ou outro ofício além das forças dos braços. Estes homens (os da nossa espécie que bebem demais e pensam de menos) ocupam e invadem os portos, os cais, as praças de mercados, e oferecem o uso das suas forças pela paga a mais mesquinha. Frequentemente usurpam os direitos sagrados do chicote, e se tornam carreteiros e carroceiros; mas, como a usurpação conduz naturalmente à crueldade da tirania, eles espancam implacavelmente estes pobres animais, tanto mais desgraçados porque não podem falar e lhes dizer, como dizia o jovem Corradín a Charles d’Anjou, quando este o mandou decapitar: “*An ne nescis quod par in parem non habet imperium?*” (Tu não sabes que um igual não tem direitos sobre os seus iguais?) O comércio de cereais dá emprego a muitos deles, permitindo-lhes obter os meios de que viver, seja no transporte, no carregamento ou descarregamento, ou mesmo na remoção das cargas nos armazéns. O que importa é manter estes homens ocupados e contentes, pois, não se iluda, eles são os únicos responsáveis por todas as rebeliões e têm a garganta como arma ofensiva e a sua ignorância como arma defensiva. Com estas armas, que não intimidariam a um tirano, eles são muito temíveis a um bom príncipe, pois podem prejudicar e denegrir a glória do mais virtuoso dos governos.

MARQUÊS – O quê? Você acredita que uma reles horda de velhacos como esta poderia causar medo a um soberano?

CAVALHEIRO – Se eles causam medo? Fazem muito pior: causam piedade. Um exército de inimigos belicosos não causa tanto medo a um soberano corajoso e amigo dos seus súditos, pois ele conquistará glória ou lucro ao combatê-los. Mas contra um bando, ou melhor dizendo, um tropel destes desgraçados, ele não tem nem glória, nem lucro. O que fazer com eles? Vencê-los? Eles são poltrões... Matá-los? Eles são inocentes... Persuadi-los? Eles são estúpidos... Deixá-los agir? Mas eles são furiosos... É preciso dar-lhes emprego; permitir que recebam por isto; deixá-los dispersos e estas mesmas gargantas, sempre molhadas, sempre alteradas, os levarão a beber e a gritar vivas ao rei!

MARQUÊS – E você crê que empregando esta gente...

CAVALHEIRO – Sim; com certeza. Se os violentos dos mercados estiverem satisfeitos, não advirá nenhuma mácula nem nenhum desastre à administração. Pode estar certo disto que vou lhe dizer: os grandes conspiram e se revoltam; os burgueses se lamentam e continuam no celibato; os camponeses e artesãos se desesperam e se vão; os carreteiros se amotinam. Isto não muda nunca e jamais uma classe adota os costumes da outra, exceto no caso das perseguições religiosas, único caso em que todas as classes estão dispostas a revoltar-se; as classes altas e poderosas mais prontamente, exatamente porque são sempre as mais convictas; os burgueses e as classes populares mais dificilmente, porque têm sempre uma dose menor de religião. Mas isto não vem ao caso. Para voltarmos à nossa discussão, o que estou lhe dizendo é tão verdadeiro que a razão pela qual, nos períodos de penúria e, inclusive, nos períodos de grande fome, os tumultos são muito raros, como recentemente vimos na Itália, por não outra razão senão o emprego, a ocupação e a possibilidade de ganhar algo que o populacho encontra nestas ocasiões por meio do comércio forçado e das provisões que precisam ser feitas com urgência. Se eles ganham, ficam tranqüilos e, ainda que o burguês sofra muito, você verá muitos homens caírem de inanição antes de ouvir um único grito ecoar na cidade.

MARQUÊS – Quer dizer, Cavalheiro, para não nos estendermos mais sobre este assunto, que você é favorável à exportação?

CAVALHEIRO – Claro que sim.

MARQUÊS – Devo acreditar, já que você o afirma peremptoriamente, mas será mesmo que você é favorável ao edito de 64? E está satisfeito? Você o aprova inteiramente?

CAVALHEIRO – É muito tarde para responder-lhe esta questão. Preciso ir-me, agora, mas prometo respondê-la dentro de três ou quatro dias.

MARQUÊS – O quê? Você não vai ficar? Minha mulher ficará aborrecida; eu a avisara da sua presença.

CAVALHEIRO – Repararei meus erros da próxima vez.

MARQUÊS – Mas, e o senhor, Presidente, irá nos dar a honra de jantar conosco?

PRESIDENTE – Eu ficarei muito honrado.

MARQUÊS – Passemos, então, para a outra sala. Adeus, Cavalheiro.



## OITAVO DIÁLOGO

*O Cavalheiro Zanobi e o Presidente de \*\*\*, (a seguir) o Marquês de Roquemaure.  
Em 14 de dezembro, na residência do Marquês.*

PRESIDENTE – O Marquês ainda não voltou; ele jantou na cidade, mas, pelo que o seu pessoal me informou, não demorará a chegar. Você tinha lhe prometido fazer uma exposição sobre a nossa nova legislação, coisa que lhe interessa muito. Vamos, então, ter que esperá-lo para começar.

CAVALHEIRO – Nada mais justo e nada me custa menos. Eu falo muito, mas nunca tenho impaciência para falar. As exposições fazem tão pouco efeito que não sei se têm alguma outra vantagem além de facilitar a digestão.

PRESIDENTE – Elas poderiam ter muitas se só os sábios falassem.

CAVALHEIRO – Ai, Meu Deus! Só eles é que digeririam. Isto seria injusto, porque todo mundo tem direito de comer.

PRESIDENTE – Como sempre, você está querendo brincar, mas até a sua brincadeira é uma grande filosofia; ela propõe calma na meditação e refreia o entusiasmo, este grande inimigo da razão; ela nos leva a ver os objetos sob a sua própria cor e em sua grandeza natural e faz desaparecer a ilusão de ótica. Eu senti em mim este efeito depois que tive o prazer de escutá-lo e de considerar que eram menos as coisas que você nos dizia do que a maneira de encará-las que poderia fazer de mim um filósofo. Desde que adotei a sua maneira de agir, todos os dias percebo melhor que esta ciência da administração, esta ciência que chamam de economia política, ao reunir duas palavras que em sua acepção natural e segundo as definições de Aristóteles são contrárias, esta ciência, repito, é bem mais complexa e bem mais difícil do que se pensa.

CAVALHEIRO – Seguramente.

PRESIDENTE – Como não há nada no mundo que não seja uma mescla de vantagens e desvantagens e como tudo se liga, vejo que todos os problemas são difíceis de resolver e é preciso levar tudo em consideração. Não se poderá dar um golpe numa parte sem que um contragolpe vibre ao redor.

CAVALHEIRO – Nada é mais verdadeiro. Todos os problemas de economia política se resumem a fazer o bem aos homens, mas não há nenhum bem que não esteja ligado a algum mal, que, freqüentemente, o enfraquece e o faz oscilar entre uma e outra coisa. Acrescente a esta primeira dificuldade o fato de que você não tem nenhuma quantidade fixa e constante para servir à equação do problema. O homem... O próprio homem é uma quantidade indeterminada. Ele é (se ousar me servir da expressão) uma matéria dúctil para a tessitura do hábito. Ele adquire todas as pregas, todas as formas que se quiser, sem se destruir. Por hábito, costuma-se conferir às suas forças, à sua natureza, a seu ser primitivo, uma dimensão que pareceria impossível inicialmente, e, o que é mais singular, tão logo isto se dá, parece que ela lhe é inteiramente natural, que sempre existiu e que não poderia ser de outra maneira, que esta é a sua condição física. O homem fica muito à vontade no estado em que viveu durante séculos e o trabalho de uma longa sucessão de filósofos é esquecido. Ele ignora quem é seu benfeitor e o bem que lhe fizeram, assim como ignora a maldade e o mal que lhe foi causado e crê, de boa fé, que isto é da sua natureza.

PRESIDENTE – Vejo que esta ingratidão do homem, por um lado, e esta sua ductilidade, que lhe permite dobrar-se e desdobrar-se a todo momento, são bem capazes de desencorajar os sábios que pretenderiam torná-lo feliz.

CAVALHEIRO – Com eles também ocorre isto... Mas a corvéia do sábio é fazer o bem aos homens e é preciso que ele cumpra o seu destino. Para retomarmos a nossa discussão, quando, num problema, há muitas incógnitas, a equação torna-se indeterminada ou, então, ela pertence a esta ordem de problemas que chamamos *de maximis et minimis*, e, a esta ordem pertencem, com efeito, todos os problemas políticos. Trata-se de alcançar o melhor bem possível com o menor mal possível... é uma aproximação. Nada, em política, pode ser levado ao extremo. Há um ponto, um limite, no qual o bem é maior do que o mal, mas, se você o ultrapassa, o mal supera o bem.

PRESIDENTE – E como encontrar este ponto?

CAVALHEIRO – Só o sábio sabe calculá-lo. O povo sente-o instintivamente. O homem público percebe-o com o tempo. O escritor moderno não duvida nunca.

PRESIDENTE – Esta gradação é boa; entendi muito bem o que você quer dizer. Como os sábios são extremamente raros, vejo que você faz mais caso das sensações do povo e da prática dos homens públicos do que da opinião dos escritores.

CAVALHEIRO – Se você me entendeu, por favor, guarde o meu segredo.

PRESIDENTE – Mas por que você faz tão pouco caso de todos estes escritos econômicos?

CAVALHEIRO – Porque eles são obra de gente de bem.

PRESIDENTE – Como assim? O que você está dizendo me parece muito estranho.

CAVALHEIRO – A virtude, o desejo de fazer o bem, é uma paixão que temos, como todas as outras. Ela é rara de encontrar, mas quando se encontra, ela é muito violenta; aliás, é mais violenta do que qualquer outra, pois, quando o aguilhão do bem nos anima, nenhum freio do remorso nos detém. Esta violência e este arrebatamento produzem entusiasmo. Nós nos persuadimos sem discussão do que desejamos e persuadimos aos demais com discursos acalorados porque somos virtuosos. Não alegamos bons argumentos, mas temos a franqueza da verdade, a coragem da virtude, o fogo da própria persuasão, e conseguimos arrastar os outros, que não têm nenhuma razão para desconfiar. Creia-me: não tema os salafrários nem os malfeitores; cedo ou tarde eles se desmascaram, mas fuja de um homem honesto equivocado; ele está, ele próprio, de boa-fé, quer o bem para todo mundo e acredita no que faz... mas, infelizmente, ele está equivocado acerca dos meios para conquistar o bem para os homens.

PRESIDENTE – Pelo que você está dizendo, parece que você preferiria deixar os homens serem governados pelos maus do que pelas pessoas de bem.

CAVALHEIRO – Não é isto que estou dizendo, mas pretendo fazer você entender como é difícil encontrar um grande homem. O grande homem deve reunir qualidades opostas, extremas, quase impossíveis de serem encontradas numa mesma pessoa; ele deve possuir o desejo ardente do bem que tem o homem virtuoso, junto com a calma e, por assim dizer, com a indiferença que têm os maus. Ele deve desejar ardentemente e, entretanto, discutir tranquilamente, aguardar pacientemente. Isto é quase um milagre. A natureza faz frequentemente uma perfeição, mas duas juntas já é, para ela, uma obra muito rara.

PRESIDENTE – Agora estou de acordo com você. Revejo na minha mente o número prodigioso de pessoas que quiseram fazer o bem e o pequeno número daquelas que, de fato, souberam fazê-lo. Mas, Cavalheiro, permita-me ainda dizer-lhe que o entusiasmo de um homem virtuoso não me parece assim tão

pernicioso. Reconheço que algumas vezes ele pode se enganar, mas, em primeiro lugar, o instinto natural, por assim dizer, impulsiona todos os homens para a verdade e, quando não estamos perturbados pelos vícios e as paixões do coração, a verdade das coisas que nos concernem, que são o objeto da ciência econômica, não é uma verdade arbitrária e sublime. Ela está ao nosso alcance, ainda que eu concorde com você, como acabei de dizer, que ela é mais difícil, mais complexa e, de maneira nenhuma, evidente, desta tão famosa evidência que se pretendeu ver em tudo e que, de fato, não está em parte alguma.

CAVALHEIRO – É porque ela se esconde, por causa das suas dívidas. A evidência é uma velhaca que deve a todo mundo; ela fez promessas, distribuiu cambiais a todas as ciências e não pagou jamais senão aos geômetras, que nem por isso ficaram menos indigentes. Mas deixemos de brincadeira. Você acredita que quando o entusiasmo não tomou o partido do erro ele não é perigoso.

PRESIDENTE – É o que me parece; eu o acreditaria, inclusive, útil, pois os homens são preguiçosos, tímidos, escravos do hábito e é preciso atirá-los e fazê-los correr céleres para o bem que se almeja, sem permitir que se deixem desanimar.

CAVALHEIRO – Jovem e virtuoso como você é, não me surpreende ouvi-lo falar assim. A idade e a experiência o farão mudar de opinião. Na administração de um Estado, tudo se reduz a duas coisas: o objetivo que se almeja e os meios para lográ-lo. É absolutamente a mesma ciência que a da direção e pilotagem de um navio; o objetivo é a rota e os meios, as manobras que é preciso realizar. Você há de convir que na escolha do objetivo o entusiasmo é perigoso.

PRESIDENTE – Sim, eu concordo; a gente está sujeito a se enganar. Mas, se por casualidade, ou se porque uma verdade está muito evidente, a gente a encontra, então...

CAVALHEIRO – Então, o entusiasmo é pior do que nunca.

PRESIDENTE – Como assim?

CAVALHEIRO – Porque toda a ciência da condução de homens, toda a ciência da administração, do mesmo modo que toda a ciência das manobras de um navio, reduz-se a um único, simples e muito curto princípio, *nihil repente*,

isto é, nada às pressas. Para fazer uma boa rota será preciso virar de bordo. Pois bem, se você virar muito rápido, a água entra pelas portinholas, o navio é engolfado pelas ondas e ponto final. Você ficou sem objetivo, sem meios, falta-lhe tudo... você perece. Não basta saber a que fim você pretende levar as coisas, é preciso saber conduzi-las, e esta condução é difícil, pois que se trata de evitar, sempre, os movimentos muito rápidos, muito precipitados, e contornar, por vias indiretas, a excessiva ligeireza da linha reta. Como a linha reta é a mais curta, será preciso alongar o caminho e perder mais tempo. Ora, nada é mais contrário ao entusiasmo, que quer realizar tudo no mesmo instante, que nunca consegue esperar, que queima e se consome de impaciência. Assim, esteja certo de que entusiasmo e administração são dois termos contraditórios e que mesmo indo ao porto desta famosa evidência, supondo tê-lo descoberto, nunca se deve dar o flanco ao vento e à onda, de maneira a não deixar o navio virar. Isto é o mais importante; chegaremos quando pudermos, pois o importante é conseguir chegar.

PRESIDENTE – Isto é verdade; mas perdendo tempo e tomando as precauções necessárias, freqüentemente inclusive excessivas, nunca se consegue fazer o bem. As circunstâncias mudam, ocorrem acontecimentos imprevistos e se fica com a impressão de haver deixado passar a ocasião.

CAVALHEIRO – Eu não disse que se deveria conduzir com calma em meio à tempestade. Tudo pode ser levado ao extremo e todo excesso é vicioso, mas nem por isso o princípio fundamental é menos verdadeiro: não fazer nada de supetão; evitar os grandes choques; moderar os movimentos e contornar ao largo, se não se quiser virar.

PRESIDENTE – Isto é verdade, em certas circunstâncias, mas, em geral, me parece que se deve deixar agir a natureza.

CAVALHEIRO – A natureza? Não se fie nela.

PRESIDENTE – O quê? Você quer que eu desconfie da natureza?

CAVALHEIRO – E por que não? Será possível que você ainda não se tenha dado conta de que ela não se preocupa conosco e que cabe a nós nos preocuparmos com ela?

PRESIDENTE – Está falando sério?

CAVALHEIRO – Claro... A natureza é alguma coisa de imenso, indefinido; ela é a digna obra do seu criador. E nós, o que somos nós? Insetos, átomos, nada. Comparemo-nos com ela. Sem dúvida a natureza sempre retorna às leis que o seu autor lhe deu, para durar um tempo indefinido. Sem dúvida ela põe todas as coisas em equilíbrio, mas nós não temos nada a fazer senão aguardar este retorno e este equilíbrio. Nós somos muito pequenos; diante dela, o tempo, o espaço, o movimento, não são nada, mas nós não podemos esperar. Não façamos aliança com a natureza, pois ela seria muito desproporcional. Nosso ofício aqui embaixo é combatê-la. Observe em volta e você verá os campos cultivados, as plantas de fora que introduzimos em nossos climas, os navios, os carros, os animais domesticados, as casas, as ruas, os portos, os diques, as calçadas. Estas são as trincheiras em que combatemos; todos os prazeres da vida e praticamente toda a nossa existência são o preço da vitória. Com a nossa pequena arte e o espírito que Deus nos deu, travamos batalha com a natureza e logramos, freqüentemente, vencê-la e dominá-la, empregando suas forças contra ela. Combate singular, pelo qual o homem se torna a imagem do seu criador.

PRESIDENTE – O que você acaba de dizer me levará a sonhar muito. Mas, enquanto aguardo, não poderia deixar de dizer-lhe que tinha suposto algo bem distinto. Eu pensava que a natureza, deixada em liberdade, conduziria tudo ao equilíbrio, que é o estado natural das coisas e o que mais convém ao homem; que haveria uma ordem necessária e encadeada que se estabeleceria por si só e que seria fácil reencontrar se os homens não lhe tivessem sempre violentado, nem obstaculizado com milhares de inventos. Que, assim, nos bastariam estes três pontos fundamentais, natureza, liberdade e equilíbrio, para podermos chegar à felicidade.

CAVALHEIRO – Nada é mais verdadeiro e nada é mais falso. Que a natureza em liberdade tenda ao equilíbrio, é uma verdade luminosa na cabeça de um metafísico (porque o homem, quando pensa, pode se tornar tão grande e tão vasto quanto toda a natureza); é uma verdade porque vemos as causas e os efeitos, mas nem sempre se leva na devida consideração as recorrências que se dão na natureza, e as épocas de desigualdades são compensadas por meios termos que, de fato, só existem no pensamento. Mas isto que você diz é absolutamente falso na mão de um prático, porque o homem, quando age, se torna tão pequeno, tão fraco, quanto um animal de cinco patas poderia sê-lo;

porque ele sente, então, a fragilidade da sua estrutura, o curto espaço de tempo de sua vida, quão efêmeras são as suas necessidades, a rudeza das suas pequenas desigualdades, que ele não pode de modo algum compensar ou mudar, sem sofrer ou sem sucumbir. Eu quero aplicar estes princípios à teoria dos cereais. Nada é tão verdadeiro quanto a afirmação de que o preço dos cereais, deixado a si mesmo, se põe em equilíbrio; nada é tão verdadeiro quanto a afirmação de que o comércio, deixado livre, levará os cereais aonde quer que haja dinheiro e consumidores; nada é tão verdadeiro, em teoria, porque todos os homens correm em busca do ganho, o que precisa ser demonstrado. Mas considere que, na prática, é preciso um tempo físico para enviar cartas anunciando a falta de trigo numa cidade para um país que o possui; é preciso, ainda, um outro espaço de tempo para que o trigo chegue a esta cidade e, se este espaço de tempo for de quinze dias e você só tiver provisões para uma semana, a cidade ficará oito dias sem pão, e este inseto chamado homem não agüenta mais do que oito dias de jejum antes de morrer, o que não se deve fazer. Assim, o teorema vai bem e o problema vai muito mal. Concluamos, então, que é melhor não deixar à natureza o cuidado das nossas pequenas coisinhas. Ela é muito grande dama para isto. Deixemo-la encarregada dos grandes movimentos, das grandes revoluções dos impérios, das longas épocas, como a dos movimentos dos astros e dos elementos. A política não é senão a ciência a que cabe prevenir os movimentos instantâneos que decorrem de causas extraordinárias, e ela não vai além disto, pois as grandes revoluções são, todas, obras da natureza, e as forças do homem, neste caso, não servem para nada. Longe de ele ser o seu autor, ele é, agora, o principal instrumento e a ferramenta.

PRESIDENTE – Vejo que você remete os grandes termos, ordem, natureza, liberdade e equilíbrio, às grandes coisas.

CAVALHEIRO – E entretanto eu estou encantado por encontrá-los na boca de todo mundo e vê-los tantas vezes repetidos. Você sabe o que isto significa?

PRESIDENTE – O quê?

CAVALHEIRO – Isto significa que o mar está calmo e que o vento é bom. Os marinheiros jamais falam em deixar as velas ao vento senão diante de uma grande tranqüilidade. A felicidade geral da Europa, a felicidade particular da França, deram origem ao princípio do deixar agir a natureza, idéia esta que nunca poderia ter ocorrido aos nossos ancestrais, aqueles que se ocupavam em recolher as velas e amarrá-las contra o vento.

PRESIDENTE – Mas você diria que a felicidade atual da Europa foi, em grande parte, produzida pelas luzes que os escritores difundiram, inclusive entre o povo?

CAVALHEIRO – Ou as idéias formadas na cabeça dos escritores, a liberdade de divulgá-las, a facilidade com que puderam defendê-las, os aplausos recebidos, o estímulo para pensar e publicar outras tantas idéias são o resultado da calma, da prosperidade, da felicidade atual da Europa. Ou é uma coisa, ou outra; você escolhe.

PRESIDENTE – Levarei muito tempo para me decidir. Mas você crê, pelo menos, que temos feito progressos, seja lá qual for a causa?

CAVALHEIRO – Acredito que sim.

PRESIDENTE – E você espera que, com o tempo, nós possamos chegar a ver a arrecadação de impostos ser simplificada, os encargos serem proporcionais às rendas, as tarifas serem uniformes e estendidas às fronteiras, abolida a opressiva variedade de *provinces d'État*, *provinces d'Élections*<sup>12</sup> estrangeiras, reputadas estrangeiras, as leis tornadas claras e gerais, desfeita a absurda miscelânea de costumes, suprimido o grande número de cargos inúteis e milhares de outras melhorias que precisam, ainda, ser feitas?

CAVALHEIRO – Sim... mas veja, o Marquês está chegando.

MARQUÊS – Ah! Senhores! Há muito tempo que estão aqui?

CAVALHEIRO – Não muito.

PRESIDENTE – O Cavalheiro realmente soube tornar a espera bem curta.

CAVALHEIRO – Você esteve no jantar mais interminável de que já se ouviu falar.

MARQUÊS – Homem carnal! Homem voluptuoso! Você crê, então, que eu estava à mesa até agora?

<sup>12</sup> Tais designações correspondem à história administrativa e tributária da antiga França. (N.doT.)



CAVALHEIRO – E onde você poderia estar melhor?

MARQUÊS – Eu estava com os livreiros, com os impressores.

CAVALHEIRO – Isto é edificante...

MARQUÊS – Olhe aqui a prova.

CAVALHEIRO – O que são estes papéis impressos que você tem na mão?

MARQUÊS – Veja... leia.

CAVALHEIRO (*lê*) – Edito referente à liberdade de entrada e saída de cereais. Compiègne, 64... Cartas patentes que estabelecem os direitos de saída... Decreto do Conselho que determina que no futuro não será mais taxada a entrada de cereais vindos do exterior, etc. ... Extrato dos registros, etc. ... Resolução do Parlamento... Resolução...

MARQUÊS – Eu queria ter tudo.

CAVALHEIRO – Quanto você pagou por isto?

MARQUÊS – Você pode obtê-lo por quarenta e quatro soldos.

CAVALHEIRO – Quarenta e quatro soldos não é caro.

MARQUÊS – No entanto, temi que depois do que você nos disse, eu não conseguisse mais obtê-lo por este preço. Pois bem, Cavalheiro, meu querido Cavalheiro, vamos aos fatos, sem preâmbulos, sem prefácio, sem tergiversações, sem que você se perca em digressões; vamos lá, diga-nos o que você pensa, mas diga-o em tom bem claro e límpido e de modo o mais sucinto e lacônico possível.

CAVALHEIRO – Era uma vez...

MARQUÊS – Ah! Bandido! Eu não quero ouvir nenhuma história. Por mais que a sua história fosse a mais bela do mundo, neste momento ela me pareceria insuportável. Você tem que falar sobre o edito e nada mais.

CAVALHEIRO (*olhando para o Presidente*) – Eu não tenho como escapar. Entretanto, sua impaciência, Marquês, parece-me mais injusta do que seria a do Presidente, que, aliás, não tem nenhuma. Você conhece mais ou menos as minhas idéias sobre o edito de 64 e ele ainda não sabe nada sobre elas.

MARQUÊS – O Presidente pode ficar impaciente ou não, como ele quiser. Você está querendo me instilar a emulação, mas eu lhe declaro que sou absolutamente insensível a isso. Portanto, tome posição agora mesmo.

CAVALHEIRO – Pois bem, já que é preciso, eu lhe direi com toda sinceridade, com toda candura, franqueza e lealdade possíveis, e repito aquilo que já lhe havia dito, ou seja, que o edito da liberdade de comércio dos cereais, tendo em vista o momento que o fez nascer, tendo em vista todas as circunstâncias que o motivaram, o calor que levou à sua eclosão, o espírito que o ditou, é uma das coisas mais gloriosas que um soberano já fez; que torna memorável esta época, e direi ainda que ele sempre me pareceu a aurora de um lindo dia.

PRESIDENTE – Você já tinha dito isto ao Marquês?

CAVALHEIRO – Sim, eu já lhe havia dito e não terei pejo de repeti-lo, agora, na sua presença. Eu gostaria que toda a França me ouvisse; gostaria que o eco de todos os corações honestos e virtuosos o repetissem milhares de vezes e consideraria uma infelicidade se esta verdade não fosse tornada pública, de modo que toda a nação fosse dela persuadida.

MARQUÊS – É assim que você faz para nos falar mal do edito?

CAVALHEIRO – É... eu lhes havia prometido dizer o que penso, no mais profundo do meu coração, e vou cumprir a minha palavra.

MARQUÊS – Bem, já que você está falando sério, explique-se um pouco mais claramente. Você quer dizer que os magistrados, plenos de zelo e virtude, pretendendo recompor a agricultura na França e fazê-la prosperar de acordo com as teorias dos economistas, propuseram o edito, e que o soberano, com a bondade e clemência que lhe são naturais, concorreu para isto? Que foi o amor pelo bem público, sem a menor sombra de interesses, que ditou a lei? Eu concordo.

CAVALHEIRO – Ah! Marquês, eu vou bem mais longe; você está vendo apenas a casca mais fina. Ouçam-me bem e com paciência; ouçam-me com atenção, pois temo não conseguir ser claro o bastante.

PRESIDENTE – Estamos lhe escutando.

CAVALHEIRO – Todo animal (e esta lei geral é comum aos homens e aos brutos de todas as espécies), todo animal que renuncia ou perde a sua liberdade, abandona e fica, imediatamente, desobrigado da sua subsistência. Todo animal que adquire ou reconquista os direitos de sua liberdade fica, imediatamente, obrigado a encarregar-se de sua subsistência. Esta lei é tão geral quanto eterna... ela faz parte da natureza intrínseca das coisas. É o acordo que você fez com os seus cavalos.

MARQUÊS – Quer dizer que existe um acordo entre mim e os meus cavalos?

CAVALHEIRO – Sem dúvida.

MARQUÊS – Eu não sabia nada disto.

CAVALHEIRO – Este acordo é muito antigo. Foi feito entre o primeiro homem que colocou rédeas e subjuguou o cavalo e o primeiro cavalo que se deixou domar. Foi ratificado de tempos em tempos e vocês o homologaram.

MARQUÊS – E o que diz este acordo?

CAVALHEIRO – Poucas palavras. O cavalo diz ao homem: “Você me colocou freios, me atrelou e me chicoteia; pois bem, eu lhe servirei pacientemente, mas você terá que me alimentar.” Este é o acordo. Querem anulá-lo? Tirem o cavalo da cavalaria, deixem-no no bosque ou nos campos e ele não lhes exigirá nada e buscará, por si mesmo, a erva que o alimenta, mas, ele não lhes servirá mais. Vocês têm este mesmo acordo com este lindo pássaro que lhes distrai com seu canto e que os deixa impacientes devido aos contínuos cuidados que exige: abram a gaiola... e o acordo está terminado. Enfim, vocês têm tal acordo com todos os seres da natureza que subjugaram e aos quais vocês tiraram o livre uso das suas forças. A lei é a mesma para os homens e para os animais e é impossível que fosse diferente. A liberdade em política não é senão o emprego que nós fazemos das nossas forças para nossa própria conservação. Se nós ainda não adquirimos forças – como as crianças – ou se nós as perdemos

– como os escravos –, não podemos nos sustentar por nós mesmos. Cabe a outros cuidar de nós. Portanto, emancipação, manumissão, liberdade, abandono do encargo de nutrir, são termos sinônimos, ou, melhor dizendo, são palavras contemporâneas. Reveja agora, na sua imaginação, todas as épocas, todas as nações e veja se existe um único caso em que o senhor, tendo tirado a propriedade e os bens dos seus servos, não tenha sido obrigado a prover a sua subsistência. Nossos empregados domésticos, uma espécie de servidão voluntária, felizmente a única que permanece nos países civilizados, não recebem de nós a sua alimentação ou os estipêndios com que obtê-la, o que dá no mesmo? Os monges, outra espécie de servos sem propriedade, submetem-se a regras austeras e penosas, sem lamentar-se, por mais duras e exigentes que elas sejam, mas querem encontrar sua pitaça no refeitório, prontinha, sem terem que se preocupar com isto. Finalmente, entre todos os povos do mundo, o soldado cuja condição, por natureza, qualquer que seja a forma do governo que o provê, seja monarquia ou república, exige-lhe obediência e devotamento, concedendo aos comandantes uma autoridade absoluta, não foi, em todos os tempos, alimentado – pelo menos em tempos de guerra – sem que ele tenha sido obrigado a dedicar a isto qualquer cuidado? Faça-os marchar, fazer o cerco, realizar os mais penosos trabalhos e eles o farão sem reclamar, mas não lhes deixe faltar víveres, se não quiser que eles se revoltem. E, para ser sincero, esta lei é justa. Os seres subjugados seguem um raciocínio muito simples. Eles dizem ao seu senhor: “Você nos privou inteiramente de nossas forças; você pode tudo e nós não podemos nada; de modo que você nos provê ou nos concede a liberdade para o fazermos. Não venha nos dizer que sobreveio um acidente imprevisto. Não cabe a nós avaliar se este acidente podia ou não podia ter sido previsto; você deve prever e impedir o imprevisto, você deve, inclusive, esperar o inesperado.” O povo suspeita, então, de fraude e de abusos. E como não suspeitar de quem tem todos os meios e toda a força? Quando tudo foi tirado de um homem, ele está para o que der e vier. É o direito da ignorância e do obscurantismo. O senhor, que sabe que isto vai ocorrer, aumenta suas precauções, torna-se previdente ao extremo, desconfia de tudo porque sabe que haverá uma desconfiança geral contra ele. Tal é o estado natural das relações entre o senhor e seus servos. Assim, para chegar a uma conclusão, ou como diriam os geômetras, a uma equação geral, estabeleçamos que o cuidado maior ou menor que os soberanos, em todos os tempos, em todos os países, tiveram com o abastecimento foi sempre proporcional ao maior ou menor grau de liberdade que deixavam a seus súditos.

MARQUÊS – Para onde, diabos, você nos trouxe por este desvio? Com que objetivo viemos parar aqui?

CAVALHEIRO – Precisamente... eu lhes obriguei a subir uma montanha, mas estão compensados da fadiga pela vista maravilhosa que se descortina diante de vocês. Passeiem os olhos sobre este imenso horizonte, olhem para todos os lados e vocês verão que em Constantinopla, no Cairo, em Marrocos, em toda parte onde reina o despotismo, a intenção de manter a abundância e os baixos preços nas cidades é a primeira e quase única preocupação dos governos. “É preciso abastecer Istambul”, dizem o Grão-Vizir e o Caimacão. Todos os meios são válidos. Pereça o comércio, defínhe a navegação, seja destruída a agricultura; não importa. Vejam, por outro lado, quão pequenos são os cuidados, quão pequenas as dificuldades das repúblicas, exatamente sobre esta mesma questão. Refiro-me às verdadeiras repúblicas, porque as aristocráticas são, em geral, de um despotismo tanto ou mais suspeito do que o despotismo oriental. Vejam como em todos os tempos é a mesma coisa. Tibério, príncipe que queria ser déspota e que conhecia os meios para o conseguir, embora avaro e econômico por natureza, não poupou nenhum dinheiro para ter cereais em Roma, nas épocas de escassez. Ele os traz do Egito às suas custas. A fome era a única coisa que ele temia, pois sabia que o escravo, quando está alimentado, está pronto para servir e se calar. Vejam, no período seguinte, o governo feudal. É um governo inteiramente militar. Os grandes são os oficiais da casa real, os comensais. Os livres são os soldados destes oficiais, que vivem às suas expensas; o resto são os escravos. O príncipe é o provedor de víveres de toda a nação. Mas por que devo me deter tanto tempo numa verdade tão notória entre o senhor e o escravo? Daí decorre, de um lado, a total renúncia das forças e, de outro, a totalidade dos encargos.

MARQUÊS – E o que você conclui disto?

CAVALHEIRO – Concluo que devemos bendizer aos céus e nos considerar felizes por termos visto com nossos próprios olhos o tempo em que, num país monárquico, a confiança entre o soberano e seus súditos chegou a tal ponto que este soberano, graciosa e voluntariamente, com satisfação e benevolência, desincumbiu-se do mais delicado dos seus encargos, a mais pesada das suas obrigações decorrentes do seu poder, transferindo-os a seu povo fiel e tranqüilo. Os franceses foram, durante muito tempo, tratados como os outros povos o eram. Gozaram de melhor sorte durante outros séculos; eram os

filhos de um bom pai, mas eram crianças menores de quem era preciso cuidar e alimentar. Agora são adultos; estão emancipados e devem cuidar, eles próprios, da sua subsistência, e a sua indústria, agora livre, deve ser a fonte de sua fortuna e de sua opulência. Este acontecimento não lhes parece bastante grande? Vocês não acham que a maioria de um povo vale tanto quanto a de um soberano e que estamos equivocados ao não eternizá-lo na memória com medalhas, estátuas e arcos do triunfo?

MARQUÊS – Admito que você encare este acontecimento como algo bem maior do que qualquer outra pessoa. Só não entendo muito claramente ainda todos os elogios com que você o cumula.

CAVALHEIRO – Diga-me, Marquês, quando, no tempo de Luís XIII, estocava-se trigo em Rochelle, você acredita que esta armazenagem de trigo se destinava a um pacífico comércio com Portugal?

MARQUÊS – Claro que não; sabíamos que este trigo se destinava a sustentar um longo cerco dos revoltosos contra o seu soberano.

CAVALHEIRO – Mas, diga-me, se nesta época você governasse a França como a governa agora, e visse, na sua cidade, um particular trazendo trigo das vizinhanças e estocando-o, o que você teria feito?

MARQUÊS – O que eu teria feito? Começaria por mandar prendê-lo e, depois, eu o processaria de acordo com as formalidades.

CAVALHEIRO – Mas você poderia ter, inclusive, dispensado as formalidades, pois este processo estaria concluído. Em tempos de rebelião, o seqüestro de cereais e a sua estocagem são um indício seguro de fermentação e o sinal de que uma revolta irá eclodir. As pessoas estão bem longe de se dedicarem a um comércio tranqüilo, pacífico e lucrativo. Aliás, nem há como realizá-lo. Os caminhos não têm segurança; não há liberdade nos transportes e, quanto aos monopólios, não sendo sempre obra de indivíduos gananciosos, mas feitos, às vezes, por pessoas mal-intencionadas e, até mesmo, por potências estrangeiras, têm sempre o mesmo resultado: queixas, sedições e revoltas. Assim, veja você a quantos aspectos precisam reportar-se estas velhas leis de que nós zombamos agora, não porque tenhamos mais sabedoria do que nossos pais, mas porque os tempos mudaram.

PRESIDENTE – Cavalheiro, permita-me dizer-lhe, sem que, entretanto, eu queira entrar em disputa consigo, você não estaria honrando mais os nossos ancestrais do que eles o merecem? Não vejo em parte alguma onde eles tenham recorrido a estas razões para justificar os entraves que estabeleceram para o comércio de cereais.

CAVALHEIRO – Ah!, senhor Presidente, agradeça a Deus que, embora magistrado, lhe seja possível desconhecer até os rudimentos da ciência da desconfiança. O abecê desta infeliz ciência é suspeitar sempre e jamais declarar, ou sequer deixar perceber, que se tem suspeitas. É preciso disfarçar até as suspeitas, falar desfavoravelmente, mesmo quando se tem boas razões para dizer, mas que é preciso calar para não revelar sua vergonha e sua fraqueza.

PRESIDENTE – Mas convenha ao menos que eles levaram muito longe as suas precauções. Você poderia justificar todas as proibições que eles fizeram?

CAVALHEIRO – Eu não as justifico, eu os desculpo, porque quando se encarrega a alguém da segurança nenhuma precaução é excessiva para ele... e eu desafio a que me diga se alguma vez na vida você amarrou o que quer seja com um barbante ou um fio sem dar mais uma volta, sem dar um nó a mais. É instintivo, nas coisas grandes como nas pequenas, ir sempre além da justa medida, seguindo nossos impulsos naturais.

MARQUÊS – Cavalheiro, enquanto você conversava com o Presidente, fiquei pensando sobre o que você acabou de dizer, e acho, com efeito, que a liberdade do comércio de cereais constitui uma época memorável. É um fato novo na história, do qual não se encontra nenhum exemplo nos anais da monarquia, e é engraçado que tenha sido objeto de censuras.

CAVALHEIRO – Infelizmente isto é verdade. Recriminou-se esta lei que pela primeira vez levou o mais submisso dos povos a merecê-la do melhor dos reis. Possam os franceses estar livres de semelhantes reproches.

PRESIDENTE – Permita-me procurar entender a censura feita à novidade sem par que foi atribuída ao edito. O erro dos escritores, neste caso, é imperdoável. É bem verdade que eles disseram, em favor da liberdade do comércio de cereais, parte do que você acabou de nos dizer, ou, pelo menos, eles argüiram razões semelhantes às suas, Cavalheiro. Mas eles o fizeram com tão pouca energia,

tão timidamente, que o povo não compreendeu a grandeza e a importância da questão, tudo o que ela representava, tudo que trazia consigo e tudo o que prometia. Os antigos preconceitos permaneceram. O povo nada viu e continua ainda sem ver. Não se sabe o que pensar. Uns a crêem uma especulação financeira, outros, um meio de facilitar a cobrança das talhas, e os espíritos vis chegam a ver nela uma nova fonte de abusos. Por fim, a força dos antigos preconceitos e o obscurantismo que reina nas cabeças é ainda tão forte que, por uma combinação muito singular, vê-se, agora, o governo que sempre se supôs desejar a autoridade ser favorável a esta liberdade, e os parlamentos, que sempre se supôs serem favoráveis ao povo, combatê-la. Nada disto teria ocorrido se a nação tivesse sido esclarecida por trabalhos eloqüentes e de grande visão, sublimes e luminosos.

CAVALHEIRO – Sejamos boa gente. Acreditemos que tudo seja culpa dos seus promotores. Acreditemos que foi unicamente o antigo preconceito que levou os depositários de uma parte da autoridade a serem, desta vez, mais ciosos do que aquele que detém a plenitude do poder... Acreditemos em tudo. É preciso conviver com todo mundo e não se indispor com ninguém, mas o fato é que quando um soberano concede a seu povo a total liberdade de comércio de cereais, ele lhe diz mais ou menos o seguinte: “Povo, a sua fidelidade é de tal modo merecedora da minha confiança que nenhuma suspeita a perturba e quaisquer precauções se tornam supérfluas; se eu os vejo açambarcar os cereais, os transportes, as exportações, sei que o único motivo que os move a esta sábia determinação que lhes anima a obter uma abastança que lhes dê tantas facilidades é a pressa que vocês têm de atender às necessidades públicas e aos encargos do Estado. Assim, a opulência de que desfrutam, longe de me causar preocupações, é objeto contínuo dos meus cuidados e dos meus anseios. Não temo nem os abusos, nem os monopólios, porque eu posso reprimi-los completamente; ninguém é bastante poderoso no meu reino para me impedir de cumprir a lei; ninguém é tão pequeno, nem tão oculto que possa escapar à vigilância dos meus magistrados. Meu poder se estende livremente por toda parte, penetra em tudo, e o poder de conseguir o bem-estar do povo está todo nas minhas mãos. Se a submissão de vocês mereceu a minha confiança, minha justiça e meu amor pelo bem mereceram a de vocês. Estou tranqüilo, sem temor, sem nenhuma desconfiança, e sinto que, se virem elevar-se o preço dos cereais, não virão pôr a culpa em mim, mas saberão que este é o resultado de más estações do ano ou, então, do feliz aumento das suas riquezas e da circulação do dinheiro. Sinto que vocês estão persuadidos de que eu



não pretendo ter o monopólio, não pretendo estimulá-lo nem tolerá-lo. Vocês poderão, sempre, trazer ao trono argumentos contra os abusos e estou certo de que aceitarão, confiantes, o remédio, sem irromper em reclamações que me seriam injuriosas e, também, sem recorrer aos lamentos que não são necessários ao meu coração.” Vejam bem tudo o que disse um soberano quando parecia não ter pronunciado mais do que três pequenas palavras, *liberdade de comércio de cereais*.

PRESIDENTE – Quanto mais você fala, Cavalheiro, mais você excita a minha cólera contra a estreiteza de visão e a mesquinha de propósitos que se teve até agora com uma lei que é o mais belo, o maior, o mais magnífico testemunho da confiança mútua entre um povo e seu soberano. Você mesmo, Cavalheiro, por que arrefeceu o seu elogio chamando-a de aurora de um belo dia? Por que aurora? Para mim o dia já chegou e é um dia claro, muito festivo e o mais belo dia do mundo.

MARQUÊS – O Presidente tem razão. Esperar mais o quê?

CAVALHEIRO – Muitas coisas. Não é sem razão que eu a chamo de aurora e ela não é nada mais do que isto. O que tem de bom, de louvável, de verdadeiramente grandioso no edito é a boa disposição das pessoas, esta confiança, de que acabamos de falar, esta alegria que brilhou na frente do soberano quando ele concedeu a liberdade. De resto, a coisa em si mesma é de conseqüências bem menores do que se imagina. Lembrem-se de tudo que lhes disse sobre o trigo; o quanto ele é manhoso, ingrato, desvantajoso para o comércio, todas as dificuldades que é preciso superar e o pequeno lucro que dele se pode esperar: quase nada para a agricultura, um pouco para a navegação, um pouco para a ralé... e isto é tudo. Não estou falando aqui da liberdade de comércio interno, de uma cidade à outra. É tão vergonhoso quanto incrível que tenha sido necessária uma lei para o permitir e que esta lei só tenha sido promulgada, pela primeira vez, em 1763. Esqueçamos, pela honra da França, que houve um tempo em que os filhos de um mesmo pai, ao invés de se socorrerem na miséria, arrancavam, um ao outro, o pão da boca em virtude dos editos promulgados pelo mesmo rei. Apaguemos da lembrança de todos que, antigamente, um intendente podia dizer a um intendente seu vizinho: “Os povos da sua intendência morrerão de fome e os da minha regurgitarão de trigo”, e isto no mesmo ano em que assistíamos recrutas, convocados pelas duas intendências, marchar sob as mesmas bandeiras e lutar contra o

mesmo inimigo. Se guardarmos um pouco de silêncio sobre isto, a honra da França estará salva, pois a posteridade não acreditará nisto. A coisa é por si mesma inacreditável. Falemos do comércio exterior. Eu lhes disse, ou melhor ainda, eu lhes demonstrei, que o excedente de trigo – se existe – não pode ser conhecido antes que, mediante uma perfeita circulação interna, a França inteira tenha sido previamente bem abastecida. Este excedente talvez fosse apenas momentâneo, causado por uma seqüência extraordinária de boas colheitas e por uma redução, ainda mais extraordinária, da população e do consumo. Expor-se a vender algo de que se terá necessidade no ano seguinte é mau negócio. Elevar de repente excessivamente o preço da mão-de-obra e causar prejuízo às manufaturas é muito mau... é um grandíssimo mal. Do mesmo modo, a liberdade de comércio é boa porque sempre que for possível se deve tomar o seu partido, pois da liberdade resultará alguma vantagem; no entanto, não há que se fiar nisto tanto quanto a viva imaginação dos escritores supôs. Para confirmar o que lhes digo, seja-me permitido fazer-lhes, de passagem, duas observações. A primeira é que a exportação, nestes quatro anos, malgrado a total liberdade concedida, foi muito pequena, na opinião dos próprios economistas.

PRESIDENTE – Nada é mais verdadeiro; eu lhes confesso que isto sempre me surpreendeu. Haviam prometido à nação maravilhas em decorrência desta exportação tão solicitada. Uma vez concedida esta, diante dos preços excessivos do trigo e da espécie de escassez que houve neste ano, todos começaram a dizer que a exportação havia sido tão pequena que, seguramente, a culpa não podia ser dela. Eu dizia, então, a mim mesmo, se o efeito da exportação foi imperceptível, como poderia ela causar este bem imenso e maravilhoso que nos haviam prometido?

CAVALHEIRO – A segunda observação é que a França já é um reino muito florescente, muito feliz, muito célebre, mesmo sem esta tão gabada exportação. E já é assim há mais de um século; portanto, trata-se menos de fazer a França crescer do que de conservá-la nas condições de força e prosperidade a que dois grandes reis a conduziram. Só isto já basta, se não me engano, para provar que a exportação não pode produzir todo o bem que lhe atribuem. Eu ficaria bem frustrado nas minhas expectativas se, num reino ao qual eu sou tão afeiçoado quanto um francês, ficássemos limitados a este edito.

MARQUÊS – E o que você espera, então?

CAVALHEIRO – Espero um código inteiro em vez de uma só lei. Antigamente, a política, a administração dos nossos pais, a polícia<sup>13</sup>, filha caçula da política, desenrolavam-se inteiramente tendo por base a desconfiança mútua entre o povo e o soberano. Se a confiança tomou o seu lugar, o pivô se modificou e é preciso, então, modificar toda a máquina. *Novus rerum mihi nascitur ordo*. Uma nova ordem de coisas se apresenta a meus olhos. Não... não estou enganado, vejo por toda parte novos regulamentos, mudanças que me levam a ter esperanças no futuro. Espero ver estabelecida a igualdade de impostos, a uniformidade das tarifas, normas gerais e, finalmente, ver findarem os limites que separam uma província de outra.

PRESIDENTE – Não consigo ver muito bem qual a conexão entre estes desejos e o que você acaba de nos dizer.

CAVALHEIRO – E, no entanto, ela é evidente. Não se poderia pôr em prática esses grandes empreendimentos sem ferir os privilégios de algumas regiões. Estes privilégios, tristes monumentos das reclamações do povo contra o abuso de autoridade de seus antigos príncipes que, por isso mesmo, eram indignos de receber o amor de seus súditos, são os baluartes e as trincheiras da desconfiança. Enquanto ela persiste, o povo preza-os, zela cuidadosamente por eles e tudo que o distingue, que o separa, que o isola, até a absurda diversidade de pesos e medidas, parece-lhe um privilégio. Não quer renunciar a eles, pois os considera um asilo para sua segurança e sua liberdade. Nós o assustaríamos muito se pretendêssemos atingi-los e não devemos esperar persuadi-lo pela voz da razão, pois o povo não é dado a refletir: ele sente, experimenta, guarda na lembrança e, desconfiando das inovações, desconfia, inclusive, dos argumentos que lhe são apresentados. No entanto, uma vez conquistada a confiança, você verá o povo acorrer aos pés do trono e dizer a seu soberano: “Senhor, nós temos muitos privilégios, mas não gostaríamos de ter o triste privilégio de

<sup>13</sup> O termo *police*, que aqui simplesmente traduzimos por “polícia”, sofreu inúmeras transformações no decorrer da história. Nossa tradução baseia-se no *Dicionário da Língua Portuguesa*, de A. de Moraes Silva, que assim a define: “O governo, e administração interna da República, principalmente no que respeita às comodidades, i.e., limpeza, aceyo, fartura de víveres, e vestimenta; é a segurança dos Cidadãos.” Sendo do século XVIII, o dicionário de Moraes expressa o que Galiani pretende dizer, em francês, com o termo *police*. (N. do T.)

sermos malgovernados. Governe-nos bem. Este é o único privilégio que reivindicamos e estamos certos de que o obteremos.” Eis aqui, senhor Presidente, como eu teria respondido à sua questão, quando o Marquês chegou. Se a confiança tiver sido estabelecida, é possível ter esperança.

MARQUÊS – O quê? Você defendeu esta tese antes de eu ter chegado?

CAVALHEIRO – Falamos apenas de aspectos gerais. Não é necessário repeti-los para você.

MARQUÊS – Então voltemos ao edito. Em conclusão, estou vendo que você aplaude, e com razão, as circunstâncias que o ditaram; quanto à sua substância, ainda que você possa não considerá-la maravilhosa, pode reconhecer que até certo ponto ela é útil e louvável.

CAVALHEIRO – Eu estou de acordo.

MARQUÊS – De que se lamenta, então? Contra o que você se indigna? Que defeitos você lhe atribui? Está reclamando porque a noiva é excessivamente bela?

CAVALHEIRO – É um aqui e agora muito ao pé da letra. O edito é muito bom; concede muita liberdade e muito rapidamente; muita generosidade na dádiva, muitas coisas feitas ao mesmo tempo... É sempre bom respeitar a convalescença de um doente e não passar rapidamente, depois de um longo período num quarto hermeticamente fechado, para o ar livre; é preciso administrar a passagem da sombra à luz. *Nihil repente...* Nada de imediato; repito e repetirei sem cessar. É um funesto presente conceder a liberdade de prover a sua subsistência a alguém que por longo tempo esteve desabituaado de fazê-lo. Nós apenas o tiramos de um longo hábito prejudicial e esta mudança inesperada é perigosa.

MARQUÊS – Adoro esta sua expressão: tirar de um hábito, como se dissesse curar de uma doença. A expressão não é muito francesa, mas isto não tem nenhuma importância.

CAVALHEIRO – Não é francesa? Tanto pior.

MARQUÊS – Tanto pior para quem?

CAVALHEIRO – Para a sua língua.<sup>14</sup> Passe-me a minha frase e deixe-me continuar com a minha exposição.

PRESIDENTE – Se você me permitir, Cavalheiro, eu lhe direi que a sua observação já está feita. A razão sozinha já bastaria para o confirmar, se a experiência e a exposição feita não o demonstrasse cabalmente. Nós admitimos que teria sido necessário estabelecer um grande intervalo entre a livre circulação interna e a exportação, deixar que se abrissem novas rotas ao comércio, dar tempo de construir armazéns (supondo, também, que a armazenagem tivesse sido permitida), deixar o povo liberar-se dos seus preconceitos e de seu espanto, deixar que os oficiais municipais perdessem seu costume de mandar e oprimir, difundir um comportamento muito mais propício ao comércio e à especulação, facilitar os transportes... Em suma, vimos que (por assim dizer) o espírito estava pronto e a carne era fraca.

CAVALHEIRO – Bem, já que definimos estas verdades e vocês estão delas persuadidos, eu não tenho mais nada a dizer.

PRESIDENTE – Mas, Cavalheiro, como já se passaram quase seis anos desde que a liberdade foi concedida, ao que me parece, o mal que uma mudança repentina poderia causar já passou. Ele não foi muito grande e, se você concordar, eu diria que fomos felizes por termos sofrido apenas um susto. Acredito que agora não reste senão uma coisa a ser feita, que é sustentar corajosamente a liberdade que foi concedida e esperar, pacientemente, que com o hábito e com a prática, os antigos preconceitos sejam pouco a pouco superados, já que não houve uma preparação prévia.

CAVALHEIRO – Ah! Sim, isto estaria bem dito se o edito não tivesse outra imperfeição além da sua beleza, mas...

MARQUÊS – Mas o quê?

CAVALHEIRO – Mas... espere; vou dizer-lhe: da maneira como foi concebido, ele causará eternamente três males. Impedirá a circulação interna; produzirá

<sup>14</sup> O leitor deve lembrar-se que Galiani é italiano, embora esteja escrevendo em francês. (N. do T.)

escassez todos os anos em que a colheita for apenas além de medíocre; e destruirá completamente a agricultura na França.

MARQUÊS – Finalmente, a bomba estourou. Obrigaram-lhe a falar. Se você nos demonstrar, agora, estes três pontos, terá satisfeito a minha curiosidade.

PRESIDENTE – Quanto a mim, estou ansioso para ouvi-lo porque nunca ouvi ninguém condenar o edito por este lado. De todos aqueles que não o aprovaram, nenhum disse que ele impediria a circulação interna e que acabaria com a agricultura. É exatamente o contrário das promessas e desejos dos economistas.

CAVALHEIRO – Dado que eu já disse, agora é preciso que eu o prove. O que afirmo é que a nova legislação impedirá a circulação e o comércio interno de cereais de uma província para outra; sustento, também, que o comércio interno é tão mais preferível, tão importante, de uma utilidade tão superior ao outro, que nem é possível fazer comparação entre os dois. Seria preciso, se não se pudesse agir de outra maneira, até sacrificar inteiramente a exportação em benefício do comércio interno de cereais.

MARQUÊS – Mas não basta afirmar isto. Você precisa prová-lo.

CAVALHEIRO – Eu sei; mas me dou conta, agora, que vocês me fizeram assumir um tom sério que absolutamente eu não pretendia tomar. Já tem mais de meia hora que eu não faço senão falar em razão; eu até assumi um tom de declamação. Isto poderia ter conseqüências e a conclusão seria aborrecer a mim e a vocês também. Vou retomar o meu estilo. Era uma vez um homem...

MARQUÊS – Aí vem uma história!

CAVALHEIRO – Um amigo meu gostava de melões. Vejam o que ele fazia para poder comer um bom. Ele vivia no *faubourg* Saint-Honoré e dizia a seu criado: “Vá até o mercado, pois é lá que há bons melões, e procure um que seja excelente, mas se não encontrar nenhum, na volta, passe na frutaria da esquina da nossa rua e compre qualquer um, pois estou com vontade de comer melão.” Sabe o que acontecia? Ele jamais comia um bom melão.

MARQUÊS – Por quê?

CAVALHEIRO – Porque o seu criado nunca ia até ao mercado; ele escolhia ao acaso um melão qualquer na frutaria da esquina.

MARQUÊS – É assim mesmo. Seu amigo era um tolo. Não se deve ordenar, ao mesmo tempo, uma coisa difícil e uma fácil. É claro que o seu criado fará sempre aquilo que lhe der menos trabalho.

CAVALHEIRO – Querido Marquês! Você será sempre o meu oráculo. Esta é a grande teoria. Entre coisas iguais, o homem faz sempre a mais fácil e deixa a mais difícil. Se eu lhes provar que a exportação, no estado natural das coisas e segundo a nova legislação, é infinitamente mais fácil do que o comércio interno, eu estarei justificado?

MARQUÊS – Sim.

CAVALHEIRO – Pois bem, eu o provo com seis argumentos, como diz Préville no *Tambour nocturne*. Primeiro argumento, porque, para ir do interior das províncias até o mar, sempre se desce, seja por terra ou por água, enquanto que para ir do mar para o interior se sobe. Você, claro, sabe que o nível do mar é mais baixo do que o de qualquer terra.

MARQUÊS – Ah! Sim; graças a Deus, senão estaríamos todos afogados.

CAVALHEIRO – Assim, já que não estamos todos afogados, o transporte pelos rios e mesmo por terra custará menos. Esta é uma primeira economia. Segundo argumento, porque para exportar por mar não se requer armazéns, que, no entanto, são muito necessários, e freqüentemente em grande número, para o comércio interno.

MARQUÊS – Por que isto?

CAVALHEIRO – Porque a própria embarcação, quando carregada, serve de armazém. O trigo nunca está todo reunido quando se freta uma embarcação, mas, à medida que um produtor envia duzentos sacos, um outro trezentos, pode-se embarcar este trigo e deixá-lo no porto um mês ou mais e quando o carregamento estiver completo, o barco parte. Com isto se obtém uma segunda economia, advinda das locações, dos riscos e das dificuldades de uma estocagem. Terceiro argumento, a exportação é um comércio em larga escala e sem nenhum dos problemas do varejo. O reembolso se faz por belas e boas letras de câmbio, sacadas sobre os principais banqueiros da cidade que comprou o trigo. O comércio interno de cereais, ao contrário, a menos que seja para o abastecimento desta imensa capital ou outras três ou quatro grandes cidades

do reino, é um negócio de varejo. O trigo tem que ser dividido em pequenas porções entre os pobres padeiros das aldeias e, a partir daí, quantos atrasos, quantas dificuldades, quantas falências é preciso suportar antes de recuperar o dinheiro, e se se pretendesse vender o trigo no mercado, saco por saco, seria ainda pior. Quarto argumento, nas vendas para o exterior o vendedor pode beneficiar-se do câmbio que, na ocasião, pode lhe estar favorável, enquanto que, em geral, não se pode esperar nada semelhante quando se trata do comércio entre cidades do mesmo reino. Se o estrangeiro paga em dinheiro vivo, o lucro é ainda mais seguro devido ao preço pelo qual, na França, são negociadas as piastras, as pistolas, as lisboninas, etc. Assim, se um comerciante de Bordeaux vende seu trigo para Lisboa, ele terá, quando do retorno da embarcação, o delicioso prazer de apalpar as lisboninas que alegam a vista, enquanto que se ele tivesse combinado vender em Gévaudan<sup>15</sup>, onde falta trigo, ele só seria pago em tristes sacos de cinqüenta soldos, que só de olhar já fazem mal ao coração. Afinal de contas, tem que valer para alguma coisa o prazer de ver o ouro. Sexto argumento... e este é bom. A criatividade e diligência dos homens ainda não foram capazes de estabelecer presidentes de câmaras, almotacéis, bailios e sobretudo subdelegados, nas vastas planícies do Oceano. Assim, a partir do momento em que o seu barco está fora do porto, você não tem mais nenhum embargo, nenhum entrave a temer, enquanto que nos caminhos do interior se, por azar, um almotacel acredita, ou finge acreditar, que a sua cidade está na penúria, ele lhe confisca uma parte do trigo, pretexta a necessidade de uma anona, de aprovisionamentos, de passagem de tropas, etc. Que sei eu? Ele termina por prometer pagar-lhe um preço, que considera razoável, talvez para demonstrar que ele precisa de justificativas para lhe cobrar. Você terá que escrever ao intendente, à corte, correr, ir e voltar, recorrer.

MARQUÊS – É, mas no mar há tempestades.

CAVALHEIRO – Faz-se seguro de uma embarcação contra as tempestades, mas ainda não se pensou em fazer seguro de um comboio de carroças contra um subdelegado. E então, bastam os seis argumentos?

MARQUÊS – Até sobram.

<sup>15</sup> Antiga província da França meridional.(N. do T.)



CAVALHEIRO – Dou-lhes, de lambuja, um sétimo; é que mesmo no que se refere às distâncias físicas, muitos portos, muitas províncias da França, férteis em trigo, estão mais próximas do exterior do que de outras províncias do reino. É bem mais perto ir de Bayonne, de Bordeaux e, inclusive, de Nantes, ao primeiro porto da Espanha, do que aos portos de Havre. Concluamos portanto que, por todos os argumentos que acabo de lhes dar, a exportação é mais fácil, mais lucrativa, menos sujeita a riscos do que o comércio interno. Ora, a nova legislação do edito de 64 não estabelece nenhuma diferença entre estes dois comércios. Ela autoriza os dois igualmente e em condições absolutamente iguais. O que advirá disto? Todo o trigo produzido pelas províncias fronteiriças sairá sem jamais, em tempo algum, refluir para o interior. E o que ocorrerá? Estas províncias estarão bem felizes por ter vendido bem os seus cereais e por ver muito ouro e dinheiro circulando nelas. O interior estará abatido e triste porque lhe falta pão. E o que ocorrerá? Os parlamentos, sendo, como sempre, os órgãos dos sentimentos do povo, cada um traçará ao soberano a situação daqueles que estão sob sua alçada; de modo que todas as províncias limítrofes aplaudirão e as centrais farão representações ao rei. Foi exatamente isto que aconteceu.

MARQUÊS – Ah!, Cavalheiro, me agrada muito que você nos dê uma explicação tão simples, tão natural, sobre a diferença dos parlamentos do reino no que se refere ao edito. Creio que ela é verdadeira. Ninguém, até agora, tinha me dado uma explicação satisfatória. Até agora ouvi muitas injúrias, ao invés de argumentos, e, confesso, não me satisfizeram de maneira nenhuma. Não sei o que pensam os outros.

CAVALHEIRO – Ninguém nunca está satisfeito, mas aqueles que estão errados recorrem às injúrias à guisa de argumentos, e fazem muito bem, pois nada muda rapidamente a situação. Na verdade, todos os parlamentos têm igualmente razão; todos levaram, igualmente, a verdade aos pés do trono, e é exatamente isto que demonstra que existe um problema no edito. Tal como foi concebida, a exportação enriquecerá as províncias fronteiriças e destruirá as do interior. Para que isto não ocorresse, seria preciso que houvesse uma sucessão de ótimas colheitas no interior da França e colheitas apenas medíocres nas suas fronteiras. Isto pode ocorrer num ano, mas como não está na ordem natural das coisas, não ocorrerá sempre. Para evitar o mal seria preciso, então, que as pessoas preferissem ganhar menos, vendendo aos nacionais, do que ganhar mais, vendendo aos estrangeiros. Mas isto é ainda mais contrário à ordem natural das coisas e seria mais milagroso do que qualquer outro fenômeno, pois se é possível que

uma abundância equilibrada ocorra esporadicamente, encontrar pessoas dispostas a limitar o seu desejo de ganhar muito não ocorrerá jamais. Eu provei a vocês que a exportação, mesmo tão estimulada quanto o comércio interno, será, sempre, preferida, o que estorvará o abastecimento devido a todas as províncias do império francês. Restar-me-ia, agora, provar-lhes o quanto o comércio interno é preferível ao externo, mas eu me creio dispensado de o fazer porque o Marquês, nosso grande Marquês, decidiu esta espinhosa questão *ex cathedra*, quando me respondeu que valia mais vender o trigo a um irmão do que a um inimigo. Estão lembrados?

MARQUÊS – Mesmo que eu a tenha decidido *ex cathedra*, você não faria mal se a provasse. O que você acha?

CAVALHEIRO – Na verdade, parece-me perda de tempo.

PRESIDENTE – Não será tempo perdido. A decisão do Marquês decorria desta bondade de alma, de sentimentos humanitários tão profundamente gravados no seu coração. Atualmente a nova ciência econômica reduz tudo a cálculos. Você deveria, pois, dizer-nos se, virtudes à parte, o lucro do produtor está preferencialmente no comércio interno ou na exportação. Os produtores e os negociantes são uma nação que considera como irmãos todos aqueles que lhes pagam bem caro e como inimigos todos aqueles que não lhes querem pagar bem. É a estas pessoas que você deve convencer.

CAVALHEIRO – De modo que a questão agora é entre Epíteto e Barrême. Pois bem, eu lhes demonstrarei que estes dois graves escritores, um, atualmente muito esquecido, o outro, excessivamente folheado, estão, entretanto, de acordo ao preferirem o comércio interior. Vou prová-lo com oito argumentos.

MARQUÊS – Oito?! Ainda há pouco eram seis; agora, são oito... Cavalheiro, você cresce em idade e em argumentos.

CAVALHEIRO – Diante de homens como você. Mas aqueles que não merecem este nome me acharão, talvez, insensato, mas isto não me preocupa. Comece a contar as minhas razões. Em primeiro lugar, em relação a cada província, o transporte de uma à outra constitui uma verdadeira exportação. Importa pouco a um produtor do Languedoc se ele vendeu seu trigo aos catalães ou aos provençais, contanto que o tenha vendido. Quando um reino é bastante grande para conter diferentes qualidades de solo, diferentes climas e uma

população grande, é quase impossível que, num mesmo ano, a colheita seja boa em toda parte; em algumas haverá carência e isto basta para valorizar e fazer subir o preço dos cereais. O antigo império Romano não conhecia exportação. A China, o país da mais perfeita agricultura que existe, também não a conhece, e isto não prejudica a agricultura, pois que, possuindo uma extensão equivalente a toda a Europa e sendo as suas províncias tão vastas quanto os nossos maiores reinos, ela comercializa consigo mesma. Se toda a Europa estivesse sujeita a um único soberano, você acha que não haveria um comércio de cereais que iria da província da Polônia à província de Portugal e que iria da cidade de Palermo a Hamburgo? Você quer mais? A livre exportação é uma necessidade para um pequeno país fértil que só tem um tipo de clima, uma só qualidade de terreno, como a Sardenha, a Sicília, etc. Quando o ano é bom, todos os terrenos dão uma supercolheita de trigo e se não pudessem vendê-lo no exterior não saberiam o que fazer com ele. Reconheço que a França não é tão grande quanto a China, mas ela também não é tão pequena quanto a Sicília. Se a China pode dispensar a exportação e se a Sicília tem dela uma necessidade precisa, a França, que está entre as duas, deveria adotar um meio-termo e ter uma exportação limitada. A boa legislação é sempre aquela que convém à constituição, às forças e à natureza de cada país. Em segundo lugar, depois de lhes haver dito o quanto a exportação limitada, concedida às províncias fronteiriças, prejudicaria às do interior, não me limitarei a provar-lhes que o essencial de cada país é concentrar as suas forças e transmitir, tanto quanto possível, calor e vitalidade ao centro. Não lhes farei comparações com o corpo humano. Não lhes lembrarei as causas da ruína do antigo império Romano e da debilidade da Espanha atual. Eu lhes poupo a confirmação de algo tão evidente. Basta-me dizer-lhes que a miséria, fazendo-se sentir freqüentemente mais no interior do reino, expulsará as manufaturas, obrigando-as a ir para as províncias fronteiriças. Uma vez emigradas as manufaturas, a agricultura e a população do interior entrarão em declínio e você pode bem imaginar o que sucederá. Em terceiro lugar, vocês se lembram de tudo que lhes disse sobre a essência do comércio de cereais; que o lucro fica com quem os transporta, que ele é absorvido por um número prodigioso de mãos intermediárias, que...

PRESIDENTE – Sim, eu me lembro muito bem; mas ainda não vejo as consequências que você quer tirar daí?

CAVALHEIRO – É que no comércio interno, todos estes lucros devem ficar nas mãos de franceses. O vendedor é francês, o comprador é francês, o comerciante

e quem o vende no varejo, todos são franceses. Mas no caso da exportação para o exterior, é impossível que uma parte dos lucros não vá parar nas mãos de estrangeiros. Quem fez o carregamento de uma embarcação de trigo, em Bordeaux, destinada a Lisboa, eram, na verdade, carregadores franceses; mas aqueles que a descarregarão serão, seguramente, carregadores portugueses. O que digo dos carregadores pode ser dito, também, dos direitos de comissão, do lucro dos corretores, das locações de armazéns, das despesas de manutenção e de remanejamento, se o trigo estiver úmido, da vantagem do câmbio, se ele estiver favorável à praça estrangeira, e veja a enorme diferença que isto faz.

MARQUÊS – Nem precisa ir muito longe; já entendi perfeitamente a questão e estou convencido. Vejo que todos estes lucros, o emprego de tantos braços, ficam perdidos para a França, no caso de exportação.

CAVALHEIRO – Em quarto lugar...

MARQUÊS – Cavalheiro, é necessário mesmo que você nos apresente todos os oito argumentos? E se nós deixássemos alguns? Já estamos convencidos.

CAVALHEIRO – Ah! Bem. Como quiserem. Vocês sabem que eu não queria falar sobre nenhum.

MARQUÊS – Então vamos deixá-los de lado. Tem uma coisa bem mais interessante que eu quero saber. Você tinha nos prometido indicar os remédios, juntamente com os males, e nos dizer o que se poderia fazer de melhor. Isto é que eu queria saber...

CAVALHEIRO – Nada é tão fácil quanto satisfazê-lo. Como já vimos que a tendência do trigo era mais a de deixar-se exportar do que circular no interior do reino e que, ao mesmo tempo, vocês estão convencidos da importância maior da circulação, é preciso estabelecer uma diferença e tornar desiguais duas coisas que se deseja com uma vontade desigual. É preciso corrigir esta tendência e estabelecer um equilíbrio que seja o da arte, contrário à natureza. Terá que se calcular, primeiro, a quanto pode se elevar esta diferença de lucro que se tem quando se exporta o trigo para o exterior.

MARQUÊS – Vamos aos fatos, porque senão, com você, não terminaremos isto nunca. Faça este cálculo e nos diga.

CAVALHEIRO – Este cálculo? Seria preciso que eu fosse um homem importante na administração para poder fazê-lo sem me equivocar. Eu teria que consultar os negociantes, os intendentos de províncias, ouvir...

MARQUÊS – Está bem, seja esta pessoa; eu lhe deixo escolher o cargo.

CAVALHEIRO – Você é muito generoso, mas antes disto seriam necessárias muitas cerimônias prévias. Eu sou estrangeiro.

MARQUÊS – Ah! Mas você se naturalizará. Vamos terminar isto de uma vez. Você concorda, Presidente?

PRESIDENTE – Do fundo da alma. Seu coração, inteiramente francês, merece a naturalização, e suas luzes, merecem o posto.

MARQUÊS – Pois bem, o que mais você tem a dizer? Ei-lo nomeado para um alto posto na administração e, inclusive, registrado.

CAVALHEIRO – Visto que, devido à vossa augusta benevolência, consigo um alto cargo, eu lhes darei uma legislação que, talvez, não seja mais sólida que a minha nomeação, mas não importa! Eu quero servir-lhes. Começo por deixar em pleno vigor a liberdade, em geral concedida a toda espécie de pessoas, de se dedicar ao comércio de cereais, e também por abolir todas as permissões particulares, pois que este é o grande mérito do edito, e o maior bem que se poderia fazer à França. Deixo também em vigor a lei que determina que todo o comércio de cereais franceses, no interior ou de exportação, seja feito exclusivamente por navios nacionais. Você bem sabe a que ponto esta restrição me é cara. Depois disto, de relance, faço um cálculo aproximado... (Mas vocês não ignoram que a minha vista pode se enganar.)

MARQUÊS – Está claro; e você não perderá o cargo por isso; continue.

CAVALHEIRO – Estou procurando calcular o quanto a exportação é mais vantajosa aos comerciantes do que o seria a venda no comércio interno; não por causa da oferta de preços mais altos que uma nação estrangeira, carente, poderia fazer, mas, supondo preços iguais, verificar a diferença de custos, de dificuldades e de riscos entre uma e outra espécie de comércio.

PRESIDENTE – Ah!, sim, estou entendendo. Você quer calcular a diferença das distâncias, das despesas com transporte, dos riscos de todo tipo, diferença, enfim, dos lucros e dos prejuízos na recuperação dos investimentos.

CAVALHEIRO – Exatamente. É preciso cuidar, sempre, para que a lei seja simples, geral, uniforme e, tanto quanto possível, sem grandes inconvenientes. É melhor desprezar os pequenos inconvenientes do que multiplicar leis minuciosas, particulares e locais. Portanto, devo buscar o termo médio desta diferença entre a exportação e a circulação, pois que, no varejo, esta diferença varia ao infinito. Um país que não tem mais de seis léguas de fronteiras, tem uma despesa, para exportar seu trigo, muito diferente daquela que tem um país com quarenta léguas. Não se deve fazer leis diferentes por causa disto, mas procurar o termo médio entre estas variedades. Ademais, é preciso que haja, também, um termo médio entre as estações do ano, ainda que haja algumas mais e outras menos favoráveis ao transporte. É preciso que ele seja o termo médio de um ano comum, sem considerar os casos inesperados e muito extraordinários.

PRESIDENTE – Você tem muitos cálculos a fazer.

CAVALHEIRO – E bem complicados. Mas vendo o país, creio que este termo médio pode ser avaliado, no mínimo, em cinqüenta soldos por sesteiro, pesando duzentos e quarenta libras, medida de Paris; creio, inclusive, que é até mais do que isto, mas vou me restringir a isto por ser favorável à exportação tanto quanto possível sem inconvenientes graves.

MARQUÊS – O que você faz, agora, com este cálculo?

CAVALHEIRO – Vou tornar preferível o comércio interno ou, pelo menos, igualá-lo à exportação. Imporei, sobre todas as saídas das últimas e verdadeiras fronteiras do império francês, um direito uniforme, geral, e um imposto de cinqüenta soldos por sesteiro que se quiser exportar.

MARQUÊS – Um direito! Um imposto! Oh! que horror!... Vou depô-lo. Que diabo, você não foi capaz de ficar seis minutos no cargo sem estabelecer um novo imposto?

CAVALHEIRO – Como você é injusto! Você é povo agora. Estou cuidando da salvação da nação e você me apedreja. Primeiro, como você pode chamar isto

de imposto, se eu reduzi à módica soma de duas libras e dez soldos por sesteiro um imposto imenso, infinito, tal como era a proibição absoluta que sempre houve de exportação de cereais? Uma proibição absoluta é o maior de todos os impostos possíveis. É de tal ordem que se deveria tentar todos os meios imagináveis antes de concordar com esta odiosa privação total da liberdade natural.

MARQUÊS – Sim... Mas posto que nós concordemos com uma liberdade completa, sem entraves e sem impostos (pois não considero tal o direito tão módico de um e meio por cento que nós mantivemos), por que, então, você agora quer nos fazer recair nos entraves, nos empecilhos, nas cobranças de direitos? Você pode negar que o seu imposto de cinquenta soldos por sesteiro fará diminuir a exportação e que talvez, inclusive, acabe com ela e, por conseqüência, com o comércio, as especulações e as vendas?

CAVALHEIRO – Senhor Presidente, por favor, socorra-me contra as injustiças do Marquês. Para me destituir do cargo, ele esquece, ou finge esquecer, agora, tudo que leu, tudo que os menos instruídos na ciência da administração hoje em dia sabem. Faça-o lembrar-se. Ele está muito irritado contra mim para ouvir, com calma e boa disposição, a minha justificativa. Ajude-me, portanto. Lembre-lhe que houve um tempo em que nem os soberanos podiam estabelecer impostos, nem os povos sabiam avaliar a sua utilidade. Só a sede de dinheiro é que guiava uns na sua criação e somente a desconfiança é que levava os outros a resistir. Este tempo não existe mais. Desde o grande Colbert que se conhece a natureza do imposto. Sabe-se distinguir o imposto de lucro e o imposto de estímulo. Conhece-se a virtude e a eficácia das tarifas. Já se sabe que, por meio de certos impostos, que não são senão verdadeiras eclusas políticas, é possível controlar os níveis dos canais de comércio. Sabe-se que é preciso taxar a entrada dos manufaturados estrangeiros, quando se quer estimular as manufaturas nacionais. Sabe-se que é preciso taxar a saída das matérias-primas nacionais pelo bem das manufaturas nacionais. Todas estas idéias são, hoje, conhecidas; são comuns. Devo me estender sobre verdades tornadas tão vulgares?

PRESIDENTE – Não, senhor Cavalheiro, nem eu nem o Marquês ignoramos estes princípios. O conselho os segue em todas as suas decisões e em todos os novos regulamentos que, já há alguns anos, promulgam para o bem do comércio. As cortes soberanas não os consignam senão à luz destas grandes verdades. Os resultados, longe de os desmentir, confirmam-nos todos os dias. Nós devemos

à sabedoria destes regulamentos o progresso rápido e quase inconcebível e a florescente situação atual de todas as manufaturas da França. Poderíamos dizer, de certo modo, que eles se converteram, atualmente, em leis fundamentais e que compõem a constituição da nação. Você não precisa me convencer disto; estou pronto a defendê-lo, se você tiver necessidade.

CAVALHEIRO – Muita necessidade, contra a cólera do Marquês. Você viu que ele me demitiu ignominiosamente, mas, dado que você me promete apoio, deixe-me detalhar todas as vantagens que teríamos obtido com a proibição do direito de exportação e que acabamos perdendo em virtude do transbordamento de um zelo magnânimo e de uma generosidade que me parece excessiva.

MARQUÊS – Vantagens num imposto! Pode ser; tudo é possível... mas custo a acreditar. Você arrolou muitas vantagens?

CAVALHEIRO – Muitas, e todas elas consideráveis. Primeiramente, o imposto de exportação diminuirá as demandas do exterior e estas serão muito menos freqüentes. Se existe carência de cereais num país qualquer, esta carência, hoje, dá margem a encomendas à França até o valor, por exemplo, de dezoito libras o sesteiro, porque os especuladores estrangeiros calcularam que, acrescentando, depois, todos os gastos com transporte, eles conseguirão vendê-los por vinte e duas libras e ainda sairão ganhando. Na minha hipótese, o especulador estrangeiro não pode vender por menos de vinte e quatro libras e dez soldos sem ter prejuízo; portanto, ou não lhe convirá comprar trigo na França ou, então, se ele fizer algumas compras, enquanto os preços estiverem baixos, deixará de o fazer tão logo os preços subam. Pequenas carestias são mais freqüentes do que as grandes, de modo que as demandas serão menos freqüentes e mais limitadas na quantidade, pois o dinheiro de uma nação que está na penúria não é ilimitado. Todo mundo se recolhe e consome menos, de modo que esta nação, que quer comprar seu trigo, comprará menos, mas deixará na França, entretanto, a mesma quantidade de dinheiro que teria deixado se ela houvesse comprado em pesos e medidas de trigo o que se pagou pelo imposto de exportação, isto é, um sétimo, mais ou menos. Você entende isto?

PRESIDENTE – Sim, entendo. Mas isto diminuirá muito a exportação. Os estrangeiros irão buscar trigo mais barato em outra parte.

CAVALHEIRO – Pois podem ir; eu lhes desejo uma boa viagem... Nunca esqueça, senhor, que não se trata de uma mercadoria de luxo, mas de um gênero de



primeira necessidade. Nos aborrece vê-los irem comprar tecidos em Londres ao invés de Lyon, mas deixarem os franceses com o seu próprio pão é algo muito menos aborrecido do que parece; inclusive, este é o único meio pelo qual as fábricas de tecidos francesas venderão mais barato do que a de outros países e eles virão constantemente comprá-los conosco.

MARQUÊS – Pois eu digo que o seu imposto destruirá também a exportação.

CAVALHEIRO – Perdão; convenho com o Presidente que ele levará à sua diminuição, mas não posso concordar com você que ele a destruirá. Só a proibição absoluta, ou, pior ainda, as permissões particulares, é que podem causar um mal tão grande. Você acha que os impostos indiretos e esta multiplicidade de impostos podem levar à destruição do comércio com o exterior? Todas as vezes que a necessidade for grande em algum país e que for grande a abundância na França, a diferença de preços será tal que permitirá aos especuladores realizar este comércio pagando o imposto de exportação e ganhando com ele. O que não ocorrerá é que num ano de colheita medíocre, em que a França mal tenha trigo para as suas necessidades, o estrangeiro o compre, provocando miséria a cada nova má colheita. Este é o segundo mal que se deve temer na situação atual. O que não pode ocorrer é que a metade da Europa esteja abastecida de trigo pela França, enquanto, em seu próprio território, seu povo estará necessitado. Por meio desta eclusa salutar, o nível do comércio será perfeitamente regulado. As províncias do interior serão supridas antes das estrangeiras, pois que conservo, em todo seu vigor, a lei salutar da abolição de todas as peagens e de todos os impostos cobrados de uma província para outra. Só o verdadeiro excedente é que será exportado. O que quer que sobre do ano anterior, de boa colheita, ficará sempre na França, pronto para fazer face à infelicidade de um mau ano que possa sobrevir. É assim que se fica sabendo se se tem um excedente real para ser vendido e em que anos existe este excedente. É assim que se impede que os cereais atinjam preços extraordinários.

PRESIDENTE – Eu teria muitas coisas a lhe perguntar sobre o que você acaba de dizer e também queria lhe propor algumas dificuldades que você me daria prazer se as esclarecesse, mas prefiro deixá-lo terminar sua exposição.

CAVALHEIRO – Espero que parte das suas dúvidas se dissipe, por si mesma, no decorrer da minha exposição. A minha conclusão é que, por meio de um direito de exportação que, sem ser excessivo, seja, no entanto, considerável, quase de doze por cento, os preços dos cereais não se tornarão exorbitantes.

MARQUÊS – E você considera isto uma vantagem? Como você pretende fazer florescer a agricultura se não permite que subam os preços dos cereais?

CAVALHEIRO – Nesta imensa máquina que é o Estado político, tudo está vinculado; tudo se liga, tudo se encadeia: nada deve sair do equilíbrio, se não se quiser ver toda a máquina subvertida. É preciso socorrer os agricultores, se eles estiverem fora do equilíbrio e a ponto de serem esmagados pelo seu peso. Mas isto não significa que, querendo protegê-los, se permita que eles se destaquem tanto que ameacem esmagar os outros. Por isso é que a ciência política é tão difícil e por isso é que nada eu recomendo tanto quanto evitar os abalos e os movimentos bruscos. Os abalos rompem as ligações e as molas, e isto destrói a máquina. Sabe que eu considero esta supervalorização brusca do valor do trigo como o mais violento e perigoso abalo que possa se dar num Estado? No fundo, é o mesmo que elevar o valor da moeda, embora seja ainda mais ruinoso.

MARQUÊS – Não entendo muito bem tudo isto. O que sei é que a elevação de valor da moeda é uma coisa muito ruim. Já li muitos livros sobre a questão, mas eles me pareceram muito metafísicos... e, para dizer-lhe a verdade, eu não compreendi grande coisa. Em linhas gerais, vi que elevar o valor da moeda é ferir a fé pública e, por conseguinte, eu disse a mim mesmo que não serve para nada.

CAVALHEIRO – Ah! Se a elevação só ferisse a fé pública, não seria nada; o que ela faz é muito pior: ela mata a alegria pública.

MARQUÊS – O que significa “matar a alegria pública”? Nunca ouvi falar disto.

CAVALHEIRO – Sim... isto é real; ela a mata. A alegria interior do coração humano, a verdadeira alegria (algo bem distinto da galhofa) é resultado da tranquilidade e da segurança que o homem tem sobre o seu presente e sobre o seu futuro. Se o valor numérico de todas as coisas se altera, o temor domina todos os corações; não se sabe o que vai acontecer e a alegria desaparece. O efeito que a elevação de valor da moeda infalivelmente produz é ainda mais terrível quando ele deriva do aumento dos preços dos gêneros alimentícios.

PRESIDENTE – Junto-me ao Marquês para pedir-lhe que nos explique isto mais claramente.

CAVALHEIRO – O dinheiro e o pão são os dois objetivos de tudo. Um é a medida do outro. Variar um ou outro provocará sempre o mesmo efeito.

PRESIDENTE – Percebo a sua razão, que me parece muito justa.

MARQUÊS – Quanto a mim, não entendi absolutamente nada; por favor, explique.

CAVALHEIRO – Vocês querem ver como o resultado de uma superelevação dos preços dos cereais é semelhante ao de uma alteração na moeda? Pois bem. Uma pessoa, um homem virtuoso, ao fazer o seu testamento, querendo recompensar o zelo dos seus empregados domésticos, que o haviam servido fielmente, deixa, a cada um deles, por testamento, enquanto vivessem, o equivalente ao estipêndio que recebiam antes. Estes estipêndios eram os usuais da época, regulados com base nos preços dos víveres; eram suficientes... Ele acreditou que os deixaria felizes, e morreu. Depois da sua morte, o preço do pão dobrou de dois para quatro soldos. O que farão estes infelizes, premidos pela idade, pelas enfermidades, e que foram reduzidos do bem-estar à indigência? Irão ressuscitar o morto para que ele refaça o seu testamento? Continuarão no desespero da mendicância até o fim de seus dias? Será preciso que se passe toda uma geração para que este espetáculo de miséria desapareça da superfície do globo.

MARQUÊS – Você escolheu um exemplo tão tocante, de propósito, para que lhe dêssemos razão. Estou comovido, confesso, mas, de fato, este é um caso muito raro.

CAVALHEIRO – Você acha que é muito raro, mas eu lhe garanto que uma classe imensa de homens está nestas condições. Todos os legados, todos os testamentos, todas as doações entre vivos, as pensões alimentícias, as rendas vitalícias que cada um constituiu para si, os dotes das filhas, as partilhas de famílias, as transações, enfim, tudo o que foi feito por um ato irrevogável está na mesma situação. A inquietação, o desequilíbrio, de mais ou de menos, atinge a todos. Ninguém pode se rebelar e isto é injusto, pois todos estes contratos, estas convenções, estas doações, estes alimentos, estas pensões, haviam sido acordadas na boa-fé e na hipótese de um certo preço dos víveres, que não existe mais. Portanto, se eu disser que um quarto da França terá dificuldades e, por esta razão, entrará em desespero, não estarei equivocado. Vejamos, agora, outras classes de homens. Os operários e os manufactureiros não podem alimentar a esperança de receber tão prontamente o aumento do valor da sua jornada, por uma razão que me lembro já lhes ter dito.

MARQUÊS – Eu me lembro; você falava de Genebra.

CAVALHEIRO – Eis aí uma outra grande classe de pessoas enfrentando dificuldades e muitos anos se passarão antes que ela possa recuperar-se. Uma terceira classe compõe-se de pessoas que vivem de estipêndios e de soldos que recebem do rei, do Estado, ou de particulares. Você crê que estes se livrariam da dificuldade em que vivem, tão logo fossem aumentados os seus rendimentos? Não acredite nisto. Se você não quer se fiar em mim, pergunte ao Presidente e ele lhe dirá se o seu cargo e todos aqueles da magistratura, anteriormente lucrativos, não são, atualmente, apenas onerosos e honoríficos. Isto porque, malgrado todas as mudanças havidas nas moedas e no valor de todas as coisas venais, seus direitos permaneceram os mesmos de há quatro séculos. Ora, se eles, que têm nas mãos a autoridade, não conseguiram fazer para si leis que restabelessem igualdade de proporções, você acredita que eles iriam fazer para os outros um código inteiro e alterar milhares de resoluções e regulamentos? Não o farão; o exemplo do passado nos demonstra como será o futuro. Mas se você pensa que a agricultura prosperará... não se iluda. Em primeiro lugar, os arrendatários, os colonos, os agricultores, quando tiverem que renovar seus arrendamentos, serão obrigados a pagar por eles um aumento proporcional àquele dos preços por que se vendem os gêneros. Não resta, agora, senão a classe pouco numerosa dos proprietários de terras... classe ilustre, é verdade, mas a menos cara ao Estado, pois que se compõe em parte de mãos mortas e, em parte, de mãos preguiçosas. Estas mãos, sejam nobres ou sagradas, estarão melhor providas durante algum tempo, reconheço, mas a alegria duraria pouco, pois o soberano, obrigado a aumentar todos os soldos, todas as pensões, as despesas, se a pedra filosofal não for, como parece, descoberta, será obrigado a aumentar também os impostos. E os impostos, como você sabe, o que quer que se faça, acabam sempre recaindo sobre a terra e sobre os proprietários. Deste modo, as novas taxas lhes arrancarão as vantagens decorrentes do encarecimento dos víveres. Finalmente, como conclusão final, depois de um abalo terrível e de uma geração inteira de pesares, de amarguras e de inquietações, não terá havido ganho para ninguém, absolutamente nada além do fato de que muitas peças desta grande máquina estarão quebradas ou avariadas.

MARQUÊS – Quais?

CAVALHEIRO – Eu não saberia dizer-lhe e ninguém o saberá. Se você correr, num galope, por um caminho bem estragado, ninguém poderá dizer-lhe precisa-

mente quais serão os raios das suas rodas que quebrarão, mas, em geral, lhe dirão que a viatura se quebrará e a profecia se cumprirá. Não conte, portanto, como sendo uma vantagem para o país o encarecimento repentino do trigo. Se nos alegramos no primeiro ano de livre exportação, isto é natural... A agricultura em crise necessitava de um socorro imediato e um só ano de encarecimento não tem grandes conseqüências. Mas a lei é perpétua. A exportação dos cereais será constante. O interior estará constantemente desabastecido. A carestia se fará sentir a cada colheita medíocre e toda a máquina estará visivelmente abalada. Prefira, portanto, ao contrário, um sistema que produza um resultado lento, progressivo, cuja vantagem se percebe com o tempo e que não causou, com sua violência, nenhuma conturbação nas famílias, nenhum declínio nas manufaturas, nenhuma necessidade de se aumentar os impostos. Mas eu havia prometido demonstrar-lhes que o encarecimento do trigo é bem mais fatal do que o da moeda..., e a minha demonstração será bem breve. Quando se altera a moeda, todo mundo sabe, na hora e com absoluta precisão, qual foi esta alteração. Se dermos, por exemplo, a um escudo o valor legal de quatro libras, todos sabem que ele teve um aumento de um quarto do seu valor. Assim, se se quiser fazer justiça a quem tinha, por exemplo, seiscentas libras de renda, por ano, com uma penada se concede oitocentas libras a ela e fica-se seguro de não haver cometido nenhum erro. Mas se a alteração ocorrer no trigo, quem a pode calcular? Ele varia segundo as colheitas, segundo as exportações. Percebe-se que ele está mais caro, mas de quanto? De um terço, um quarto, ou o dobro? Não se sabe nada. Fica impossível estabelecer uma justa compensação. Será preciso uma longa seqüência de anos, de tentativas, de provas, para que um cálculo semelhante possa ser feito pela totalidade das pessoas. (*ao Marquês*) – Está me entendendo, agora?

MARQUÊS – Estou. Nunca ninguém me havia falado assim tão claramente, sobre um assunto tão abstrato.

PRESIDENTE (*ao Cavalheiro*) – Dado que você terminou sua exposição, permita-me dizer-lhe que seu raciocínio me parece justo na hipótese de uma exportação ilimitada, que consumiria todo o trigo da França; mas no edito estabeleceu-se um limite para esta exportação, determinando-se que, todas as vezes que o preço – durante três mercados consecutivos – subisse a doze libras e dez soldos por quintal, a exportação seria proibida no local em que o preço tivesse subido.

MARQUÊS – Ah! Presidente! Já que a sua dificuldade está aí, antes que o Cavalheiro lhe responda, posso dizer-lhe que quando o edito apareceu eu encontrei um economista dos mais zelosos e ele me demonstrou, por uma infinidade de argumentos, que esta proibição que se havia imaginado não era capaz de fazer nenhum bem, mas podia fazer muito mal. Disse, então, a mim mesmo, ela não deve valer nada, se até os economistas a desaprovam.

PRESIDENTE – Mas que razões ele dava?

MARQUÊS – Um número bem grande. Só me lembro das principais. Ele dizia que, uma vez que foi concedido o livre comércio, o armazenamento e todo tipo de vendas, os mercados não podem mais se constituir numa regra para se conhecer a situação do trigo e que, se se pretendesse manter as mesmas restrições que eram observadas até então, no que concerne às vendas nos mercados, então não haveria mais esta liberdade de comércio que se afirmava ter sido estabelecida. Ele dizia que a carestia num lugar ou num porto da França não tinha nada em comum com a situação das províncias do interior, onde, talvez, o trigo estivesse a um preço bem baixo; que era possível provocar carestia momentânea numa cidade, mediante fraude ou logro, e arruinar, assim, os negociantes, pois, antes que se pudesse ter escrito à corte avisando que os preços no mercado tinham diminuído e que se tivesse tomado as devidas precauções, o tempo passava, e o comerciante, que havia feito a encomenda, ficava arruinado. Por fim, ele arrolava muitos outros bons argumentos de que não me lembro mais. Lembro-me, apenas, que ele me persuadiu até que eu me convencesse.

CAVALHEIRO – E eu acrescentarei às razões do Marquês que a passagem da liberdade absoluta à proibição absoluta é uma passagem brusca, violenta e contrária aos princípios de toda boa política. Que se esta condição for rigorosamente observada, nenhum comerciante há de querer tentar a exportação e expor-se ao risco de situações que ele não pode prever; que, se, ao contrário, houver qualquer tolerância, deixarão a França à míngua sem, por assim dizer, um só alqueire de trigo e sem que o caso previsto por lei ocorra.

PRESIDENTE – Mas como?

CAVALHEIRO – Porque, quando virem, em dois mercados sucessivos, o trigo caro e acima de doze libras e dez soldos, deixarão, de propósito, no terceiro

mercado, algumas centenas de sacos a um preço mais baixo e, assim, com dois mercados caros e um a preço vil, terão tempo de exportar quanto quiserem. Haverá fome, mas já não haverá tempo para remediá-la. Uma questão tão importante quanto a alimentação do povo não pode depender de um regulamento que, na prática, pode ser muito rigorosamente observado ou bem pouco respeitado. Um dos meus amigos tinha uma explicação bem interessante sobre a sentença de Horácio, *est modus in rebus*, isto é, “há uma medida em todas as coisas”; ele dizia que era preciso estabelecer a medida nas próprias coisas e nunca segundo as mãos dos homens, pois eles não sabem conservá-la. Ainda que Horácio tenha querido dizer uma coisa completamente diferente no seu hemisfério, não era menos verdadeiro, nem menos sensato, o que dizia o meu amigo. Meu sistema de estabelecer um imposto constante e inalterável sobre a exportação parecerá, aos comerciantes, uma condição mais amena do que a incerteza de estarem expostos a uma proibição absoluta. No comércio é preciso conhecer, antecipadamente, todas as despesas e todos os riscos. Só então se pode especular à vontade e decidir se convém, ou não, fazer encomendas. Havendo risco, o comércio converte-se em pilhagem. Felizes os primeiros!

PRESIDENTE – Você jamais proibiria a exportação de cereais?

CAVALHEIRO – Jamais.

PRESIDENTE – Nem mesmo em casos de grande carestia?

CAVALHEIRO – Nem que se vendesse o alqueire por um luís.

PRESIDENTE – Mas por quê?

CAVALHEIRO – Porque se, diante de tal elevação do preço, um estrangeiro ainda quisesse comprar trigo, eu diria que se trata de um único indivíduo que escapou de toda uma nação morta de fome, e que se diverte em comer pão por curiosidade e que ele não comprará mais do que três ou quatro alqueires. Observe, Presidente, que para que uma nação estrangeira mande comprar trigo na França é preciso que ele esteja muito mais barato do que nela e do que em todas as outras nações em que ela poderia adquiri-lo e, ademais, é preciso que ele esteja mais barato mesmo que se lhe acrescente os custos de transporte e do imposto de exportação que eu estabeleci. Observe, ainda, que a maior parte das nações da Europa são menos ricas do que a nação francesa. Como poderiam pagar-lhe? Entre nações não existe papel-moeda; os pagamentos

são feitos em metal sonante ou em papéis tão seguros quanto dinheiro. Não receie pela saída de cereais da França em tempos de escassez, sempre que haja um imposto tão considerável que fará subir ainda mais o preço, já bastante alto, que os compradores terão que pagar por eles. Mas, no meu plano, vocês contam, ainda, com outra vantagem, que é impedir a falsa saída de cereais.

MARQUÊS – O que é esta falsa saída de cereais? Nunca ouvi falar disso.

CAVALHEIRO – Não me surpreende. Tendo em vista que na França nunca se consentiu a livre exportação de cereais, vocês não conhecem este mal e nunca lhe deram atenção. Mas ele é comum em outros países. A saída é verdadeira quando o trigo foi, de fato, comprado e vendido para o consumo de um povo estrangeiro e o dinheiro equivalente à sua venda permaneceu na França. A saída será apenas aparente quando os monopolizadores franceses o levarem para fora das fronteiras, seja para um pequeno Estado soberano encravado no reino, seja para cidades fronteiriças, sem, de fato, tê-lo vendido. Eles o deixarão lá, ao abrigo da mão do governo, por temor de intervenções da autoridade administrativa. Farão o trigo desaparecer, disseminarão a fome nas províncias e, quando o preço já tiver subido muito, eles entrarão com os cereais no país, como se os tivessem trazendo de países muito distantes. Os preços pelo qual serão vendidos pagarão, com juros, os pequenos custos do duplo transporte, que não terá sido muito longo, e, assim, gozarão do duplo prazer de se terem enriquecido e de serem considerados como salvadores da pátria. Esta pequena e graciosa artimanha é muito conhecida em outros países e eu não sei se ocorre na França, mas a subsistir o edito, assim, sem alterações, logo ela estará na moda. As ilhas de Gersey e Guernesey serão entrepostos furtivos para os cereais da Bretanha e outros países o serão para os de outras províncias. Não duvido nada que isto já esteja sendo praticado, pois li numa brochura econômica que, numa certa cidade, o povo quis apedrejar um libertador da pátria. Não terá sido um destes?

PRESIDENTE – Agradeço-lhe muito por me haver alertado sobre um mal político que eu ignorava inteiramente; creio que você tem razão quando diz que em relação a isto não se teve nenhuma precaução. Vejo, também, que se os monopolizadores tivessem que pagar algum imposto considerável para tirar os cereais do país, isto reduziria muito o seu desejo de provocar uma escassez.

CAVALHEIRO – Não apenas isto poderia refrear esta prática, como poderia acabar com ela. Ninguém se dispõe a fazer um grande investimento na esperança



de um ganho incerto. Se a circulação interna for livre e sem entraves, ninguém se sentirá seguro de provocar fome nas províncias mediante falsas saídas. O imposto que proponho é, pelo menos, igual ao lucro que um ávido monopolizador gostaria de obter.

PRESIDENTE – Eu satisfiz as minhas dúvidas e o Marquês aguarda com impaciência que você enumere as vantagens do seu imposto.

CAVALHEIRO – Já enumerei duas; agora, vamos à terceira. Depois de haver estabelecido um imposto geral para a exportação de cereais, concedo franquias deste imposto, em quantidade limitada, não apenas para as colônias francesas, que fazem parte deste império, mas, também, para os pequenos Estados soberanos que estão sob a proteção da França, como Mônaco, etc. A franquia é limitada proporcionalmente à população e ao consumo destes pequenos Estados. Representa, para eles, um grande benefício, uma distinção, um privilégio, um favor, um laço de união, um freio para contê-los e para ameaçá-los; em suma, uma espécie de subsídio tanto mais agradável de se pagar à França quanto eles não podem dele usufruir sem entregar, em troca, o seu dinheiro; o que farão voluntariamente todas as vezes que, não estando os preços dos cereais excessivamente altos na França, não lhes convier ir abastecer-se em outras partes. Vou ainda mais longe e, como quarta vantagem, digo que se razões de alta política obrigassem os franceses a favorecer algum reino da Europa, ligando-o à França pelos laços do comércio de cereais para prevenir que alguma outra nação rival pudesse fazê-lo, neste caso eu cederia a esta nação uma franquia deste imposto para uma quantidade considerável de cereais. Este tratamento distinto seria recebido com o reconhecimento da nação que o tivesse obtido; ela o encararia como um subsídio e, entretanto, ele nada custaria ao tesouro real. Ela, ao contrário, não poderia usufruí-lo senão à medida que entregasse seu dinheiro aos franceses, enquanto que, com a liberdade universal que o edito estabelece, ao fazer o bem a todas as nações, não se distingue nenhuma. Como diz o provérbio italiano, *chi saluta tutti, non si fa amico nessuno*, quem reverencia todo mundo não conquista a amizade de ninguém.

PRESIDENTE – Ainda que você não tenha nomeado a nação, adivinho qual é a que você tem em vista. O progresso do nosso comércio com ela tem sido considerado como uma vantagem conquistada pelo edito. Temia que você não quisesse negligenciá-la nem sacrificá-la a outras vantagens, mas vejo, agora,

como você se preocupa em administrá-la, e, inclusive, admito que você a tornará mais segura e estável mediante esta distinção. Mas você não acha que, na prática, isto poderia descambar para algum abuso?

CAVALHEIRO – Esta é uma questão menor. Quando o Marquês me der uma carta de perdão e tiver restabelecido a sua confiança em mim e restituído o meu emprego, eu tratarei dela. As questões menores nunca devem ser objeto de discussão; é preciso pôr mãos à obra e agir. Ademais, como a franquia é concedida por uma quantidade limitada, e como é do interesse desta nação que o trigo que lhe trazem não seja desviado e remetido para outras nações, cabe a ela estar atenta a isto.

PRESIDENTE – Estou entendendo. Para que você volte logo ao cargo, convença de vez o Marquês da utilidade do imposto. Ele tem dificuldade em convencer-se.

CAVALHEIRO – Por quinta vantagem, quero dizer algo que parecerá novo porque ninguém ainda o disse, mas que é bem comum. Nada para mim é mais inconcebível do que ver que ela foi esquecida desta vez. Não há aprendiz na ciência da administração que atualmente não saiba a distinção que é preciso fazer entre matérias-primas e matérias fabricadas. Todo o sistema tarifário francês é estabelecido de acordo com estes princípios, ou seja, que é preciso desencorajar a exportação das primeiras e estimular a das outras. Ora, por que razão não se viu que os grãos são matéria-prima passível de dois tipos de elaboração: moagem e panificação? Por que razão inconcebível se conferiu o mesmo tratamento aos grãos e às farinhas? Se é verdade que desde 64 saíram da França no mínimo quinhentos mil sesteiros de trigo, por ano, considerando-se vinte e cinco soldos por sesteiro de trigo moído, será que não perceberam que isto levava os moinhos da França a perderem seiscentos mil francos, no mínimo, por ano, dinheiro este que teriam ganho se o trigo tivesse saído transformado em farinha ou se tivesse sido consumido no reino? Surpreendem-se, depois, que se clame contra as exportações, mas esta imensa multidão de moleiros e de padeiros não teria razão para reclamar? Seus lucros nada têm a ver com o preço do trigo. Pagam pela moagem e para assar o pão sempre o mesmo preço por sesteiro. Não se esqueça, também, que o consumo interno varia muito, segundo se eleve o preço do trigo. O que eu disse sobre as farinhas convém ainda mais às massas de todo tipo, *vermicelli*, *macaroni*, etc., cuja fabricação, se fosse introduzida na França, daria emprego a muitas mãos.

PRESIDENTE – Sua argumentação é justa. O trigo é uma matéria-prima e deve se fazer a distinção entre ele, as farinhas e as massas; mas como fazê-lo?

CAVALHEIRO – Da seguinte forma: após haver estabelecido um imposto de cinqüenta soldos por sesteiro sobre o trigo, eu só deixaria um outro, de dez soldos, sobre as farinhas, que chegaria a, no máximo, vinte e quatro soldos por sesteiro moído. Seria um pouco mais vantajoso exportar as farinhas e a vantagem estaria não só no fato de que elas ocupam menos espaço e resistem melhor ao calor, mas também porque estimulariam a exportação, sem ser a de cereais. O valor da moagem pago pelos estrangeiros ficaria nas mãos dos franceses. Eu seria ainda mais indulgente com as massas, sobre as quais eu não cobraria mais do que um bem módico imposto. Não aconteceria, então, aquilo que a excessiva liberdade do edito faz temer atualmente, isto é, que se exportasse o trigo, que se fabricasse os *vermicelli* em Gênova, que eles fossem vendidos em todos os países, talvez até na França, e que a vantagem da fabricação fosse tirada dos franceses.

MARQUÊS – Você começa a me agradecer muito e pode se gabar da sua nomeação. Adoro que diminuam os impostos; esta é uma mania minha. Mas por que não sermos mais generosos? Deixemos o trigo sair sem pagar imposto e concedamos um preço que seja de estímulo às farinhas e, talvez, até um ainda mais significativo às massas, como na Inglaterra se concede ao trigo.

CAVALHEIRO – E este preço, quem pagará por ele?

MARQUÊS – O Estado.

CAVALHEIRO – Mas as rendas do Estado são todas destinadas às despesas necessárias. De modo que para cobrir uma nova despesa é necessário criar um novo imposto. Imposto por imposto, deixemos o meu.

MARQUÊS – Desta vez você tem razão. Corro o risco de estabelecer eu também um imposto, mas estou tentado a deixar que você o faça; assim, o ódio recairá sobre você.

CAVALHEIRO – Pode deixar-me ser odioso, contanto que eu faça o bem à nação. Em geral, nunca se tem outra recompensa. Mas, já que você consentiu no imposto de exportação que eu havia estabelecido, saiba, agora, o uso que

darei a seu produto. Lembra-se que, quando em 1763 estabeleceram a livre circulação interna dos cereais em todo o reino, decidiram que aboliriam todas as peagens, todos os impostos de mercados, os direitos feudais sobre os grãos e todos estes pequenos direitos senhoriais que obstaculizavam o comércio a ponto de haver destruído a navegação nos mais belos rios da França?

MARQUÊS – Lembro-me muito bem, assim como me lembro de que não se fez nada.

PRESIDENTE – A empresa não era fácil. Para aboli-los era necessário comprá-los. Eles são, em sua maioria, possessões de direito. Permitem a subsistência de um grande número de famílias nobres e para fazer um bem público não é necessário cometer injustiças contra particulares.

MARQUÊS – Isto é verdade.

PRESIDENTE – Para obter os fundos necessários à realização deste bem, inúmeras soluções foram tentadas. Um grande número de arrazoados e projetos foram enviados e apresentados, mas não chega a surpreender que, na situação atual, seja difícil encontrar os recursos sem taxar o povo. Seria muito injusto acusar a administração de negligência porque este bem ainda não foi realizado.

CAVALHEIRO – Pois bem, destino eu o produto do imposto de exportação para reembolsar e abolir todos estes pequenos direitos. Suponho que um imposto tivesse retraído e diminuído em mais da metade a exportação, a qual, entretanto, teria, em anos normais, sido de duzentos mil sesteiros. Eles teriam rendido quinhentas mil libras e, em seis anos, são três milhões que eu teria obtido; creio que com esta soma uma grande parte destes direitos já teriam sido reembolsados. O restante o seria em pouco tempo. Assim, faço o imposto de exportação servir para facilitar a circulação interna, a única importante, a única cara ao Estado, a única, talvez, suficiente para que os cereais, de um reino tão extenso e tão povoado quanto a França, jamais atinjam um preço excessivamente vil. Assim, mediante um movimento lento, imperceptível, porém progressivo e natural, faço a exportação servir para facilitar a si mesma, para economizar os custos de descer os rios, fazendo-a aumentar e crescer. De modo que não estabeleço um imposto e o que renderá o imposto de exportação será, com o tempo, igual àquilo que se teria economizado com os custos atuais e as dificuldades dos transportes.

MARQUÊS – Você é um homem admirável. Agora dou o meu consentimento para o seu imposto, porque ele serve para abolir outros direitos mais prejudiciais, que tratam de minúcias e que são, talvez, a causa da infelicidade de algumas províncias neste ano. Com um só golpe você desobstrui o interior. Você põe o abastecimento na França, por assim dizer, todo no mesmo nível. Confesso que isto me dá grande prazer. Devolvo-lhe o seu cargo.

CAVALHEIRO – Aceite meus agradecimentos. Mas as desgraças tornaram-me medroso. Quero abandonar este discurso em que corri um grande risco de desagradar-lhe. Mudemos de assunto; penso que já é hora.

PRESIDENTE – Cavalheiro, não ouse opor-me a seus desejos, mas lembre-se de que você prometeu que nos provaria que o edito destruiria a agricultura na França... e esta é a coisa do mundo que me parece mais difícil de conceber.

CAVALHEIRO – É precisamente para cumprir a minha promessa que devemos mudar de assunto e falar da importação de cereais estrangeiros que foi liberada e dispensada de toda espécie de impostos e estimulada ao extremo pelo edito de 64. Ela foi uma consequência do sistema de liberdade ilimitada adotado pelos economistas. Eles sentiram as dolorosas consequências de uma exportação ilimitada; pareceu-lhes, então, muito simples, muito natural enfeitá-la, concedendo igual liberdade à importação de cereais. Esperavam, assim, conservar este mesmo nível de abastecimento universal na França, o único que poderia garanti-la contra a fome.

PRESIDENTE – Alegra-me muito ouvi-lo tratar deste assunto. Você dissipará, pelo que vejo, muitas das dúvidas que me vieram à cabeça desde que você falou da necessidade de estabelecer limites e reduzir a exportação. Poder-se-ia opor-lhe, parece-me, que não se tinha nada a temer da liberdade de importação estabelecida pelo edito. É verdade que você chamou a nossa atenção para as vantagens consideráveis da circulação interna e concordo com você que é bem melhor para o país que a cidade de Rouen, por exemplo, seja abastecida por Bordeaux do que pela Holanda. Reconheço que o dinheiro correspondente aos custos permaneceria na França e todos os lucros caberiam aos negociantes franceses. Vejo também, e isto é o mais importante, que os transportes, cujo preço é considerável, serão feitos com embarcações nacionais, se o comércio for de uma província à outra, e que, ao contrário, se o trigo vier do exterior, é permitido usar embarcações de todas as nações. Mas você acredita que todas estas

vantagens reunidas compensam a perda de algo tão precioso quanto a liberdade natural de comercializar? Você proibiria a entrada de cereais estrangeiros, pelo menos em anos de colheita abundante?

CAVALHEIRO – Tanto quanto possível, não se deve proibir nada. A proibição absoluta é o maior de todos os impostos e você mesmo acaba de falar em defesa da liberdade. Não se deve fazer distinção entre um ano de boa ou de má colheita... Nada de conceder num ano para retirar no outro. Quem decidirá se um ano foi bom ou mau? Os homens? Mas os homens não devem nunca ter nas mãos a lei e as medidas, pois eles não sabem regê-las. As paixões intervêm e eles tornam-se injustos, quase que apesar deles, quer seja por timidez, quer por abuso, quer em função de falsos princípios ou por excesso de cuidados. É preciso ter leis gerais, constantes, invariáveis. Não se deve, também, proibir a entrada de um gênero de primeira necessidade. Se se tratasse de mercadorias de luxo, a proibição absoluta seria menos insuportável, ainda que também neste caso não deva ocorrer, pois é perigoso habituar-se a fazê-lo. Mas o pão? O pão, de onde quer que venha, deve ser bem-vindo. Mas não é sobre isto que quero falar. Espero poder provar-lhes que o sistema dos economistas, que lhes parece tão evidente, é equivocado. Se contavam com o trigo estrangeiro para impedir a fome na França, fizeram mal as contas (como se diz), e se eles se comprometeram a manter a abundância por este meio, deram um golpe mortal na agricultura francesa.

MARQUÊS – Isto é que eu quero ver você provar. Como você pretende fazê-lo?

CAVALHEIRO – Quanto ao primeiro ponto, eu lhes pergunto se vocês conhecem algum meio humano de fazer o trigo estrangeiro entrar na França sem fazê-lo sair do país onde ele está?

MARQUÊS – Claro que não.

CAVALHEIRO – Pois bem! O rei só manda na França. Ele é senhor para permitir que o trigo entre, mas se aqueles que o possuem quiserem guardá-lo e não o quiserem deixar sair, vocês não o terão.

MARQUÊS – Você tem razão. Mas por que estas nações se recusariam a deixar sair seus cereais?

CAVALHEIRO – Eu não sei; mas isto não muda em nada a questão. Continuo a ter razão de dizer que erraram nas contas. Que a França queira exportar o seu trigo e espalhá-lo por toda a Europa, é problema seu e ninguém lhe impedirá de fazê-lo. Mas se ela tiver necessidade deste trigo, ela verá o que significa depender destes ingratos. Todos os reinos da Europa, uns mais, outros menos, criam obstáculos e se opõem à exportação e, em épocas de escassez ou de desassossego, eles a proíbem. É possível que se encontre um soberano muito amigo, um grande aliado da França que, gentilmente, ceda uma pequena quantidade, mas não se deve contar com estes favores mendigados. Teria sido preciso, quando se admitiu a exportação, assegurar-se da reciprocidade de tratamento. Fizeram algum tratado sobre isto? Estão em vias de fazê-lo? Cuidaram disto? Estão certos de que enviando seus cereais à Sicília, num ano, ela lhes exportaria os seus, num outro ano?

MARQUÊS – Mas estes povos cuidariam bem mal dos seus interesses. Por que eles se privariam da venda e do comércio de seus cereais? Eles não ficarão bem com o correr do tempo.

CAVALHEIRO – Como você quiser. Seguramente estes povos ficarão pobres no decorrer do tempo; a sua agricultura entrará em declínio, no decorrer do tempo; seu comércio se tornará fraco e débil, no decorrer do tempo, mas estes povos lhes deixarão famintos, e muito em breve. Se você lhes exportar seus cereais, dividindo o seu com eles, e eles lhes recusarem os seus, admito que eles estarão cometendo uma ingratidão moral e um erro político. Mas eles o cometem, ou podem cometê-lo, e o rei não pode impedi-los porque, como não são súditos da França, não estão ligados a ela por nenhum tratado, não têm com ela nenhum compromisso sobre esta questão. Veja, portanto, o risco em que vocês colocam a França.

MARQUÊS – Na verdade, você está me fazendo tremer. Mas como puderam eles se enganar a este ponto?

CAVALHEIRO – Por uma razão muito natural. Pareceu evidente aos economistas que a evidência da sua evidência tornaria evidente a todas as nações a vantagem evidente da livre exportação, e que todos a adotariam. Ninguém os seguiu; ninguém se dispõe a adotá-la; e, para cúmulo da desgraça, pois eles estavam com azar nisto, a Inglaterra, o único país da Europa que permitia a livre exportação, passou a proibi-la, e veja a quem coube esta escassez que há alguns

anos percorre e aflige toda a Europa. A Inglaterra rejeitou a exportação. A Polônia, este grande celeiro do Norte, atormentada por convulsões internas e tendo seus meios de transporte interceptados, praticamente já interrompeu o seu comércio. A Turquia entrou em guerra e, por um princípio constante da sua política, quando está em guerra tem pavor de uma carestia e se previne proibindo a exportação. Uma vez fechadas estas três grandes portas, todos os povos compradores de cereais se voltaram para a França. Ela deveria fazer face à demanda de toda a Europa. Esta é a causa da dificuldade atual.

MARQUÊS – Mas a Holanda os ofereceu.

CAVALHEIRO – Não duvido. Todos os povos que não têm trigo do seu próprio solo, irão oferecê-lo. Porque ou eles encontram onde comprá-lo, e neste caso ganharão sobre os franceses todos os lucros do comércio, ou não conseguirão encontrá-lo e, neste caso, faltarão com a palavra dada, mas não acontecerá nada, pois quem irá à guerra por isto? Este é o estilo de todos os negociantes: oferecer até mesmo o que não têm; não devem nunca perder seus fregueses, nem mandá-los de volta, descontentes. É preciso sempre prometer, sem se comprometer.

PRESIDENTE – Nisto você tem inteira razão. É infinitamente melhor, em caso de necessidade, os franceses irem, eles próprios, buscar o trigo na sua própria fonte do que comprá-lo de terceiros, de uma nação de comerciantes que saberá como vendê-lo caríssimo. Agora vejo claramente quão pouco seguro era contar com a importação estrangeira, ao menos até que as teorias das vantagens da liberdade sejam adotadas pela maior parte dos governos; e vejo ainda mais claramente que você tinha razão de querer limitar e restringir a exportação sem, contudo, eliminá-la. Mas o que não consigo ver ainda é como a importação pode constituir um golpe contra a agricultura francesa.

CAVALHEIRO – Você viu quanto é incerta, num ano de carestia na França, a ajuda do exterior e eu já lhe havia demonstrado, anteriormente, que ela custará muito ao país. Vejamos, agora, um ano de muita abundância e de baixos preços nos víveres. Você acha justo e razoável que se permita ao estrangeiro vir fazer concorrência aos franceses, vendendo seus gêneros alimentícios em condições absolutamente iguais? Eles não têm outros custos senão os de um transporte que, freqüentemente, será mais curto e menos dispendioso do que aquele que o francês deverá fazer e que, além do mais, eles têm liberdade



para fazê-lo com navios de seu próprio país. Mas este estrangeiro paga as mesmas talhas? Ele deve ao seu soberano tanto quanto um francês ao seu? Se este estrangeiro paga em seu país tributos muito módicos, ele poderá vender seu trigo a um preço bem mais baixo e, ainda assim, ganhar. Você sabe que o agricultor só pode pagar a talha, as vintenas, a captação, etc., com o que obtém da venda dos seus gêneros agrícolas e que é preciso que ele retenha uma parte deste montante para que lhe reste um produto líquido que lhe permita viver e continuar o seu cultivo. Perceba, então, a injustiça real que se fará a um produtor do Languedoc se o condenarmos porque ele não vende seu trigo tão barato quanto o argelino, o sardo ou o siciliano, que vêm vender seus produtos nos portos do Languedoc. Ele retrucará: “Mas, meu senhor, este africano paga tanto de talha a seu soberano quanto eu pago ao meu? Como posso vender-lhe o trigo a um preço semelhante ao dele? De que viverei eu, depois?”

PRESIDENTE – Cavalheiro, poupe-se; não precisa continuar nos explicando algo assim tão claro. Dedique-se, sobretudo, a nos indicar as conseqüências.

CAVALHEIRO – Vocês as verão. Muitos países, sobretudo no Mediterrâneo, que possuem uma natureza mais fértil, que são menos gravados de impostos, quer porque gozaram de um longo período de paz, quer por outras razões, nos quais os preços de todas as coisas venais, proporcionais à sua massa de dinheiro, são menores do que na França; todos estes países, repito, estão em condições de vender seus cereais à França mais barato do que podem fazê-lo os cultivadores franceses, sem prejuízo e, inclusive, com um lucro considerável. Se forem admitidos à concorrência nos mercados dos portos franceses, com armas tão desiguais, o combate será desigual. Seus cereais serão preferidos, devido aos seus preços mais baixos e, talvez, também, pela sua melhor qualidade, enquanto os cereais franceses não se venderão. Os produtores não terão, então, com o que pagar a talha; abandonarão uma cultura ingrata e, logo, estarão arruinados. Assim, como pelo sistema dos economistas, nos anos de má colheita haveria carestia no interior da França porque o trigo escoaria para fora, devido à exportação, nos anos de boas colheitas, do mesmo modo as províncias fronteiriças ou as marítimas sofreriam de indigência porque o trigo estrangeiro invadiria a França através da importação ilimitada. Deixem este barco rolar por uns vinte anos e vocês verão que bela coisa obterão; basta um golpe mortal no interior ou na fronteira e tudo se esvai na desordem e na desolação.

MARQUÊS – Isto é impressionante; você tem razão. Uma importação ilimitada pode causar muito mal. Não é justo pôr a concorrer, em igualdade de condições, dois indivíduos, súditos de distintos soberanos, em que um está engajado numa guerra ruínosa e obrigado a multiplicar os impostos, dobrar ou triplicar as vintenas, as capitações, enquanto que o outro, usufruindo de uma paz profunda, pode isentar seus súditos o quanto quiser. Isto eu compreendo. Todo dinheiro da França irá para o exterior. Mas que remédio você tem para isto? Proibir a importação?

CAVALHEIRO – Proibir? Para começar, eu jamais proíbo a entrada de nada, muito menos a de pão. O pão é meu amigo; eu o amo com paixão; fico sempre feliz em vê-lo. Depois, este seria um erro maior do que proibir a entrada de cereais estrangeiros, pois o monopólio só pode ser combatido por esta liberdade. Esta besta hedionda que provoca tanto pavor entre os povos onde ela existe só deve ser atacada pelos inimigos que ela mais teme, a nova colheita e os cereais estrangeiros, pois o monopólio é terrível se consegue sobreviver longo tempo. Ele cresce em forças à medida que o consumo reduz a quantidade de gêneros alimentícios, mas se uma boa colheita se prepara e se anuncia antecipadamente, se as encomendas feitas ao estrangeiro estão para chegar, então é preciso vender e apressar as vendas. É possível monopolizar os cereais de uma província, mas é impossível apossar-se dos de toda a Europa. Assim, enquanto a porta estiver aberta aos cereais estrangeiros, fique tranqüilo quanto ao risco de monopólios.

MARQUÊS – Mas Cavalheiro, você acredita seriamente que existem monopólios?

CAVALHEIRO – Que pergunta? Há um mês eu fiz um com você que era escandaloso.

MARQUÊS – Qual?

CAVALHEIRO – Um monopólio de palavras. Só eu é que posso vendê-las. Apoderei-me de todo este gênero e você não fez senão me ouvir.

MARQUÊS – Ah, bom! Eu não esperava por isto.

CAVALHEIRO – Sim, meu caro Marquês! É possível monopolizar tudo, inclusive a coisa mais cara ao homem: a autoridade. Cromwell, César, Augusto, Péricles, Alcibíades fizeram este monopólio. Puseram todo o poder nas suas

mãos. Perguntar se há monopólios é o mesmo que perguntar se há grandes rios. Desejos iguais e meios desiguais constituem os monopólios. As gotas d'água caem espalhando-se para todo lado, reúnem-se em pequenas nascentes, daí para os pequenos regatos, dos regatos para os ribeiros e estes caem nos grandes rios de onde se vão, majestosamente, para o mar. Todas as gotas d'água têm um igual desejo de gravitação; a desigualdade do terreno faz o resto. Do mesmo modo os homens, todos procuram, igualmente, ganhar, mas os meios, as forças, as posições sociais são desiguais. Os pequenos lavradores caem nas mãos dos pequenos comerciantes, estes, nas dos maiores, que vão faustosamente para o mar dos consumidores. Sem monopólio não há comércio. Existem alguns que são voluntários e outros, obrigatórios, assim como há canais construídos pelo trabalho e rios feitos pela natureza. As leis, os direitos alfandegários proibitivos, os privilégios exclusivos, são monopólios não naturais. Seu perigo consiste sempre na obrigatoriedade. Se a água for pressionada a correr para o mar, o rio nunca transbordará, mas se ela puder ser detida, transbordará, provocará uma inundação, pântanos, lagos, e estes lagos privam o mar dos consumidores do alimento necessário. Reflita sobre esta comparação que estou fazendo e você encontrará toda a teoria dos monopólios.

MARQUÊS – Mas o que você fará para deter este inconveniente a que acaba de referir-se? Proibirá a entrada de cereais estrangeiros nos anos de boas colheitas ou, talvez, nas épocas de guerra?

CAVALHEIRO – Nada disto.

MARQUÊS – E o que, então?

CAVALHEIRO – Vou aborrecê-lo, Marquês... mas quer você se aborreça, quer não, vou instituir ainda um imposto.

MARQUÊS – Outro?! Você não teme a minha cólera?

CAVALHEIRO – A sua indulgência me tranqüiliza. Espero fazê-lo gostar também deste.

MARQUÊS – Vejamos.

CAVALHEIRO – Para impô-lo sabiamente seria necessário fazer um cálculo complicado e avaliar a desproporção que há entre o valor natural do trigo

francês e do trigo nos outros países que podem, sem problemas, vir vendê-lo na França. Chamo de valor natural o preço que se deve atribuir aos cereais de acordo com o produto da terra em anos normais, de modo que o produtor possa dele retirar com o que pagar os encargos do Estado, os custos da cultura e também a sua subsistência. O imposto que quero estabelecer deve ser um direito a ser cobrado dos cereais estrangeiros que entram, que seja igual a esta diferença calculada e reduzida a um termo médio de lugar e tempo. Deste modo, as condições serão as mesmas. O estrangeiro não poderá arruinar o agricultor francês, mas impedirá que ele exorbite no preço. Deste modo, os cereais estrangeiros farão guerra aos monopolizadores e não a farão aos agricultores. O estrangeiro poderá vender ao mesmo preço que os proprietários, e o monopolizador se verá frustrado em seus esforços e no lucro que contava obter de segunda mão.

PRESIDENTE – Cavalheiro, estamos entendendo perfeitamente as suas razões. Percebo o que o leva a criar este imposto. Ele me parece, inclusive, uma eclusa tão salutar quanto aquela que você pretendeu estabelecer sobre a exportação. Ele impedirá a entrada excessiva de trigo estrangeiro e agora eu vejo muito claramente que o excesso prejudicaria a cultura nacional. Eu me rendo.

MARQUÊS – E a quanto, acha você, deveria montar este imposto?

CAVALHEIRO – Você me habituou a fazer cálculos sem que eu disponha de qualquer dado. Aparentemente você gosta deles mesmo assim; quanto a mim, não faço muito caso deles, mas, para lhe satisfazer, determino um imposto de vinte e cinco soldos por sesteiro de duzentos e quarenta libras, peso de Paris, sobre todos os cereais estrangeiros. Talvez devesse ter estabelecido uma diferença entre os portos do Mediterrâneo e os do Oceano, mas deixemos isto para uma outra ocasião. Você consente neste imposto?

MARQUÊS – Ele não é desmedido.

CAVALHEIRO – Sim, mas estou considerando as embarcações estrangeiras carregadas de cereais como se estivessem transportando outras mercadorias e as sujeito a todos os direitos de tonelagem, etc., que as tornam inferiores às francesas.

MARQUÊS – Isto não me aborrece muito, não. Gosto muito quando se favorece a marinha francesa.

CAVALHEIRO – Além do mais, estabeleço uma diferença considerável entre os cereais e as farinhas estrangeiras, e você sabe o porquê. É ainda mais inconcebível para mim que se tenha cuidado tão pouco dos interesses dos infelizes moleiros. Parece que os economistas haviam conjurado a sua ruína total, causando-lhes uma dupla perda pela livre exportação de cereais não moídos e pela entrada de farinhas. Estabeleço um imposto de vinte e cinco soldos por quintal de farinha, o que vem a ser mais de três libras por sesteiro. Espero que assim considerem melhor moer os cereais na França e que não sejam tentados a importar farinhas.

MARQUÊS – Entendi.

CAVALHEIRO – Finalmente, e você sabe também o porquê, conservo, sobre as massas de fabricação estrangeira, os impostos que já existem e que me parecem bastante consideráveis.

MARQUÊS – Na verdade, Cavalheiro, é preciso convir... você é regulado como uma pauta musical; *dó, ré, mi*, vai subindo sobre a exportação, *mi, ré, dó*, descendo sobre a importação. Isto é musical.

CAVALHEIRO – E aí, você aplaude a minha música?

MARQUÊS – Sim, eu a aprovo.

CAVALHEIRO – Graças a Deus. Deparo-me com menos vaias e tumultos no estabelecimento destes impostos do que por ocasião dos primeiros.

MARQUÊS – Não se surpreenda; estes são os estrangeiros que pagam e eu não lhes tenho nenhuma piedade. Eles vêm tirar o nosso dinheiro.

CAVALHEIRO – E para fazê-lo tomar ainda mais o meu partido, eu lhe direi que o produto destes impostos de importação está destinado, inclusive, à extinção e ao reembolso de tudo que estorva a circulação interna. Com isso, não haverá mais anos de escassez, pois nos anos abundantes haverá exportação e, nos carentes, haverá importação. O produto destes dois impostos será considerável. O interior da França logo estará desobstruído e a circulação perfeitamente estabelecida.

PRESIDENTE – Cavalheiro, junto meus aplausos aos do Marquês ao seu sistema e à sua legislação. Agora, gostaria de conhecer em que condições você pretende

deixar a polícia. Segundo pretendem os economistas, seria necessário suspender todos os regulamentos feitos pelos nossos ancestrais. O edito parece só deixar aqueles que concernem ao abastecimento desta imensa capital. E você, o que faria?

CAVALHEIRO – Na verdade, eu não sei de nada. Estou na mais crassa ignorância a este respeito.

MARQUÊS – Cavaleiro, basta de humildade e de brincadeira. A humildade não lhe cai bem. Diga-nos algo sobre este assunto tão importante. Ademais, nós ainda temos tempo.

CAVALHEIRO – Não estou fingindo uma virtude. Nada é mais verdadeiro. A polícia é uma questão de detalhe e considera, sempre, os casos particulares; se se torna universal, converte-se num flagelo. Em circunstâncias particulares, ela produz a boa ordem, da mesma maneira que se você puser sentinelas em todos os cantos da rua, você destruirá a liberdade natural daqueles que passam, mas se os colocar à entrada de um espetáculo, você prestará um bom serviço. Esta comparação pode lhe dar uma idéia geral e o que significa polícia. No que se refere às coisas pequenas, reafirmo-lhes a minha ignorância e um inspetor nas praças do mercado é, nesta matéria, mais importante do que Sólon e Licurgo.

MARQUÊS – Você, então, deixaria subsistir todos os regulamentos?

CAVALHEIRO – Creio que há alguns que devam ser suprimidos e outros que se deva deixar. Os burgos e as aldeias quase não têm nenhuma necessidade de polícia, pois a natureza aqui faz tudo. Mas uma grande cidade, uma capital de seiscentas mil almas, é um monstro, uma baita violência contra a natureza, um esforço do trabalho que a natureza desaprova e combate permanentemente. A arte que a formou é que deve sustentá-la. São necessários, portanto, muitos regulamentos para evitar a desordem e, em geral, como eu lhe dizia há pouco, onde quer que haja multidão, é necessária a polícia. Digo-lhes também que o comércio no atacado deve ser liberado tão logo se possa fazê-lo e, quanto à venda no varejo, que provê o abastecimento diário, deve ser cuidada de perto, pois não se deve ir dormir de barriga vazia.

MARQUÊS – Mas como se consegue isto?

CAVALHEIRO – Acredita em mim? Reúna alguns magistrados, alguns intendentos, homens virtuosos e competentes; estas corporações são tão bem compostas que você só terá dificuldades para escolhê-los. Peça-lhes para elaborar um novo código de controle dos cereais e pode estar certo de que eles, em prol da causa pública, empregarão em sua redação todo o zelo de que dispõem e todo o pendor que têm pela inocente liberdade dos povos. Deixe-os trabalhar... você ficará satisfeito.

MARQUÊS – Enquanto aguardo, estou muito satisfeito com todas as suas idéias e, para dizer-lhe a verdade, lamento que já tenham feito o edito.

CAVALHEIRO – Quanto a mim, mais uma vez, estou encantado por ver que um soberano tenha concedido total liberdade a uma questão essencial da administração, e que só por instâncias do seu povo é que se decidiu, depois, a limitá-la.

MARQUÊS – Mas você acredita que ele solicitará esta limitação?...

*Um criado entra e anuncia a Marquesa de Roquemaure.*

MARQUÊS – Diabo de contratempo! Para o marido, uma mulher jamais vem a propósito.

CAVALHEIRO – Isto talvez seja mais verdadeiro do que tudo que acabamos de tagarelar.

PRESIDENTE – Quanto a mim, Cavalheiro, eu lhe serei sempre grato por ter-me feito ver, melhor do que nunca, que todas as questões políticas merecem uma grande discussão e que não é preciso levar nada ao extremo.

